número 23/2005
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JONAS JUSTINO DOS SANTOS

O MUNICÍPIO, O PATRIMÔNIO NATURAL E A DINÂMICA SOCIOAMBIENTAL NO VALE DO RIBEIRA: O CASO DO MUNICÍPIO DE IPORANGA /SP

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof.Dr. Antonio Carlos Vitte

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida por Jonas Justino dos San e aprovada pela Comissão Julgadora em 15/08/2005
ORIENTADOR

CAMPINAS – SÃO PAULO
Agosto - 2005

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

CHAMADA
T/UNICAMP
Sa59m
EX
66369
OC. 16-P-00086-05
C D
EÇO 11,00
TA 24/11/05
CPD
ID: 373746

by Jonas Justino dos Santos, 2005

Catalogação na Publicação elaborada pela Biblioteca do Instituto de Geociências/UNICAMP

Santos, Jonas Justino dos
Sa59m O município, o Patrimônio Natural e a Dinâmica Socioambiental no Vale do Ribeira: o caso do Município de Iporanga/SP / Jonas Justino dos Santos.-- Campinas,SP.: [s.n.], 2005.

Orientador: Antônio Carlos Vitte.
Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Cidades e vilas. 2.Patrimônio Cultural. 3. Reservas Naturais. 4. Planejamento Ambiental. 5. Iporanga (SP). 6. Vale do Ribeira. I. Vitte, Antônio Carlos. II. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. III. Título.

Título em inglês: The City, the Natural Patrimony and the s-Environmental Dynamic at Ribeira Valley: The Case of the City of Iporanga/SP.
Keywords: - City and villages;
- Cultural patrimony;
- Natural resources;
- Environmental planning;
- Iporanga (SP)
- Vale do Ribeira.
Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial
Titulação: Mestre em Geografia
Banca examinadora: - Antônio Carlos Vitte;
- Daniel Joseph Hogan
- Carlos Walter Porto Gonçalves
Data da defesa: 19/08/2005

UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ÁREA ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

AUTOR: JONAS JUSTINO DOS SANTOS

O MUNICÍPIO, O PATRIMÔNIO NATURAL E A DINÂMICA SÓCIOAMBIENTAL NO VALE DO RIBEIRA: O CASO DO MUNICÍPIO DE IPORANGA (SP

ORIENTADOR: Prof. Dr. Antonio Carlos Vitte

Aprovada em: 19 / 08 / 2005

EXAMINADORES:

Prof. Dr. Antonio Carlos Vitte - **Presidente**

Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan

Prof. Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves

Campinas, 19 de agosto de 2005

Com dedicação e carinho à:
Maria Luiza, Julia, Icaro e Ana Paula

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

AGRADECIMENTOS

Durante a realização desta dissertação, várias pessoas colaboraram e influíram dando idéias, sugestões e críticas, participando assim de forma direta e indireta na materialização deste trabalho. E, por causa deste entrosamento, sinto-me na obrigação de expressar os meus sinceros agradecimentos a estas pessoas e a expressar o meu sincero pedido de desculpas a quaisquer pessoas que por ventura eu não citar.

A comunidade do município de Iporanga e do Bairro da Serra que, dentro da grandes adversidades que enfrentam no seu cotidiano, receberam-me com carinho, amizade e alegria, e, em especial ao amigo Moisés, o qual me acompanhou por Iporanga afora e me apresentou a pessoas maravilhosas.

Ao Prof. Dr. Antonio Carlos Vitte pela orientação , a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela bolsa concedida e ao Programa de Pós- Graduação em Geografia, da UNICAMP, que através das verbas dependidas de campo e da liberação veículo, foram fundamentais para a realização desta dissertação.

Ao Pessoal da Secretaria de Pós , a Valdirene e a Ednalva que sempre não deixavam a gente esquecer da datas e tanto ajudaram com carinho e dedicação.

As pessoas das instituições que me receberam e cooperaram fornecendo informações importantes para esta pesquisa, em especial ao Modesto e ao Tadeu, do PETAR, e a Rose e Patrícia, do ITESP.

A Prof. Dra. Berbardete de Castro e o Prof. Dr. Paulo de Godoy da UNESP-Rio Claro pelas discussões e sugestões que foram de grande valia e de benéfica influência, a Prof. Dr. Rita pelas boas conversas, risadas e pelos conselhos.

Aos amigos os quais conviveram comigo neste período, Rodrigo, Murilo, Zuleika, Camila, Rita ,Melissa, Miltom, Eduardo M.,Eduardo, Mônica, Andréa, Bia, Letícia,Rolando, Gimena, Diego, Sérgio,Aninha, Cris, Bienvinido, Paulo, Josie e a muitos outros.

A Ana Paula, em especial pela sua compreensão,amor e carinho que nos momentos mais difíceis desta pesquisa me apoiou e ajudou a me manter neste caminho.

Muito Obrigado

SUMÁRIO

1.0-Introdução. 01
1.1-Objetivos. 07
1.2- Metodologia e Técnicas Empregadas 07
1.2.1-Metodologia Adotada 07
1.3-Localização da Área de Estudo 11
2.0-REVISÃO DE LITERATURA 15
2.1-A Valorização do Espaço. 15
2.2-O Município no Brasil. 21
2.3- A Crise do Estado e da Federação no Brasil 23
2.4- O Município e o Desenvolvimento Local 26
2.5- A Política Ambiental 37
2.6- A Política Ambiental no Vale do Ribeira 38
2.7-As Unidades de conservação 40
3.0-O QUADRO NATURAL DE IPORANGA. 51
4.0-FORMAÇÃO TERRITORIAL DO VALE DO RIBEIRA . . . 63
4.1-Formação Territorial do Município de Iporanga. 70
4.2-O Município de Iporanga. 81
4.3-Aspectos Sócio-Econômicos. 85
4.3.1-Economia 85
4.3.2-Agricultura. 88
4.3.3-Indústria. 91
4.3.4-Comércio e Serviços 92
4.3.5-Turismo. 93
4.4-Aspectos Sociais 97
4.4.1-População 97
4.4.2-Habitação. 101
4.4.3-Transporte e Malha Viária 101
4.4.4-Educação. 102
4.4.5-Saúde-. 103
4.4.6-Saneamento Básico 104
4.5-Condições de Vida. 109
4.5.1-Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS 109
5.0- A GEOGRAFIA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS:O PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL DE IPORANGA 115
5.1-A Geografia dos conflitos Socioambientais. 115
5.2-Patrimônio Natural do Município de Iporanga. 117
5.2.1-Unidades de Conservação. 117
5.2.2-Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira-PETAR. . . . 117
5.2.3- O Núcleo Cablocos. 123
5.2.4-O Núcleo Santana. 125
5.2.5-O Núcleo Ouro Grosso. 131
5.2.6-O Núcleo Casa de Pedra. 133
5.3-O Patrimônio Espeleológico 133
5.3.1- As Cavernas de Iporanga 133

5.3.2- A Importância da Preservação e Conservação das Cavernas . . . 139
5.4-Ocupação Humana Conflitos Socioambientais 143
5.4.1-O Bairro da Serra 147
5.4.2-A Formação Territorial do Bairro da Serra 148
5.4.3-Anos de Conflitos e Lutas 150
5.4.4-. O Bairro Ribeirão 155
5.4.5-As Cavernas e os conflitos relacionados ao seu uso 162
5.5-O Patrimônio Cultural de Iporanga 168
5.5.1-O Patrimônio Cultural e Identidade Cultural 168
5.5.2-Manifestações Culturais. 170
5.5.3-O Patrimônio Histórico-Cultural. 173
5.6-Os Quilombos de Iporanga. 177
5.6.1-O Quilombo de Porto Velho 177
5.6.2-Formação Sócio-Histórica 177
5.6.3-A comunidade de Porto Velho 180
5.6.4- As Manifestações Culturais 180
5.6.5-Resistência e Territorialidade 182
5.7-O Quilombo de Praia Grande 191
5.7.1-Formação Sócio-Histórica 191
5.7.2- A Comunidade de Praia Grande 193
5.7.3-As Manifestações Culturais 196
5.7.4-Novas Ameaças. 198
5.8-O Quilombo de Bombas 199
5.8.1-Formação Sócio-Histórica 199
5.8.2-A Comunidade de Bombas 200
5.8.3-Manifestações Culturais 201
5.8.4-A Chegada do Parque 201
5.9-O Quilombo de Nhunguara 205
5.9.1-Formação Sócio-Histórica 205
5.9.2-A Comunidade Nhunguara 207
5.9.3-O Reconhecimento Étnico e os mesmos problemas. 209
5.10-O Quilombo de Pilões 210
5.10.1-Formação Sócio-Histórica 210
5.10.2-A Comunidade de Pilões 211
5.10.3-Problemas e melhoras na relação com o EStado 215
5.11-O Quilombo de Maria Rosa 216
5.11.1-Formação Sócio-Histórica 216
5.11.2-A comunidade de Maria Rosa 216
5.11.3-As Manifestações Culturais. 218
5.11.4-Velhas Lutas e de olho no futuro 218
5.12-A Dinâmica Socioambiental nas Comunidades Negras de Iporanga . . 225
5.13-O Saber Local e a Biodiversidade 235
6.0-O PATRIMÔNIO NATURAL,O MUNICÍPIO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL 239
6.1-Turismo e Ecoturismo em Áreas Naturais Protegidas 239
6.2-O Município e a importância do Desenvolvimento Local . . . 246
7.0-Considerações Finais . .x 256

8.0- Anexos 264
9.0-Referência Bibliográfica e Bibliografia 291

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1.1 – Localização do município de Iporanga. . . 11
FIGURA 1.2 – Vias de acesso ao município de Iporanga. 13
FIGURA 3.1 – Geomorfologia do município de Iporanga. 53
FIGURA 3.2 – Área remanscentes de Mata Atlântica em IPoranga. . . 57
FIGURA 5.1 – Localização do PETAR no município de IPoranga. . . 119
FIGURA 5.2 – PETAR e outras unidades conservação 121
FIGURA 5.3 – Mapa do Patrimônio Histórico e Cultura de Iporanga . . 175
FIGURA 5.4 – Mapa do território de Bombas dentro dos limites do PETAR . 203

ÍNDICE DE FOTOS

FOTO 4.1-Transporte de minério de chumbo da Mina de Furnas na estrada Apiaó-Iporanga-1934 77
FOTO 4.2-Acidade de Iporanga às margens do Rio Ribeira em 1934 . . 77
FOTO 4.3-A cidade de Iporanga às margens do Rio ribeira em 2002 . . 83
FOTO 4.4-Igreja Matriz de Iporanga. 95
FOTO 5.1-Cachoeira do Betarizinho um dos atrativos do núcleo Santana . . 125
FOTO 5.2-Turistas no núcleo Santana do PETAR 127
FOTO 5.3-Centro de visitantes no núcleo Ouro Grosso do PETAR-Bairro da Serra 131
FOTO 5.4-Caverna Casa de Pedra –Núcleo Cablocos PETAR . . . 135
FOTO 5.5-Caverna Água Suja-Núcleo Santana-PETAR. 137
FOTO 5.6-Caverna Morro Preto –Núcleo Santana –PETAR . . . 137
FOTO 5.7-Caverna Lage Branca-PETAR 139
FOTO 5.8-Captação de água na caverna Ouro Grosso 143
FOTO 5.9 Moradores do Bairro Ribeirão que moram dentro dos limites do PETAR 157
FOTO 5.10-Ponte abandonada no bairro Ribeirão 159
FOTO 5.11-Festa de Nossa Senhora do Livramento em Iporanga . . . 173
FOTO 5.12-Território do quilombo de Porto Velho às margens do Rio Ribeira . 177
FOTO 5.13-Bananal tomado pelo fazendeiro 185

FOTO 5.14-Restos da igreja da comunidade de Porto Velho destruída pelo fazendeiro 187
FOTO 5.15-Nova igreja construída pela comunidade de Porto Velho como resistência 189
FOTO 5.16-Vista geral do quilombo de Praia Grande 193
FOTO 5.17-Roça de Arroz base de alimentação da comunidade de Praia Grande . 196
FOTO 5.18-Vista Geral da comunidade Nhunguara 207
FOTO 5.19-Vista geral do núcleo central da comunidade de Pilões . . 213
FOTO 5.20-Casa de pau-a-pique e no núcleo central da comunidade de Pilões . 213
FOTO 5.21-Acampamento armado pelo fazendeiro que reinvidica parte das terras da comunidade de Maria Rosa 219
FOTO 5.22-Estufa de mudas de palmito destruída pelo gado solto do fazendeiro . 219
FOTO 5.23-Tanque de piscicultua manejado pela comunidade de Maria Rosa . 223

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1.1-Unidades de conservação no Vale do Ribeira e municípios abrangidos 41
QUADRO 3.1- Área ocupada por cobertura vegetal nativa no Vale do Ribeira . 61
QUADRO 4.1-Concessões imperiais de mineração em Iporanga . . . 73
QUADRO 4.2-ICMS-Ecológico arrecadado pelos municípios do Vale do Ribeira . 86
QUADRO 4.3-Repasse de tributos pelo Governo do Estado de São Paulo aos municípios de Iporanga e Registro em 2003 87
QUADRO 4.4-Utilização das terras no município de Iporanga . . . 90
QUADRO 4.5-Estabelecimentos por grupo de área total 90
QUADRO 4.6-Número de estabelecimentos no setor de comércio e serviços em 2001 92
QUADRO 4.7-Total de empregos ocupado no setor de indústria.comércio e serviços nos anos de 1991,1999 e 2001 93
QUADRO 4.8-População geral, urbana e rural e suas atribuições conforme sexo no períodos de 1991,1999 e 2000. 98
QUADRO 4.9-Taxa de crescimento populacional anual da população de Iporanga em comparação com Registro no período de 1991,1999 a 2000 . 99

QUADRO 4.10-Estrutura etária da população de Iporanga 100
QUADRO 4.11-Taxa de analfabetismo da população em Iporanga e Registro . 103
QUADRO 4.12-Taxa de mortalidade infantil em Iporanga, Vale do Ribeira e Estado de São Paulo 104
QUADRO-4.13 Índice de saneamento básico em Iporanga,Vale do Ribeira e Estado de são Paulo 105
QUADRO 4.14- Proporção (em%) de moradores por tipo de abastecimento de água 106
QUADRO 4.15-Proporção de moradores por tipo de instalação sanitária em Iporanga 107
QUADRO 4.16-Proporção de moradores por tipo de lixo em Iporanga . . 108
QUADRO 4.17-Índice Paulista de Responsabilidade Social. . . . 111
QUADRO 5.1-Fluxo de visitantes nos núcleos do PETAR 129

LISTA DE SIGLAS

AMAIR-Associação dos Monitores Ambientais de Iporanga

APA- Área de Proteção Ambiental

CAF-Companhia Argentífera de Furnas

CBA-Companhia Brasileira de Alumínio

CECAV-Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas

CESP-Companhia Energética do Estado de São Paulo

CEPAM-Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

CPRM- Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais

CPT-Comissão da Pastoral da Terra

CONAMA-Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONDEPHAAT-Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico,Arqueológico,Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

CONTUR-Conselho de turismo

DEPRN-Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais

EIA-RIMA-Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental

FUNTUR-Fundo de Investimentos de Turismo

IBAMA-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS-Imposto de Circulação de Mercadorias

ITESP-Instituto de Terras do Estado de São Paulo

MOAB-Movimento dos Atingidos pelas Barragens

PEA-População Econômica Ativa

PED-Projeto de Execução Descentralizada

PETAR-Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira

PNMA-Programa Nacional do Meio Ambiente

SBE-Sociedade Brasileira de Espeleologia

SABESP-Saneamento Básico do Estado de São Paulo

SEADE-Sistema Estadual de Análise de Dados

SMA-Secretaria do Meio Ambiente

SUDELPA-Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JONAS JUSTINO DOS SANTOS

O MUNICÍPIO, O PATRIMÔNIO NATURAL E A DINÂMICA SOCIOAMBIENTAL NO VALE DO RIBEIRA: O CASO DO MUNICÍPIO DE IPORANGA /SP

RESUMO

O trabalho tem como objetivo analisar e caracterizar a dinâmica socioambiental no município de Iporanga, estado de São Paulo, situado no Vale do Ribeira, bem como verificar se o patrimônio natural e cultural do município viabiliza políticas e estratégias de desenvolvimento local para a melhoria das condições de vida de sua população.

A primeira parte do trabalho, trata da questão do papel do município no desenvolvimento de políticas e estratégias de desenvolvimento local, sua relação com a crise da federação e as políticas ambientais adotadas no Vale do Ribeira, verificando as causas dos conflitos socioambientais gerados a partir da implantação de unidades de conservação.Também realiza um levantamento dos processos históricos e sociais da formação territorial do Vale do Ribeira e do município de Iporanga dentro deste contexto, bem como a caracterização fisiográfica e a apresentação de indicadores sócio-econômicos e ambientais do município.

A segunda parte, trata de analisar a importância do patrimônio natural e cultural para o desenvolvimento do município, mostrando os tipos de utilização deste, e aborda os conflitos socioambientais envolvidos na gestão e no uso dos recursos naturais e a situação das populações tradicionais, neste contexto. Analisa as possibilidades de uso deste patrimônio e aborda a questão do desenvolvimento local atrelado a outros instrumentos de planejamento como a descentralização e a intersetorialidade.

A relevância deste trabalho reside no intuito de contribuir para gerar informações que possam subsidiar o desenvolvimento de uma agenda positiva para o município, baseada na sustentabilidade e na importância do desenvolvimento local.

Palavras chaves: Município, Patrimônio Natural, Patrimônio Cultural, Iporanga, Vale do Ribeira, Dinâmica Socioambiental, Desenvolvimento Local.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JONAS JUSTINO DOS SANTOS

THE CITY, THE NATURAL PATRIMONY AND THE SOCIAL - ENVIRONMENTAL DYNAMIC AT RIBEIRA VALLEY: THE CASE OF THE IPORANGA-SP

ABSTRACT

This Work main purpose is to characterize the social-environmental dynamic of the Iporanga city, in the São Paulo state, placed at Vale do Ribeira, and also verify if the city natural and cultural patrimony makes feasible development politics and strategies to improve people's life conditions.

The first part of the work is about the city role in developing politics and strategies for the local increment, its relation with the federal crisis and environmental politics adopted at Vale do Ribeira, checking on the social-environmental conflicts causes generated by the conservation units implementation. It also works on a survey of historical and social processes at Vale do Ribeira territorial formation, including the Iporanga city inside this context, as well as the physiographic characterization and city socio-economic and environmental indicators.The second part analyses mainly the natural and cultural patrimony importance to the city development and its uses. It brings out the social-environmental conflicts involved on the managing and use natural resources and traditional people situation ins this context. It analyses the possibilities of using this patrimony and approaches the local development issue connected to other planning devices, like the decentralization and inter-sectorialization.

The importance of this work is aim to contribute in generating informations which could give elements to a positive agenda for the city based on the support and local development importance.

Keywords: City – Natural Patrimony – Cultural Patrimony – Iporanga – Ribeira Valley – Social-Environmental Dynamic – Local Development

1.0-Introdução

Dois aspectos definem a pobreza material no Vale do Ribeira: o desemprego e a baixa renda que condenam amplas parcelas da população à pobreza.

Decorre que, diante desta situação, o principal desafio é buscar o desenvolvimento da região que possui em seus limites geográficos a maior área de Mata Atlântica no Estado de São Paulo, paradoxalmente, suas maiores expressões sócio-econômicas são a miséria e a falta de emprego. Esta região caracteriza-se por apresentar uma forte presença de cobertura vegetal concentrando 40% das Unidades de Conservação (Ucs) do Estado como: Parques Estaduais, Estações Ecológicas e Áreas de Preservação Ambiental (APAS).

As ações do Estado para desenvolver o enorme potencial econômico da região, no qual o município de Iporanga está inserido, representado pelo turismo e pela utilização sustentável dos recursos naturais, incluindo aí, a riquíssima biodiversidade representada pela Mata Atlântica, a presença de um rico patrimônio histórico-cultural e espeleológico, têm agravado os conflitos socioambientais no município com relação ao uso, ocupação e à gestão dos recursos naturais, enfocados numa dicotomia entre desenvolvimento econômico *versus* proteção ambiental.

Os conflitos sócio-ambientais, conforme Little (2004), são embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico, isto é, com seus respectivos meios: social e natural. Devido à existência de muitos tipos de conflitos sociais podemos classificar um conflito determinado como sócio-ambiental quando o cerne do conflito gira em torno das interações ecológicas. Essa definição remete à presença de múltiplos grupos sociais em interação entre si e em interação com seu meio biofísico (LITLE, 2004).

Emerge a necessidade de lidar simultaneamente com as dimensões social e biofísica, portanto o termo sócio-ambiental e não simplesmente o ambiental ou o social em separado, como fazem as ciências naturais e as ciências sociais, respectivamente. Se a análise social confronta o desafio de incorporar as dinâmicas do mundo biofísico dentro de sua prática, as ciências naturais enfrentam o desafio inverso: no seu entendimento dos distintos ciclos naturais teria que levar em conta o mundo humano e suas estruturas políticas e sócio-econômicas. Em ambos, é necessário que haja um diálogo profundo entre

as Ciências Naturais e as Ciências Sociais para produzir uma ciência que focalize o relacionamento dinâmico e interdependente entre o mundo biofísico e o mundo social. Isto, por sua vez, requer certas mudanças paradigmáticas na prática científica e nos planos epistemológico, metodológico, etc. (LITTLE, 2004).

O princípio que estrutura esta pesquisa parte da hipótese de que no município de Iporanga a agenda ambiental é uma ferramenta política e técnica, que pode viabilizar o desenvolvimento econômico local do município, sem que, com isto, as tradições locais sejam quebradas ou re-funcionalizadas por processos de consumo do espaço, natureza e patrimônio, o que geralmente acontece nas áreas de elevado potencial turístico.

O recorte empírico que é o município, oficialmente nossa escala de trabalho, permite o desenvolvimento de alguns eixos de reflexão que se mesclam na pesquisa, a saber:

a)-o trabalho com diferentes escalas (municipal, estadual, nacional, internacional);

b)- a presença de tradições e culturas diferenciadas;

c)- a presença de um rico patrimônio natural e cultural.

O território assenta-se sobre uma extensão de espaço físico resultante de uma geosfera constituída por uma dinâmica integradora que se define ao longo do tempo geológico e que irá definir as características e propriedades deste espaço natural. (ABREU, 1982).

Esta geosfera resulta de uma complexa combinação de fenômenos naturais como: geológicos, geomorfológicos, climáticos, paleoclimáticos e pedológicos. Sobre esta base físico-territorial instalam-se processos biológicos também variados e articulados e dessa associação conforma-se o espaço que se define como meio natural, o qual atua como suporte dos processos sociais constituídos da formação territorial. Ao conjunto de estoques de recursos naturais depositados num dado meio atribui-se o nome de patrimônio natural. Este expressa a identificação do potencial de recursos à disposição do grupo humano que domina aquele espaço. Assim o patrimônio natural é um componente do território. (MORAES, 2000).

O patrimônio cultural, por sua vez, como definido no artigo 216 da Constituição Federal, de 1988, são os bens da natureza material e imateriais portadores de referência à

identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade nacional, neles incluindo, entre outros aspectos, as formas de expressão; modos de criar, fazer e viver; criações científicas, artísticas e tecnológicas; os espaços destinados às manifestações artístico-culturais e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Porém Velho, (1984), salienta que cultura é uma noção útil para pensar o patrimônio cultural, na medida em que sua utilização leve em conta as complexas relações entre o que permanece e o que muda, pois passado, presente e futuro estão intensamente interligados. (VELHO, 1984)

Após a implantação do PETAR (Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira) e a implementação das leis ambientais para a proteção da Mata Atlântica começaram a haver inúmeros conflitos socioambientais em Iporanga. Estes estão intimamente ligados ao ordenamento do território municipal, pois quase a totalidade da área do município passa a ser enquadrada como área de preservação ambiental.

Este fato gerou uma redução drástica das atividades econômicas ligadas à exploração dos recursos naturais como: o extrativismo mineral através da mineração de calcário e chumbo e o extrativismo vegetal através da retirada do palmito para conserva, levando, com isto, o município à estagnação econômica.

Também acentuou os conflitos socioambientais relacionados ao uso e ocupação das terras e à gestão dos recursos naturais regulados pelo Estado, pois algumas áreas como bairros residenciais e quilombos tornaram-se áreas de preservação.

Sendo assim, várias atividades fundamentais para a sobrevivência da população que habitam estas áreas foram restritas, como no caso da agricultura de subsistência, da caça, da utilização de áreas para a coivara[1], da ampliação de suas moradias e da falta de titulação da terra para os moradores que se encontravam nestas áreas antes da alienação deste território como área de preservação ambiental.

Atualmente a atividade turística sobressai no município e tem permitido uma nova forma de utilização do rico patrimônio natural e cultural, por meio do desenvolvimento do ecoturismo, que produz uma nova configuração sócio-espacial no município.

[1] -O processo agrícola, chamado de coivara, consiste num sistema de queimadas e de fertilização da terra com as cinzas.

As perguntas que estruturam e norteiam esta pesquisa são:

1 - Como o Patrimônio natural e cultural do município de Iporanga, representado pela grande concentração de Unidades de Conservação (Ucs) e a presença de um rico patrimônio histórico-cultural pode ser utilizado para a promoção do desenvolvimento local e da melhoria das condições de vida da população local?

2 - Será que as políticas públicas, projetos e programas levados pelos órgãos públicos e ONGS para a região caminham no sentido de promover o desenvolvimento local do município de Iporanga ou são dissociadas e fragmentadas, não havendo uma integração na implementação destas políticas?

3 - Quais são os impactos sociais e ambientais gerados pela utilização deste patrimônio e qual o papel dos atores sociais na configuração ou na erradicação destes impactos?

O recorte adotado nesta pesquisa é o município enquanto unidade territorial, política reconhecida no Brasil e produto de uma dinâmica histórica e sócio-espacial específica.

Para Haesbaert, (2004), a implementação das chamadas políticas de ordenamento territorial deixa clara a necessidade de considerar duas características básicas do território: em primeiro lugar, seu caráter político no jogo entre os macropoderes políticos institucionalizados e os "micropoderes", muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações; em segundo lugar, seu caráter integrador – o Estado em seu papel gestor-redistributivo e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta com os "ambientes" capazes de reconhecer e de tratar o espaço social em todas suas múltiplas dimensões. (HAESBAERT, 2004)

A escolha da área de estudo justifica-se pelo sentido de se entender como acontecem as dinâmicas socioambientais nas relações entre os grupos sociais envolvidos na problemática em questão e como estes, através de suas ações configuram o uso do território do município de Iporanga. Tem o sentido de analisar e compreender as ações, os conflitos e as disputas dos grupos sociais com relação à preservação ambiental, ao uso e gestão do território e dos recursos ambientais.

Conforme Costa, (1989), os grupos sociais estabelecem determinados modos de relação com seu espaço, valorizando o seu modo. Estes grupos projetam sobre o espaço as suas necessidades, a organização do trabalho e a cultura em geral, mas projetam igualmente as relações de poder que porventura se desenvolvem no seu interior.

Esta relação de espaço-poder é fundamental para análise geográfica, pois vai imprimir ao território um processo de transformações políticas significativas. Uma vez que, à medida que o grau de complexidade aumenta, essas relações de poder tendem a se tornar explícitas, ou seja, a nitidez do espaço político aumenta.

O autor cita, como exemplo, o advento da propriedade da terra que representa claramente uma ruptura e um marco nesse processo, pois ela revela a projeção no espaço de (cercas e limites em geral) de transformações profundas no interior da sociedade. Deste modo, a propriedade fundiária não deixa de representar uma institucionalização de determinada correlação de forças marcadas pelo conflito (COSTA, 1989).

A unidade espacial de análise adotada nesta pesquisa para se analisar a diferente questão das relações e inter-relações das dinâmicas socioambientais é o município constituído de seu espaço social e de suas relações sociais[2] .Optou-se pelo uso desta unidade federativa, uma vez que o município de Iporanga, dentro de sua formação histórica, possui sua identidade cultural e organização territorial ligadas ao Vale do Ribeira.

Apesar desta pesquisa não ter o intuito de esgotar o assunto e muito menos solucionar os problemas e os conflitos na área existente, tem o propósito de contribuir para gerar informações que possam subsidiar o desenvolvimento de uma agenda local positiva para o município baseada na sustentabilidade[3], bem como a relevante importância para o planejamento de áreas cársticas, limitações de áreas naturais destinadas ao ecoturismo em conformidade com as necessidades sociais da população e com a prática de preservação da

---

[2] Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

[3] Este conceito deve ser entendido neste artigo como Sustentabilidade Ampliada, que quer dizer que não haverá sustentabilidade ambiental sem sustentabilidade social, cultural, econômica, etc. Ou seja, ou se trabalham todos os níveis ao mesmo tempo, ou não se terá um desenvolvimento sustentável. É interessante a evolução deste último conceito, que deixa de ser um nome de um novo modelo para ser o nome de um novo processo (CRESPO, 1997), a sustentabilidade passa a ser compreendida, assim como um amplo processo de transformação, o qual pode ser decomposto em diversas dimensões, entre as quais podemos apontar a dimensão econômica. (NOVAES, 2000).

natureza. Contribuindo, assim, para a análise de uma problemática que não só se restringe ao município de Iporanga, mas a tantos outros municípios que possuem características semelhantes a este estudo.

A possibilidade de organizar o território parece cada vez mais distante sem repensar o modelo econômico, a localização das atividades industriais, o tipo de urbanização, a função dos espaços não urbanizados, as necessidades específicas dos grupos sociais em construir a paisagem dentro das regras de um jogo que favoreça uma maior diversidade de estilos de vida, implica também enfrentar as contradições do capitalismo, entender o conflito entre as inovações e o estabelecido.

Ainda, segundo o autor, isso só pode ser feito a partir da compreensão dos processos naturais, ou não, que levam ao exaurimento e à degradação da paisagem, simultaneamente com a compreensão das razões sociais, econômicas e políticas que conduzam à adoção de determinadas práticas de utilização do território. (LEITE, 1992)

A dissertação é composta de cinco capítulos:

Capítulo 1- Revisão de Literatura;

Capítulo 2- apresenta o quadro natural do município de Iporanga com relação as características do seu Patrimônio Natural dando destaque ao meio físico e biótico;

Capítulo 3- apresenta a formação territorial do Vale do Ribeira e do município dando destaque aos aspectos econômicos por meio da utilização de indicadores sócio-econômicos e ambientais, sendo que neste capítulo foram utilizados dados de órgãos Estaduais e Federais como Fundação SEADE, IBGE e outros órgãos estaduais;

Capítulo 4- analisa e caracteriza o patrimônio natural e cultural, mostra os tipos de utilização destes, os principais conflitos envolvidos na gestão e no uso dos recursos naturais, o estado de conservação em que se encontram estes recursos e mostram dois exemplos de conflitos socioambientais no bairro da Serra e no bairro Ribeirão. Também realiza uma discussão do patrimônio Cultural do município representado pelo tombamento

do sítio urbano como patrimônio histórico e pelos remanescentes de quilombos, mostra as atuais condições dos quilombos de Iporanga: Nhunguara, Pilões, Maria Rosa, Porto Velho e Bombas.

Capítulo-5 realiza uma discussão do Patrimônio Natural e da importância do desenvolvimento local para o município de Iporanga.

1.1- Objetivos

Os objetivos deste trabalho no município de Iporanga são:

a) Caracterizar e analisar a dinâmica socioambiental no município de Iporanga - SP;

b) Verificar se o Patrimônio Natural e Cultural do município de Iporanga viabiliza políticas e estratégias de desenvolvimento local para a melhoria das condições de vida de sua população.

1.2- Metodologia e Técnicas empregadas

1.2.1- Metodologia adotada

1- Delimitação da área de estudo a ser avaliada (município de Iporanga - SP)

2 - Levantamento da formação territorial do município e seu contexto na região;

3 - Uso de entrevistas com os responsáveis por órgãos públicos, municipais, estaduais, federais e entidades civis e com moradores locais, com a finalidade de identificar as ações dos atores sociais no âmbito sócio-econômico e ambiental do município;

4 - Identificação das atividades econômicas transformadoras ocorrentes, bem como das alterações e fenômenos socioambientais derivados;

5 - Identificação dos fatores ambientais impactados e respectivos indicadores ambientais de comportamento e funcionalidade, usando de indicadores sócio-econômicos para verificar a estrutura urbana e o nível de qualidade de vida da população, cartografar os fenômenos espacialmente;

6 - Coleta e registro de dados realizados, através do levantamento de informações, ao patrimônio natural do município (inventário), uso e ocupação do solo e aspectos sócio-econômicos, através de consulta de mapas, cartas geográficas e manuais estatísticos, consulta a órgãos públicos: municipal, estadual e federal.

Dentro do contexto da pesquisa foi realizado, através do trabalho de campo, o levantamento de toda a infra-estrutura urbana e rural do município de Iporanga com relação: à eletrificação, saneamento básico, água encanada, educação, saúde, esgotos e disposição dos resíduos sólidos, como também o registro fotográfico e o levantamento das condições das principais malhas viárias que dão acesso ao município, como a SP-165 Apiaí-Iporanga, Iporanga – Barra do Turvo e trecho Iporanga-Eldorado, procurando identificar as condições de uso e sua importância para o desenvolvimento do município e elos com outros municípios da região.

Também foi feito o levantamento das condições de uso e conservação do núcleo urbano do município considerado como patrimônio histórico do Estado de São Paulo, por apresentar estruturas urbanas arquitetônicas da época de sua fundação, com construções típicas do estilo barroco, representando a passagem do ciclo do ouro paulista na região e tombada pelo CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

Além disso, foram realizadas 14 entrevistas (no total), sendo que quatro entrevistas foram nas comunidades remanescentes de quilombos (Nhunguara, Maria Rosa, Pilões e Porto Velho) com a finalidade de verificar as condições que se encontram estas comunidades e quais são as políticas aplicadas pelos órgãos com relação à preservação deste patrimônio cultural e os conflitos existentes com relação ao uso e ocupação do solo no que tange à questão ambiental e fundiária.

Foram também entrevistados representantes de órgãos públicos municipais: prefeito, secretário de turismo, representantes de ONGS, AMAIR (Associação de Monitores Ambientais de Iporanga), estaduais: DPRN, ITESP, direção PETAR, Polícia Florestal Batalhão de Apiaí com o intuito de averiguar quais são as políticas realizadas por estes órgãos no município e se estas contemplam as questões relativas aos conflitos socioambientais e se agem de forma integrada para a melhoria da qualidade de vida da população do município.

Durante o trabalho de campo, foi realizado um levantamento dos principais impactos ambientais onde se sobressaíram o desmatamento de inúmeras áreas florestadas para plantio, em áreas com declividades acima de 45°, processos erosivos próximos às estradas contribuindo para o sucateamento da malha viária, além da construção de casas de turistas em áreas consideradas de preservação dentro dos limites do PETAR (Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira).

Visitamos, também, as comunidades do Bairro da Serra e Ribeirão, ambas se encontram dentro dos limites do parque sendo que a primeira está a apenas 3 km do principal acesso ao parque.Por sua localização, recebe um grande fluxo de turistas que visitam o parque. Neste bairro, começa a haver uma intensa urbanização com a construção de inúmeras pousadas e casas de veraneio denotando uma valorização do espaço local.

No Bairro de Ribeirão, que também se encontra dentro dos limites do parque, localizado no núcleo "Casa de Pedra", foi realizado um levantamento fotográfico do bairro, dos tipos de moradias e foi feita uma entrevista com o presidente da associação do mesmo, com o objetivo de verificar as condições e restrições a que estão submetidos os moradores do bairro e se há alguma política do parque referente a eles.

Com relação ao Patrimônio espeleológico do município, foram visitados os núcleos Santana, Casa de Pedra e Caboclos do PETAR.Verificamos como são realizadas as visitações turísticas e como é a participação dos monitores ambientais neste processo e também foram visitadas algumas cavernas próximas ao "Bairro da Serra", as quais recebem visitação intensa de turistas, onde se analisou o estado de conservação das mesmas.

1.3- Localização da Área de Estudo

O município de Iporanga localiza-se nos contrafortes da Serra de Paranapiacaba no Estado de São Paulo, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 24° 35' 04" latitude S e longitude 40° 35' 24" W A sede do município encontra-se a 80 m do nível do mar, encravado na confluência do Rio Ribeira e do Ribeirão Iporanga, com altitudes de até 1150m na Serra da Boa Vista e possui uma área de 1277 Km². Pertence à região administrativa de Sorocaba e região de governo de Itapeva (SANTOS, 2002).

Limita-se com os municípios de Guapiara e Ribeirão Grande ao N, a W limítrofe com o município de Apiaí, ao S-SW faz limite com o Estado do Paraná e com o município de Itaóca e a E-SE é limítrofe com os municípios de Eldorado e Barra do Turvo (SANTOS, 2000) conforme figura-1.1

Fig -1.1 Localização do município de Iporanga no Estado de São Paulo.
Fonte: (SMA, 1995).

O acesso até o município de Iporanga pode ser feito (através de São Paulo) pela BR-116 até Jacupiranga, deste município parte-se pela SP-165 até Iporanga, perfazendo uma distância de 312 km de São Paulo capital, pela rodovia Castelo Branco BR-280 até

Itapetininga SP-127, deste município parte-se pela SP-250, que vai para Apiaí, e deste para Iporanga pela SP-165, perfazendo um total de 340 km conforme figura-1.2

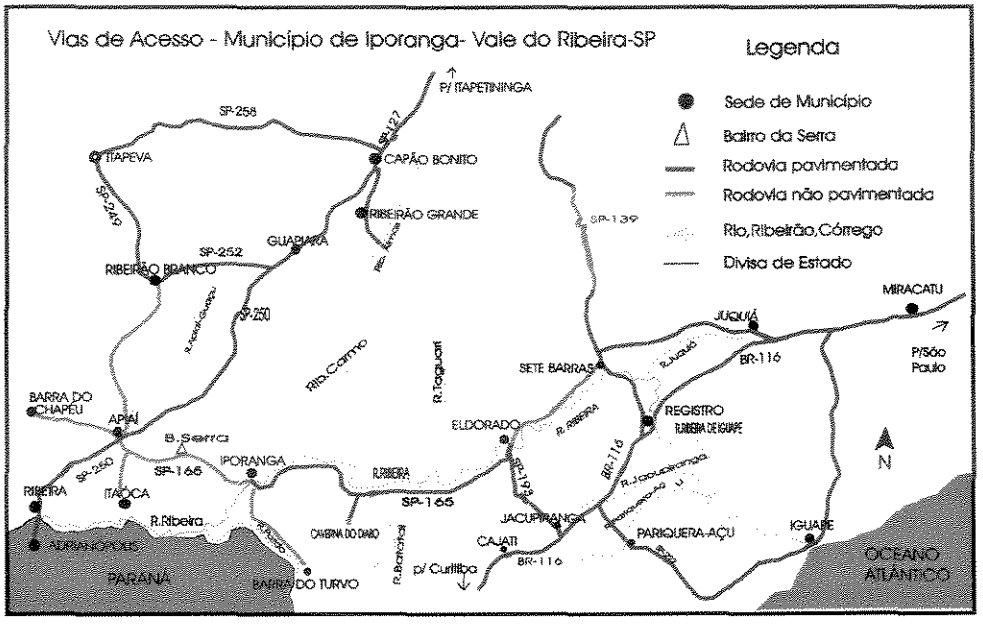


Fig. –1.2-Vias de acesso ao município de Iporanga -SP (Santos, 2002).

2.0 - Revisão de Literatura

2.1-A Valorização do Espaço

A categoria de interpretação assumida nesta pesquisa é a valorização do espaço, pois conforme Moraes e Costa, (1984), em qualquer época e em qualquer lugar a sociedade, em sua própria existência,valoriza o espaço. (COSTA, 1984)

Valorizar significa a realização (objetivação) do valor, sua apropriação material. É o ato de transformar materiais da natureza em valores de uso, dando-lhes uma utilidade para a vida humana. A valorização é, portanto, um resultado do trabalho, ao transformar recursos naturais em produtos e ao se materializar em objetos criados. (MORAES, 1999)

Parte-se de uma tradição metodológica que concebe a totalidade não como um macro objeto, uma representação exaustiva que engloba o conhecimento de todo o existente mal fundamentado como um recurso de método: mas um modo associativo de pensar o real, que busca relações e conexões dos fenômenos analisados, onde o processo de valorização do espaço pode ser desdobrado em alguns processos mais específicos, os quais exprimem distintas relações entre uma sociedade e seu suporte espacial. (MORAES, 1999).

Assim, o largo espectro de problemas que permeia toda a discussão acerca da crise ambiental, vivenciada atualmente pela humanidade, remete a um ponto comum, o qual seja, o da valorização do espaço geográfico, não se trata, pois, da retificação de um "fetiche do espaço" enquanto categoria analítica, mas sim do resgate da visão integradora da ciência geográfica como forma de entendimento de problemáticas ambientais emergentes de estruturas espaciais a elas subjacentes. (AJARA, 1993).

Para o entendimento das atividades produtivas têm importância, não apenas o trabalho morto acumulado em meios de produção, mas também a disponibilidade e as características das forças naturais em geral e de seu papel na produtividade do trabalho. Assim, o valor do espaço também se expressa na qualidade, quantidade e variedade dos recursos naturais disponíveis numa dada porção do espaço terrestre. Isto significa que a singularidade natural dos lugares é uma preocupação clássica da Geografia. (MORAES E COSTA, 1984).

As singularidades das diferentes porções do planeta impõem-se como um imperativo no deslindamento desses processos de relação entre as sociedades e a superfície da Terra, isto fornece um conteúdo próprio à perspectiva assumida na análise geográfica da totalidade. (MORAES 2000).

O imperativo espacial impõe-se, em primeiro lugar, pela variedade dos quadros físicos do planeta, sendo a diversidade local inicialmente pautada por características da natureza. A este substrato natural diversificado e requalificado continuamente, enquanto recursos para a sociedade, sobrepõem-se heranças de espaços construídos. O trabalho morto também fixa ao solo seletivamente, exponencializando as singularidades locais (MORAES, 2000).

A valorização do espaço articula estes dois fatores e ainda associa à dinâmica local os estímulos exteriores, pelo fato de que os lugares através das pessoas, produtos e processos relacionam-se (MORAES, 2000).

Ainda dentro deste enfoque, reconhece-se, portanto, que a problemática ambiental é inseparável da problemática social, concebendo-se o meio ambiente como um sistema integral que engloba elementos físico-bióticos e sociais. Assim sendo, a apreensão de uma dada questão ambiental dar-se-á apenas quando recuperadas as dinâmicas dos processos sociais e ecológicos, atribuindo-se ênfase à história da sociedade e natureza, ou seja, à naturalização da cultura e à culturalização da natureza. (AJARA, 1993)

Há a necessidade de superação das abordagens setorizadas, que conduzem a uma atomização do conhecimento gerado no âmbito da focalização dos problemas ambientais específicos, em detrimento da compreensão da problemática ambiental com base na abordagem dos processos e formas de organização do espaço geográfico, ou seja, das sociedades humanas sobre o território. Este autor ainda ressalta que ao se excluir as contradições e conflitos existentes numa dada organização social, econômica, política e territorial, que acabam por resultar em questões ambientais, relega-se a um segundo plano elementos essenciais à projeção de configurações espaciais subseqüente às atuais, dificultando, com isso, a formulação e implementação de políticas públicas minimamente eficazes. (AJARA,1993).

Ao aproximar a noção de meio ambiente ao próprio conceito de espaço geográfico, estar-se-ia não apenas superando as dicotomias freqüentemente postas em análises

ambientais, entre ecologia e economia, sociedade e natureza, meio físico-biótico e organização socioeconômica, como também atrelando à questão ambiental o dinamismo próprio do contínuo movimento de criação e de recriação de espaços e na formulação e análise de políticas públicas. (AJARA, 1993)

A análise e qualificação das políticas públicas devem ser verificadas sob a ótica que segundo Moraes, (2000), são os processos sociais que qualificam os lugares, inclusive as características naturais neles contidas, tornando-as um qualificativo histórico dependente de determinações tecnológicas disponíveis.

Estas políticas, de acordo com Moraes, (2000) devem ter uma abordagem própria para os estudos ambientais, nas quais cada atributo é, desde o início, investigado nos seus aspectos de inter-relação e não apenas nas suas características intrínsecas e estanques, isto é, como fator dinâmico para a identificação dos níveis de vulnerabilidade e sustentabilidade. Sendo ela capaz de expressar, ao mesmo tempo e explicitamente, a dinâmica das configurações físico-territoriais em interação contraditória com a dinâmica social em cada lugar e em todo conjunto enfocado.

Outro ponto importante na análise da dinâmica social é a formação territorial que resgata também uma unidade dialética entre a forma e o processo vital para a ótica geográfica que se busca construir, pois não é o território que é assumido como investigação, mas o processo de sua formação. Tem-se, portanto, que o estudo da constituição do território pode ser um rico caminho para a análise da particularidade histórica de uma formação econômico-social. (MORAES, 2000).

Ainda segundo o autor, o território é, antes de tudo, uma entidade política, cuja manifestação na órbita do capitalismo não pode ser dissociada da figura do Estado. A formação territorial sob este modo de produção é, antes de tudo, o exercício progressivo do domínio estatal nos diversos âmbitos territoriais do planeta.

Assim, é tarefa da Geografia compreender as marcas deixadas sobre o território pela ação histórica da intervenção da sociedade na natureza, uma vez que, ao se organizar territorialmente, cada sociedade forja padrões de ocupação e uso dos recursos e espaços resultantes das ações transformadoras do homem.

A organização territorial de uma sociedade, neste sentido, remete de maneira quase imediata as duas dimensões da reprodução social: às relações sociais e às relações entre

sociedade e natureza que as práticas sociais vigentes engendram. As relações sociais vigentes, neste sentido, regem não apenas as relações entre os diferentes grupos e indivíduos de uma sociedade, mas também as relações que estes, enquanto sociedade organizada, estabelece com a natureza (originária ou transformada pela própria ação humana). (GONÇALVES, 1998).

A valorização do espaço vai envolver a análise de processos próprios da política e da cultura, pois os usos das terras, os assentamentos humanos, as formas de ocupação, as hierarquias dos lugares, as localizações, tudo expressa os resultados de lutas, hegemonias, violências e atos políticos. A formação dos territórios é dotada de finalidades, logo sustentando projetos e guiado pelas concepções e escolhas de seus atores. Um processo, portanto, que envolve representações, discursos e formas de consciência. (MORAES, 2000)

Assim, conforme Moraes, (2000), a Terra substantiva no capitalismo como condição e meio de produção, como uma ampla dotadora de pressupostos e subsídios para as atividades produtivas. Ela fornece a base espacial e as matérias-primas, os instrumentos de trabalho e as fontes de energia, enfim, condições e produtos naturais dotados de um valor passível de ser aferido no mercado capitalista de bens.

Tais condições e produtos encontram-se desigualmente distribuídos nos lugares terrestres, o que redunda num valor potencial também variável das diferentes localidades da Terra. Neste sentido, o consumo de um lugar objetiva-se não só na utilização dos recursos naturais ali depositados, mas também na sua fruição como suporte e condição da produção e vida. Tomando-se o consumo como uma destruição mesmo que produtiva, o primeiro passo para equacionar o empobrecimento natural dos lugares – pelas formas de valorização do espaço ali desenvolvidas que reside na valoração da riqueza natural presente, é no inventariamento dos recursos contidos no seu quadro natural. (MORAES, 2000).

O consumo dos lugares implica, em parte, na destruição de parcelas de seu patrimônio natural, por isso, para avaliar a positividade ou a negatividade dos processos de valorização do espaço deve-se apreender a relação entre o valor contido e o valor criado num dado lugar (MORAES, 2000).

Ainda, segundo o autor, no primeiro, destaca-se a determinação de ordem histórica, dando enfoque na medição da história das técnicas, na medida em que são elas que qualificam uma matéria telúrica como recurso natural. Outra medição necessária deve

contemplar a relatividade social da valoração, em que se projeta a diversidade e os antagonismos presentes na sociedade em questão. A objetivação do valor contido em uma dada localidade manifesta-se por meio do consumo produtivo, com a utilização dos lugares e de seus recursos gerando valores de uso, renda e lucro, assim o valor criado advém do modo de exploração das condições locais, variando conforme a atividade desenvolvida.

A questão das possibilidades de uso permite agregar à análise o tema do benefício social de cada modalidade, abrindo para a avaliação política das opções de utilização do lugar.

Desta forma, o espaço preservado é aquele que por sua baixa ocupação ou por sua alta potencialidade em recursos naturais, ou ambientais ainda disponíveis, habilita-se para um amplo leque de possibilidades de uso futuro. Neste sentido, a própria possibilidade de planejar sua ocupação emerge como uma riqueza e uma vantagem comparativa, Moraes, (2002), que objetiva uma valorização do espaço.

Portanto segundo Moraes, (1999), três indicadores são fundamentais na valorização do espaço:

1 -O primeiro indicador faz um aferimento da estrutura fundiária através do comportamento do mercado fundiário e da valoração do preço da terra, pois o preço expressa também o resultado de relações políticas e sociais e responde aos valores culturais vigentes, como também fornece indicação preciosa dos vetores que comandam o uso do solo e seu ritmo de ocupação, aparecendo como a expressão de um dos agentes estruturantes do ordenamento espacial de maior poder na atualidade: o mercado.

2 - O segundo indicador são as intervenções estatais que devem ser consideradas por meio de análise de legislação, políticas, projetos e programas, pois o Estado cria limitações que influem no processo de ocupação, no planejamento estimulando tendências, e na gestão. Os agentes estatais influem na mediação e intervenção de conflitos de uso existentes e, em último caso, como produtor do espaço orientando ou revertendo processos de ocupação.

3-O terceiro indicador é a formação territorial. Esta resulta da relação de uma sociedade específica com seu espaço, sendo objetivado pelo intercâmbio contínuo que humaniza esse

âmbito espacial, materializando sincronicamente as formas de sociabilidade nela reinantes numa paisagem e numa estrutura social. O que interessa na análise é a história da apropriação e do uso de uma dada porção singular do espaço, trata-se, portanto, da própria história como objeto e não de um dos seus produtos congelados no tempo: a conformação territorial.

O estudo da formação territorial específico implica na análise da dimensão espacial singular, constituindo a sua projeção na superfície da terra. Assim, o território, ao mesmo tempo em que é determinado pela particularidade da sociedade que o constrói, aparece como um fator de definição da singularidade desta, sendo em si mesmo um elemento da particularização. Para compreender este processo singular da formação de um território há que transitar e relacionar as dimensões econômicas, políticas e culturais da sociedade que impulsiona tal processo, pois é na trama histórica que se pode captar a lógica de tal *constructo*. (MORAES, 2000).

Assim, a formação territorial enquanto manifestação particularizadora da valorização do espaço pode ser vista como um dos elementos definidores da particularidade de uma formação social, pois o desenvolvimento histórico se faz sobre e com o espaço terrestre e, neste sentido, toda formação social é também territorial na medida em que se especializa em certa porção do globo. (MORAES, 2000).

Desta maneira, a valorização do espaço e a formação territorial são dois níveis de abordagem de um mesmo processo. De um lado, mais abstrato, as determinações genéricas, fornecendo os macro-indicadores que especificam os processos e delimitam os grandes períodos históricos, iluminando suas lógicas estruturais de funcionamento. De outro lado, já no campo da concreção, a malha fina do desenrolar das conjunturas, permitindo identificar vontades e posicionamentos individualizados, atores e interesses específicos, enfim, movimentos singulares através da formação territorial de certa localidade. (MORAES, 2000)

2.2 - O Município no Brasil

Como unidade político-administrativa, o Município brasileiro tem origem no modelo da República Romana, que impôs às regiões conquistadas um modelo administrativo centralizador, como na Península Ibérica, de onde, naturalmente, chegou ao Brasil - Colônia.

As ordenações Afonsina, Manuelinas e Filipinas, as quais regendo Portugal, regeram o Brasil desde seu descobrimento até à Independência, transplantaram o modelo municipal lusitano para o nosso país, com as mesmas atribuições políticas, administrativas e judiciais. Desta forma, os municípios possuíam um Presidente, três vereadores, um Procurador, dois Almotacés, um Escrivão, um Juiz de Fora vitalício e dois Juízes Comuns, eleitos com os vereadores. Assim nasceu a administração da primeira vila brasileira, a de São Vicente, em 1532. (IBAM, 2004).

A caracterização do Município no regime institucional brasileiro variou de acordo com as tendências políticas de cada época. Durante o período colonial, apesar de serem subjugados pelo poder centralizador das Capitanias, os Municípios brasileiros, através de suas câmaras, sempre buscaram autonomia e independência administrativa da Metrópole, apoiados pela Igreja, nunca pelos donatários.

Na época imperial, as competências municipais foram subordinadas estritamente ao Governo Provincial, sendo que, nesse regime, não havia margem de autonomia aos municípios, nem sob o aspecto político, nem sob o aspecto administrativo. (ZAHN, 1983).

Os municípios passaram a ser tutelados, perdendo a função judicante, que lhes dera prestígio e poder no período colonial, ou seja, o Império congelou as instituições municipais, impedindo-lhes a dinâmica e a ação e reduzindo-as ao imobilismo e apatia.

Com o regime republicano ficou consignada, desde a Constituição de 1891, a autonomia municipal. Entretanto, na prática, o governo municipal não pôde desfrutar dessa autonomia, dada às condições políticas e econômico-financeiras em que se encontravam os municípios, na época. Somente em 1934, com a reforma constitucional, ficou garantido aos municípios um nível mínimo de rendas próprias, que possibilitassem o atendimento às necessidades locais, dando maiores condições de autonomia efetiva. Entretanto, em 1937,

início do Estado Novo, a situação dos municípios voltou a ser diretamente vinculada aos poderes superiores, dado o regime de intervenção vigente até 1945 (ZAHN, 1983).

Com a deposição de Getúlio Vargas, em Outubro de 1945, convoca-se a Assembléia Nacional Constituinte para votar a nova constituição. Esta restabelece a democracia e o federalismo fortalecendo o papel dos municípios, com uma maior participação dos municípios na arrecadação dos impostos federais e estaduais.

Na constituição de 1967 e na reforma em 1969, em pleno regime militar (1964-1985), houve uma redução da autonomia dos municípios, pois os prefeitos das capitais, das estâncias hidrominerais e dos municípios considerados de segurança nacional eram nomeados pelos governadores e estes indicados pelo regime. Houve uma redução da receita tributária dos municípios reduzidos a três impostos: IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial urbana, ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural; e ISQN-Imposto sobre os Serviços de Qualquer Natureza, não compreendidos na competência tributária da União ou dos Estados. (IBAM, 2004).

Já na constituição de 1988 houve importantes avanços para os municípios, surgindo de maneira enfática, o papel do cidadão junto aos poderes públicos.

Há uma descentralização política, aumentando a autonomia dos municípios, sendo introduzida à democracia participativa como elemento intrínseco do Estado democrático de direito e é participativa porque envolve a participação crescente do povo no processo decisório e na formação dos atos do governo.

Houve um aumento da participação dos municípios nas receitas federais e estaduais e um aumento dos impostos municipais que passam a quatro: IPTU –Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, ITIV- Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direitos à sua aquisição, IVVC – Imposto sobre a Venda a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos, exceto óleo Diesel (este imposto foi extinto em 1996) e ISS - Imposto sobre os Serviços de Qualquer Natureza, definidos por lei complementar. Houve um encremento do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) que foi aumentado de 20,5% para 22,5%, em 1993, com acréscimo de 0,5 ao ano. (IBAM, 2004)

Na década de 1990, porém, com adoção de uma visão neoliberal pelas forças políticas que atuam no Brasil, os municípios passam a assumir cada vez mais funções que

antes eram de responsabilidade do governo federal. Este fato vai gerar uma crise na Federação devido à situação econômica do Estado brasileiro que se encontra endividado, sem planejamento e sem capacidade de investimentos.

2.3 - A Crise do Estado e da Federação no Brasil

As nações capitalistas, "mais desenvolvidas" ou "em desenvolvimento", caracterizaram-se, a partir da década de 1930, por um crescente intervencionismo estatal. Este processo é marcado de extensos aparatos burocráticos de políticas públicas, em particular na área social, e por forte tendência à centralização das estruturas de poder e do processo decisório. (RODRIGUES, 2002).

Em meados da década de 1970, com o esgotamento de uma fase de expansão do capitalismo mundial, representada pela "crise fiscal do Estado", explicita-se uma série de críticas ao modelo de gerenciamento do padrão de acumulação capitalista e das relações entre Estado e Sociedade (RODRIGUES, 2002).

Esse modelo hegemônico começou a dar sinais de esgotamento, o que também afetou a forma de atuação das instâncias locais. Foi o fim de um ciclo expansivo aqui denominado de "fordismo/keynesianismo". As cidades passaram, então, a experimentar certa retração econômica e a concorrer com outras localidades, para abrigar atividades geradoras de valor. Muitas localidades têm, desde então, vivenciando diferentes graus de crise, com cortes fiscais e concorrência. (TOPLAV, 1988:10-12 apud SILVA, 1998:23).

Conforme Goulart, (2002), a crise do Estado e do padrão de intervenção estatal na economia e nas áreas sociais foi acompanhada, num primeiro momento, por uma inversão de concepções até então prevalecentes nos países centrais a respeito do papel do Estado. Progressivamente cai por terra a concepção, hegemônica por cerca de 30 anos, segundo a qual cabia ao Estado a correção das falhas de mercado, a superação das crises econômicas e a sustentação do nível de atividade econômica, ganhando força as teses de cunho neoliberal de defesa do mercado. O pressuposto da imperfeição dos mercados foi substituído de uma inevitável imperfeição do Estado. (GOULART, 2002)

É neste cenário de superação dos impactos que a "crise fiscal" gerou sobre a capacidade operacional do Estado na condução de um novo padrão de acumulação

capitalista que o debate sobre temas como a descentralização e o federalismo ganha destaque na agenda nacional.

A partir de 1988, com a promulgação da Nova Constituição, que eleva, de fato, todos os Estados, Distrito Federal e Municípios, como parte integrante e ativa da Federação, assim definido em seu artigo 18[4], a autonomia política, administrativa e financeira, das unidades sub-nacionais, garantidas por esta Constituição, começam a ganhar força e notoriedade com algumas experiências inovadoras no campo da participação popular na gestão pública em algumas administrações municipais. Tal dispositivo associa-se ao processo de descentralização, vinculando à autonomia das unidades sub-nacionais entre si, "conferindo aos estados e municípios ampla autonomia para legislar e arrecadar tributos próprios e para orçar, gerir, despender e fiscalizar seus recursos, além de reformatar tributos e descentralizar receitas". (PNUD, 1996:57).

A União vai perdendo, principalmente após a Constituição de 1988, a capacidade de utilizar fundos públicos como mecanismo de articulação entre as unidades da federação e de mediar os diferentes interesses regionais, por causa do caráter descentralizador da nova Constituição. Tem-se, então, uma crise federativa com várias facetas: crise fiscal, crise na distribuição das competências na execução das políticas sociais, crise nos desequilíbrios da representação dos estados no Congresso Nacional, crise na configuração dos interesses regionais e locais. (SILVA, 1998).

Conforme Rodrigues, (2002), o ponto central da questão está na dificuldade em conciliar a descentralização fiscal com as desigualdades regionais e locais. Num contexto como o brasileiro, de grandes desigualdades na repartição espacial da renda e da riqueza, o equilíbrio entre "competências impositivas" próprias e "transferências compensatórias" é muito difícil de ser alcançado. Uma maior descentralização de competências favorece estados e municípios de forte base econômica, ao mesmo tempo em que reduz o espaço para ampliação das transferências da União em proveito das unidades economicamente mais fracas.

Ainda segundo Rodrigues, (1998), a não consideração das disparidades intra-regionais é um aspecto grave no que diz respeito aos municípios. Isto porque a relação entre

[4] O artigo 18 da Constituição Federal de 1988 diz que: "A organização político-adminitrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição".

o grau de desenvolvimento de um município e a macro região em que ele se localiza não é evidente e se torna cada vez mais fraca à medida que, após a abertura da economia, surgem novas perspectivas para o desenvolvimento regional. (RODRIGUES, 1998)

Há vantagens, também, com a descentralização, pois conforme afirma Silva, (1998), a descentralização do Estado como processo político-administrativo é vista como potencializadora da democracia e da participação dos cidadãos e como revalorizadora dos poderes locais. Diante desta perspectiva a autora apresenta duas vantagens: a primeira conforme Massolo, (1988 apud Silva, 1998), com relação à participação social, a descentralização remete à questão da necessidade de participação dos cidadãos como fundamental na gestão dos conflitos, permitindo uma articulação mais direta e democrática entre a gestão dos conflitos, permitindo uma articulação mais direta e democrática entre a gestão pública das instituições do Estado e as práticas de participação e organização citadina em sua vida cotidiana.

A segunda razão que ajuda a fundamentar o discurso descentralizador é a do fortalecimento do nível local. Com a descentralização, o nível local de poder ganha importância como o lugar de consenso, de expressão das classes e grupos sociais que só neste nível têm como intervir diretamente na vida do Estado (BORJA, 1984 apud SILVA 1998).

Assim, na esfera local de governo, ao mesmo tempo em que se preocupa em programar o processo de descentralização, em prol de uma maior eficiência e racionalidade dos gastos, procura-se, também, promover uma democratização das políticas públicas no sentido de buscar uma maior participação da sociedade, não só no acompanhamento da gestão estatal, mas também no que diz respeito ao controle da mesma em todos os níveis (RODRIGUES, 2002).

Como afirma Silva, (1998), entretanto, grande parte das políticas públicas, principalmente as sociais, acabam não sendo efetivadas e enfrentadas, uma vez que a competência concorrente "empurra" os problemas de uma instância à outra, faltando clareza na definição de qual instância deve realmente assumir a problemática. Na verdade, com o aumento do peso dos municípios, o total dos recursos tributários disponíveis não são suficientes para atender às demandas resultantes do rápido processo de urbanização, fato agravado em razão da pulverização. A descentralização atual dá às instâncias locais de

poder um grau de liberdade relativamente elevado em relação à instância federal, quando comparado a outros momentos da história do município no Brasil.

Segundo Rodrigues, (2002), com a "descentralização" política os governantes locais- governadores e prefeitos – teriam maior autonomia para poderem gerar melhor seu programa de políticas sociais, porque estes ficariam mais perto da população e respeitando sua cultura, seus costumes, estariam mais propícios a programarem estas políticas com mais eficácia.

Ainda segundo Rodrigues, (2002), na "descentralização administrativa" os governos locais assumiriam total responsabilidade na execução de políticas públicas, como saúde e saneamento, habitação ou educação e ainda teriam como planejar, organizar e programar tais programas.

Este fato levou os governos locais a uma nova forma de administrar seus programas de políticas públicas, mas devido à crise fiscal dos anos de 1990, este tipo de descentralização, baseada em transferências negociadas, entra em colapso.

Diante deste quadro, a descentralização, na análise do caso brasileiro, dá a idéia de uma descentralização que aparece associada à noção de rompimento das estruturas burocráticas e autoritárias do Estado centralizado, que somadas ao cenário de democratização do sistema político e de resgate da dívida social, passou a ser apresentada como uma solução "político administrativa" para todos os problemas (ARRETCH, 1988 apud RODRIGUES, 2002).

Este debate sobre descentralização, porém, é assumido tanto por analistas conservadores como progressistas, sendo sinônimo de democracia e eficiência (RODRIGUES, 2002).

2.4 - O Município e o Desenvolvimento Local

O município é a unidade de Governo efetivamente local. Aparece na constituição como elemento integrante da Federação Brasileira, pois dentro de seu território estão compreendidas tanto as comunidades urbanas, como a zona rural. Pode dividir-se em distritos criados e organizados por lei municipal e sua criação depende de requisitos

definidos por lei do respectivo Estado, de estudo de viabilidade e de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas. (IBAM, 2004).

Em um país com as dimensões territoriais como o Brasil, o município passa ter um papel importante, pois, através de sua descentralização, passa a ser um ponto de apoio para uma maior participação das comunidades locais ao decidir sobre seus interesses imediatos, significando assim um caminho para garantir o exercício da cidadania.

A constituição Federal de 1988, a explicitar a condição de ente da Federação dos Municípios Brasileiros, colocou os Governos Municipais, praticamente, na condição de principais responsáveis pelo desenvolvimento local. Num país com graves desigualdades sociais como o Brasil, torna-se eticamente indispensável que os agentes políticos se comprometam com uma visão de desenvolvimento baseada na implementação de políticas públicas que conduzam à erradicação da pobreza no meio urbano e rural, da degradação ambiental e à garantia dos direitos de cidadania.

O município adquire um papel fundamental dentro da análise geográfica, pois, a partir da escala local e do poder local, pode ser feita uma leitura dos discursos e das práticas dos atores sociais envolvidos na sua dinâmica territorial e nas suas inter-relações com a esfera política de poder e no rebatimento de ações e intervenções municipais que tem o espaço geográfico do município como referência, configurando assim uma expressões de relações de poder e de dinâmicas que, por sua vez, redistribuem poder sobre o território e seus recursos, tanto materiais, como institucionais e políticos.

Para Novaes, (2001), é importante a articulação e a inserção destas intervenções municipais "locais" às agendas e cenários regionais e globais. Ainda, segundo o autor, ao tomarmos o município como "local", fica destacada e importância dada pelos limites administrativos e políticos desta esfera, salientando desta forma a complexidade com que se dá a articulação dialética entre este "nosso local" e as escalas supralocais, regional, o macro-regional, o nacional e o global.

O município, política, administrativa e territorialmente definido, insere-se em contextos geograficamente maiores, regionais, de acordo com critérios específicos (região administrativa, bacia hidrográfica, área de influência econômica, etc.), apresentando inúmeras dimensões para a análise do referencial ambiental, social, econômico, político e cultural (SÃO PAULO, 1992).

É importante que o município esteja atento às políticas públicas nacionais e regionais, pois sua proposição e desenvolvimento repercutem sobre o local. As políticas, como um conjunto de comportamentos e ações, orientam a execução de planos, programas e projetos específicos de acordo com as peculiaridades locais.

São dois os paradigmas postos ao local: a utilização do *status* de "local", como diferencial competitivo para uma inserção positiva no mercado globalizado e em outro extremo, a compreensão da esfera local como *locus* privilegiado para a construção de alternativas sustentáveis e, em sua maioria, contestadores do atual modelo de desenvolvimento. (NOVAES, 2001).

Albagli, (1999), com relação a esta tendência relata que a valorização da dimensão local entendida como estratégia para inserção competitiva no mercado globalizado é, em boa medida, fundamentada no ideário desenvolvimentista e regido pela ótica da economia neoliberal. (ALBAGLI, 1999)

A valorização do local, dentro desta visão de inserção, representa a continuidade do modelo capitalista atual e contribui para o aprofundamento das desigualdades socioespaciais.

Esta visão deixa claro que o mercado direciona e sanciona os desenvolvimentos compatíveis com a lógica de acumulação e expansão capitalista, esta dita por Marx, (1975) é a base de funcionamento do capitalismo. Ela é dada pela busca da expansão do capital, obtida na produção de mercadorias cujo valor de troca suplante o despendido na produção. (MARX, 1975).

Outra vertente, em contraposição ao enfoque neoliberal, é a vertente sustentabilista, pois, conforme Albagli, (1999), esta aposta na esfera local como *locus* privilegiado para a construção de alternativas sustentáveis (no sentido ampliado do termo) e de questionamento ao padrão vigente de desenvolvimento.

Este autor descreve que "esta trajetória baseia-se no avanço da tese do desenvolvimento sustentável, que se projeta a partir das evidências sobre os limites socioambientais dos padrões atuais de produção e consumo, diante da crise de modelos que, durante mais de meio século, apresentaram-se como alternativa à via capitalista dominante. Ainda que sem configurar necessariamente uma ruptura radical com relação aos padrões societários vigentes, a sustentabilidade sócio, político e ambiental dos estilos de

desenvolvimentos adotados vêm colocando-se cada vez em maior evidência enquanto modo de superação da atual crise planetária. Na vertente sustentabilista, o local atua como elemento de transformação sócio, político, econômico, representando o *locus* privilegiado para novas formas de solidariedade e parceria entre os atores, em que a competição cede espaço à cooperação".(ALBAGLI, 1982)

Dentro desta perspectiva, o local emerge como o território fecundo para a construção e experimentação de novas possibilidades e utopias. Este local, entendido nas suas múltiplas representações - o mundo vivido, o cotidiano, o comunitário – ao se rearticular de forma positiva junto ao global, aponta perspectivas inovadoras (NOVAES 2001).

Ainda segundo o autor, a realidade tem se mostrado mais complexa, pois, entre as duas formas apontadas a desenvolvimentista e sustentabilista, repousa uma gama de matizes intermediários representativos de distintos interesses sociais e econômicos, cada qual procurando articular, a sua maneira, as dimensões local e global.

É função do poder local pensar em novas estratégias e formas de desenvolvimento, sempre tendo como eixo fundamental o progresso desejável e dando prioridade aos investimentos sociais nas áreas de educação, saúde, transporte coletivo, habitação, saneamento básico, proteção ao meio ambiente e no combate à pobreza e à miséria, promovendo a participação, a discussão dos objetivos e das diretrizes na formulação de políticas públicas municipais.

O entendimento da cidade e sua complexidade exigem que se conheça a sua formação para compreender e avaliar como a evolução histórica pode ter influenciado e levado a situação em que se encontra. Outro fator importante é descobrir se existem vocações próprias do local, isto implica em conhecer a situação atual, verificar a visão que a comunidade tem de si própria, seus valores e seus princípios, mesmo que estes valores não estejam claros para a comunidade. (SILVA, 2003).

Assim sendo, a análise das potencialidades dos recursos locais, a situação administrativa pública, os problemas vividos pelo município, as aspirações da população devem ser abordadas dentro de uma visão abrangente de como tratar o desenvolvimento local por caminhos socialmente mais justos e mais humanos (SÃO PAULO, 1992).

O desenvolvimento local liga-se, intimamente, a uma abordagem pragmática, traduzida na realização de projetos concretos, os quais levem em conta as especificidades do território e o enraizamento dos atores, Acselrad, (2001). Ainda segundo o autor, o desenvolvimento local não seria mero resultado de mudanças resultantes da crise do "fordismo" e do lugar das economias locais, mas também seria acompanhado de uma mudança de "mentalidade" caracterizada por certo gosto pelo empreendimento, por uma maior confiança no pragmatismo e nas vantagens do consenso, de novas formas de solidariedade que não são necessariamente mediadas pelo Estado, ainda que este último não esteja necessariamente excluído. (ACSELRAD,2001).

A noção de desenvolvimento local tende acionar duas lógicas contrapostas: uma lógica exógena e uma lógica endógena. A primeira estaria associada a atributos de um tipo de organização "fordista" do trabalho industrial e sua dinâmica espacial. Através dela dar-se-ia uma integração renovada de regiões, cidades e localidades em circuitos nos quais elas encontram uma função especializada, em troca de certa transformação social tal como acesso à habitação moderna, elevação do nível geral de alfabetização e novos espaços de consumo. (VAINER, 1998).

Contraposta a este "regime de acumulação", a lógica endógena que guia a boa parte dos modelos que se pretendem de desenvolvimento local – estabeleceria uma organização socioeconômica alternativa que substituiria o sistema "fordista" em crise caracterizando-se pela capacidade de ativar e combinar recursos próprios até então negligenciados por práticas potencialmente inovadoras tais como, poupança local, ofertas de emprego correspondentes às novas aspirações coletivas quanto à qualidade de vida, meio ambiente e lazer.

O desenvolvimento local é um processo que ultrapassa a dimensão dos fatores puramente econômicos, sendo visto como uma melhora na qualidade de vida dos moradores da localidade, desde que tenham sido incorporadas juntamente com a econômica outras dimensões como a social, política, cultural e ambiental.

Segundo Silva, (2003), as variáveis econômicas representam fatores importantes para impulsionar o desenvolvimento local. Quanto ao desenvolvimento, o local não pode se originar como sendo parte de um processo centralizado e autocrático que favorece unicamente o crescimento econômico, visto que não entrariam nos processos variáveis

importantes tais como a liberdade, participação e discussão coletiva de perdas e ganhos. Estes aspectos são fundamentais para alavancar a melhoria do tecido sócio-político e cultural da comunidade. (SILVA, 2003)

Ainda segundo o autor, para alavancar o desenvolvimento local é importante a ativação dos vários agentes locais pertencentes à comunidade e representativos do interesse coletivo, estes são definidos como sendo o conjunto de todas as forças ativas da comunidade local, organizado para alcançar o desenvolvimento pretendido, ou seja, é a associação das várias organizações, entidades e instituições privadas e públicas do local.(SILVA,2003)

Outro aspecto importante é a divulgação de sua imagem e das potencialidades do município, no sentido de assegurar que os fatores de atratividade local sejam conhecidos e se transformem em fatores importantes na condução e na implementação de uma política de desenvolvimento local, onde sejam valorizadas as políticas sociais, ambientais, culturais e no combate às desigualdades sociais e à pobreza.

Uma política de desenvolvimento local deve ter como objetivo o atendimento das funções sociais do município e garantir o bem-estar de seus habitantes, de acordo com São Paulo, 1992, para que a cidade atenda a sua função social é necessário:

a) - oferecer espaços, equipamentos e serviços públicos e coletivos para o desempenho no município de atividades produtivas (trabalho), para a moradia, o lazer, a circulação, garantindo assim os direitos dos cidadãos à vida, à saúde, à segurança, à educação, ao trabalho, ao meio ambiente e à informação;

b)- alcançar a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização, evitando a transferência gratuita de valorização para proprietários de imóveis combatendo assim a especulação imobiliária, decorrente de investimentos vizinhos ou do Poder Público.

Conforme a Constituição Federal (art.170, III)[5], a função social da propriedade e da cidade (CF, art 182)[6] também são princípios do planejamento e do desenvolvimento e

[5] Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica. Artigo 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: III – Função social da propriedade.

podem ser atendidos através do plano diretor, com previsão de preservação do patrimônio paisagístico ou cultural, da proteção dos recursos naturais do meio ambiente e da valorização do trabalho do homem.

A sustentabilidade do desenvolvimento também exige a democratização do Estado e não o seu abandono e a substituição pelo mercado, além de uma amplitude democrática, nas quais devem ser considerados os interesses da sociedade civil, já que as dificuldades provocadas por situações de extrema desigualdade social ao acesso e distribuição dos recursos naturais, econômicos e políticos não podem ser definidas como problemas individuais, constituindo-se, na verdade, em problemas sociais. (CHEVEZ POZO, 1997).

Outro aspecto importante que pode contribuir na compreensão do papel das políticas públicas e na implantação de uma política de desenvolvimento local é a distribuição dos recursos públicos. Através do uso destes, pode-se verificar,com relação a investimentos, quais são os setores da sociedade que são beneficiados e quais são excluídos e como acontecem os conflitos entre os diferentes atores sociais na busca de recursos para viabilizar os seus interesses. Avaliar se estes recursos beneficiam o interesse público ou de determinados grupos econômicos e políticos.

As políticas públicas fazem parte de um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Compreende, conforme Teixeira, (2002), a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população, dependendo do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação.

Já Bursztyn e Scardua, (2003), afirmam que as políticas públicas podem ser implementadas de formas distintas, podendo ser altamente centralizadoras, ou materializadas em parceria com outras instituições e esferas do governo e até mesmo com organizações da sociedade civil organizada. Mas podem também se dar por meio de ações terceirizadas, desconcentradas ou descentralizadas para outras esferas do governo. (BURSZTYN e SCARDUA, 2003)

---

[6] Da política Urbana. Artigo 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, têm por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

O processo de formulação de políticas públicas, num determinado contexto social e histórico, é gradualmente influenciado pela percepção que os indivíduos têm da realidade. As mudanças nas diretrizes e nos objetivos dessas políticas não são definidas, portanto, unicamente por processos objetivos de inovação tecnológica e crescimento econômico, por exemplo, mas, também, por transformações nas crenças, idéias e valores dominantes na sociedade que formam os paradigmas sociais (CUNHA e COELHO, 2003).

É importante considerar alguns tipos de políticas para que definirmos o tipo de atuação que se pode ter a frente na sua formulação e implementação, destacando-se vários critério, que podem ser utilizados (TEIXEIRA, 2002):

1- Quanto à natureza ou grau de intervenção:

a) -estrutural – buscam interferir em relações estruturais como renda, emprego, propriedade, etc.

b) - conjuntural ou emergencial, objetivam amainar uma situação temporária, imediata.

2 - Quanto à abrangência dos possíveis benefícios:

a) - universais – para todos os cidadãos

b) - segmentais – para um segmento da população, caracterizado por um fator determinado (idade, condição física, gênero, etc.).

c) - fragmentadas – destinadas a grupos sociais dentro de cada segmento.

3 - Quanto ao impacto que podem causar aos beneficiários, ou ao seu papel nas relações sociais:

a) - distributivas –visam a distribuir benefícios individuais; costumam ser instrumentalizadas pelo clientelismo;

b)-redistributivas– visam a distribuir recursos entre os grupos sociais: buscando certa equidade, retiram recursos de um grupo para beneficiar outros, o que provoca conflitos;

c) - regulatórias– visam a definir regras e procedimentos que regulem comportamento dos atores para atender interesses gerais da sociedade; não visariam a benefícios imediatos para qualquer grupo.

Diante do neoliberalismo o caráter das políticas públicas modifica-se, pois uma política pública requer a intervenção do Estado em várias áreas de atuação como: educação, saúde, saneamento, economia e cultura.

Com o neoliberalismo o "equilíbrio social" é resultante do livre funcionamento do mercado, com a mínima atuação possível do Estado, ficando a este o papel de atuar em certas áreas onde não há o interesse do mercado porque não são rentáveis, enquanto cabe ao mercado regular e coordenar a maioria dos interesses da sociedade.

No neoliberalismo deve existir o mínimo de regulamentação estatal possível, as políticas distributivas devem compensar os desequilíbrios mais graves e, portanto, passam a ter o caráter cada vez mais seletivo e não universalizante; as políticas redistributivas não são toleradas, porque atentam contra a liberdade do mercado e podem incentivar o parasitismo social. (TEIXEIRA, 2002).

Neste contexto Bursztyn e Scardua, (2003), apontam que no debate sobre o tema políticas públicas situa-se uma ambigüidade existencial: por um lado, a crescente complexidade das sociedades, juntamente com uma maior expectativa social no sentido de regulação pública; por outro lado, uma intensa liberalização que passou a representar limitações efetivas à ação estatal. (BURSZTYN e SCARDUA, 2003).

Com a crise do Estado interventor e o agravamento da crise social, o neoliberalismo responsabiliza a política estatal de intervencionismo pela estagnação econômica e pelo parasitismo social, propõe um ajuste estrutural, visando, principalmente, ao equilíbrio financeiro, com uma drástica redução dos gastos sociais, uma política social seletiva e emergencial. A globalização torna o processo de formulação de políticas públicas mais complexas, por estarem em jogo, agora, em cada país, interesses internacionais representados por forças sociais com um forte poder de interferência nas decisões quando essas não são diretamente ditadas por organismos multilaterais. (TEIXEIRA 2002).

Dentro deste contexto é importante destacar que a formulação de políticas públicas possui um caráter extremamente eficaz para garantir que segmentos excluídos sejam atendidos em suas aspirações sociais e que estas tenham como objetivo uma maior

participação da sociedade na sua formulação e implementação de políticas e que sejam totalmente opostas às políticas neoliberais.

Alguns aspectos, portanto, precisam ser considerados na formulação de políticas públicas. No momento em que a sociedade civil é chamada a participar, devem ser levados em consideração segundo Teixeira, (2002), alguns aspectos como:

a) - Identidade – iniciativas de proposições para responder questões que constituem um elemento importante no processo de formação de identidade coletiva dos atores sociais.

b) - Plataformas Políticas – as políticas expressam o sentido do desenvolvimento histórico-social dos atores sociais em disputa para construir a hegemonia; refletem, pois, as concepções que têm do papel do Estado e da sociedade civil, constituindo programas de ações que respondem as suas carências e demandas.

c) - Mediações Institucionais – as políticas públicas traduzem mediações entre interesses e valores dos diversos atores que se defrontam em espaços públicos para negociar soluções para o conjunto da sociedade ou de determinados grupos sociais.

d) - Dimensão Estratégica – as políticas públicas diretamente ligadas ao modelo econômico e à constituição de fundos públicos assumem aspecto estratégico, quando se constituem referência e base para a definição de outras políticas ou programas em determinadas áreas. As opções estratégicas devem considerar, ao mesmo tempo, as inovações tecnológicas e a reestruturação produtiva e os seus efeitos sobre o emprego, e o agravamento das desigualdades sociais, buscando-se alternativas que redirecionem o emprego, não apenas de forma compensatória que torna seus beneficiários meros objetos da assistência, mas que os tornem cidadãos ativos, contribuindo através de novas formas de inserção social.

Esta participação social, contudo, na elaboração e formulação de políticas deve-se enquadrar em um processo de redefinição, dentro da perspectiva de redistribuir o poder em favor de sujeitos sociais que geralmente não tem acesso. (TEIXEIRA, 2002)

O surgimento de políticas públicas pautadas no componente participativo está relacionado com as mudanças na matriz sociopolítica através de um maior questionamento sobre o papel do Estado como principal agente indutor de políticas sociais (JACOBI, 2003).

A noção de participação é pensada principalmente pela ótica dos grupos interessados e não apenas da perspectiva dos interesses globais definidos pelo Estado (JACOBI, 2003).

Só há mudanças no conteúdo e na metodologia das políticas públicas com mudanças nas elites políticas, na composição do poder político. É certo que mudanças mais substantivas só podem ocorrer quando efetivamente se muda a composição do poder, mas se podem obter conquistas sociais através da mobilização social, da ação coletiva, sobretudo quando esta passa a ter um conteúdo de proposição, de debate público de alternativas e não de mera crítica. Para isso é necessário que as proposições sejam legitimadas por um amplo consenso e que tenham uma abrangência maior que os interesses corporativos ou setoriais (TEIXEIRA 2002).

Outro aspecto importante é a descentralização, entendida como transferência de autoridade e poder decisório, para os municípios, sendo um dos princípios constantes da Constituição Federal do Brasil de 1988.

Nas áreas tradicionalmente objeto de políticas públicas (assistência social, meio ambiente, saneamento, habitação, agricultura, abastecimento alimentar, educação saúde,) o município tem competência comum com a União e o Estado, a ser exercida em cooperação com essas esferas de poder, transferência de recursos, ou pela cooperação política e técnica. Até os dias atuais, porém, não foram regulamentados os papeis entre as esferas de poder, havendo assim uma superposição de atividades.

As experiências brasileiras, a partir da constituição de 1988, de descentralização de políticas públicas não permitem vislumbrar, até a década de 2000, uma ruptura com o padrão histórico de "captura" do Estado, na escala local, por práticas tradicionais que marcam a vida política nacional desde primórdios da colônia. Da mesma forma que as mais variadas feições do coronelismo – versão brasileira do patrimonialismo – sempre encontraram um espaço para usufruir, de fato, das benesses providas do poder central, não há indícios convincentes de que a velha cultura política tenha substancialmente revertido (BURSTZYN e SCARDUA, 2003).

2.5 - Política Ambiental

A Constituição de 1988 foi a primeira a tratar especificamente dos aspectos ambientais, pois no capítulo sobre o meio ambiente nela se declarou como patrimônio nacional a Mata Atlântica, a Floresta Amazônica e o Pantanal.

O envolvimento da sociedade local nas questões ambientais passou a ser estimulado. Noções de divisão de responsabilidades e de complementaridade entre as competências federais, estaduais e municipais ganharam importância, acompanhadas de discussões sobre o papel dos diversos atores sociais na reformulação de políticas públicas e no reordenamento das demandas setoriais e regionais. (CUNHA e COELHO, 2003).

Verifica-se no Brasil, conforme Cunha e Coelho, (2003), pelo menos três tipos de políticas ambientais:

a) Regulatórias - dizem respeito à elaboração de legislação específica para estabelecer ou regulamentar normas e regras de uso e acesso ao ambiente natural e a seus recursos, bem como à criação de aparatos institucionais que garantam o cumprimento da lei;

b) Estruturadoras – implicam na intervenção direta do poder público ou de organismos não-governamentais e na proteção do meio ambiente. Como exemplo de políticas estruturadoras temos a criação de unidades de conservação, sejam elas públicas ou reconhecidas pelo Poder Público; a realização ou financiamento de projetos locais de conservação e de atividades de zoneamento econômico e ecológico, entre outras;

c) Indutoras - referem-se a ações que objetivam influenciar o comportamento de indivíduos ou grupos sociais. São normalmente identificadas com a noção de desenvolvimento sustentável e são implementadas por meio de linhas especiais de financiamento ou de políticas fiscais e tributárias representando, portanto, iniciativas destinadas a otimizar a alocação de recursos.

É possível identificar três grandes momentos na história das políticas ambientais no Brasil: um primeiro período, de 1930 a 1971, marcado pela construção de uma base de regulação de uso dos recursos naturais; o segundo período que vai de 1972 a 1987, na qual

a ação intervencionista do Estado chega ao ápice, ao mesmo tempo em que aumenta a percepção de uma crise global ecológica e o terceiro momento, de 1988 aos dias atuais, marcados pelos processos de democratização e descentralização decisórias e pela rápida disseminação da noção de desenvolvimento sustentável. (CUNHA e COELHO, 2003).

2.6 - Política Ambiental no Vale do Ribeira

Durante o governo Franco Montoro (PMDB), nos anos de 1982/1986, houve uma intensificação da questão ambiental no Estado de São Paulo através da implementação de políticas de proteção ambiental e da formulação da Política Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais, (1983), que, segundo Ferreira, (1998), está calcada no preservacionismo, embora já existisse no papel certa perspectiva de interesse na qualidade de vida e aborda genericamente o termo "desenvolvimento sustentável". (FERREIRA, 1998)

Ainda, segundo a autora, a partir desta década, nota-se uma mudança fundamental da intervenção do Estado na região do Vale do Ribeira e a questão ambiental emerge em vários setores do governo.

A atuação de vários órgãos do governo como: a SUDELPA, a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, a Procuradoria Geral do Estado, Terrafoto, Instituto de Assuntos Fundiários, Companhia Energética do Estado de São Paulo (CESP), o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), o Instituto Florestal (IF), o Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais (DEPRN) e a Fundação Faria Lima (CEPAM) formularam o Plano de Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira que recebeu a denominação de MASTERPLAN. Este tinha por objetivo a resolução dos problemas fundiários, a preservação, a fiscalização e a utilização racional dos recursos naturais.

Neste plano, segundo Silviero, (2002), foram elaborados diversos programas: o Programa de Estudos do Potencial Econômico dos Recursos Naturais com o objetivo de propor alternativas de exploração econômica e o Programa de Conservação dos Recursos Naturais o qual tinha como finalidade a articulação das diversas ações dos órgãos responsáveis pela gestão das unidades de conservação e o Programa de Desenvolvimento

da Pequena Agricultura, com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícola e melhorar o nível de renda e de vida de pequenos agricultores.

Foram criados e incorporados diversos instrumentos de políticas públicas na região, bem como atuação de diversos órgãos da Secretaria do Estado do Meio Ambiente, dentre os instrumentos destaca-se a legislação de controle florestal, a criação de unidades de conservação de proteção integral em forma de Parques e Estações ecológicas, o tombamento de áreas naturais como a Serra do Mar e, na parte da fiscalização, a criação da polícia florestal. (SILVIERO,2002)

Houve também uma política de financiamento de vários projetos voltados para a área de planejamento ambiental no Vale do Ribeira, como: o PED (Projeto de Execução Descentralizada) do PNMA - (Programa Nacional do Meio Ambiente) que no Estado de São Paulo apoiou programas estaduais relacionados à conservação e/ou recuperação de recursos naturais, priorizando a participação da sociedade civil e setor privado para desenvolverem soluções para os problemas ambientais compatibilizando interesses econômicos com proteção ambiental.

Dentro deste projeto foi priorizado o complexo Lagunar Iguape-Cananéia, Ilha Cumprida e o Gerenciamento Costeiro que tiveram como objetivo o uso sustentável dos recursos costeiros marinhos contemplados, tendo a preocupação com o ordenamento da ocupação dos espaços litorâneos.Alguns municípios na faixa terrestre sofrem influência direta dos fenômenos da zona costeira, no Vale do Ribeira, entre eles destacam-se, Iguape, Ilha Comprida, Barra do Turvo, Cajati, Itariri, Jacupiranga, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo e Registro.

A implantação da Reserva Extrativista do Mandira abriga uma comunidade de caiçaras e quilombolas que vivem da colheita de ostras. O surgimento desta reserva deve-se à mobilização dos moradores para que a área fosse efetivamente protegida, sendo gerenciada pela comunidade por meio de uma Associação, onde desenvolvem um projeto de exploração de ostras através do manejo sustentável e a implantação da APA Cananéia, Iguape e Peruíbe.

Dentre estes projetos, porém, o que mais contribui e se aproxima da realidade da população que habita esta região é o da reserva extrativista de Mandira que tenta incorporar os anseios da comunidade à proteção ambiental, devendo servir de exemplo para as

comunidades que habitam a área de estudo, levando-se em conta as devidas diferenças culturais.

Outro projeto, já na década de 1990, foi o PPMA - (Projeto de Preservação da Mata Atlântica), é o de cooperação internacional entre o governo do Brasil e da Alemanha envolvendo a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e o Banco alemão Kreditanstalf Fur Wiederaufbau - KFW, tendo como objetivos principais a conservação e o manejo sustentável da biodiversidade.

Este projeto tinha como componente básico a fiscalização, o monitoramento da Mata Atlântica, o manejo das unidades de conservação e os investimentos em infra-estrutura nos parques e estações ecológicas, instalação de planos de gestão e apoio, o Plano de Gestão Ambiental, que tem como objetivo apoiar os programas de educação ambiental e ecoturismo, além de possibilitar o zoneamento ambiental e o aprimoramento de planejamento e de gerenciamento das Unidades de Conservação e a criação do Grupo Executivo de Coordenação subordinado ao gabinete do secretário de Meio Ambiente, responsável pela elaboração de estratégias e diretrizes do projeto. (SÃO PAULO, 1995).

Além do projeto abranger outras áreas pilotos como prioridade, o Vale do Ribeira foi beneficiado com recursos em relação à fiscalização, pois as unidades desta área, e entre elas o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), que se localiza em Iporanga receberam equipamentos como veículos, rádios, computadores e outros itens de consumo. Nota-se, claramente, que este projeto tem um caráter estritamente preservacionista, pois os principais objetivos são equipar as unidades de conservação para fiscalização e repressão, não levando em conta as comunidades que habitam estas áreas e não havendo o planejamento de nenhuma política de inclusão social e desenvolvimento para estas comunidades.

2.7 - Unidades de Conservação no Vale do Ribeira

Segundo Ferreira, (2001), as Unidades de Conservação (Ucs) propostas no Brasil não levaram em consideração a questão da legitimidade do padrão de política de conservação adotado, seja no âmbito federal, seja no estadual. Elas foram resultados de um processo arbitrário de tomada de decisões, cujos atores partiam da suposição de que a

conservação dos remanescentes florestais não seria um direito reinvidicado pelas coletividades que vivem e moram nos limites territoriais de sua esfera de atuação.

Os conflitos gerados durante a institucionalização das áreas protegidas no Vale do Ribeira são caracterizados em duas fases. Em sua fase inicial, que abrange o período de meados da década de 1980 até o início da década de 1990 e coincide com a implantação da maioria Ucs, quadro-1.1, onde houve um aumento significativo dos conflitos.

Quadro -1.1 Unidades de conservação no Vale do Ribeira e nos municípios abrangidos conforme decreto de criação e área que ocupam em ha.

Unidades de Conservação	**Municípios Abrangidos**	**Instrumento legal de Criação**	**Área (em ha)**
Parques Estaduais			
Carlos Botelho	São Miguel Arcanjo, Tapiraí, Capão Bonito, Sete Barras.	D. 19.499/82	37.644,36
Ilha do Cardoso	Cananéia	D.40.319/62	13.600,00
Intervales	Ribeirão Grande, Eldorado, **Iporanga**, Sete Barras.	D.40.165,95	46.086,00
Jacupiranga	Barra doTurvo, Cananéia, Eldorado, Cajati, **Iporanga**	D.145/69	150.000,00
Pariquera Abaixo	Pariquera-Açu	L.8.873/94.	2.360,00
Turístico do Alto Ribeira	**Iporanga**, Apiaí.	D.32.283/58	35.884,28
Estações Ecológicas			
Chauás	Iguape	D.26.719/87	
Juréia-Itatins	Iguape, Peruíbe, Itariri, Miracatu.	D24. 646/86 L.5.649/87	79.270,00
Áreas de Proteção Ambiental-APAS			
Cananéia-Iguape-Peruíba	Iguape, Ilha Comprida, Itariri, Miracatu e Peruíbe.	DF. 90.347/84	**
Ilha Comprida	Ilha Comprida	DE26881/87 DE30. 817/89	**

Fonte: Atlas das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo (1996), D=Decreto, L+Lei, **-Sem dados.

Convém ressaltar que não há conflito sem que haja um objeto em disputa. Os objetos podem variar de natureza, mas são sempre bens ou recursos escassos, ou vistos como tais. O senso comum reduz os objetos dos conflitos a bens materiais, mas a maioria dos conflitos reúne idéias, *status* e posição de poder que mobilizam atores. Tais objetos são reconhecidos e os atores envolvidos têm consciência, porém não se pode afirmar que todos eles têm a mesma percepção do objeto. Sua leitura e compreensão, assim como suas valorizações, são distintas para cada um dos atores (NASCIMENTO, 2001).

Ferreira et al, (2001), destaca que os embates podem ser traduzidos nas disputas em torno do poder de influência de cada grupo portador de um projeto para a região. (FERREIRA et al, 2001)

A implantação dessas Ucs é calcada no modelo oficial de preservação ambiental dominante que possui um caráter estritamente preservacionista. Esta corrente de pensamento, dentro do movimento ambientalista, defende uma postura bem clara contra a existência de populações tradicionais em áreas naturais protegidas salientando, de forma negativa, a presença de populações nessas áreas para a proteção da biodiversidade dos remanescentes florestais e colabora com a manutenção destas áreas intactas, sem qualquer tipo de intervenção humana a não ser as de caráter técnico e científico de interesse próprio para conservação das áreas naturais (DIEGUES 2000).

Defensor da preservação "pura" Milano, (2000:26), diz que "é evidente a errônea interpretação que tem sido dada à questão de eventuais disputas, que muitas vezes nem deveriam ocorrer, entre os interesses conservacionistas da implantação de unidades de conservação e populações nas áreas de interesse a essa finalidade, pois pessoas e comunidades de todas as origens e índoles são sistematicamente deslocadas de suas terras originais, se assim puder ser sempre considerado, em razão de grandes e destrutivos (em todos os sentidos) empreendimentos econômicos sem que reações equivalentes da intelectualidade de minha terra virou parque "sejam sequer esboçadas" (MILANO, 2000:26)

A visão preservacionista predominante na implantação das unidades de conservação no Estado de São Paulo e especificamente no Vale do Ribeira tem gerado uma série de problemas sociais, pois, conforme Arruda, (2000), os conflitos rurais estão ligados às

restrições decorrentes do estabelecimento de unidades de conservação de uso restrito, este fato tem produzido descontentamento crescente, pois no Brasil, país com graves problemas de desemprego urbano, péssima distribuição de renda e estrutura fundiária concentrada, é grande a contribuição deste modelo para o agravamento do conflito rural.

Ainda segundo Arruda, (2000:168), "as populações que habitam estas áreas são discriminadas por sua identidade sócio-cultural e impedidas de reproduzir seu modo de vida, tanto pelo modelo de ocupação predatório que se expande, tanto pelo modelo de conservação vigente. Assim, paradoxalmente, acabam por desenvolver uma postura anticonservacionista, identificando o ambientalismo como substituto dos antigos grileiros e passam a desenvolver práticas predatórias ao meio ambiente como o único meio de garantir sua subsistência e não cair na marginalidade ou na indigência". (ARRUDA, 2000)

Sunkel, (1999), afirma que o preservacionismo, aplicado geralmente ao meio ambiente e particularmente à proteção dos recursos ambientais e naturais, sem uma explanação elaborada, é tido, na América Latina, como uma teoria cujo objetivo é tornar o meio ambiente o menos possível tocado.

Diante deste contexto nota-se claramente que este tipo de modelo passa a ser um grande criador de conflitos, pois segundo Diegues, (2000), esses modelos de conservação (áreas protegidas, corredores ecológicos, etc), em grande parte importados de países temperados, com realidade ecológica e sócio-cultural distintas da nossa, têm se revelado inadequados para atingir os objetivos da conservação ambiental. O problema é que somente eles foram importados enquanto estruturas físico-territoriais (parques, reservas, etc), mas também como concepção de relação entre sociedade e natureza, pela qual esta última somente poderá ser salva se mantida afastada da própria sociedade. (DIEGUES, 2000).

Esta concepção está muito presente na nossa sociedade atualmente, pois conforme Gonçalves, (2002), a idéia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma idéia de homem-natural e fora da natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo.

Este modelo é sugerido por instituições financeiras, governos e organizações ambientalistas internacionais sem levar em conta a realidade ecológico-cultural dos países tropicais e preocupados em manter a biodiversidade. (GONÇALVES, 2002)

Diegues, (2001), cita que a biodiversidade usualmente definida pelos cientistas naturais é fruto exclusivo de interação entre os elementos e funções do mundo natural e raramente como resultado das interações entre as comunidades tradicionais e seu ambiente.

No fundo, para esses cientistas, o conhecimento da biodiversidade deve ser domínio exclusivo da ciência que eles controlam, e aí reside um dos graves problemas do mundo moderno, aonde parcelas importantes das descobertas científicas são feitas em laboratório de empresas multinacionais.

Para que esse consentimento se produza sem interferência de outros homens, o cientista necessita usualmente de um não-lugar, de um parque nacional ou uma área de proteção que não permita a presença humana, mesmo que a presença das populações tradicionais que colaboram para que aquele pedaço mantenha-se preservado. (DIEGUES, 2001)

O diagnóstico sobre a crise ambiental do planeta, apresentado pelos defensores dos paradigmas conservacionistas, não difere muito daquele feito pelos preservacionistas, chamando-se a atenção para as relações entre o subdesenvolvimento, as instabilidades políticas e institucionais, de um lado, e a degradação dos ecossistemas terrestres, de outro. (CUNHA e COELHO, 2003).

As diferenças nas abordagens conservacionistas em relação ao paradigma relativas à proteção ambiental podem ser resumidas em cinco aspectos centrais conforme Cunha e Coelho, (2003):

a) - As comunidades locais, com suas práticas e valores, deixam de ser vistas como "saqueadoras da natureza" e passam a ser encaradas como atores sociais importantes na conservação dos recursos naturais;

b) - A natureza passa a ser tratada como um recurso e as estratégias de conservação passam a se basear na noção de manejo sustentável. Os programas de proteção à natureza deveriam levar em conta os interesses econômicos e a satisfação das necessidades humanas básicas;

c) - Os conservacionistas privilegiam a proteção da estrutura e funcionamento das florestas e não a de sua biodiversidade. Essa mudança da perspectiva permitiria a conciliação entre

os objetivos da manutenção dos serviços ambientais e de exploração de seus recursos pelas populações locais.

d) - Os conservacionistas chamam a atenção para o papel dos agentes da sociedade civil como colaboradores das instâncias governamentais na elaboração e execução das políticas e da gestão ambiental, e chamam por estruturas mais participativas de tomada de posições.

e) - Para os "Conservacionistas", é importante analisar quem se beneficia das políticas e dos programas de conservação das florestas tropicais.

A abordagem conservacionista é normalmente identificada com estratégias locais de conservação, nas quais as comunidades são tomadas como espaço apropriado para se exercer a autoridade sobre as atividades de manejo, em detrimentos dos esforços centralizadores baseados em organismos estatais. Também são associados com a noção de desenvolvimento sustentável, onde o uso produtivo dos recursos naturais, para promover crescimento econômico e fortalecer modos de vidas tradicionais, caminha lado a lado com a conservação desses recursos. (CUNHA e COELHO, 2003).

No Vale do Ribeira, a institucionalização de restrições legais ao uso dos recursos naturais em áreas protegidas, pegou as populações dessas áreas e de seu entorno de surpresa. De uma hora para outra, elas se viram marginalizadas, pois o uso dos recursos naturais e seu desenvolvimento como grupo sócio-cultural baseado na subsistência onde, para a maioria dos moradores de Ucs do Vale, a restrição legal de plantar seu roçado, de construir ou aumentar a casa para o filho que casou, através da extração de recursos florestais foram anulados, levando-as à clandestinidade frente a suspensão de seus direitos. (DIEGUES, 2000).

Conforme Arruda, (2001), as tentativas de resolver estes problemas dentro do padrão de atuação dos órgãos públicos têm esbarrado na ineficácia da ação repressiva, nas dificuldades de fiscalização, nos problemas sociais decorrentes da expulsão das populações e conseqüentes formação das favelas nos municípios próximos, nos conflitos crescentes e, logicamentemente, na disseminação do significado das políticas ambientais como políticas repressivas e contra os interesses e necessidades das populações locais.

Outro problema resultante desta linha política de implantação de Ucs no Vale do Ribeira para as populações que se encontram no interior ou no entorno destas áreas diz respeito à questão fundiária, pois a titulação não é concedida devido as terras serem destinadas à proteção ambiental, conforme artigo 3° do Decreto n° 22.717 de 21 /09./84[7].

Estas políticas ambientais oficiais impõem limites à disseminação do modo de vida destas comunidades, pois segundo Arruda, (2001), as populações tradicionais são postas diante de um dilema insolúvel do ponto de vista de seus interesses e os de preservação ambiental, ou continuam "tradicionais", tendo cada vez menos condições objetivas de manter os padrões usuais de reprodução sócio-cultural ou são assimiladas pela sociedade dominante, dissolvendo-se como comunidades e abrindo espaço para a disseminação do modelo hegemônico da exploração e uso dos recursos naturais. (ARRUDA, 2001)

No final dos anos 1990 começa haver, por parte dos órgãos ambientais do governo, uma mobilização para buscar soluções negociadas para os conflitos locais no Vale do Ribeira. Esta fase pode ser caracterizada pelas várias reuniões com lideranças locais para estabelecer acordos entre moradores, governo e ONGS[8].

Já no ano de 2000 foi sancionada com vetos a lei 9.985[9], que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Esta lei trouxe certos avanços em alguns pontos, mas com relação à situação das populações tradicionais, conforme observa Ferreira, (2000), o artigo que propunha a reclassificação de Ucs de uso indireto em virtude de população tradicional em seu interior foi vetado por reivindicação de setores do IBAMA e de ambientalistas refratários à presença humana em Ucs.

---

[7] Artigo 3° Ficam consideradas como Reservas Biológicas, as terras devolutas pertencentes ao Estado abrangidas por esta Área de Proteção ambiental. Parágrafo único – As terras devolutas de que se trata este artigo serão identificadas, delimitas e fiscalizadas pelo órgão estadual competente.

[8] Organizações Não governamentais

[9] Esta lei definiu dois principais tipos de Unidades de Conservação: as de Proteção Integral e as de Uso Sustentável. As unidades de Proteção Integral visam à Proteção Integral dos atributos naturais, permitem apenas o uso indireto dos recursos naturais, exceto nos casos previstos em lei e prevêem a manutenção dos ecossistemas em estado natural com o mínimo de alterações. As categorias de Ucs são Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Nacional e Refúgio da Vida Silvestre. As Unidades de conservação de Manejo sustentável visam à proteção parcial dos atributos naturais, permitem a exploração de parte dos recursos naturais através de plano de manejo. As categorias de Ucs são: Reserva de Fauna, Área de Proteção Ambiental, Floresta Nacional e Reserva Extrativista.

Com isso, as populações que habitam Ucs consideradas de proteção integral, depois de sua regulamentação, terão que ser indenizadas e reassentadas pelo poder público. (FERREIRA, 2000)

Diante deste fato, nota-se que ainda estão por vir grandes problemas referentes a esta questão relacionada às populações que habitam estas áreas, visto que ações do Estado privilegiam a fiscalização e outros instrumentos que levam à exclusão das comunidades que habitam áreas protegidas.

Há três problemas centrais no tocante à ação do Estado sobre as áreas protegidas conforme Neder, (2002):

1- O primeiro refere-se aos encaminhamentos equivocados derivados da má formulação de políticas de unidades de conservação. Ao definir o tipo e as características das unidades de conservação prioritárias, como parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas, desconsiderou-se a presença de populações humanas nestas áreas, tradicionais ou não.

2 - O segundo problema era ser uma política de conservação tendenciosa que não levava em conta o impacto político territorial e fundiário do controle sobre as terras.

3 - O terceiro tinha relação com a autonomia e autodeterminação de comunidades locais, ou seja, o Estado decretava as unidades de conservação, agravavam-se os problemas sociais e étnicos devido à expulsão de populações tradicionais.

Ainda, segundo o autor, o Estado contribui para a perda da sociodiversidade (etnociência e etnoconhecimento) desse território.

Segundo Gomes, (2002), um conjunto de fatores tem contribuído para que as estratégias de proteção às Unidades de Conservação no Brasil e em São Paulo não tenham sido efetivamente implementadas até os dias de hoje, são eles:

a) - a falta de políticas concretas, ou inclusão das mesmas em políticas de âmbito nacional, regional e local, o que conseqüentemente implica em conflitos de ordem

institucional, que acabam deixando essas áreas suscetíveis às influências externas totalmente desfavoráveis a sua existência;

b) - desde a fase de planejamento da unidade de conservação não se leva em conta a presença humana dentro ou no entorno das áreas protegidas;

c) - a tradição de se implementar leis proibitivas e punitivas como, por exemplo, a total proibição do uso dos recursos naturais, sem que haja, anteriormente, o devido pagamento das indenizações aos antigos proprietários das áreas;

d) - falta de recursos financeiros básicos para a manutenção das Unidades de Conservação;

e) - a malha jurídica complexa, que freqüentemente carece de uma padronização de linguagem e de alguns instrumentos administrativos.

De qualquer forma, a conservação da natureza e, portanto, da biodiversidade, não pode ser entendida exclusivamente como a preservação de espécies e áreas isoladas mediante listas de espécies e proteção de espaços. É importante enfatizar a importância no trato dos problemas ambientais com soluções para os problemas sócio-econômicos das comunidades envolvidas na questão. (GOMES, 2002)

Ao contrário do que pensavam os primeiros idealizadores das áreas protegidas, as características culturais e sócio-econômicas da população local constituem a base das medidas destinadas a promover um uso sustentável dos recursos naturais, a diminuição da pobreza, a melhoria da qualidade de vida humana e a criação de um apoio positivo para os espaços protegidos. (LEFF, 1993)

A participação das populações locais no manejo de áreas protegidas deve ser realmente legítima, autêntica e válida, e implicar no acesso real das decisões, isto é, de forma que o poder possa ser redistribuído. De outro modo, fica como um simples exercício retórico ou como uma manipulação demográfica. Para que a participação seja viável, ela tem que ser considerada como um processo através do qual as comunidades locais possam

desenvolver sua capacidade de gestão, nem que para isso todos os atores envolvidos tenham que aprender e se capacitar. Alguns de forma que possam participar efetivamente e se convertam em interlocutores reais do Estado e da sociedade, e outros para que obtenham conhecimento das comunidades locais e desenvolvam estratégias que permitam dar lugar à cultura e às demandas das populações tradicionais. (CARRILLO, 1992).

Segundo Ferreira, (1998), apesar do envolvimento de nomes extremamente competentes do ponto de vista da formulação e principalmente da implementação, a política ambiental estadual ainda aborda a problemática de forma descritiva, tratando apenas alguns aspectos da questão do desenvolvimento e da preservação ambiental, de maneira desarticulada e pouco concisa. (FERREIRA, 1998)

Teoricamente, a implementação de uma política ambiental não pode ser isolada, ela exige outros tipos de políticas sociais. Da mesma maneira, a diretriz de política econômica, de política urbana e posturas regulando aspectos territoriais afeta significantemente o meio ambiente.

É como se a política ambiental fosse vista como um conjunto de componentes das demais políticas que usualmente a precedem. Assim, os objetivos relativos à qualidade do ambiente parecem ser considerados como restrições aos objetivos da política econômica e da política urbana. (ARAUJO, 1979).

A política ambiental não pode ser desvinculada dos aspectos sociais e econômicos, pois, como se observa, as políticas ambientais que foram implementadas no Estado de São Paulo restringiram-se essencialmente em seus aspectos preservacionistas, aspectos estes que rebatem nos municípios os quais possuem em seu território grandes áreas de conservação e que buscam alternativas para o seu desenvolvimento.

Nota-se, porém, uma mudança de enfoque em alguns órgãos estaduais e federais que passam a incorporar os aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos em sua postura, deixando de ser prioritário a fiscalização e a repressão.

3.0 - O Quadro Natural de Iporanga

A região, em estudo, encontra-se no município de Iporanga.Com relação a sua geologia situa-se na borda oriental do embasamento Pré-Cambriano individualizado, nesta posição do Brasil, como Maciço Atlântico, debruçado entre uma seqüência de planícies de várias origens. (KARMAM, 1995).

Congregam em sua província serrana, rochas, sobretudo gnáissicas, cedendo lugar, em sua porção meridional, a xistos, quartzitos, mármores, meta conglomerados e outros metassedimentos do grupo Açungui, onde são numerosos os corpos de granito, uns tectonizados, outros não.

As unidades geológicas, nas camadas superiores, sofreram intrusão de granitos, a idade das rochas desse Grupo Açungui é da ordem de 600 a 650 milhões de anos.

Este complexo metassedimentar apresenta-se sob forma de depósitos de sedimentos carbonatados (calcário) bem antigos, de idade pré-cambriana. Estende-se numa área bastante acidentada, que compreende entre outros os municípios de Capão Bonito, Itapeva, Itararé, Ribeirão Branco, Ribeira, Guapiara, Apiaí e Iporanga. (KARMAM, 1995).

A espessa faixa meridional de calcário orientada na direção NE-NW forma, nos municípios de Apiaí e Iporanga, as Serras dos Motas e Macacos, do Camargo, do Morro do Chumbo e Serrinha e Figueira.

O aparecimento de calcário, nessa região, ocorreu por meio da deposição em ambiente marinho, os quais sofreram metamorfização, recristalização, dobramentos e foram submetidos a intrusões de magmas ácidos e básicos.

Por ocasião dos dobramentos e das intrusões magmáticas ocorridas, entre o fim da era Proterozóica e o início da Paleozóica, originaram-se juntas, responsáveis pela formação de grutas no calcário. (LINO, 1978).

O município de Iporanga está localizado na zona serrana do Alto Ribeira e apresenta características de relevo cárstico devido às faixas de calcários que cortam sua área conforme descrito acima, apresentando mais de 300 cavernas, acompanhados de sumidouros, ressurgências e outras formas de relevo, o que lhe confere o cognome de "Capital das Grutas". (KARMAM, 1995).

Conforme Figueiredo, (2000), o fenômeno que justifica a existência deste importante patrimônio natural são as combinações de fatores físicos e químicos, tais como: a erosão mecânica e a dissolução das rochas carbonáticas, facilitada por seu alto grau de fraturamento.

Outros fatores como movimentos epirogenéticos, processos erosivos e intemperismo contribuíram para o modelado característico da região. (LINO 1978).

Com relação a sua geomorfologia, grande parte do território do município de Iporanga está inserido na subzona da Serra de Paranapiacaba e nos Planaltos Interiores, Planalto do Sumidouro, do Ribeirão Timinina e do Lajeado, que por sua vez está na zona geomorfológica Serrania Costeira que pertence à Província Costeira, tendo pequenas partes de seu território inserido no Planalto Atlântico, especificamente no Planalto de Guapiara, conforme figura-3.1

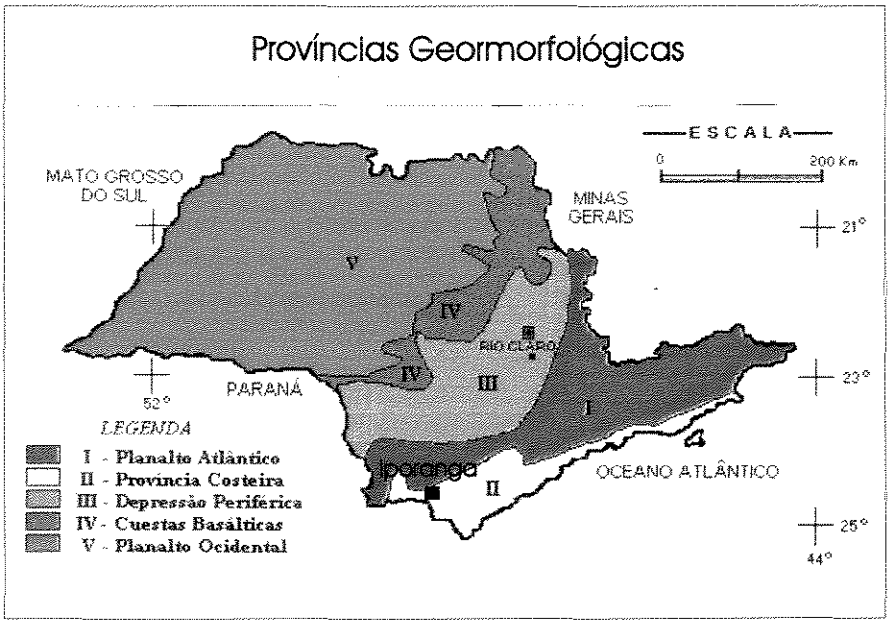


Fig -.3.1 Localização do município de Iporanga na Província Costeira e Planalto Atlântico. (Almeida, 1964).

A Província Costeira corresponde segundo Almeida, (1964:27), "área do Estado drenada diretamente para o mar, constituindo o rebordo do Planalto Atlântico, sendo em sua maior parte, uma região serrana contínua. Nesta região, as escarpas mostram-se

abruptas e festonadas, desenvolvendo-se anfiteatros sucessivos, separados por espigões". (ALMEIDA, 1964)

A subzona da Serra de Paranapiacaba apresenta relevo muito complexo em resposta a uma grande diversidade litoestrutural, com altos de 1200 a 1300 metros sobre o mar. Por toda parte nesta subzona, a estrutura geológica tem papel decisivo no condicionamento da rede de drenagem e das formas topográficas. Os mais elevados divisores de água são suportados principalmente por granitos e gnaisses. Também rochas quartzíticas sustentam cristas salientes nesta subzona, como nos municípios de Apiaí e Iporanga, onde zonas rebaixadas correspondem a filitos e xistos com calcários intercalados. (SÃO PAULO, 1992).

A região apresenta problemas relativos ao relevo cárstico, quando se trata de reservatórios (fuga de águas) e problemas de fundação de grandes estruturas. Tais problemas estão associados a rochas calcárias na porção sul da bacia, que apresenta a erosão hídrica, seja laminar, seja em sulcos como um fenômeno comum em toda bacia, graças à espessura e natureza dos solos, às declividades e amplitudes predominantes como também às altas pluviosidades imperantes na área. (SÃO PAULO, 1992)

O Planalto do Sumidouro do Ribeirão Timinina apresenta relevo cárstico com sumidouros em vários ribeirões e se encontra rebaixado cerca de 200 metros em relação ao Planalto Atlântico.

O Planalto do Lageado situa-se na região do rio Betari onde está localizado o núcleo Santana do PETAR, possui os mais altos cimos e o assoalho dos vales encaixados é de 450-790 metros. A altitude média encontra-se a 600 metros e as serras limítrofes são as do João Ferreira, Sem Fim e da Boquinha.

. O clima na área de estudo é afetado, durante o ano todo, por duas massas de ar. A principal, e que tem maior duração o ano todo, é a Tropical Atlântica, originária do anticiclone migratório do Atlântico Sul. Atinge essa região com ventos de Sul e Sudeste, trazendo umidade do mar que é descarregada no continente, influindo na distribuição e no total de precipitações.

"A segunda massa de ar é a Polar Atlântica, originária da Patagônia, de atuação mais limitada, porém de grande importância devido às mudanças bruscas de temperatura,

principalmente nos meses de inverno, junho, julho e agosto. É ela a responsável pela ocorrência de mínimas 2° e 3° C nas baixadas, enquanto que nas partes serranas verificam-se geadas. Mesmo na época de verão pode haver incursões esporádicas dessa massa, provocando a queda brusca de temperatura, acompanhada de fortes chuvas frontais" (Camargo et al, 1972). Nas áreas serranas ocorrem chuvas orográficas com os índices que variam de 1300 a 2000 mm.

A regularidade das precipitações mostra características típicas de clima subtropical, sendo explicado pela atuação alternada, durante o ano todo, das massas de ar Tropical Atlântica e Polar Atlântica, ora provocando chuvas orográficas, devido à presença das escarpas da serra, ora chuvas frontais nos meses de inverno pelo encontro das duas massas, além de chuvas de convecção térmica nos meses de verão. (CAMARGO et al, 1972).

A bacia do rio Ribeira de Iguape localiza-se inteiramente no domínio do sistema climático subtropical, mais precisamente na zona de transição entre os domínios do ar tropical e das invasões dos fluxos polares, com variações anuais de temperaturas médias mínimas e máximas, controladas principalmente pela altitude e, secundariamente, pela latitude. (MONTEIRO, 1969)

Com relação à Hidrografia, os principais rios que cortam o município de Iporanga são: o Rio Ribeira, onde se encontra o sítio urbano as suas margens, os afluentes da margem esquerda como o Ribeirão Iporanga que é utilizado no abastecimento de água, Rio Betari e o Ribeirão Pilões.

Conforme Camargo et al, (1972), a riqueza da hidrografia regional é conseqüência de dois fatores principais: o primeiro, caracteriza-se por chuvas abundantes durante o ano todo, possibilitando que os rios sejam perenes e a litologia que, na parte serrana, é formada por granitos, gnaisses e filitos e outras rochas que impedem a infiltração da água para as camadas mais profundas, originando um lençol freático pouco profundo que faz aparecer grande número de fontes e cursos de água.

Há uma semelhança com o regime tropical, porém a discrepância entre a descarga máxima e mínima (verão e inverno) é menos acentuada que nos rios tropicais, fato este que se acentua, pois, além das precipitações abundantes, os rios ainda têm como fonte de alimentação as águas subterrâneas que afloram nas vertentes da escarpa da Serra,

desenvolvendo função reguladora e dando certo equilíbrio de vazão durante o ano todo, fato de importância fundamental nas instalações de usinas hidroelétricas. (CAMARGO et al, 1972).

A rede hidrográfica desempenhou importante papel no processo de ocupação territorial da região, devido à descoberta de ouro, transformando assim o Rio Ribeira em uma fundamental via fluvial no transporte de minério e de pequeno excedente agrícola para o litoral e de lá voltando com mercadorias diversas.

A Mata Tropical (Mata Atlântica) é a formação vegetal mais característica e dominante da região em estudo, estendendo-se por toda a área serrana (Alto Ribeira) e menos úmidas da região pré-serrana e da Baixada, podendo, muitas vezes, chegar até próximo ao mar, através dos esporões da Serra de Paranapiacaba. Ela ocupa a maior extensão da bacia hidrográfica do Rio Ribeira, pois dos seus 14.300 Km2, 56% ou seja, 8.400 Km2 apresentam este tipo de vegetação. No município de Iporanga em torno de 80% de sua área é composta de remanescentes de Mata Atlântica, conforme figura-3.2

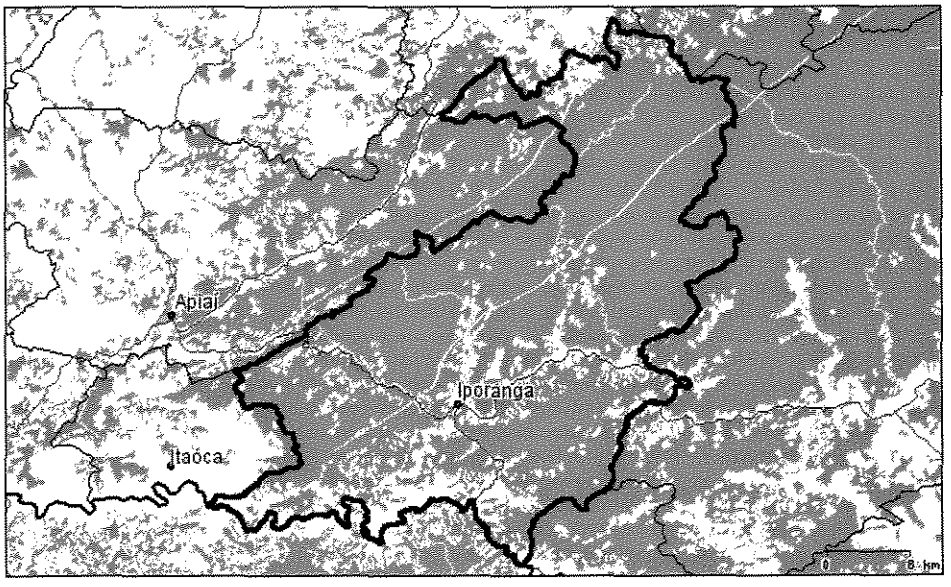


Figura - 3.2 Situação atual dos remanescentes de Mata Atlântica na área do município de Iporanga - SP (Vale do Ribeira)

Fonte: www.sosmataatlantica.or.br (2004)

Essa formação florestal pode ser considerada como "clímax", isto é, em estágio final de sucessão vegetal, estando atualmente em equilíbrio com o clima e o solo da área, desde que todos os indivíduos que a compõem, tanto os dominantes como os subdominantes, estejam completamente ajustados entre si e o meio.

Conforme Camargo et al (1972 p34), "fisionomicamente ela se apresenta constituída por indivíduos de porte arbóreos bem desenvolvidos, podendo alcançar 30 a 40 m de altura, bastante densa e com elevado número de espécies, o que a torna muito heterogênea. O alto teor de umidade, o calor e a abundância de água são os responsáveis pelas folhas perenes, verdes durante o ano todo. Trata-se de uma mata bem estratificada, onde há três andares característicos. As epífitas parasitas e trepadeiras são freqüentes dando, estes últimos, um caráter intricado e de impenetrabilidade. A mesma riqueza pode ser verificada em relação aos vegetais inferiores, principalmente musgos, liquens e samambaias que aí encontram condições ecológicas ótimas para o seu desenvolvimento".

Ainda segundo o autor essa formação vegetal encontrada tanto na Serra como nas porções mais baixas da bacia pode ser subdividida, de acordo com os diferentes níveis topográficos em Mata Tropical dos níveis mais altos quando situadas acima de 80 m sendo este o caso da área de estudo e Mata Tropical nos níveis mais baixos.

"O clima tem um papel fundamental caracterizando-se as precipitações por apresentarem anuais de 1800 a 2000 mm, podendo chegar conforme a incidência de ventos marítimos e a disposição do relevo a 3500 mm anuais. A existência de um teto de nuvens a 1000 m de altitude também é responsável pelos altos índices de umidade superior a 90% originando a chamada mata de neblina". (CAMARGO. et al, 1972 p37).

"De comparação da mata tropical dos níveis mais baixos da situada nos níveis mais elevados conclui-se que a topografia influi diretamente na insolação, verificando-se na mata de encosta um aumento de 50% da luminosidade em relação à baixada, o que permite o desenvolvimento de três andares na mata de níveis mais altos e dois nos níveis mais baixos". (CAMARGO et al, 1972 p41).

Apresentando madeiras de lei de grande valor econômico, essa mata é bastante visada pelo homem que a devasta sistematicamente, provocando ruptura do equilíbrio e das condições naturais da área.

As encostas da serra, onde ainda ocorrem as matas primárias, foram preservadas devido à dificuldade imposta pelo relevo e pela baixa produtividade do solo, porém atualmente estão sendo muito devastadas, pela coleta de plantas ornamentais como bromélias, orquídeas e retirada de xaxins, de madeira e de palmito e o desmatamento levando também a extinção de espécies animais como: onça-pintada, mono-carvoeiro, jacutinga, etc. (SÃO PAULO,1992).

O Estado de São Paulo vem assistindo passivamente a destruição de suas florestas, apresentando cerca de 5% de florestas naturais remanescentes dos 81.89% originais sendo que dos 5% de áreas naturais remanescentes, 3.5% se encontram no Vale do Ribeira, distribuídos entre o Estado, sob denominação de Ucs (Unidades de Conservação) e em poder de particulares, posseiros e grileiros. (SÃO PAULO, 1992).

Qualquer que seja o grupo taxonômico considerado, a estimativa do número de espécies na Mata Atlântica está entre os maiores do planeta. Aproximadamente, temos 250 espécies de mamíferos; 1.023 de aves; 197 de répteis; 340 de anfíbios; 350 de peixes e 20.000 de plantas vasculares. Não é possível determinarmos o número de espécies de invertebrados e microrganismos que ocorrem no bioma. Estima-se que pelo menos 40% das espécies de Mata Atlântica que são endêmicas ocorrem exclusivamente ali. (SÃO PAULO, 1992).

Com a rápida diminuição das florestas (Mata Atlântica), essas áreas sofrem grandes pressões pelas mais variadas atividades: especulação imobiliária, extração de madeira, palmito, mineração utilizando metais pesados entre outros.

O município de Iporanga encontra-se dentro deste contexto e em sua área foram criadas várias áreas de preservação.

"É de forma mais intensa que nas décadas de setenta e oitenta, os esforços preservacionistas levaram á criação de sete parques estaduais, duas estações ecológicas e três áreas de preservação ambiental, conforme pode ser observado no quadro-3.1. Mais de meio milhão de hectares sob a proteção, restringindo o uso econômico a atividades limitadas" (HOGAN et al, 1999).

Quadro - 3.1-Área ocupada por cobertura vegetal nativa no Vale do Ribeira em 1988, em hectares (ha) e em porcentagem sobre a área total do município.

Município	Área total do município (em ha)	Área ocupada por vegetação nativa (em ha)	Área ocupada por vegetação nativa sobre área total do município (em%)
Apiaí	157.800	52.912	33,53
Barra do turvo	101.300	53.375	52,69
Cananéia	133.800	99.490	74,36
Eldorado	171.200	128.263	74.34
Iguape	208.000	161.819	77,80
Iporanga	**127.700**	**96.918**	**75,90**
Itariri	29.500	16.710	56,64
Jacupiranga	109.500	59.729	54,55
Juquiá	86.500	57.688	66,67
Juquitiba	55.000	35.118	63,85
Miracatu	98.000	72.598	74.45
Pariquera-Açu	37.000	16.940	45,78
Pedro de Toledo	63.100	56.813	90.04
Registro	68.800	30.797	44,76
Ribeira	81.800	11.022	13,47
Sete Barras	106.200	81.142	76,40
Tapiraí	72.000	63.274	87,88
Total	1.707.200	1.093.948	64,08

Fonte: SMA/Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais -DPRN

4.0 - A Formação Territorial do Vale do Ribeira

A história não registra nenhum movimento organizado ou de maior expressão anterior à passagem de Martim Afonso de Souza que, com missão específica de povoar, ancorou sua esquadra em Itanhaém e Cananéia em 1531, sendo que, naquela ocasião, já foram encontrados moradores estabelecidos em ambas as localidades.

A presença de um pequeno grupo de espanhóis expulsos do rio da Prata e ali refugiados em Cananéia, liderados pelo Bacharel Francisco de Chaves Lopes, foi de fundamental importância, uma vez que conforme Krug, (1939, pag 542), "estes desterrados foram de enorme utilidade para Martim Affonso, pois sendo conhecedores da língua dos índios, que habitavam as proximidades do futuro e frutuoso porto de Cananéia, serviram de intérpretes a estes arrojados navegantes". (KRUG, 1939)

Conforme destaca Petroni, (1966), a região foi ocupada pelos indígenas que se misturaram aos poucos com os colonizadores portugueses que por aí passaram, dando origem aos mestiços, que são caiçaras do litoral e os capuavas da área sub-litorânea no contato com o planalto cristalino. A presença do europeu foi sempre de caráter periférico nos primeiros processos de povoamento, e sempre muito ligado ao mar. O município de Iguape, por exemplo, não se desenvolveu, nem oferecia condições para a fixação e desenvolvimento do aglomerado humano, a tal ponto que, em 1679, o seu capitão-mor, por um édito, sob pena de multa de dez cruzados, obrigou os donos de sítios e fazendas ao redor a construir cada um "uma casa na cidade, visto como eram poucos os moradores que havia nela". (PETRONI, 1966)

Os objetivos econômicos predominantes na época dos primeiros povoamentos fixaram-se na procura dos metais preciosos como o ouro e a prata, sendo que os pontos iniciais de povoamento, na região do Vale do Ribeira, constituíram-se das áreas de Cananéia e Iguape. Estimulados pela busca de metais, os portugueses lançaram-se em expedições a procura de ouro ao longo do rio Ribeira de Iguape. (BRASCONSULT, 1966).

A penetração portuguesa, iniciada já na primeira metade do século XVI e bastante ampliada no século XVII, devido à descoberta de ouro no Alto Vale, manteve como eixo principal de circulação o rio Ribeira. Seus maiores afluentes, especialmente aqueles em cujas áreas eram encontrados ouro de aluvião, integravam-se à rede de comunicação o que

condicionou em suas "barras" no Ribeira a formação de diversos aglomerados. Estes geralmente situados em locais anteriormente ocupados por aldeamentos indígenas. (LINO, 1982).

A persistência de algumas atividades mineradoras em locais e áreas definidas determinou, por um lado, o estabelecimento de correntes de mercadorias e abastecimento dos mineiros e, por outro lado, as de transporte da produção minerada. Determinou, além disso, o estabelecimento de órgãos de recolhimento tributário e controle fiscal. E como cada vez era mais avultado o número de pessoas ligadas ao setor extrativo, iniciou-se a produção agrícola de mantimentos de subsistência, realizando-se, desta maneira, os primórdios da ocupação real da terra. (BRASCONSULT, 1966).

Assim, ligadas ao ouro, ao comércio ou em apoio a estas penetrações formaram os aglomerados de Ribeira, Iporanga, Barra dos Pilões, Barra do Batatal, Ivaporunduva, Eldorado, Sete Barras e Registro ao longo do rio Ribeira, esta última tinha a função da cobrança do quinto de ouro para a coroa portuguesa, sendo sua localização condicionada à foz do rio Juquiá, o maior afluente do rio Ribeira de Iguape. À região de Registro cabia não só a arrecadação do quinto, mas também o controle da navegação pelo Juquiá, impedindo que através deste e do rio São Lourenço, se estabelecesse uma comunicação com o Planalto (São Paulo) por onde o ouro pudesse ser desviado, não passando por Iguape onde foi instalada uma casa de fundição. (LINO, 1982).

O município de Iguape desenvolveu-se com grande intensidade, pois, além de ser grande produtor de arroz, também possuía, desde tempos de ouro, um porto marítimo, que se tornou fundamental para a Província, naquela época. Iguape, conjuntamente com Cananéia, transformaram-se em áreas de construção naval, criando novos estaleiros, avolumando os serviços e desenvolvendo ainda uma série de atividades econômicas decorrentes desse crescimento regional, que transformaram o local em importante porto exportador-importador. (FIGUEIREDO, 2000).

As áreas de acesso pelo planalto, notadamente Apiaí, Iporanga e Ribeira, não se beneficiaram do mesmo impulso de desenvolvimento de Iguape, mas tiveram um papel importante como a única via de comunicação da Baixada ao Planalto dando acesso a Apiaí via Ribeira ou ainda via Vale do Betari, através de Iporanga.

Apesar das descobertas e da tentativa de aumentar o número de minas na região, a produção de ouro era bem fraca neste período, o que pode ser reflexo das inúmeras dificuldades e falta de incentivos à exploração mineral, a qual competia com a cultura canavieira, também em uma fase de recessão no final do século XVII, causada, entre outros fatores, pela queda de preços no mercado internacional. (FIGUEIREDO, 2000).

No final do século XVII e início do século XVIII, com a descoberta de ouro nos sertões de Minas Gerais, há uma grande migração da população do Vale do Ribeira para esta região, este fato vai contribuir significantemente para a decadência econômica do Alto Vale do Ribeira devido ao declínio da atividade mineradora.

No final do século XVIII, a economia em toda região já se encontrava estagnada. A construção naval no litoral estava em declínio e a mineração no Alto Vale do Ribeira entrava em decadência pelo esgotamento das aluviões. (BRAGA, 1998).

Ao longo do século XIX, conforme Figueiredo, (2000), Iguape também entra em decadência econômica devido a diversos fatores como: a concorrência de várias áreas produtivas no Planalto Paulista que ingressaram na agricultura de arroz e posteriormente do café, a construção de estradas de ferros, reforçando o fortalecimento do porto de Santos, a própria falta de tecnologia no Vale do Ribeira e a recessão econômica na época, além disso, o modelo agro-exportador, baseado no trabalho escravo, sofrera sérias restrições decorrentes da abolição da escravatura. (FIGUEIREDO, 2000).

Ainda segundo o autor, outro fator que ajudou na decadência de Iguape foi a abertura do canal do Valo Grande, o que provocou o assoreamento gradativo de seu porto, devido ao efeito natural da ação das águas do Ribeira, que acabaram correndo, preferencialmente pelo "pequeno" atalho, erodindo suas margens e trazendo grandes cargas de sedimentos. (FIGUEIREDO, 2000)

Com o crescimento da economia cafeeira no Estado de São Paulo, o Vale do Ribeira não participa da incorporação desse processo econômico do café devido a alguns fatores como a qualidade e o custo de produção, pois a Zona do Ribeira e do Litoral Sul não dispõem de condições de solo para constituir uma área capaz de oferecer um resultado na cultura do café com melhores requisitos de qualidade, nem dela se poderão esperar uma produção por unidade trabalhada, compatível com as atuais conveniências da economia cafeeira. (BRASCONSULT, 1966).

Outros motivos que também contribuiram foram os fatores naturais da região do Ribeira, uma vez que, de um modo geral, as terras não se mostraram favoráveis a uma adaptação da cultura do café em virtude da sua formação montanhosa e de alagadiços, das dificuldades climáticas e também da existência de malária na região. (BRASCONSULT, 1966).

Tais razões sempre existiram nas decisões do setor agrícola cafeeiro, motivo pelo qual o Vale do Ribeira nunca avançou neste ramo da agricultura.

A abertura da estrada de ferro Santos-Juquiá, em 1914, permitiu certo desenvolvimento a Juquiá e Miracatu. Surgiram, inicialmente, pequenos aglomerados do século passado, como as estações de Itariri e Pedro de Toledo. Esta ferrovia significou não apenas mais um duro golpe para o porto de Iguape, mas principalmente a quebra da unidade longitudinal do Vale do Ribeira, representada pelo eixo do Ribeira do Iguape, forçando a reorientação da ocupação e fluxo de comércio. (LINO, 1982).

Contudo certas medidas permitiram surtos isolados de crescimento econômico como a implantação, na virada do século, do núcleo de colonização italiana de Pariquera-Açu, distante da orla marítima e afastado da rede hidrográfica e a migração nipônica em Registro 1920 e 1940. (SEP /CAR, 1989 apud RODRIGUES, 1995).

Os imigrantes japoneses conforme Lino, (1982), introduziram a cultura do chá, e novos métodos no trato da rizicultura, tornando-os produtos significativos na exportação interna e externa. Estes, sobretudo concentrados na região de Registro, reorientam toda a economia da área a ponto de torná-la, já na metade do século, no mais importante pólo sócio-econômico e cultural do Vale do Ribeira. (LINO, 1982).

Devido à reorganização do comércio regional, em virtude do processo de industrialização que se verificava em São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, por volta de 1930, e com a crescente urbanização e concentração demográfica, a produção do Vale do Ribeira começou a ter possibilidades de ser absorvida pelo mercado consumidor. Aliados a esses fatores, os esforços de abertura de estradas e a melhoria das condições de transportes fluviais, assim como a construção da ferrovia Santos-Juquiá, permitiram o escoamento da produção. (SMA, 1992).

Entre 1930 e 1940 o comércio regional reorganiza-se, voltando-se ao capital industrial na exportação de produtos. Como resultado, a região incorporou-se à economia

do Estado na produção de chá e da banana. Associou-se a este quadro a exploração da pesca em escala comercial em Cananéia. (MULLER, 1980).

No Alto Vale do Ribeira apenas Apiaí teria algum desenvolvimento nesta época devido principalmente à construção da estrada São Paulo-Curitiba que, em prolongamento à via Raposo Tavares, voltava-se para o sul cruzando o Vale do Paranapanema, atingindo Apiaí rumo ao norte paranaense. A localização tangencial desta estrada pouco interferiu no seu desenvolvimento, exceto ter permitido certo destaque a Apiaí que passou então a ocupar a posição de pólo regional satelitizando os demais municípios do Alto Vale. (LINO, 1982).

Deste modo, o Vale do Ribeira, que já havia ficado "à margem do império do café", fica também à margem da industrialização, permanecendo como uma região periférica, "subdesenvolvida", na órbita da economia paulista moderna, industrializada e desenvolvida. Esta situação de disparidade social e econômica, principalmente a partir do final da década 1950, quando o Estado passou a intervir mais diretamente na economia com políticas de desenvolvimento, começou a despertar a atenção governamental para a região. (BRAGA, 1998).

Com a abertura, no inicio dos anos 1960, da rodovia nacional Régis Bittencourt, BR-116, a região recebeu um novo impulso de crescimento econômico, passando por uma redefinição de sua ocupação espacial e por um processo de valorização de suas terras. (MULLER, 1980).

A construção desta estrada que liga São Paulo ao sul do país vai redefinir o processo de ocupação do território no qual a terra passa a ser um fator econômico de grande relevância na área. Segundo Lino, (1982), a grande extensão de terras disponíveis aliadas à limitação das possibilidades de seu aproveitamento, devido às dificuldades de comunicação, escassez de recursos humanos, e à falta de ação do Estado na área fez com que, por longo período, a terra no Vale do Ribeira não tivesse valor econômico expressivo.

Aliado a este processo de organização espacial do território o Estado começa a intervir na região com obras de infra-estrutura como a abertura de estradas, políticas de incentivos fiscais para investimentos na área e a criação de vários órgãos ligados ao Vale, como a CEDAVAL, SUDELPA, O DEVALE, ATC, os quais tinham a função de promover o desenvolvimento da região.

A redefinição do processo de ocupação da área no Vale do Ribeira segundo Lino, (1982), apresenta algumas características como a formação de grandes latifúndios por parte de proprietários estranhos à área, geralmente ligada à mineração, pecuária, reflorestamento e empresas imobiliárias. Esta concentração de terra com fins basicamente especulativos deu-se de forma violenta, através da grilagem física e jurídica e da expulsão de posseiros. O retalhamento da terra ao longo das principais vias, no entorno das cidades e na orla e ilhas marítimas, em formas de pequenas propriedades (sítios, chácaras, loteamentos) ligadas ao lazer e turismo, principalmente ao longo da BR-116 nos municípios de Iguape, Cananéia e especialmente Ilha Comprida, acarretou uma especulação imobiliária e a devastação da natureza na área, a crescente urbanização, pois alguns centros urbanos atingidos pela BR-116 concentraram os maiores investimentos. Este fato aumentou o êxodo da população jovem do meio rural, aumentou a desestruturação da pequena propriedade baseada na estrutura familiar acentuando ainda mais o movimento de venda de terras e a busca pelas cidades. (LINO,1992)

Outro fator importante com relação à disparidade regional entre os municípios do Vale do Ribeira está ligado aos investimentos na Baixada e no Alto Vale, além da divisão política do Estado em regiões administrativas nos fins da década de 1970.

Ainda segundo Lino, (1982), a disparidade de investimentos entre a Baixada e Alto Vale, torna mais aguda a quebra de unidade sócio-econômica e cultural do Vale e, polarizados em torno de Registro (na Baixada) e Apiaí (Alto Ribeira), os demais municípios passam a compor dois compartimentos isolados, que em comum pouco mantêm, exceto sua posição de periferia da economia central. Ainda segundo o autor a divisão do Estado em regiões administrativas oficializa a polarização do Alto Ribeira na Região de Sorocaba e a Baixada como prolongamento subdesenvolvido da Baixada Santista e o Vale do Ribeira perde efetivamente sua unidade, dividido por um meridiano político econômico assentado entre os municípios de Iporanga e Apiaí.

Na década de 1980, com o processo de redemocratização do país e com a eleição em 1983 do primeiro governo democrático do Estado de São Paulo, há uma mudança do enfoque economicista de orientação desenvolvimentista em que não levavam em conta as questões sociais e ambientais, mas sim as questões voltadas à implantação de infra-estrutura para o capital e ao clientelismo político. (LINO, 1982)

E quando entra na pauta das discussões e das políticas a questão ambiental, ela vem do bojo de toda uma discussão sobre a preservação do meio ambiente que terá como marco a promulgação da Lei 6.938[10], de 31 de Agosto de 1981 (BRAGA, 1998).

Esta lei estabelece a criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, que normatizou, por volta de 1986, a obrigatoriedade da elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental-EIA e dos Relatórios de Impacto Ambiental-RIMA.

Com o crescimento e a institucionalização das questões ambientais, o Vale do Ribeira passa a ser foco dos órgãos governamentais paulistas, pois em seu território encontram-se as principais reservas ecológicas do Estado.

Segundo SMA, (1992), quanto as suas áreas naturais, a região do Vale do Ribeira é a maior reserva natural de Mata Atlântica do país, com grande parte de sua área legalmente protegida visando à preservação deste patrimônio; somente na região do Vale do Ribeira estão 49% do total de áreas protegidas do Estado de São Paulo, sendo que estas áreas de conservação vêm sendo implementadas desde de 1950.

A partir da década de 1990 até os dias de hoje, o Vale do Ribeira ainda continua como uma das regiões menos desenvolvidas do Estado de São Paulo. As atividades agrícolas como chá e banana enfrentam vários problemas, tais como a carência de recursos do próprio sistema produtivo e a baixa qualidade do produto para padrões internacionais, o que dificulta a sua comercialização. Juntamente com este fato destaca-se a dificuldade dos processos de regularização fundiária, o que acarreta um forte impedimento ao desenvolvimento econômico regional.

Atualmente, graças as suas características naturais e culturais, o Vale do Ribeira desponta agora como um importante pólo ecoturístico, o que vem causando uma nova dinâmica socioambiental na região ligada à conservação do patrimônio natural e cultural da região, o que ocasiona novas formas de organização do espaço que configuram uma outra realidade ao Vale do Ribeira.

[10] Esta Lei, com fundamento no art. 8°, item XVII, alíneas *c, h* e *i,* da Constituição Federal, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente, cria o Conselho Nacional do Meio Ambiente e institui o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa.

4.1 - Formação Territorial do município de Iporanga

A origem de Iporanga, que em Tupi Guarani significa I (Água) e poranga (bonita), remonta ao século XVI. Por volta de 1576, quando as bandeiras paulistas partiram do Porto de Cananéia, através do Rio Ribeira em canoas, numa incursão ao sertão, após deixarem para traz a foz do desconhecido Ribeirão Pilões, muitos quilômetros rio acima, encontraram um novo afluente onde aportaram para descansar e traçarem planos. Notaram, pela formação de cascalho na confluência do Ribeira com aquele novo rio, que tinham boas perspectivas de encontrarem metais preciosos e resolveram subi-lo em suas embarcações. (PMI, 1989).

Foi assim, em 12 de Junho de 1576, véspera de Santo Antonio, 8 km da foz do Rio Iporanga, nome com o qual batizaram o mesmo, encontraram uma vasta várzea que decidiram ser o local ideal para nele fixarem o seu ponto de referência para futuras incursões mais para o centro do sertão. Iniciaram, ali, a construção de rústicas cabanas de madeira e barro para abrigo dos garimpeiros e de seus familiares. Circundado-as, construíram imponentes muralhas de pedras para prevenir-se de ataques de bugres que infestavam a região, começaram os primeiros preparativos para o início do garimpo, bem como o cultivo de cana de açúcar e cereais para subsistência dos moradores, assim nascia o garimpo de Santo Antonio. (PMI, 1989).

Em 1625, o arraial já contava com uma capela coberta de sapé, sendo o padre Josias Maria Tinoco o primeiro a administrar os sacramentos.

Entre 1751 e 1755, os mineradores José Rolim de Moura, Antonio Leme e Nuno Mendes Torres, substituíram a capela de sapé por outra, de taipa e coberta com telhas, nela foi colocada a imagem de Santa Anna, que ganhou coroa e resplendor de ouro. (SÃO PAULO, 1979).

O ouro encontrado na região era enviado à Casa de Fundição instalada pela Coroa portuguesa em Iguape, então principal núcleo da região. Os caminhos terrestres eram muito ruins, e a ligação entre a serra e o litoral fazia-se pelos rios - canoas transportavam o ouro, as notícias, as ferramentas, o sal, os gêneros. (SÃO PAULO, 1979).

O ciclo do ouro ia determinando cada vez mais a rápida expansão do povoado, com o nobre metal aflorando na região. Dizia a história que as damas da sociedade, na época,

faziam-se acompanhar, nos bailes e reuniões sociais, das suas aias (escravas mais vistosas) cujas carapinhas borrifavam com ouro em pó, ostentando assim suas vaidades e riquezas. (PMI,1989).

No fim do século XVIII, a produção de ouro já era pequena e conforme Figueiredo, (2000), o arraial no garimpo de Santo Antônio, localizado num ponto do sertão a aproximadamente 7 km da foz do rio Iporanga, foi paulatinamente se esvaziando, seus moradores foram então se transferindo para um novo local, próximo às margens do Rio Ribeira, na confluência com o Rio Iporanga (atual sítio urbano do município de Iporanga), continuando suas plantações, principalmente arroz, cujos excedentes eram transportados para a Villa de Iguape.

Ainda segundo Figueiredo, (2000), afora o esgotamento do ouro, um outro motivo para essas mudanças está relacionado com o assoreamento do Rio Iporanga, causado pela excessiva remoção do cascalho para o garimpo, dificultando, inclusive, a navegação local (FIGUEIREDO, 2000).

Em 1776, algumas famílias que não vieram com o intuito de explorar o ouro e sim para cultivar a terra, deslocaram-se tanto rio abaixo, como rio acima, onde se estabeleceram plantando arroz, milho, mandioca e principalmente cana-de-açúcar, proporcionando assim o surgimento de futuras pequenas fábricas de rapaduras, aguardente e farinhas, cujos produtos seriam vendidos aos povoados vizinhos, ao mesmo tempo, construíram-se grandes sobrados e ricas vivendas, emprestando ao povoado um aspecto senhorial. (PMI, 1989).

Com o declínio do ciclo do ouro no século XVIII, os habitantes remanescentes do povoado de Sant'Ana, iniciaram, por volta de 1814, um movimento para a construção de uma nova capela, onde já se encontrava a maioria dos moradores, sendo que a mesma só foi terminada em 1821.Este feito deve-se às dificuldades e incômodo para se deslocarem até a capela do antigo arraial, na área de garimpo, a fim de assistirem as missas e sepultamento dos mortos, além do abandono em que se encontrava aquela capela. (PMI, 1989).

Em virtude do isolamento do povoado e das dificuldades de transporte causado pelos péssimos caminhos de tropa que seguiam para Apiaí e ao precário transporte de canoas ligando Iporanga a Eldorado, seus habitantes viviam pacatamente, sendo que a maioria se encontrava na zona rural, indo ao núcleo do vilarejo apenas quando faltavam materiais de primeira necessidade. (FIGUEIREDO, 2000).

Em 09 de Dezembro de 1830, por Decreto Imperial, o povoado foi elevado à Freguesia de Santana de Iporanga, apesar de ter o ouro se esgotado, a agricultura continuava em franca expansão com uma próspera atividade comercial. Nesta época, como fonte de economia para a Freguesia, haviam instaladas 16 indústrias de fumo, 52 engenhos de cana, 14 fábricas de rapaduras, 12 fábricas de aguardente e diversos monjolos de cereais, os quais fabricavam farinha, constando também no termo da Assembléia Geral de Novembro de 1830, a existência de 1200 moradores que se dedicavam à criação de porcos e ao plantio de arroz e cana. (PMI, 1989).

Como afirma Figueiredo, (2000), nessa época de fartura e riqueza, mesmo com o esgotamento do ouro, Iporanga servia de entreposto, interligando a Baixada do Ribeira e o Planalto de Apiaí, pois abastecia os viajantes que se dirigiam para Xiririca (Eldorado) utilizando canoas, ou que seguiam em direção ao planalto por meio de tropas de burros, rumando, principalmente, para Apiaí, Faxina (atual Itapeva), São José do Paranapanema (atual Guapiara), Capão Bonito e Itapetininga.

Em 1841, comemorando a data de coroação de D. Pedro II, é inaugurado o Teatro Recreativo Sant'Ana, onde se apresentou a Companhia Lírica Francesa, vinda especialmente para o evento. (LINO, 1978b apud FIGUEIREDO, 2000).

Em 1843, o distrito de Iporanga, que pertencia ao município de Apiaí, foi transferido para Xiririca (Eldorado), esse seria o primeiro passo para a emancipação político-administrativa. (FIGUEIREDO, 2000).

Na segunda metade do século XIX, há a descoberta de grandes jazidas de chumbo com alto teor de prata em Iporanga, porém estas descobertas que aparecem somente como jazidas, sem previsões para exploração das mesmas, o que iria a acontecer muito mais tarde.

Conforme Figueiredo, (2000), estas minas de chumbo, no entanto, foram consideradas como tendo sido oficialmente descobertas em 1857, pelo engenheiro francês Luiz D'Ordan, o qual teria grande interesse em extrair o minério, pois considerava que eram as jazidas mais ricas que ele já havia observado. Este autor também destaca a passagem de outros naturalistas pela região, entre eles o geógrafo alemão Carlos Rath, que por volta de 1854 estivera no Alto Ribeira realizando levantamentos geológicos e geográficos, o viajante e diplomata inglês Sir Richard Francis Burton, que em 1866 esteve

em viagem por Iporanga. Em 1873, o engenheiro e geólogo alemão Henrique Ernesto Bauer, chegou em Iporanga e iniciou suas pesquisas geológicas no afamado Morro do Chumbo, ampliando para o restante do município e depois em todo o Vale do Ribeira, tendo, em 1876, elaborado o primeiro mapa topográfico e geológico, contendo a localização precisa destas minas de galena em Iporanga, (LEONARDOS, 1934), conforme quadro 4.1.

Quadro - 4.1 Concessões imperiais de mineração no município de Iporanga na segunda metade do século XIX. (modificada)

Decreto/data	**Natureza**
2.297 de 30/10/1858	Concede permissão a Luiz D'Ordan para explorar chumbo em Iporanga, no Morro do Ouro.
3.300 de 20/08/1864	Concede permissão a João Antonio Miranda e Silva para explorar chumbo, estanho e outros metais na serra de Iporanga.
3.706 de 29/09/1866	Autoriza Richard F. Burton e Augusto Teixeira Coimbra a explorar chumbo, estanho e outros metais nas terras de Iporanga.
4.265 de 29/05/1871	Ângelo Tomaz do Amaral e Antonio Cândido da Rocha para explorar chumbo, e outros minerais em Iporanga.

Fonte: (Leonardos, 1934).

Em 1866, houve a tentativa de se cultivar algodão em Iporanga conforme relata Krug, (1939): "que o correspondente da Revista Commercial, que dizia que em Iporanga, se tinha dado grande desenvolvimento do algodão e que corria o boato de que os plantadores, acreditando na fertilidade da terra, acabavam de plantar mais 150 alqueires de semente e que esperavam ainda, maior quantidade della para ultimarem as plantações iniciadas..." Este autor ainda diz que o motivo para este tipo de cultura se deve a Guerra do Paraguai, pois quem plantasse algodão estaria livre de ir para o campo de batalha, como afirma (Figueiredo, 2000), porém, esta cultura não se expandiu devido às dificuldades de transporte e à falta de incentivos governamentais.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Nesta época, já ocorria a festa de Nossa Senhora do Livramento e São Benedito, a qual se tornaria tradicional até os dias atuais. A festa é realizada entre os dias 31 Dezembro a 02 de Janeiro, e consiste de uma procissão fluvial de embarcações escoltadas por uma réplica da caravela portuguesa, improvisada em canoas, trazendo em seu interior as imagens dos santos, descendo o Rio Ribeira e ancorando no porto Ribeirão, onde a multidão aguarda. (PMI, 1989).

Em 3 de Abril de 1873, por lei imperial, foi elevada à categoria de vila (Vila de San't Anna de Iporanga) e no dia 12 de Janeiro de 1874 foi elevada a categoria de município. (PMI,1989).

Nesta época, o município contava com um sistema de iluminação pública, com lampiões, cujos braços de ferro com detalhes em relevo foram importados da Europa e eram alimentados com azeite de baleia e posteriormente querosene. Iporanga era considerado o 4° município da província que possuía este tipo de iluminação pública, ficando atrás de São Vicente, Itanhaém e São Paulo. No levantamento realizado para a província de São Paulo constava que Iporanga nesta época contava com 3000 moradores. (PMI, 1989).

Com o declínio do ciclo do ouro e com a libertação dos escravos em 1888, Iporanga entra em decadência. Devido à falta de mão-de-obra para a agricultura de arroz e de cana-de-açúcar, inicia a fase da agricultura de subsistência não mais voltada para a comercialização e sim para a sobrevivência das famílias.

Os escravos livres do jugo dos senhores internavam-se no sertão originando a formação de inúmeros povoados como Nhunguara, Bombas entre outros, essencialmente de origens afro-brasileiras (Remanescentes de Quilombo). Outros que resolveram ficar com os seus donos tornaram-se agregados dos mesmos tomando conta de suas terras. Ao se estabelecendo nelas, formaram outros povoados, Andorinhas, Serra e Betari onde restam alguns vestígios da cultura africana. (PMI, 1989).

Devido à existência de rochas carbonáticas na região há um enorme número de cavernas, algumas das quais já haviam sido exploradas por Bauer. Somente em 1898 foi publicado o primeiro artigo paulista sobre as cavernas da região do Morro do Chumbo e da Arataca, descritas pelo naturalista alemão, radicado no Brasil, Ricardo Krone, cujos trabalhos contribuiriam para o desenvolvimento dos estudos sobre Espeleologia e

Paleontologia no Estado de São Paulo, Figueiredo, (2000), apud Krone, (1898,1904 e 1909). Estes trabalhos despertaram os interesses pela preservação do patrimônio natural da região.

No início de século XX, a região foi objeto de expedições como da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo realizadas em 1908, originando o relatório "Exploração do Rio Ribeira de Iguape e Seus Afluentes" publicado em 1914, conforme relata este documento: "O município de Iporanga de futuro será rico, quando entrarem em exploração as diversas jazidas de chumbo, cobre e ouro existentes em seu território e houver vias de communicação que facilitem o transporte dos productos da agricultura e da mineração". (CGG, 1914 p 5).

Iporanga, nessa época, possuia sua economia baseada no comércio e servia como entreposto comercial na passagem de tropeiros, entretanto houve uma pausa no seu crescimento conforme relato, (CGG, 1914 p17), com relação ao comércio de Iporanga: "O seu commercio é feito com Curytiba, para onde exportam grande quantidade de toucinho, porco, etc, porque lhes falta communicação com Iporanga e conseqüentemente com Apiay e Itapetininga, e mesmo o caminho de Iporanga para Apiay é mau e sempre mal zelado, e nunca fiscalizado a sua conservação pela câmara de Apiay e por quem de direito".

Esse documento também descreve alguns aspectos do município de Iporanga: "Este município tem uma renda diminuta, a menor das do Valle do Ribeira; no entanto sua edilidade bem dirigida e intencionada tem feito diversos melhoramentos e commodidades para o público; possue boa e abundante água potável que é distribuída grátis para o abastecimento da população; as ruas são conservadas e limpas, os portos concertados sempre que é necessário, e a municipalidade conserva limpa e bem tratada uma grande área gramada para descanço dos animaes de carga das tropas que do alto da Serra aqui vêm commerciar. Para Xiririca, (atual Eldorado), há uma navegação de canoas, de quatro em quatro dias, e subvencionada pelo Estado". (CGG, 1914, FIGUEIREDO, 2000).

Nesta viajem de Xiririca para Iporanga, Krug, (1939:583), relata as dificuldades encontradas no caminho: "Deste lugar, rio acima, existem 57 diversos empecilhos, na sua maioria cachoeiras – umas volumosas outras menores que transtornam a franca navegação, com isso, julgo que a correção do rio não seria trabalho penoso e dispendioso como se

pensa. Eliminados estes empecilhos, a navegação até Yporanga poder-se-ia tornar franca a pequenos vapores".

Em 1910, na administração do Procurador Pedro da Silva Pereira Junior, Iporanga criava o serviço de travessia do Ribeira, através de balsa, visando a dar maior segurança a quem demandava rumo à Vila de Barra do Turvo ou dela vinham e a travessia de inúmeras varas de porcos que se destinavam à comercialização em Iporanga (PMI, 1989).

Também, nesta data, o Governo do Estado criava uma lei para a desapropriação das grutas da região conforme Figueiredo, (2000), provavelmente devido aos trabalhos de Krone e Krug.

O município de Iporanga possuía, nessa época, 47 engenhos de cana, 26 destilarias, 14 fábricas caseiras de fumo, 6 açougues, 42 casas comerciais, tanto o movimento do porto quanto a tráfego de tropas eram intensos. (PMI, 1989).

A mineração de chumbo e prata na região foi iniciada somente em 1920, na jazida de Furnas, entre Iporanga e Apiaí, a única mina de chumbo e prata presentemente em exploração no Brasil. (LEONARDOS 1934).

Conforme Leonardos, (1934): "para exportação do minério, procede-se à embalagem dos mesmos em pequenos sacos reforçados de juta, os quais pesam, quando cheios, 50 kg. O transporte em lombo de mulas é feito por empreitada. Como cada animal transporta um par de sacos (100 kg), são preciso dez cargueiros para transportar uma tonelada. Das minas eram transportadas ao depósito de minério na rodovia São Paulo-Paraná em 17 km. Como a estrada para Faxina (atual Guapiara) está mal conservada, o minério tem sido transportado em caminhões até Itapetininga, onde é colocado em vagões da estrada de ferro. Em São Paulo sofre transbordo para carros de bitola larga e, finalmente. é embarcada no porto de Santos, com destino a Cartagena na Espanha". (foto-4.1)

foto - 4.1 Transporte de minério de chumbo da Minas Furnas feito através de lombo de mulas pela estrada Apiaí-Iporanga atual SP-250
Fonte: (Leonardos, 1934).

Conforme Lino, (1978) apud Figueiredo, (2000), apesar do florescimento dessa atividade econômica, a falta de meios de transporte mais adequados, associado ao abandono da região e das conseqüências causadas pela instabilidade política do país e de Iporanga, resultantes das revoluções de 1930/32, levaram o município à decadência, observada pela redução do mesmo à condição de distrito de paz em 1934, conseguindo somente ser reinstalado em 1937, conforme foto-4.2

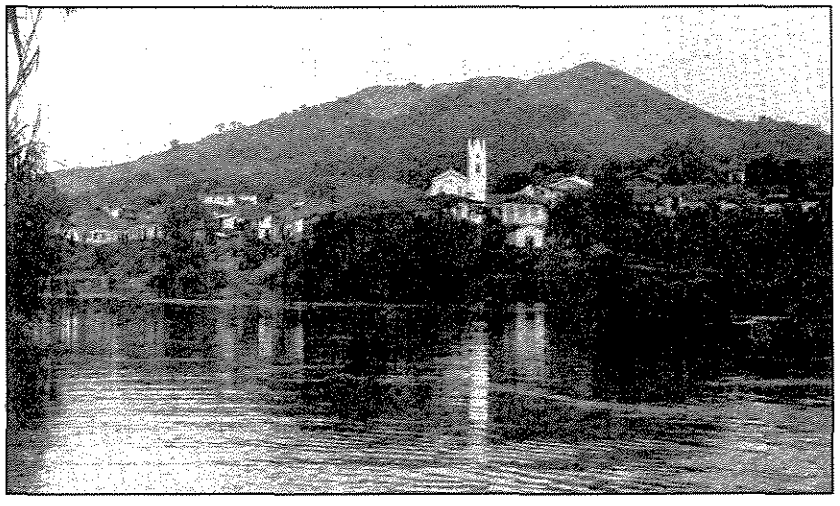


Foto - 4.2. A cidade de Iporanga às margens do Rio Ribeira no ano de 1934.
Fonte: (Leonardos, 1934).

Em 1937, no governo de Adhemar de Barros, foi inaugurada a rodovia estadual ligando Iporanga a Apiaí (SP-165), servindo para o escoamento de minério. Essa época também foi marcada por dois trágicos acontecimentos: em fins de 1937, uma enchente de proporções catastróficas assolou o Vale do Ribeira, que atingiu Iporanga deixando um saldo de destruições irreparáveis para a agricultura e dizimando grande parte do rebanho suíno da região. Em conseqüência de tudo isso, uma terrível epidemia de malária assolou o município nos anos de 1937/38, deixando um saldo aterrador de muitas vítimas fatais. (PMI, 1989).

Devido a estes acontecimentos a estrada tão esperada como fonte de progresso para o município de Iporanga serviu para a migração de uma parte da população conforme atesta (Ferraz, 1945, apud PMI, 1989): "A estrada foi construída visando a levar o progresso para Iporanga, por seu ponto privilegiado de comunicação com o litoral, mas serviu para marcar o início da decadência, pois formou um êxodo da população para as cidades mais desenvolvidas do planalto. Nessa época ocorre a incorporação do distrito de Barra do Turvo ao distrito sede de Iporanga." (PMI, 1989).

Em 1940 é criada a linha de ônibus que liga os dois municípios e também não tardaria a ser feita a eletrificação da cidade a gerador, substituindo a antiga iluminação de querosene. Nesse ano cresce o extrativismo vegetal com a extração de palmito despontando como alternativa econômica. A primeira fábrica foi instalada na Fazenda Santana, próxima ao bairro Pilões, gerando muitos empregos na região.

Também são reiniciadas, nessa década, pelo austríaco Luiz Nestlener morador de Iporanga, pesquisas visando a descobertas de novas cavernas e à exploração das já existentes, tendo em vista a viabilidade de utilizá-las como meio de atração turística e como uma nova opção de renda para o município. Na época, foram catalogadas a existência de 92 cavernas entre as já existentes e novas grutas descobertas, destacando-se a caverna de Santana, famosa pelos seus grandes salões subterrâneos e pela riqueza de suas formações calcárias. (PMI, 1989).

O final da década de 1950 é marcado pelo declínio da mineração de chumbo na região de Iporanga, mas por outro lado ocorre o fortalecimento de um movimento para a

criação de um parque florestal no Estado, com o objetivo de se preservar as cavernas da região, o que ocorreu em 1958 com a criação do PETAR (Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira).

Devido à fase de crise econômica em que se encontrava o país em 1964, Iporanga passa por uma nova estagnação econômica. Nessa época também houve a emancipação político-administrativa do município de Barra do Turvo, este fato causou o êxodo de uma parte da população de Iporanga para o novo município em busca de oportunidades, uma vez que Barra do Turvo vinha crescendo, outra parte migrou para as cidades do Planalto como Itapetininga, Sorocaba, Campinas e São Paulo.

Na década de 1970, com a falência da mineração Furnas, começa a haver um declínio desta atividade no município elevando o número de minerações que encerraram suas atividades. Nesse período, com a atuação da Guerrilha liderada pelo capitão Carlos Lamarca espalhando-se pelo Vale do Ribeira, até então abandonado, o governo vê-se obrigado a investir na região. Assim, construiu-se a estrada que liga Iporanga à Eldorado e Iporanga à Barra do Turvo, a ponte sobre o rio Ribeira, substituindo a velha balsa, dotou-se a cidade de serviços de telefonia, implantou-se iluminação pública, foram construídos edifícios escolares de 1° e 2° graus e houve o calçamento da cidade. (PMI, 1989).

Esta década de 1970, conforme aponta Figueiredo, (2000), foi marcada pela manutenção da política assistencialista, em contrapartida, foram elaboradas várias propostas para o aproveitamento turístico da ambiente natural e proteção do patrimônio histórico-cultural da região.

Por volta de 1971, foi iniciado o processo de tombamento do núcleo urbano da cidade. Entretanto, em 1979, a população criou um movimento contra o tombamento da cidade, pois estavam descrentes com as políticas de preservação do Estado. Formou-se, também, um grupo de trabalho para reativar a implantação do PETAR, inclusive, nesse ano foi reativada a mineração de chumbo pela CAF-Companhia Argentífera Furnas, Iporanga vive novamente a ilusão do progresso, ainda mais estimulada pelos intensos levantamentos realizados nesse período, através da SUDELPA e CPRM. (FIGUEIREDO, 2000)

As mesmas são reativadas, na ocasião, e há um crescimento do extrativismo vegetal do palmito, surgem várias fábricas, serrarias e outras atividades de cunho extrativista. (PMI, 1989).

O inicio da década de 1980 foi marcado pela acentuação dos conflitos em virtude do tombamento do município e do processo de implantação do PETAR, culminando com o fechamento das fábricas de palmito existentes no município.

Em 1983 começou efetivamente a implantação do PETAR e, embora a atividade turística apresente um ligeiro crescimento, apenas o bairro da Serra e o município de Apiaí foram efetivamente beneficiados.

Na década dos anos de 1980 aos anos de 1990, aconteceu o fechamento das fábricas de palmito e houve a restrição do uso do solo e dos recursos naturais devido à implantação efetiva da PETAR e à promulgação do Decreto 750/93[11], pelo governo Federal que estabelece a proteção do bioma de Matas Atlântica, também pela Lei nº 9.605/98[12], editada com o intuito de consolidar a legislação ambiental, reprimindo penal e administrativamente as atividades lesivas ao meio ambiente.

Em pleno século XXI Iporanga continua em estagnação econômica, isolamento físico, com uma grande carência em infra-estrutura urbana e equipamentos sociais apostando no desenvolvimento da atividade turística, especificamente no ecoturismo.

4.2 - O Município de Iporanga

O município de Iporanga, (Foto-4.3), pertence à região administrativa de Sorocaba e à Região de Governo de Itapeva, possui uma área de 1.277 Km2, sua população é de 4.562 habitantes, sendo que 2076 habitantes correspondem à população urbana e 2.486 habitantes à população rural (IBGE 2000). Possui 3113 eleitores. (80% do seu território é formado

[11] Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências.

[12] Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

por UC's Unidades de Conservação) em forma de Parques Estaduais, Área de Preservação Ambiental-APA, ou Área de Restrição Ambiental, sendo o principal deles o PETAR, (Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira), motivo pelo qual a produção rural é muito pequena, predominando a agricultura de subsistência.

Foto – 4.3 A cidade de Iporanga às margens do Rio Ribeira. JJS (2002)

Conforme Silva, (2000), em Iporanga há a existência da Lei Orgânica do Município, que inclui referências às questões ambientais, mas não há nenhum dispositivo legal de controle ambiental ou legislação de proteção. No Vale do Ribeira, apenas o município de Jacupiranga possui Plano Diretor, estando o município de Apiaí em fase de preparação.

Dentre as suas características econômicas, sociais e ambientais, o município de Iporanga ainda apresenta baixos índices de desenvolvimento econômico e social, sendo um dos municípios mais pobres do Estado de São Paulo. Suas atividades como agricultura, indústria, serviços e comércio apresentam baixos índices sócio-econômicos.

4.3 - Aspectos Sócio-Econômicos

4.3.1 - Economia

A economia do município é basicamente agrícola destacando-se as culturas de arroz, milho, feijão e banana. Na produção agropecuária, destaca-se a produção de suínos e a produção de leite. A indústria apresentou também grande importância na economia de extração mineral, metálicos e não-metálicos com a exploração de chumbo e calcários, sendo que atualmente esta atividade enfrenta um cenário de paralisação da totalidade das lavras de chumbo e continuidade na extração de calcários e dolomitos.

Atualmente, a economia do município restringe-se, basicamente, às atividades do turismo, estando concentradas no Bairro da Serra por sua proximidade com o núcleo de visitação mais importante do PETAR e às atividades correlatas. O turismo encontra, entretanto, barreiras para o seu crescimento devido à falta de infra-estrutura necessária para a sua dinamização, uma vez que as verbas transferidas pelos Governos Federal e Estadual ainda são essenciais para o funcionamento do município.

A partir de 1994, Iporanga passa a receber uma porcentagem dos recursos arrecadados com o ICMS, a título de compensação, por possuírem Ucs (Unidades de Conservação), em função de abrigar parte de três Parques Estaduais (PETAR, Intervales e Jacupiranga), parte da APA da Serra do Mar e de sua Zona de Vida Silvestre e parte da área de tombamento da Serra do Mar, totalizando uma área de 49.475.06 ha.

Em função deste imposto o município no triênio 1994/1996 arrecadou cerca de R$3.725.000,00 por um valor médio superior a R$100.000,00/mês. (SÃO PAULO, 1998).

No Vale do Ribeira, Iporanga destaca-se como o 4° município, dos que concentram os maiores contínuos de Mata Atlântica e está entre os que receberam os maiores repasses em ICMS ecológico em 2002, conforme quadro-4.2.

Quadro - 4.2 Valor recebido em ICMS ecológico pelos municípios do Vale do Ribeira-SP que possue em seu território áreas de preservação ambiental (Parque, APAS, Reservas Biológicas, etc) no ano de 2002.

Município	**Valor recebido (em R$)**
Iguape	1.984.158,32
Barra do Turvo	1.812.926,49
Eldorado	1.756.016,61
Iporanga	**1.708.953,67**
Ubatuba	1.411.904,63
Cananéia	1.152.906,58
Pedro de Toledo	1.103.759,88
São Paulo	1.065.998,92
Caraguatatuba	1.057.186,91

OBS: Os municípios de Ubatuba e Caraguatatuba (Litoral Norte) e São Paulo (RMSP) não fazem parte do Vale do Ribeira. Fonte: Secretaria do Meio ambiente do Estado de São Paulo (2002)

O ICMS ecológico foi idealizado como uma alternativa para estimular ações ambientais no âmbito das municipalidades, ao mesmo tempo que possibilita o incremento de suas receitas tributárias, com base em critérios de preservação ambiental e de melhoria da qualidade de vida.

A sua finalidade está relacionada à melhoria da qualidade de vida e ao desenvolvimento sustentável tendo como ações, nas áreas de saneamento básico, a manutenção de sistemas de disposição final de resíduos sólidos e redes de tratamento de esgoto; a criação e manutenção de unidades de conservação; a manutenção de mananciais de abastecimento de águas; o investimento em educação, saúde; atividades agropecuárias e ao incremento de ações fiscais visando ao aumento das arrecadações municipais.

Em Iporanga, porém, o ICMS ecológico não é investido no desenvolvimento local e na melhoria das condições de vida, visto que a maior parte da população do município encontra-se em precárias condições de pobreza e miséria e apresenta um quadro grave na falta de investimentos em equipamentos sociais básicos.

Este fato é de suma importância, pois os investimentos referentes à arrecadação de impostos servem de termômetro para verificar se as ações do poder público local estão inseridas em políticas públicas voltadas para o atendimento das necessidades básicas da população ou se abrangem somente determinados segmentos da população.

Este repasse é de fundamental relevância para as áreas sociais e também para os aspectos ambientais do município, uma vez que o município sozinho não se sustenta e depende de verbas estaduais e federais para a manutenção da sua máquina pública e dos equipamentos sociais.

O repasse de tributos feito pelo governo do Estado dá uma idéia da arrecadação do município no ano de 2003, em comparação com o município de Registro que polariza na região do Vale do Ribeira, quadro 4.3

Quadro - 4.3 Repasse de tributos pelo governo do Estado de São Paulo aos municípios de Registro e Iporanga no ano de 2003.

Município de Registro-Ano-2003			**Índice de participação: 0.02700686**		
Meses	**ICMS (**)**	**IPVA**	**Fund. Ex-IPI (**)**	**Comp (*)**	**Total**
Janeiro	423.589,75	565.610,05	3.964,28	81,37	993.245,45
Fevereiro	366.879,78	273.029,18	3.544,71	46,89	643.500,56
Março	363.038,83	214.259,00	3.538,51	0,00	580.836,34
Abril	386.060,31	73.372,83	3.625,48	125,05	463.183,67
Maio	358.701,87	53.216,02	3.320,00	53,59	415.291,48
Junho	337.712,61	57.639,74	3.313,68	0,00	398.666,03
Julho	404.288,14	51.219,14	3.029,24	101,55	458.638,07
Agosto	365.315,67	52.100,92	3.257,01	51,02	420.724,82
Setembro	445.987,10	63.725,91	3.086,56	47,59	512.847,16
Outubro	343.957,60	55.287,63	3.386,75	53,99	402.685,97
Novembro	399.439,41	48.298,75	3.738,75	50,60	451.527,51
Dezembro	499523,92	64.682,88	3.851,53	62,11	568.120,44
Total	**4.694.495,19**	**1.572.442,05**	**41.656,50**	**673,736**	**6.309.267,50**

Município de Iporanga-Ano-2003			Índice de participação: 0.02700686		
Meses	**ICMS (**)**	**IPVA**	**Fund. Ex-IPI (**)**	**Comp (*)**	**Total**
Janeiro	212.443,50	5.369,54	1.993,49	41,38	219.847,91
Fevereiro	182.037,11	3.329,55	1.758,80	23,27	187.148,73
Março	180.131,11	2.555,23	1.755,73	0,00	184.442,28
Abril	191.554,04	649,49	1.798,88	62,05	194.064,45
Maio	177.979,43	277,33	1.647,31	26,59	179.930,65
Junho	167.565,05	1.481,41	1.644,17	0,00	170.690,63
Julho	200.598,26	806,23	1.503,04	50,39	202.957,91
Agosto	181.261,13	1.330,31	1.616,05	25,31	181.232,71
Setembro	221.288,30	1.070,13	1.531,48	23,61	223.913,52
Outubro	170.663,66	1.569,76	1.680,43	26,79	173.940,64
Novembro	198.192,43	562,10	1.855,08	25,11	200.634,72
Dezembro	247.852,01	575,57	1.911,04	30,82	250.369,44
Total	**2.331.566,24**	**19.576,55**	**20.695,50**	**335,32**	**2.372.173,61**

(*) Compensação Financeira sobre Exploração de Gás, Energia Elétrica, Óleo Bruto, Xisto Betuminoso de acordo com a Lei 7.990 de 28/12/89.

(**) Valores já descontados os 15% do Fundo de Educação (Fundef) de acordo com a Lei 9.424 de 24/12/96

OBS: As divergências de centavos entre a soma das parcelas e os totais decorrem de aproximação

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (2003)

4.3.2 - Agricultura

A agricultura tem sua expansão limitada dentro dos moldes tradicionais, onde encontramos o predomínio absoluto da grande propriedade. A estrutura fundiária é composta por 400 propriedades, sendo que os minifúndios somam 18,5 %, as que vão de pequenas para médias 48.0 %; as médias 20,8 % e as grandes 12,7 %. Os minifúndios, que são problemáticos para a produção comercial, ocupam uma área pequena de apenas 0,45 %

do total. As propriedades que têm boas condições de tamanho, indo de pequenas (10 a 50 hectares) a médias (50 a 200 hectares) perfazem 20.15 % da área total. As efetivamente grandes (mais de 200 hectares) representam 79,40 % da área total. Há, portanto, um predomínio das grandes propriedades no total da área. (FUNDUNESP, 2000).

No município de Iporanga a agricultura destaca-se na produção de arroz com uma área ocupada desta cultura de 380 ha e uma produção de 15.200 sacas/60 kg. por ano, na cultura de milho a área ocupada é de 350 ha com uma produção de 7.000 sacas/60 kg, também apresenta uma produção da cultura de feijão que juntas, guardando suas diferenciações climáticas, (feijão da seca/águas/inverno irrigado /inverno sem irrigação) ocupam uma área de 313 ha com uma produção total de 4.624 sacas/60 kg, enquanto as outras culturas têm apenas pequenas áreas de cultivo.

A cultura de banana, que apresenta uma produção pequena de 1.120 toneladas e ocupa uma área de 70 ha, concentra-se no município, na margem direita do Rio Ribeira, próximo ao Ribeirão Nhumguara, o qual serve de divisa entre os municípios de Iporanga e Eldorado. Estas áreas caracterizam-se por serem pequenas propriedades rurais, não distinguindo o município como um grande produtor em relação a outros municípios do Vale do Ribeira, os quais apresentam uma maior produção desta cultura.

Na pecuária destaca-se um número de 1.376 cabeças de bovinos para abate, que produzem 20.645 arrobas de carne bovina, seguido de 1200 cabeças de suínos para abate que corresponde a uma produção de 6000 arrobas por ano e apresenta uma pequena produção de 250 cabeças bovinas para leite.

O uso da terra no setor rural em Iporanga, em 1995, conforme dados do censo agropecuário do IBGE, mostrava uma área total de 21.298 ha (100%), sendo que desta, 1080 ha (5.07%) correspondem às lavouras permanentes e temporárias, 6505 ha (30.54%) correspondem às áreas de pastagem naturais e artificiais, 10.003 ha (46.96%) representam matas naturais e plantadas e 2.128ha (10.00%) de lavouras em descanso e produtivas não utilizadas, conforme quadro-4.4

Quadro - 4.4. Utilização das terras no município de Iporanga em 1995.

Utilização das Terras em 31.12.95 (ha)					
	Área Total (ha)	**Lavouras permanentes e Temporárias**	**Pastagens Naturais e Artificiais**	**Matas Naturais e Plantadas**	**Lavouras em descanso/produtivas não utilizadas**
Iporanga	21.298	1.080	6505	10.003	2.128
%	100	5. 07	30.54	46.96	10.0

Fonte: Censo agropecuário IBGE (1995)

Iporanga possui, com relação aos estabelecimentos por grupo de área total (ha), o total de 239 estabelecimentos, dos quais desses 66 (27,61%) correspondem a estabelecimentos de menos de 10, 128 (53,55%) correspondem a estabelecimentos de 10 a menos de 100, 20 (8,36%) correspondem ao número de estabelecimentos de 100 menos de 200, 14 (5,85%) representam o número de estabelecimentos referente a 200 a menos de 500 e 11 (4,60%) correspondem ao número de estabelecimentos de 500 a menos de 2000.

Diante destes dados, verifica-se que no município de Iporanga há um grande número de pequenos e médios proprietários (menos de 10 e 10 a menos de 100), fato este que evidencia uma grande concentração da pequena agricultura familiar voltada para a subsistência, sem melhoria nas técnicas de produção e sem interesse de colocar a produção no mercado devido às dificuldades de acesso ao crédito/escoamento e à intensa pobreza que caracteriza este tipo de agricultura a qual emprega a mão-de-obra familiar (quadro-4.5)

Quadro - 4.5 Estabelecimentos por grupo de área total, segundo Mesorregiões, Microrregiões e Municípios – São Paulo (1995).

Estabelecimentos segundo os grupos de área total (ha), em 31.12.95.							
Município	**Menos de 10**	**10 a menos de 100**	**100 a menos de 200**	**200 a menos de500**	**500 a menos de 2000**	**2000 e mais**	**Sem declarações**
Iporanga	66	128	20	14	11	*	*

Fonte: Censo agropecuário IBGE (1995)

Grande parte da produção agrícola do município está ligada a uma pequena área ocupada, pois grande parte do território do município encontra-se numa área de preservação ambiental, o que dificulta a expansão da agricultura. Outra dificuldade está ligada à questão fundiária, pois várias propriedades não possuem o titulo da terra e muitas áreas ainda não foram indenizadas pela criação de unidades de conservação e pela legalização das terras remanescentes de quilombos.

Este quadro favorece à ocorrência de conflitos com relação à posse das terras, prejudica a produção agrícola, pois os agricultores que não possuem o título da terra não conseguem financiamentos junto aos bancos oficiais e privados, dificultando o crédito e desestimulando os investimentos. Afora a desvalorização de sua propriedade, também prejudica o licenciamento ambiental dos posseiros, os quais precisam da escritura da terra, permitindo, ainda, a ocorrência de ações fraudulentas de desapropriações em áreas de unidades de conservação, pois em várias situações o Estado é obrigado pela justiça a pagar indenizações supervalorizadas a terras que já eram suas.

4.3.3 – Indústria

Em Iporanga foram mapeados 30 locais de atividades industriais, praticamente a maioria correspondendo à micro empresas ou a empreendimentos não formalizados, assim como à presença de atividades artesanais. (FUNDUNESP, 2000).

Os ramos de atividades, neste setor, são: fábricas de blocos de construção, a produção de farinha de mandioca, de doces e salgados, conservas, produtos de limpeza, aguardente, rapadura, artesanato (artefatos de madeira, cipó e taquara, bordados), produção de queijo, móveis, vassouras, charque, suco de maracujá. Estas produções, basicamente, destinam-se ao abastecimento e atendimento da população local.

Segundo dados do SEADE (2001), há 430 empregos ocupados no município, dos quais 185 são empregos ocupados na indústria, perfazendo um índice de 43,02% com relação ao total, ou seja, a indústria apresenta no município somente três estabelecimentos . Este fato demonstra que um grande número das atividades relacionadas é informal, afetando, assim, a economia do município.

Os ramos de atividades encontradas são: alimentos, bebidos, vestuário, móveis, eletrodomésticos, perfumaria, e o tipo de estabelecimento mais encontrado foi de "bar e mercearia" o qual se enquadra no setor de serviços.

Segundo FUNDUNESP, (2001), portanto, verifica-se que o município de Iporanga não possui vocação industrial, pois a baixa concentração de empregos formais mostra-nos a insipiência da malha industrial produtiva em Iporanga, assim como sobre a sua diversificação.

4.3.4 - Comércio e Serviços

O setor de comércio, em Iporanga, apresentou, durante o ano de 2001, 6 estabelecimentos, enquanto o setor de serviços no mesmo período registrou a presença de 10 estabelecimentos, conforme quadro 4.6 .

Quadro - 4.6. Número de estabelecimentos no setor de comércio e de serviços no município de Iporanga no ano de 2001.

Setor	**Ano**	**Estabelecimentos**	**%**
Indústria	2001	8	16
Comércio	2001	6	12
Serviços	2001	10	20
Outros	2001	1	2
Total	2001	25	50

Fonte: SEADE/MT (2003)

Com relação aos empregos ocupados no setor de comércio podemos verificar que em Iporanga nos períodos de 1991 a 1999 e de 2001, houve um aumento do número de vagas nesse setor. Em 1991, apresentava 3 vagas perfazendo um índice de 2,32 % do total de 129 vagas e no ano de 2001 registrou 19 vagas, perfazendo um índice de 4,41 % do total de 430 vagas, enquanto que no setor de serviços verificou-se um aumento significativo de vagas, passando de 12 no ano de 1991, que registrou um índice de 9,30%, passando para o ano

de 2001 com o registro de 222 vagas, perfazendo um índice de 51,62 % do total de 430 vagas no respectivo ano.

Este incremento, no setor de serviços, deve-se ao aumento significativo da atividade turística que vem crescendo muito nos últimos anos e que necessita de mão-de-obra para trabalhar nos alojamentos, pousadas e alimentação para os turistas, conforme quadro-4.7.

Quadro - 4.7. Total de Empregos ocupados no setor de indústria, comércio e serviços do município de Iporanga nos anos de 1991 e 1999 a 2001.

Empregos-Município de Iporanga	**1991**	**1999**	**2000**	**2001**
Total de Empregos ocupados	129	251	210	430
Empregos ocupados na indústria	40	9	9	19
Empregos ocupados no comércio	3	13	9	19
Empregos ocupados nos serviços	12	226	187	222
Demais empregos ocupados	74	3	5	4

Fonte: Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo. (2003)

Com o aumento da população economicamente ativa no município podemos aferir que a falta de emprego no município é um problema grave, pois, de uma população total de 4562 habitantes, somente 9,42 % da população (430) estão empregados nos setores de comércio e serviços, sendo que grande parcela da população encontra-se sem ocupação ou trabalhando na agricultura de subsistência.

4.3.5 - Turismo

O município de Iporanga possui um riquíssimo patrimônio natural e cultural, localizado numa região com grande concentração de Mata Atlântica possuindo várias Ucs em seu território, sendo o PETAR a principal delas, e apresentando um relevo cárstico e montanhoso, além de inúmeros rios e cachoeiras. Conta com cerca de 300 cavernas

calcárias, sendo o PETAR o maior atrativo do município, e o bairro da Serra, devido a sua localização limítrofe com o parque, recebe um grande número de turistas no município.

As cavernas mais conhecidas são: as do Chapéu, Arataca, Monjolinho e Casa de Pedra, no bairro Espírito Santo; Morro Preto, Água Suja, Alambari e Santana, no Vale do Betari, e a de Santo Antônio no bairro Camargos.

Esse patrimônio representa um leque de potencialidades para o desenvolvimento local do município de Iporanga através da implementação de políticas sociais e ambientais, por parte da poder público municipal, com a finalidade de combater a pobreza e a miséria no qual se encontra grande parte de sua comunidade.

O núcleo urbano do município é tombado pelo CONDEPHAAT devido ao seu padrão histórico e cultural, conservam em seu acervo turístico algumas de suas estruturas urbanas e arquitetônicas da época de sua fundação, com construções típicas do estilo colonial barroco, com destaque para a Igreja Matriz, construída entre 1814 e 1821, seus afrescos internos foram feitos por artistas desconhecidos; foi utilizado o ouro dos garimpos da região e o sino foi feito na Holanda, em 1772, possuindo o brasão do império, conforme foto-4.4

Foto: JJS (2002)

Foto-4.4. Igreja Matriz de Iporanga, um dos exemplos remanescentes da arquitetura do estilo colonial que remonta à época da passagem do ciclo de ouro paulista.

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO
UNICAMP

Em seu território há uma grande quantidade de comunidades remanescentes de quilombos que possuem cultura e costumes típicos da região.

O município de Iporanga conta ainda com algumas datas tradicionais: "Nossa Senhora do Livramento e São Benedito", de 31/12 a 02/01, esta festa consiste em uma procissão, onde vários barcos levando a santa descem o Rio Ribeira, a cidade toda se prepara para esta data, com a exposição de grande número de barracas vendendo diversos produtos.

Outra data importante é a de "Santana, Divino e Santíssima Trindade", que acontece na data de 25 a 28/07, com várias festividades juninas.

Aparecem no folclore de Iporanga outras festividades como a "malhação de Judas", no Sábado Santo, "Fandangos", "Dança de São Gonçalo" ou romaria, "Quadrilhas" nas festas juninas, "Recomendação das Almas" na quaresma e "Insolência" de cunho religioso, compõem-se de cânticos dolentes e tristes, recomendando as almas dos mortos à misericórdia Divina, são cantadas nos velórios.

Conta ainda com o "Entrudo" que se constitui de uma guerra de água entre grupos rivais, o qual é realizado no Sábado que antecede ao carnaval e o "Corso carnavalesco", grupos de mascarados. (PMI, 1989).

Dentro do contexto turístico, possuem certa importância as festas de "Nossa Senhora do Livramento e São Benedito", "Santana, Divino e Santíssima Trindade" e o carnaval, as quais atraem grande número de pessoas das cidades da região e turistas vindos principalmente da Capital, interior do Estado de São Paulo e Paraná .

4.4 - Aspectos Sociais

4.4.1 - População

Segundo o Censo de 2000 (IBGE), o município de Iporanga possui uma população de 4.562 habitantes, sendo que 2076 fazem parte da população urbana e 2486 enquadram-se

na população rural, há predominância da população masculina de 2370 sobre a população feminina de 2193, conforme quadro-4.8.

Quadro - 4.8 Número da população geral, urbana e rural e sua distribuição conforme o sexo no município de Iporanga no período de 1991,1999 a 2000.

Demografia	1991	1999	2000
População Geral	4.621	4.573	4.562
População Urbana	1.646	2.022	2.076
População Rural	2.975	2.551	2.486
População Masculina	2.401	2.371	2.370
População Feminina	2.220	2.193	2.193

Fonte: SEADE (2003)

Percebe-se, através do quadro, que há um crescimento da população urbana no município de Iporanga e um decréscimo da população rural, no período de 1991 e 1999 a 2000. Este fato mostra que há uma migração da população do campo para a cidade em busca de melhoria das condições de vida e trabalho e pela proximidade dos equipamentos sociais básicos como hospitais, postos de saúde, escolas, energia elétrica o que pode ser evidenciado pelo crescimento dos números de habitações na área urbana conforme item 4.4.2 (Habitação), e pelo aumento da taxa de urbanização do município que no período passou de 35,62 em 1991 para 45.50 no ano de 2000.

A dinâmica do município de Iporanga, assim como de outros municípios, sofre alterações conforme ocorrem mudanças em seus índices de natalidade e mortalidade e seus fluxos migratórios aumentam ou diminuem. Dentro deste quadro verifica-se que os fluxos migratórios são as informações mais importantes para verificar as alterações substanciais nas taxas de crescimento populacionais, que aferem sobre a qualidade de vida que o município pode oferecer, suas expectativas econômicas e sociais. (FUNDUNESP, 2001) conforme quadro-4.9

Quadro – 4.9. Taxa de crescimento populacional anual da população de Iporanga em comparação com o município de Registro no período de 1991,1999 a 2000

Ano	População Iporanga	População Registro	Taxa de crescimento Iporanga (%)	Taxa de crescimento Registro (%)
1991	4.621	48.787	-0,26	1,06
1999	4.564	53.091	-0,02	1,15
2000	4.562	53.704	-0,02	1,17

Fonte: SEADE (2003)

Verifica-se, através da taxa de crescimento da população que Iporanga possui um crescimento negativo, percebendo-se que o município não é muito atrativo, segundo sua dinâmica de população, indicando uma diminuição do número de habitantes e uma tendência a migrações para outras cidades como Registro e municípios do Planalto como Itapetininga, Sorocaba, São Paulo, Campinas, etc. Além disso, a queda do número de habitantes pode afetar o repasse de verbas públicas e federais, pois as estimativas de previsão de recursos, como atualização de metas, geralmente são feitas através do uso deste indicador, que é muito utilizado para subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas específicas.

Outro fator importante para dimensionar a força de trabalho e sua evolução é a caracterização da faixa etária da população, pois através dela podemos verificar a variação populacional sobre a idade em potencial da mão-de-obra disponível, observar a velocidade em que está ocorrendo o envelhecimento populacional do município, conforme quadro-4.10.

Quadro - 4.10 Estrutura Etária da População de Iporanga nos anos de 1991 e 1999 a 2000.

Município de Iporanga-Faixa Etária			
Demografia-Idade	1991	1999	2000
População de 00 a 04 anos	601	553	547
População de 05 a 09 anos	656	529	515
População de 10 a 14 anos	630	580	571
População de 15 a 19 anos	505	510	511
População de 20 a 24 anos	339	390	398
População de 25 a 29 anos	298	307	309
População de 30 a 34 anos	306	268	264
População de 35 a 39 anos	240	256	258
População de 40 a 44 anos	196	238	244
População de 45 a 49 anos	186	201	203
População de 50 a 54 anos	170	153	151
População de 55 a 59 anos	162	156	157
População de 60 a 64 anos	126	143	146
População de 65 a 69 anos	81	117	123
População de 70 a 74 anos	54	66	68
População de 75 anos a +	71	89	92

Fonte: SEADE (2003)

Em Iporanga, conforme os dados do SEADE dos anos de 1991, 1999 a 2000, a faixa etária de 0 a 14 anos apresentou um decréscimo do número da população infantil, enquanto a população acima de 65 anos apresentou um crescimento no respectivo período, denotando que houve um envelhecimento significativo da população dos 65 anos em diante, sendo necessário uma maior atenção para essa faixa etária.

Com relação ao PEA (População Econômica Ativa), que compreende a faixa etária de 15 a 64 anos, podemos observar, no quadro acima, que houve um crescimento desta faixa com exceção paras as faixas de 30 a 34 anos, 50 a 54 anos e 55 a 59 anos que apresentaram pequena queda. Podemos notar que há um número maior de pessoas com disponibilidade de ingresso no mercado de trabalho, assim como em instituições do ensino superior. Observamos, desta maneira, que em Iporanga a necessidade de criação de postos

de trabalho, a formação educacional e profissional, para geração de emprego e renda para este contingente populacional em expansão é vital para o desenvolvimento do município e melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.

Iporanga apresenta a taxa de densidade populacional mais baixa da Região do Vale do Ribeira, sendo de apenas de 3,71 hab/km2. A média da Região é de 19,54 hab/km2 e a do Estado são de 136,81hab/km2. (FUNDUNESP, 2001).

4.4.2 - Habitação

Iporanga apresenta, no período de 1991 a 2000, um crescimento do número de domicílios totais que passa de 1083 a 1126, há também um crescimento no número de domicílios urbanos no mesmo período que passa de 392 a 534, em contrapartida verifica-se um decréscimo dos números de domicílios rurais no período que passa de 691 a 592.

Este fato demonstra um movimento de migração da população rural para a área urbana em busca de melhores condições de vida e de serviços públicos, o qual pode ser comprovado através do crescimento de domicílios particulares permanentes urbanos os quais aumentam de 387 para 515 e o decréscimo dos domicílios particulares permanentes rurais que acompanha a mesma dinâmica do número total de domicílios no município.

Outro fato que pode ser observado no período é o crescimento do número de domicílios coletivos (hotéis, pousadas, alojamentos, etc.), os quais passam de 4 (1991) para 18 (2000), o qual está ligado ao crescimento da atividade turística no município. Iporanga também apresenta um déficit habitacional em torno de 40% (FUNDUNESP, 2001)

4.4.3 - Transporte e Malha Viária

A extensão de sua malha viária municipal é de 120 km, sendo apenas 30 km pavimentados. O acesso às comunidades rurais é feito em estradas de terra, por veículos, e em trilhas, a pé ou em animais. Em algumas comunidades a acessibilidade é por barco,

como no caso de algumas comunidades remanescentes de quilombos. Os acessos intermunicipais, para Apiaí e Barra do Turvo, são estradas de terras a quais se encontram, de um modo geral, em péssimas condições de conservação. A SP-165, que liga Iporanga ao município de Eldorado, é pavimentada, mas também está em péssimas condições de conservação. Enfim, todos os acessos a Iporanga estão, na maior parte do tempo, em condições precárias, limitando grandemente o turismo. (FUNDUNESP, 2000).

4.4.4 - Educação

O sistema de ensino de Iporanga conta com 18 escolas, das quais quinze (15) são pré-escolas, duas (2) de primeiro grau e uma (01) de segundo grau. Comportam um total de 1431 alunos, dos quais 253 estão matriculados na Pré-escola da Rede Municipal, 980 estão matriculados no ensino fundamental destes, 271 fazem parte da rede Estadual de educação e 709 da Rede Municipal, 298 alunos estão matriculados no ensino médio da Rede Estadual. Em Iporanga não há existência de rede particular de ensino.

O transporte dos estudantes até à escola é feito em lotações subsidiadas pela Prefeitura Municipal, porém devido à extensão da área geográfica do município e à falta de estradas e vias, muitos estudantes, que moram longe das escolas ou do ponto em que o transporte passa, têm que caminhar por horas em trilhas ou através de barcos, acarretando dificuldade de locomoção até à escola. O problema ocasionado por este fato é a desistência dos alunos.

O município de Iporanga apresentou uma taxa de 19.11% de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, no ano de 2000, conforme SEADE, enquanto a Região do Vale do Ribeira apresentou, no mesmo ano, uma taxa de 14,27 % e o município de Registro uma taxa de 8,60%.

Através da potencial queda do analfabetismo no município que passou de 27,92% (1991) para 19,11% (2000) verificou-se uma melhora na instrução da população, o que deve refletir na melhoria da qualidade da educação dos mais jovens, conforme quadro-4.11.

Quadro - 4.11 Taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais (%) no município de Iporanga, Registro e na região do Vale do Ribeira no período de 1991 e 2000.

	Educação **Taxa de analfabetismo da População de 15 anos e mais (Em %)**	Anos	
		1991	2000
Iporanga		27,92	19,11
Registro		12,41	8,60
Vale do Ribeira		15,62	14,27

Fonte: SEADE/IBGE (2002)

Apesar das melhorias verificadas nestes índices nota-se que a escolaridade no município continua muito abaixo das médias do município de Registro que polariza na região do Vale do Ribeira, e a participação da rede municipal na oferta de ensino fundamental público manteve-se nula.

4.4.5 - Saúde

A estrutura e os serviços de saúde são precários. Existe apenas um hospital público filantrópico, 6 postos de saúde, 1 unidade básica de saúde, 1 unidade da Saúde da Família, 4 consultórios odontológicos, 3 consultórios médicos e 2 ambulâncias. Não há rede particular de saúde no município.

O único hospital da cidade, a Santa Casa de Misericórdia de Iporanga, é mantido pela Prefeitura Municipal, apresenta 14 leitos para observação, presta socorro de pronto atendimento e possui uma farmácia mantida pela prefeitura que gasta na compra de remédios R$ 5.000,00. Os casos mais graves são encaminhados para o hospital de Apiaí e Pariquera-Açu.

Com relação à taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos), Iporanga apresenta um crescimento expressivo no período de 1991, 1999, 2000 à 2002 com uma taxa de 47%, enquanto que a região do Vale do Ribeira, no mesmo período, apresenta a taxa de 16%, denotando um decréscimo da taxa de mortalidade gradativamente, o que acontece também com o Estado que apresenta uma taxa de 15%.

Este fato contribui para a diminuição da população de Iporanga devido à alta taxa de mortalidade infantil (por mil nascimentos), que apresenta um índice de município de baixo desenvolvimento econômico e social colaborando, assim, para a queda da qualidade de vida de seus habitantes, uma vez que o alto índice é resultado das péssimas condições de vida da população, muitas vezes agravados pelo descaso no atendimento a gestantes e recém-nascidos, denotando a falta de investimentos por parte do município e da carência do Estado na área, conforme quadro-4.12.

Quadro - 4.12 Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) do município de Iporanga, Região do Vale do Ribeira e do Estado de São Paulo no período de 1991,1999,2000 a 2002.

Taxa de Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos)	**1991**	**1999**	**2000**	**2001**	**2002**
Iporanga	51	0,0	44	44	47
Região do Vale do Ribeira	31	20	21	20	16
Estado	27	17	17	16	15

Fonte: SEADE/IBGE

4.4.6-Saneamento Básico

Iporanga apresenta índices satisfatórios com relação ao saneamento básico. O abastecimento de água tem de atendimento de 95.73 %, enquanto a Região do Vale do Ribeira apresenta um índice de 97.56 % e o Estado de São Paulo apresenta a taxa de 97.38%. Com relação ao esgoto sanitário o atendimento de Iporanga apresenta o índice de 85,83 %, a Região do Vale do Ribeira apresenta o índice de 84,85 % e o Estado de São Paulo o índice de 85,72 %. Na coleta de lixo o município apresenta o índice de 95,73 %, enquanto a Região do Vale do Ribeira perfaz um índice de 96,65 e o Estado de São Paulo apresenta o índice de 98,90%, conforme quadro-4.13.

Quadro - 4.13 Índices de saneamento básico (Abastecimento de água, Esgoto sanitário e coleta de lixo) no município de Iporanga, Região do Vale do Ribeira e do Estado de São Paulo.

Saneamento	Ano	Iporanga	VR	Estado
Abastecimento de Água-Nível de Atendimento (Em %)	2000	95,73	89,81	97,38
Esgoto sanitário – Nível de Atendimento (Em %)	2000	85,83	60,79	85,72
Coleta de Lixo – Nível de Atendimento (Em %)	2000	95,73	95,70	98,90

Fonte: SEADE (2003)

Notam-se que os índices de Iporanga, com relação ao saneamento básico da população, estão muito próximos da média da Região do Vale do Ribeira e do Estado de São Paulo e no de atendimento do esgoto sanitário Iporanga apresenta um índice acima da Região do Vale do Ribeira e do Estado de São Paulo, o que indica uma melhoria nas condições de saúde do município e da população.

O fornecimento de água no município é feito pela SABESP, captada no Rio Iporanga. Há uma estação de tratamento de água do tipo convencional. A extensão da rede de abastecimento é de 6.887 m, com dois reservatórios com capacidade de 40m³ e vazão 10 l/s, o atendimento atinge 100% da população urbana.

Com relação ao tipo de abastecimento, nota-se que, em Iporanga, 52,6 % de sua população, no ano 2000, é abastecida pela rede geral, enquanto 41,2 % utiliza para seu abastecimento poços ou nascentes e 6.2 % utiliza outras formas de abastecimento. Estes dados, em comparação com os do ano de 1991, onde 45,5 % da população era abastecida pela rede geral, 48,8 % utilizava poços e nascentes e 6,0 % utilizava outros meios. Desta maneira, verifica-se uma melhora nas condições de abastecimento de água e na sua distribuição entre a população com o aumento de moradores que estão sendo ligados à rede geral de abastecimento e uma queda dos moradores que utilizam poços e nascentes como forma de abastecimento, conforme quadro 4.14

Quadro - 4.14 Proporção (em %) de Moradores por Tipo de Abastecimento de Água no município de Iporanga no período de 1991 a 2000.

Proporção de Moradores por Tipo de abastecimento de Água		
Abastecimento de Água	**1991**	**2000**
Rede Geral	45.5	52.6
Poço ou nascente (na propriedade)	48.6	41.2
Outra forma	6.0	6.2

Fonte: IBGE/Censos 1991/2000 e MS

A rede de esgoto, por sua vez, tem uma extensão de 6.510 m, com uma estação de tratamento por iodo ativado por batelada. O atendimento atinge 100% da população urbana. Esta, absolutamente, não é a situação da população rural, muito embora ainda permaneça majoritária, o efluente tratado e clorado é despejado no rio novamente.

Os tipos de instalações sanitárias no município, no período de 1991 a 2000, estão distribuídos da seguinte forma: 39.6 % de rede geral de esgoto ou pluvial; 8.9 % fossa asséptica; 18.0 % de fossa rudimentar; 7.4 % vala; 9.1 % rio, lago ou mar; 2.3% outro tipo de escoadouro e 14.7% não tem instalação sanitária. Em comparação com os dados do censo de 1991 que apresentam, respectivamente, 28.6 % para rede de esgoto geral ou pluvial, 4.8 % para instalações que utilizam fossa séptica, 28.6 % que utilizam fossa rudimentar, 14.1. % , sem dados para o tópico rio, lago ou mar, 0.6 % para outro escoadouro e 25.8 % das moradias que não possuem instalações sanitárias. conforme a quadro-4.15

Quadro - 4.15 Proporção de moradores por tipo de Instalação Sanitária no município de Iporanga no período de 1991 a 2000.

Proporção de Moradores por Tipo de Instalação Sanitária		
Instalação Sanitária	**1991**	**2000**
Rede Geral de esgoto ou pluvial	28.6	39.6
Fossa Asséptica	4.8	8.9
Fossa Rudimentar	26.1	18.0
Vala	14.1	7.4
Rio, lago ou mar.	-	9.1
Outro Escoadouro	0.6	2.3
Não Sabe o tipo de escoadouro	-	-
Não tem instalação sanitária	25.8	14.7

Fonte: IBGE/Censos1991/2000/MS

Percebe-se uma melhora nas condições de saúde do município com relação à proporção de moradias que mudaram a utilização de suas instalações sanitárias, ou seja, houve um aumento das instalações sanitárias que se ligaram na rede geral ou pluvial de esgotos no período que passou de 28.6 % para 39.6 %. Também houve um aumento das instalações que passaram a utilizar fossa asséptica, passando de 4.8 % para 8.9 % e uma queda gradativa da porcentagem de instalações que utilizavam a fossa rudimentar como instalação sanitária, a qual passou de 26.1 % para 18.0 %. Houve uma queda também na utilização de valas para instalações sanitárias, passando de 14.1 % para 7.4 %. Estes fatos podem ser comprovados também pela queda do número de moradias no município que não possuem instalações sanitárias, as quais vão de um índice de 25.8 % para um índice de 14.7%, refletindo, desta maneira, uma melhoria na qualidade de vida da população que habita a área urbana do município.

Deve-se levar em consideração, portanto, outra parte da população, a rural, a atual não é atendida e se encontra em situações precárias de pobreza e com falta de infra-estrutura em saneamento básico, o que contribui ainda para a degradação ambiental com a contaminação de rios ou ribeirões com esgoto *in natura*, pois a água pode representar não apenas um meio bacteriano, como também um meio onde se desenvolvem e se reproduzem

animais parasitas do aparelho digestivo ou do corpo humano.Este é um fato assustador do meio ambiente no qual vivem as populações rurais que estão em permanente contato com os elementos naturais, o que acarreta alteração nas condições sanitárias e na qualidade de vida da comunidade.

Outro indicador importante nas condições ambientais e de saúde da população é o destino do lixo gerado pelos moradores e que tipo de serviço é utilizado na sua coleta.

Iporanga apresenta um significativo crescimento em seus índices de lixo coletado no período de 1991 e 2000, apresentando um índice, respectivamente, de 36.6 % e passando para 56.4%; por serviço de limpeza apresenta um índice de 19.0 % e passa para 56.2 %; com relação ao lixo queimado (na propriedade) pode-se verificar um aumento do número de moradores que utilizam esta forma para destinação final do lixo gerado em suas residências que passa de 17.6 % para 26.8 %.Verifica-se também, um aumento do lixo enterrado nas propriedades de 0.7 % para 1.4 %. Com relação ao lixo coletado, por caçamba de serviço de limpeza, há uma queda de 17.6 % para 0.2 %.

Referente ao lixo jogado, há uma queda nos índices dos seguintes itens: lixo jogado em terreno baldio ou logradouro de 37.7% para 14.3% , em rio, lago ou mar de 1.1 % para 0.6 % e outro destino de 6.4 % para 0.5%, conforme quadro-4.16

Quadro-4.16 Proporção de moradores por tipo de Destino de lixo no município de Iporanga no período de 1991 e 2000.

Proporção de Moradores por Tipo de Destino de Lixo		
Coleta de Lixo	**1991**	**2000**
Coletado	36.6	56.4
Por serviço de limpeza	19.0	56.2
Por caçamba de serviço de limpeza	17.6	0.2
Queimado (na propriedade)	17.6	26.81
Enterrado na (propriedade)	0.7	1.4
Jogado	38.8	14.8
Em terreno baldio ou logradouro	37.7	14.3
Em rio, lago ou mar.	1.1	0.6
Outro destino	6.4	0.5

Fonte: IBGE/Censos1999/2000/MS

Observa-se, a partir dos dados, uma melhora no serviço de coleta de lixo e no lixo coletado por serviço de limpeza, fato este que pode ser verificado na queda do lixo jogado em terrenos baldios e logradouros e jogados em rio, lago ou mar. Outro fato que ajuda a contribuir na coleta do lixo é o aumento dos índices de lixo queimado na propriedade e enterrado (na propriedade), sendo este fato mais comum na zona rural. Com relação ao transporte do lixo também se verifica, no período, uma queda, a qual se deve à mudança do tipo de transporte de caminhão de caçamba aberta para um caminhão próprio para o transporte de resíduos sólidos.

4.5 - Condições de Vida

4.5.1 - Índice Paulista de Responsabilidade Social- IPRS

O Índice Paulista de Responsabilidade Social do Estado de São Paulo é obtido através do uso de indicadores sintéticos de riqueza, longevidade e escolaridade e calculados para subsidiar os trabalhos do Fórum São Paulo Século XXI, instituído pela Assembléia Legislativa de São Paulo.

O município de Iporanga, que em 1992 e 1997, pertencia ao grupo 4, classificou-se no ano 2000 no grupo 5, ou seja, no período de 1992 a 1997 o município estava classificado conforme o IPRS (grupo 4) de município de baixo desenvolvimento econômico em transição social. No ano de 2000, caiu para o grupo 5, de baixo desenvolvimento econômico, juntando-se aos municípios do Estado de São Paulo com baixos níveis de riqueza, longevidade e escolaridade, conforme quadro 4.17

Quadro - 4.17 Índice Paulista de Responsabilidade Social do município de Iporanga no período de 1992,1997 e 2000 com referência aos Grupos, Dimensão de Escolaridade, Longevidade e Riqueza.

IPORANGA	2000	1997	1992
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS	5	4	4
	ALTA	MÉDIA	BAIXA
IPRS - Dimensão Escolaridade	71	41	39
IPRS - Dimensão Longevidade	51	61	62
	ALTA		BAIXA
IPRS - Dimensão Riqueza	22	20	14

Fonte: SEADE (2003)

(*) IPRS-Índice Paulista de Responsabilidade Social-

(**)-Dimensão Escolaridade - Para referência, o resultado para indicador de escolaridade distribui-se em 3 categorias: Escore até 59- Baixa escolaridade, Escore de 60 a 69 – média escolaridade e Escore de 70 a mais-alta escolaridade, as variáveis selecionadas que compõem este indicador são: porcentagem de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano completo de estudo, porcentagem de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano completo de estudo, porcentagem de pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental, porcentagem de pessoas de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio e porcentagem de matrículas no ensino fundamental da rede municipal no total de matrículas da rede pública.

(***) Dimensão Longevidade - Para referência, o resultado para o indicador de longevidade distribui-se em 3 categorias: Escore até 59 – Baixa Longevidade, Escore de 60 a 69 – Média Longevidade e Escore de 70 a mais-Alta Longevidade. As variáveis selecionadas que compõem este indicador são: taxa de mortalidade infantil, taxa de mortalidade perinatal, taxa de mortalidade da população de 15 a 39 anos e Taxa de mortalidade da população de mais de 60 anos.

(****) Dimensão Riqueza - Para referência, o resultado para o indicador de riqueza distribui-se em 2 categorias: Escore até 49 – Baixa Riqueza e Escore de 50 a mais-Alta Riqueza.As variáveis que compõem este indicador são: consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços, consumo anual de energia elétrica residencial, rendimento médio do emprego formal e valor adicionado fiscal per capita.

No período de 1997 a 2000, o município de Iporanga obteve alguns resultados referentes ao comportamento das variáveis. Com relação à dimensão escolaridade houve, no período, um crescimento da cobertura dos ensinos fundamental e médio, que passou de baixa em 1997 com o índice de 41 para alta com índice de 71.

Este fato indica que a proporção de jovens entre 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 24,2% para 53,3%. Houve, também, um aumento de 13,2% para 28,0% no percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com o ensino médio concluído, a parcela de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 86,0% para 92,0% e daquelas entre 15 e 24 anos elevou-se de 92,7% para 97,1%.

Apesar das melhorias verificadas nestes índices, nota-se que a escolaridade no município continua baixa e que a participação da rede municipal na oferta de ensino fundamental público manteve-se nula. A posição que Iporanga ocupava com relação aos outros 645 municípios paulistas, no ranking em 1997 era a 631° posição, subindo para 559ª posição na dimensão escolaridade.

A dimensão de riqueza apresentou uma melhora no período passando de 20 pontos em 1997 para 22 pontos no ano 2000, devido ao crescimento das atividades dos setores primário e terciário.

Dentre estas, podemos destacar, no período, o aumento anual do crescimento de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços, o qual cresceu de 3.6 MW para 4.1 MW. O consumo anual de energia elétrica, por ligação residencial, manteve-se instável em 1.4 MW. O rendimento do emprego formal variou em R$ 408,00 para R$ 395,00 e o valor adicionado fiscal per capita passou de R$ 147,00 para R$ 142,00.

Observando os dados, pode-se verificar que houve uma ampliação das atividades dos setores primário e terciário, o que possibilitou um aumento no seu indicador de riqueza no período, mas devido ao mau desempenho de outros indicadores o município, na classificação relativo à riqueza dos municípios paulistas, ficou, em 1997, na 638ª, e 639ªno ano 2000.

Na dimensão longevidade, no mesmo período, o município de Iporanga apresentou aumento das taxas de mortalidade infantil e perinatal, o que contribuiu para rebaixar Iporanga para o grupo 5, de baixo desenvolvimento econômico, apesar de apresentar uma

queda no período de 61 em 1997 para 51 no ano de 2000. Esta situação está ligada ao descaso do poder público municipal nos investimentos na área de saúde.

O comportamento de indicadores como a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos) aumentou no período de 1997 a 2000 de 22.7 para 28.8. O aumento na taxa de mortalidade pré-natal (por mil nascidos) passou de 25.1 para 34.3. A taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) elevou-se de 2.2 para 3.2.

Dentro deste quadro, o município de Iporanga, em comparação com os outros municípios paulistas, ocupava na classificação em 1997 a 378ª posição, passando para o ano de 2000 a ocupar a 625ª posição.

Apesar de Iporanga registrar progressos nos indicadores riqueza e escolaridade, continua ainda com níveis bastante baixos nestas dimensões. A longevidade foi a principal causa de rebaixamento do município como de nível baixo enquanto que no ano de 1997 era considerado de nível médio, nesta dimensão, no IPRS do Estado de São Paulo.

5.0 - A Geografia dos Conflitos Socioambientais: O Patrimônio Natural e Cultural de Iporanga

5.1- A Geografia dos Conflitos Socioambientais

Geralmente, os conflitos relacionados aos recursos naturais estão sobre as terras que contêm tais recursos e, portanto, entre grupos humanos que reinvidicam essas terras como seu território de moradia e vivência, tendo dimensões políticas, sociais e jurídicas. Cada ator social tem sua forma de adaptação, ideologia e modo de vida que entra em choque com as formas dos outros grupos, dando assim a dimensão social e cultural do conflito socioambiental. (LITTLE, 2004).

Considerando, portanto, o meio ambiente como parte integrante de um espaço público, um bem coletivo onde os agentes disputam os seus interesses, a proteção ambiental pode ser uma solução para um determinado conflito, mas pode ser justamente a causa de outros. Isto vai depender de como essa política é negociada com as populações locais ou como é construído o conceito de preservação. (RIBEIRO, 1995).

Neder, (1995), quando fala de co-responsabilidade do envolvimento de diversos atores – o Estado, o agente do mercado, um conjunto de movimentos e instituições de um terceiro setor - deve-se ter em mente que todos estes atores disputam, de diferentes formas, esses territórios comuns, lutando pela apropriação dessas áreas segundo suas lógicas próprias. (NEDER, 1995).

A dinâmica do conflito é um elemento que também deve ser considerado, uma vez que cada conflito tem uma forma particular de se manifestar, tem uma evolução própria ou uma lógica de desenvolvimento que lhe é peculiar, podendo ser classificado como rápido ou longo, intenso ou pernicioso, agudo ou crônico. (NASCIMENTO, 2001).

O conflito social pode ser definido como o reconhecimento coletivo dos interesses que congregam ou agregam grupos mais ou menos homogêneos e que parecem diferenciá-los de outros argumentos. Esses interesses não podem ser definidos apenas pela somatória de interesses individuais, e sim pelo reconhecimento de interesses de ordem coletiva. (FERREIRA, 1999).

A própria definição do objeto como "conflito" supõe considerar a interação entre grupos de atores. Essa interação pode ser cooperativa, com formação de alianças entre os

agentes; geralmente, no entanto, ela é conflituosa. As disputas ocorrem em torno do controle de bens e recursos ou do poder de gerar e impor certas definições da realidade. Isto é, os conflitos se estruturam simultaneamente em torno de interesses e de valores. O próprio processo conflituoso constitui os agentes, possibilitando a formação de novas identidades inexistentes quando do início do processo. (COSTA e ALONSO, 2000).

Segundo Little, (2004), a análise etnográfica de um conflito sócio-ambiental começa com a identificação do foco central do conflito, ou seja, o que realmente está em jogo. É claro que um conflito, em muitos casos, vai ter muitas dimensões, movimentos ou fenômenos complexos, mas se conseguirmos identificar os pontos críticos já estamos avançando no entendimento da dinâmica do conflito. Este autor identifica, pelo menos, três grandes tipos de conflitos:

1 - Conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais, tais como disputas sobre a exploração ou não de um minério, sobre a pesca, sobre o uso dos recursos florestais, etc.

2 - Conflitos em torno de impactos (sociais ou ambientais) gerados pela ação humana, tais como hidroelétricas, etc.

3 - Conflitos em torno de valores e modo de vida, isto é, conflitos envolvendo o uso da natureza cujo núcleo central reside num choque de valores ou ideologias. Essa tipologia serve, em parte, para tratar o foco central do conflito a fim de melhorar, entendê-lo e resolvê-lo.

O conflito tem história e não é possível compreendê-lo considerando apenas a configuração presente da ação coletiva. A produção de alianças, adesão de valores, criação ou redefinição de identidades não é estática, é processual. (ALONSO e COSTA, 2000).

O entendimento da dinâmica interna do conflito inclui a identificação das polarizações das posições e o mapeamento das alianças e coalizões, sempre sob a observação que, durante o longo percurso do conflito, as posições dos distintos grupos podem mudar de tal forma que antigos aliados se transformam em inimigos ou vice-versa. (LITTLE, 2004).

O processo político compreendido através da "estrutura das oportunidades políticas" visa a descrever mudanças no ambiente político que dilatam ou restringem as opções de ações dos agentes. Neste caso, incluem-se tanto os constrangimentos estruturais, processos sócio-históricos de longa duração, que alteram as relações entre Estado e sociedade, quanto conjunturais, mudanças do padrão político-institucional, no contexto político interno e externo. Assim, o contexto sócio-histórico dá a chave de compreensão para a formação do conflito. (ALONSO e COSTA, 2000).

Estudar um conflito nessa ótica impõe então considerar, sobretudo, o processo de mobilização, ou seja, como cada grupo adquire controle coletivo sobre os recursos necessários a sua ação. Para agir politicamente, cada grupo precisa se organizar, gerar uma estrutura de grupo e redes interdependência, ou estruturas de mobilização. (ALONSO e COSTA, 2000).

5.2 - O Patrimônio Natural de Iporanga

5.2.1 - Unidades de Conservação

5.2.2 - O Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR

O PETAR desempenha papel fundamental nas possibilidades turísticas do município por ser o seu maior atrativo. Sua origem está relacionada às visitas de naturalistas que freqüentavam a região do Vale do Ribeira (Alto Ribeira) no início do século XIX e que já indicavam a existência de belíssimas cavernas. Um pesquisador austríaco, Ricardo Krone, no final do século XIX ,revelou a existência de 41 cavernas, além de sítios arqueológicos e paleontológicos. (SANTOS, 2002).

Já em 1906, realizou-se uma expedição organizada pela Comissão Geográfica e Geológica que encaminhou pedido de desapropriação de imóveis com presença de cavernas com vocação turística.

Em 1910, conforme Figueiredo, (2000), o governo do Estado São Paulo adquiriu oito delas através da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, tiveram grande importância nesta ação os estudos de Ricardo Krone e Edmund Krug que eram admiradores da região.

Em 1940 foi proposta a criação de um Parque Nacional abrangendo as cavernas do Alto Ribeira, por dois ilustres geólogos: Avelino Ignácio de Oliveira e Othon Henry Leonardos, sendo que este último tinha grande admiração pela região, pois esteve realizando estudos sobre prata e chumbo, no período final de década de 1920 e início da década de 1930. (FIGUEIREDO, 2000).

O Engenheiro de Minas, José Epitácio Guimarães, em 1945, realizou pesquisas minerais sobre chumbo e calcário na área do Morro do Chumbo em Iporanga, e nas horas vagas visitava as grutas da região conhecida como Caboclos. O seu interesse despertado pelas cavernas o levaria a propor, em 1946, a criação de um Parque Florestal no Alto Ribeira, visando à proteção destas cavidades naturais. (FIGUEIREDO, 2000).

Em 1956 foi feita a primeira proposta concreta de efetivação para a criação do Parque e após uma mobilização de órgãos públicos e a campanha do jornal "A Gazeta" o Parque foi criado pelo Decreto n° 32.283, de 19 de maio de 1958. O PETAR, efetivamente, passou a existir com a implantação do núcleo Caboclos, como base de pesquisa e fiscalização e o órgão responsável pela sua administração é o Instituto Florestal. (FUNDUNESP, 2000).

Na época de sua criação, o Parque foi delimitado e implantado somente no papel tornando as terras sob sua área inalienáveis. Já na década de 1970, conforme Bonduki, (2002), a área foi marcada por uma série de eventos, como a concentração de terras em mãos de particulares, grilagem, ocorrência de desmatamento, extrativismo de palmito e práticas extensivas. (BONDUKI, 2002).

Então, na década de 1980, o PETAR foi realmente implantado através da criação do núcleo Santana que recebeu infra-estrutura mínima marcando, assim, o início da visitação pública controlada.

Por ser um Parque Estadual, suas principais funções e objetivos, conforme Silva, (1987) apud Bonduki, (2002), são: conservar as amostras de ecossistemas em estado natural, a diversidade ecológica e o equilíbrio natural; preservar o patrimônio espeleológico; proteger espécies raras em perigo ou ameaçadas de extinção; conservar a produção hídrica, protegendo as bacias e os mananciais hidrográficos; administrar e manter serviços recreativos e de turismo; proteger locais de herança cultural, histórica, arqueológica e geológica; proteger e conservar belezas cênicas e áreas verdes; fomentar o

uso racional de áreas pouco desenvolvidas e desenvolvimento integrado; dar educação, investigação, estudos e divulgação sobre os recursos e proteger totalmente os recursos naturais.A criação desta Unidade de Conservação (Ucs) objetiva especialmente resguardar as características naturais da região, como os últimos resquícios ainda bem preservados de Mata Atlântica, sua fauna e, em especial, o seu patrimônio espeleológico.

A presença do Estado (Instituto Florestal, Polícia Florestal) no município de Iporanga, por causa do Parque, tornou-se mais presente, havendo um avanço nas questões fundiárias, fiscalização contra os desmatamentos e fechamento de madeireiras, mineradoras e de fábricas de palmito, o que gerou uma queda na oferta de empregos no município e afetou a economia e a população local. (SANTOS, 2002).

O PETAR está localizado no sul do Estado de São Paulo, no alto Vale do Ribeira, abrangendo os municípios de Apiaí e Iporanga, com uma área de 35.712 ha. (fig-5.1).

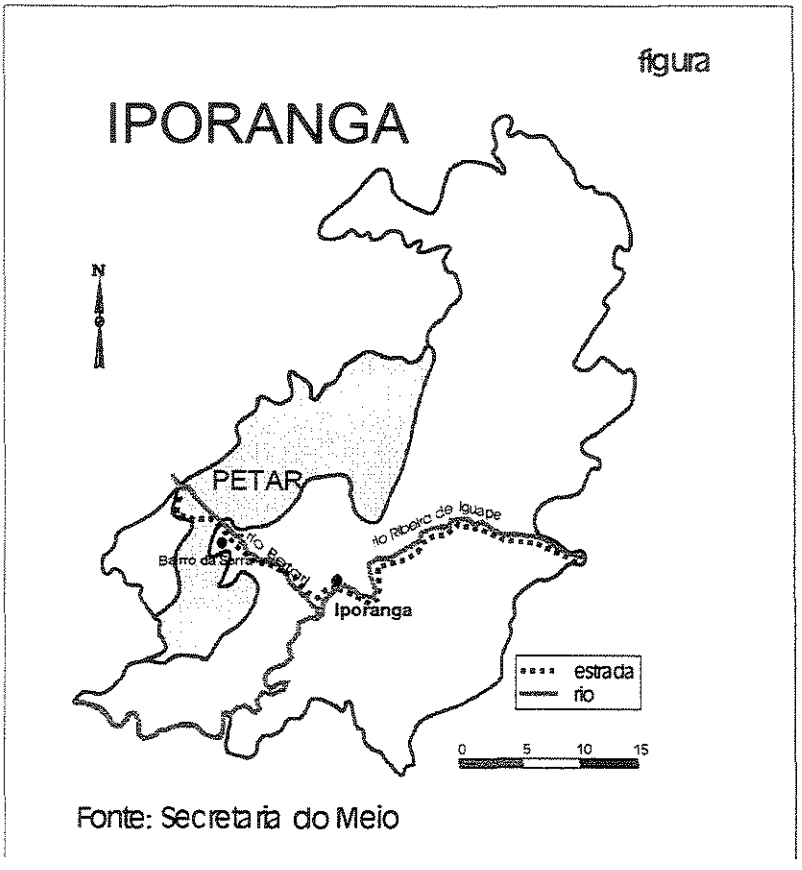


Figura 5.1 - Localização do Parque Turístico do Alto Ribeira (PETAR), na área do município de Iporanga, tendo parte de suas área também no município de Apiaí.
Fonte: Secretaria do Meio Ambiente (1995)

Além do PETAR, outras unidades de conservação possuem áreas no município de Iporanga, entre elas podemos destacar o Parque Estadual de Jacupiranga, com seu núcleo principal localizado no município de Eldorado e apresenta como grande atrativo na região a Caverna do Diabo, enquanto que no INTERVALES, sua sede principal encontra-se no município de Ribeirão Grande, conforme figura 5.2.

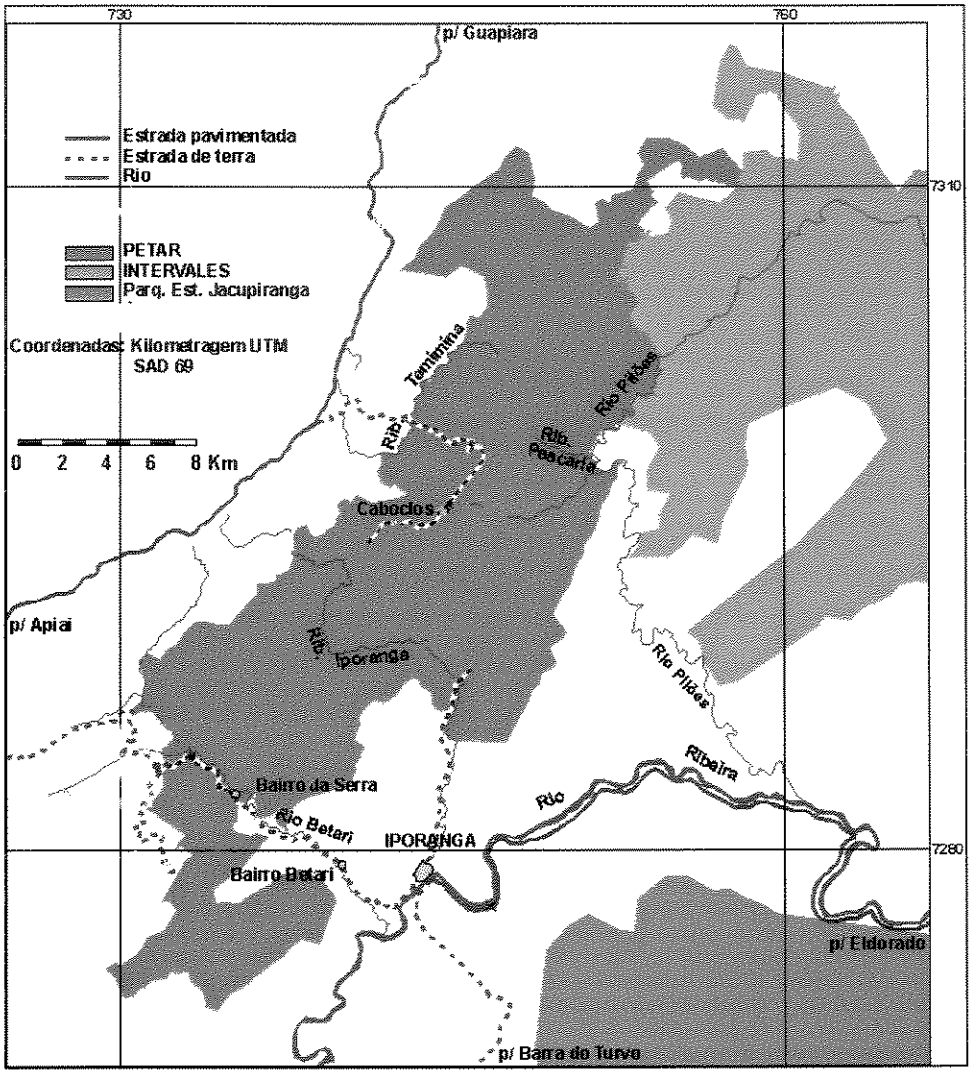


Figura - 5.2 Localização do PETAR e limites com outras unidades de conservação (Parque Estadual de Jacupiranga e INTERVALES).

Fonte: UPE União Paulista de Espeleologia-modificado (1997)

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO
UNICAMP

Apesar destas duas unidades de conservação terem áreas no município de Iporanga, não há atrativos abertos à visitação, concentrando as atividades turísticas nas suas respectivas sedes; por este motivo o PETAR representa uma unidade de conservação que atrai um grande número de turistas ao município de Iporanga.

O Parque possui vários atrativos como rios, vales, cachoeiras, fauna e flora diversificada e a presença de um rico patrimônio espeleológico.

Com relação a sua infra-estrutura de visitação, com o intuito de organizar a visitação turística, o Parque está dividido em 04 núcleos: Caboclos, Santana, Ouro Grosso e Casa de Pedra.

5.2.3 - O Núcleo Caboclos

O Núcleo Caboclos está localizado na parte central do parque, próximo à divisa dos municípios de Apiaí e Iporanga; o acesso pode ser feito partindo-se da cidade de Apiaí em direção a Guapiara, através da SP-250 (cerca de 30 Km), até à estrada do Banhado Grande, por onde se percorre 17 Km de estrada de terra até à sede do núcleo. (ALLEGRINI, 1999).

Este núcleo, ao contrário do núcleo Santana, apresenta condições de infra-estrutura rústicas e a maioria dos seus atrativos encontra-se longe da sede, tendo o turista que percorrer longas distâncias, além disso, o acesso ao núcleo encontra-se em condições precárias, sendo que em épocas de chuvas fica praticamente intransitável para veículos comuns, só podendo ser alcançado através de veículos com tração nas quatro rodas.

O Núcleo é o mais antigo do Parque, existe desde 1958 e foi a primeira sede administrativa do PETAR, foi implantado pelo Instituto Geológico de São Paulo (IG).

Está voltado principalmente para a pesquisa científica; o mesmo possui duas casas para pesquisadores e duas para funcionários e sua infra-estrutura é rústica, dispondo de um "camping" para cerca de 60 barracas e banheiros sem energia elétrica.

O Núcleo Caboclos possui muitas cavernas como as de Timinina, Desmoronada, Água Sumida, Arataca, Pescaria e conta ainda com duas trilhas, de cerca de 700 metros, que dão acesso às cavernas Mirim I e II, Aranhas e à Pedra do Chapéu. Nele, estão situadas a interessante Pedra do Chapéu e várias trilhas como a do Mirante e a Sete Reis. Ainda neste núcleo estão as Cachoeiras Sete Reis e Maximiliano.

5.2.4 - Núcleo Santana

No município de Iporanga encontra-se o núcleo Santana, que é o mais procurado de todos os núcleos do PETAR (Ouro Grosso, Casa de Pedra, Caboclos), distante 3 km do Bairro da Serra, cujo povoado é mais próximo do limite do parque.

Seu nome provém da caverna Santana, principal atrativo do núcleo, tanto pela sua extensão quanto por suas belas ornamentações.

O núcleo possui como atrativos, além da caverna de Santana, as cavernas de Morro Preto, Água Suja, Couto, Cafezal, trilhas e várias piscinas e cachoeiras naturais formadas ao longo das corredeiras do Betari, conforme foto-5.1.

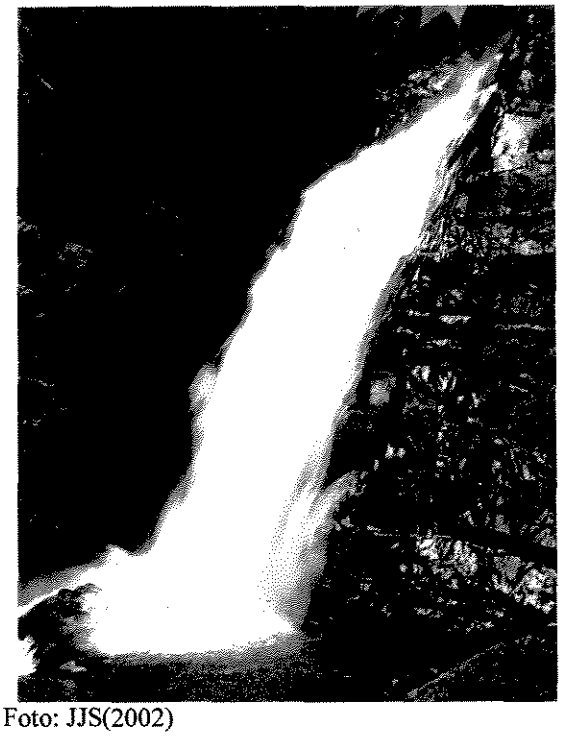


Foto: JJS(2002)

Foto - 5.1 Cachoeira do Betarizinho um dos atrativos do Núcleo Santana.

A maior parte da estrutura existente no núcleo foi implantada no início da década de 1990 e fornece acomodações para 160 pessoas no "camping" do parque.

Um mínimo necessário de infra-estrutura foi implantado no Parque, possibilitando o desenvolvimento de comércio e de outros pontos de apoio (pousadas, bares, restaurantes, etc.) na comunidade próxima (Bairro da Serra). (ALLEGRINI, 1999).

O núcleo recebe visitantes durante todos os dias do ano e possui horário de atendimento das 8h às 17h. Neste horário é que se encontram a maior parte dos funcionários que exercem as funções de guia turístico, enfermaria, manutenção e limpeza. A portaria do núcleo funciona em período integral e conta com recepção, caixa e vigilância. (ALLEGRINI, 1999).

A partir da implantação desta estrutura existente no núcleo e da ampla divulgação pela mídia, houve um aumento considerável do fluxo de turistas, sendo o ecoturismo bastante intenso durante os feriados e finais de semana.

Durante a semana começa a haver um fluxo de escolas da capital que visitam o Parque, principalmente no núcleo Santana que é responsável por 80% do movimento de turistas no PETAR, explorando desta forma a rusticidade do parque através do contato com seus atrativos naturais, conforme foto-5.2.

Foto: JJS (2003)

Foto - 5.2 - Turistas no núcleo Santana do PETAR em Iporanga - SP.

O crescente e constante fluxo de visitantes para o Núcleo Santana possibilita novas oportunidades de empregos para os moradores do Bairro da Serra.

Lino, (1999:21), afirma que "os pontos comerciais e prestadores de serviço que se estabeleceram no Bairro da Serra em função do turismo (pousadas, "camping", bares, guias (turísticos, etc.) estão ligados à implantação do PETAR e que o parque gera mais de 50 empregos indiretos, respondendo por mais de 60% dos recursos movimentados".

Completa, ainda, dizendo que "95 % dos funcionários do parque são oriundos da comunidade local, tornando o PETAR o segundo maior empregador da região, sendo que o primeiro é a prefeitura de Iporanga".

Apesar da falta de dados relativos aos outros núcleos, verifica-se que o Núcleo Santana recebe a maior parte dos turistas que visitam o município de Iporanga ,quadro-5.1.

Quadro 5.1-Fluxo de visitantes nos núcleos de visitação do PETAR no período de 1988 a 2002.

FLUXOS DE VISITANTES NO P.E.T.A.R. (1988-2002). (visitantes/ano)					
ANO	**Núcleos de visitação**				**Total anual**
	N. Santana	**N. Caboclos**	**N.Ouro Grosso**	**N. Casa de Pedra**	
1988	7.100 (1)	470 (4)	Sem dados.	Sem dados	7.570
1989	10.000 (1)	479 (1)	Sem dados	Sem dados	10.479.
1990	11.500 (1)	695 (1)	Sem dados	Sem dados	12.195
1991	16.470 (4)	363 (4)	Sem dados	Sem dados	16.833
1992	20.851 (4)	898 (4)	Sem dados	Sem dados	21.749
1993	27.541 (4)	763 (4)	Sem dados	Sem dados	28.304
1994	27.026 (4)	1.168 (4)	Sem dados	Sem dados	28.194
1995	26.220 (4)	1.535 (4)	Sem dados	Sem dados	27.755
1996	25.173 (2)	1084 (3)	Sem dados	Sem dados	26.527
1997	24.056 (2)	775 (3)	996 (2)	Sem dados	24.831
1998	24.100 (2)	1.800 (3)	2.400 (2)	550 (2)	28.850
1999	25.220	Sem dados	Sem dados	Sem dados	25.220
2000	26.689	Sem dados	Sem dados	Sem dados	26.689
2001	37.709	Sem dados	Sem dados	Sem dados	37.709
2002	25.393	Sem dados	Sem dados	Sem dados	25.393*

Fonte: São Paulo (1999)

Dados provenientes de:Projeto PETAR - 1991; (2) PETAR/IF, (3) Inst. Geológico, (4) Relatório Avaliação PNMA - no. 96

1998* - valores estimados, pois dados do mês de dezembro não concluído.

Núcleo Ouro Grosso: início de fluxo em agosto de 1997

Núcleo Casa de Pedra: início de operação:

OBS: Os dados referentes aos ano de 1999 a 2002 foram levantados através de Bonduki, 2002, sendo que no ano de 2002, os dados são referentes até o mês de setembro.

5.2.5 - Núcleo Ouro Grosso

Outro atrativo que tem uma relativa importância para os turistas e para a comunidade do Bairro da Serra é o Núcleo Ouro Grosso, conforme foto-5.3. Este Núcleo entrou em funcionamento no ano de 1997, quando foram concluídas as obras de alojamento e centro de visitantes para 46 pessoas.

Está localizado no Bairro da Serra, distante 3 km do núcleo Santana, e tem a finalidade não apenas de servir a visitação pública, mas também de interação da comunidade local com o parque (São Paulo, 1999), através de:

- Projetos de educação ambiental com escolas da rede pública e privada;
- Capacitação de pessoal, como a formação de monitores ambientais;
- Restauração e divulgação do patrimônio cultural;

Foto: JJS (2003)

Foto 5.3-Centro de visitantes. Núcleo Ouro Grosso. -PETAR. Bairro da Serra-

Possui, como atrativos, a caverna Ouro Grosso, a trilha da Casa da Farinha que inclui o museu da cultura tradicional, a Trilha da Figueira e as corredeiras do rio Betari, que neste ponto permite a descida do rio com auxílio de bóias.

A visita, porém, à caverna Ouro Grosso só pode ser realizada com a companhia de um monitor ambiental devidamente cadastrado pela direção do Parque por causa do seu nível de dificuldade.

5.2.6 - Núcleo Casa de Pedra

Este núcleo teve sua implantação em 1995, conta com uma base de fiscalização e controle turístico. Localizado no Vale do Rio Iporanga, com águas cristalinas apresenta a presença de vários sítios arqueológicos que são objetos de pesquisa. Fica distante cerca de 20 km de estrada de terra da sede do município de Iporanga.

5.3 - O Patrimônio Espeleológico

Com 13,04% das cavernas brasileiras, São Paulo é o quarto estado em número de cavernas ficando atrás da Bahia, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, a grande maioria destas estão localizadas no Vale do Ribeira. Somente o PETAR, no município de Iporanga, concentra 197 delas (quase 50 % do total).

Formada há mais de 510 milhões de anos, as cavernas ocorrem em formações rochosas calcárias do período pré-cambriano superior. Apresentam aspectos bastante pitorescos e interessantes em seu interior, tais como espelotemas, restos arqueológicos e fósseis.

As grutas sempre despertaram, desde o tempo de Heródoto, enorme curiosidade e sempre foram motivo de investigação por parte de estudiosos; as cavernas chamam a atenção pelo fato de apresentarem alguns aspectos fantasmagóricos, deslumbrantes e pitorescos de suas ornamentações, ressaltado pela luz artificial daqueles que nelas adentram. (GUIMARÃES, 1969).

Possuem também fascínio e interesse pelos registros deixados por antigos povos, através de pinturas rupestres encontradas em várias delas.

As cavernas guardam preciosos documentos que auxiliam a compreender toda a história da Terra, como as múltiplas alterações do relevo, as mudanças climáticas, a evolução da fauna e a própria história humana que deixaram nas cavernas importantes vestígios que foram preservados durante milhões de anos. (LINO, 1989).

5.3.1 - As Cavernas de Iporanga

O município de Iporanga, localizado no Alto Ribeira, apresenta uma das maiores províncias espeleológicas do Brasil, com mais de 250 cavernas cadastradas, destacando-se,

entre elas, a caverna de Santana, uma das mais ornamentadas do Estado, e a caverna Casa de Pedra que possui um dos maiores pórticos de entrada do mundo com 215m de altura . (KARMAN, 1983). No Parque Turístico do Alto Ribeira (PETAR), encontra-se uma área onde aflora o embasamento carbonático, o qual possui características típicas de relevos cársticos como: sumidouros, colinas, abismos, torres de pedras e cavernas em vales fechados e com drenagens de alta e média densidade.

Este conjunto de cavernas constitui um patrimônio natural e científico de grande relevância para o Estado de São Paulo e para o país.

A caverna de Santana é atualmente a mais visitada do município, possui 5.600 m de desenvolvimento, está constituída por uma intricada malha de galerias, por onde escoa o rio Roncador. É ricamente ornamentada, com espelotemas de rara beleza e delicadeza. Possui uma infra-estrutura para visitação turística com corrimões, escadas e pontes e seu acesso só pode ser feito por guias autorizados do Parque e monitores ambientais da região que passaram pelo curso de formação de monitores.

Estas cavernas foram descritas e estudadas por naturalistas e entre eles podemos citar Ricardo Krone que desenvolveu importantes trabalhos de Paleontologia na região do município e descreve a sua fascinação e curiosidade diante destas cavidades. Ele faz um comentário da caverna Santo Antonio, também conhecida como Casa de Pedra.

"... grandiosa é a primeira impressão, que se recebe ao aproximar-se deste maravilhoso brinco da natureza, porque numa súbita volta do ribeirão, pelo qual se tem de seguir, chega-se repentinamente ao pé da Igreja ou Casa de Pedra, como se denomina também: Num penedo descalvado de mais de 200 m de altura abre-se um enorme pórtico de 150 m de altura, apresentando em baixo 100 m de largura e medindo no seu tecto collosal, que é formado por quase plana chapa gigantesca de rocha calcárea, ainda 80 m de lado a lado. Estreitando-se cada vez mais finaliza esta fenda enorme com 100 m em abrupto paredão, ao pé do qual se acha o actual escoadouro (KRONE, 1898:490)".

Diante de sua curiosidade ele também faz um relato da origem do nome da cavidade.

"A origem do nome da caverna de Santo Antonio prova o poder que a superstição exerce sobre os sertanejos e caçadores, que por tradição ou por acaso conheceram a entrada da gruta e que tiveram a coragem de ahi entrar até onde a luz do dia os guiava, acharam em um dos stalagmites transferíveis, como descrevi da caverna secca da Casa de Pedra, tanta semelhança com uma imagem de Santo Antonio, que trataram de leval-lo com

sigo para o seu bairro. O santo de calcito pesava muito e estando as passagens do Rio Iporanga bastante penosas não alcançaram a povoação e deixaram a columna depositada no matto. Durante a noite seguinte formou-se e desaguou grande tempestade, que como sempre, seguida de cheias dos rios ameaçava de destruir todas as plantações das várzeas e os moradores fazendo-se escrúpulos do roubo da columna ferverosamente prometeram ao Santo Antonio de transportar o stalagmite para seu antigo lugar, o que se effetuou porque Santo Antonio ouviu as preces do povo".(KRONE, 1898:495) conforme foto-5.4.

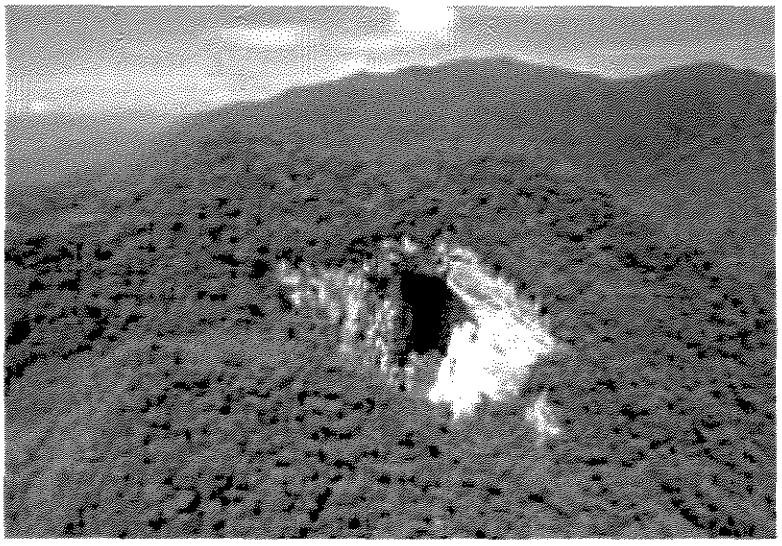


Foto: CFL

Foto -5.4 Cavernas Casa de Pedra com seu pórtico de 215m, Núcleo Caboclos-PETAR.

As cavernas mais visitadas na região do Alto Ribeira encontram-se no PETAR e estão localizadas no Vale do Betari, o qual apresenta também outros atrativos como as cachoeiras do rio Betari e seu próprio curso, que em algumas partes formam represas e belas corredeiras.

Dentre as cavernas mais visitadas podemos destacar as que se encontram no interior do parque como a caverna Água Suja. Esta cavidade conforme (SMA, 1987), compõem-se essencialmente de um córrego subterrâneo (Córrego Água Suja) que recebe dois afluentes intermitentes. Na chegada das águas, a forte vazão provocou desmoronamentos que alargaram consideravelmente o conduto principal do escoamento.

A entrada da gruta é feita pela ressurgência do rio, com aproximadamente 10 m de largura e teto bastante alto; durante os finais de semana e feriados a mesma é bastante visitada por turistas. Foto 5.5.

Foto: JJS (2003)

Foto - 5.5 Ressurgência da caverna Água Suja-Núcleo Santana -PETAR-Iporanga - SP

Outra caverna bastante visitada também é a Morro Preto, o seu acesso é feito pela paleo-ressurgência na entrada de uma grande galeria, situada 50 m acima do nível do rio Betari, conforme foto 5.6.

Foto: JJS (2003)

Foto - 5.6 Pórtico da entrada da caverna Morro Preto-Núcleo Santana -PETAR-Iporanga - SP

Esta caverna apresenta grandes galerias e salões de fácil caminhamento, constitui-se basicamente em três salões em seqüência e de um vasto corredor que em seus intervalos é adornado por colunas de calcita.

Há também cavernas fora do núcleo do parque que recebem intensa visitação como a Lage Branca que está localizada na região do Lageado, essa caverna é cortada por uma antiga estrada que servia as atividades de mineração. Nesta cavidade há, em sua entrada um enorme paredão de mais de 100 m de altura e um pórtico de grande beleza e amplo espaço.

A gruta apresenta espaçosas galerias e um gigantesco salão, com área de 8600 m quadrados e não possui muitas ornamentações, conforme foto-5.7.

Foto: JJS (2003)

Foto - 5.7 Caverna Lage Branca –PETAR-Iporanga-SP

5.3.2 - A Importância da preservação e conservação das cavernas

A principal importância para a preservação e conservação das cavernas, sítios espeleológicos e suas respectivas áreas de influência é a manutenção dos sistemas ecológicos, sensíveis e únicos.

Nas cavernas é possível o desenvolvimento de estudos científicos, da investigação minuciosa e sistemática em diversos campos do conhecimento, a fim de proporcionar à sociedade a melhor opção de crescimento social e econômico através do adequado uso desse frágil ecossistema. (MARRA, 2004).

As cavernas são importantes para os ecossistemas onde estão inseridas. Os ambientes cavernícolas podem ser desestruturados por mudanças do meio externo, decorrentes de fenômenos naturais ou ações humanas.

Podemos destacar outras importantes razões para a preservação de cavernas, uma vez que, conforme Marra, (2004):

a) As cavernas atuam como habitat ideal para a conservação de espécies ameaçadas de extinção, tanto de fauna como de flora;

b) Guardam e conservam minerais raros e formações geológicas raras e abrigam importantes sítios geológicos, paleontológicos e arqueológicos;

c) Também são consideradas locais sagrados por muitas culturas e civilizações, tornando-se ambientes relevantes do ponto de vista histórico e cultural;

d) Exercem fascínio pela grande beleza cênica que apresentam, por representar um desafio para a humanidade;

e) Tornam-se fonte de atividades economicamente importantes, das quais advêm benefícios financeiros, tais como ecoturismo e prática de esportes de recreação, desde que devidamente manejados;

f) Representam reservas hidrológicas estratégicas para o abastecimento de cidades, agricultura e indústrias, além de importantes objetos de análise e pesquisas sobre o comportamento hídrico local e regional, conforme foto-5.8.

Foto JJS(2003)

Foto - 5.8 Utilização da caverna Ouro Grosso para abastecimento de água pra os moradores do Bairro da Serra que habitam a margem esquerda do rio Betari que corta o bairro.

5.4 - Ocupação Humana e Conflitos Socioambientais

Com a implantação do PETAR não foram consideradas as populações que habitavam estas áreas, as quais alienadas como áreas de preservação permanente pelo Estado, pois existem várias famílias residentes historicamente em áreas internas do Parque, que em sua maior parte são constituídas de populações tradicionais, posseiros e caseiros de terceiros, que devido à sua antiga ocupação e modo de vida relacionado ao uso dos recursos naturais, utilizavam estas áreas para o plantio de suas roças e extrativismo vegetal e caça.

Este aspecto pode ser evidenciado no depoimento do Sr, José Ferreira de Campos que reclama das restrições ambientais e nas mudanças no contexto sócio-econômico imposta aos moradores de Iporanga, pela implantação do Parque e das leis de crimes ambientais.

"Mudou bastante com o fechamento da jazida de mineração e com a implantação do parque, porque muita gente trabalhava na mineração e cortava palmito, com esta lei ambiental foi muita gente presa por pegar palmito. Mas eu lhe pergunto o sujeito não pode plantar fazer roçado porque vem o florestal e lhe multa e ele tem família e vive da terra, vai deixar seus filhos passar fome? Só para você ter uma idéia tem um compadre que recebeu a segunda multa da polícia florestal. Juntando com a primeira acho que chega a

quase R$ 4.000,00. E ele me falou que não tem condições de pagar e que precisa plantar para dar aos filhos o de comer" (Jose. F. Campo, depoimento) (SANTOS, 2002).

Esse contexto de mudanças produziu ainda, duas ordens de situações de ação, que podem ser caracterizadas genericamente como um novo patamar de colonização das instituições modernas sobre os espaços onde a sociabilidade era anteriormente considerada tradicional. (FERREIRA 2001).

Ainda, segundo a autora, em primeiro lugar, pode-se observar a corrida institucional para normalizar as propostas de conservação de ecossistemas e áreas geográficas consideradas prioritárias; essa corrida pode ser traduzida no estabelecimento de acordos de nível estadual e federal, muitas vezes com influência de importantes agentes internacionais. Em segundo lugar, deu-se uma corrida contra o tempo, de sujeitos sociais e agentes institucionais e políticos, para estabelecer acordos locais a fim de amortizar o impacto das leis (acordos no plano jurídico) e das sanções da vida regional.

Esse processo conectou as demandas internacionais, pela proteção de um bem comum da humanidade, às florestas tropicais e às demandas de grupos sociais anteriormente apartados do processo de modernização, inaugurando um novo patamar de colonização. (FERREIRA, 2001).

Ao que parece, invés de uma oposição genérica entre costume e lei como previsto no projeto em andamento, os conflitos sociais locais e regionais manifestam-se, nos dias de hoje, através da predominância da oposição entre sujeito e instituição. (FERREIRA, 2001).

Num primeiro plano a implantação do PETAR está inserida dentro de uma lógica conservacionista, pois está enquadrado dentro de uma categoria de manejo como Unidade de Proteção Integral, deste modo só é admitido o uso indireto dos seus recursos naturais, ou seja, através da preservação dos ecossistemas de grande importância ecológica e cênica, o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, a realização de pesquisas científicas e o turismo ecológico.

Este fato denota o enquadramento do Parque dentro de uma ótica onde há uma separação do homem da natureza, com relação à conservação dos recursos naturais, ou seja, a implantação do paradigma conservacionista.

Esse paradigma, segundo Peluso, (1993), apud Pretty e Pimbert, (2000), enfatiza os valores ecológicos e comerciais da biodiversidade e, somente de forma secundária, os

valores de subsistência das quais a população local depende para o seu bem-estar. O resultado é que estratégias conservacionistas coercitivas, apoiadas por interesses externos privados e ideologias superficiais, podem ser ampliadas ainda mais para proteger a vida selvagem com as finalidades de turismo e "pesquisa cientifica".

Essas tendências podem servir a interesses econômicos e políticos de governos dos países em desenvolvimento, mas a eficácia, a longo prazo, dessa estratégia conservacionista é questionável, bem como a ética de seu enfoque militarista.

As unidades de conservação (Ucs) propostas no Brasil não levaram em conta a questão da legitimidade do padrão de política de conservação adotado, seja no âmbito federal, seja no estadual. Isso foi resultado de um processo arbitrário de tomada de decisões, cujos atores partiam da suposição de que a conservação de remanescentes florestais não seria um direito reinvidicado pelas coletividades que vivem e moram nos limites territoriais de suas esferas de atuação. (FERREIRA, 2001).

Conforme Arruda, (2000), o maior problema com relação à permanência em unidades de conservação das populações "tradicionais", isto é, das que apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltado principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão-de-obra familiar, tecnologias de baixo impacto, são derivadas de conhecimentos patrimoniais e, habitualmente, de base sustentável. (ARRUDA, 2001).

Essas populações caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e outras variantes, em geral ocupam a região há muito tempo, não têm registro legal da propriedade privada ou individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual da terra, sendo o restante território encarado como área de uso comunitário, com seu uso regulamentado pelo costume e normas compartilhadas internamente. (ARRUDA, 2001).

A criação de Ucs é baseada na noção de "territorialidade da biodiversidade", orientada por princípios validados cientificamente, e vista como uma questão em separado das questões inerentes ao território social onde as Unidades se inserem.

As delimitações definitivas, consagrando a institucionalização do espaço e a conseqüente construção de um entorno, corresponde a uma outra lógica, a lógica da conservação cujas regras de apropriação do espaço se dão através do uso indireto dos

recursos naturais, contrapondo-se às dinâmicas de uso e apropriação do espaço enquanto espaço social imerso no território.(SIMON, 2004).

O PETAR representa a institucionalização do espaço e de seus recursos ambientais pelo Estado, em contraposição ao espaço social historicamente construído antes de sua implementação, ou seja, a sua delimitação tem como objetivo a institucionalização do espaço, para a delimitação de um território voltado para conservação, sendo relativamente excluída a realidade social, econômica, política e cultural, inerentes ao território e à população que o habita.

Com o estabelecimento de novas regras e do uso e apropriação dos recursos naturais, evidenciam-se os conflitos socioambientais, como o fato da população estar sujeita a novas regras que vão restringir, e até mesmo proibir, a utilização destes recursos e vão levar estes atores sociais a se mobilizarem frente a esta agressão.

Esse contexto pode ser verificado em todo o município de Iporanga, porém ele se destaca mais em alguns bairros como: o Bairro da Serra e o Bairro Ribeirão, os quais possuem áreas dentro dos limites do parque, e as populações destes bairros habitavam estas áreas antes da implantação do PETAR.

5.4.1 - O Bairro da Serra

O Bairro da Serra situa-se no Vale do Rio Betari e localiza-se na parte S-SE do município, sendo este povoado o mais próximo do Núcleo Santana (PETAR) distante 3 km e fazendo seu limite com esta Uc (Unidade de Conservação), distante 13 km da sede do município e 26 km de Apiaí, estendendo-se na margem da estrada de terra (SP-165) que une os dois municípios.

O Bairro da Serra é estritamente um bairro rural e apresenta baixa densidade demográfica, tendo, como principais setores, o primário com a presença de agricultura de subsistência e o terciário através da prestação de serviços, sobretudo pousadas e "camping" e ainda conta com a presença de um comércio local pequeno.

Encravado na Serra dos Macacos, apresentando um relevo montanhoso de características cársticas, com amplitudes topográficas na faixa de 700m, entre os fundos de vales e topos das cristas, é drenada pela bacia hidrográfica do rio Betari, afluente da

margem esquerda do Rio Ribeira, no qual o trecho adjacente ao bairro apresenta transição entre o seu alto e médio curso.

Alguns de seus tributários são drenagens locais como pequenos córregos provenientes da Serra; são drenagens subterrâneas como o Ouro Grosso e Alambari, que alcançam o Betari após atravessar extensas cavernas nas lentes de calcário, localizadas na periferia do bairro.

A paisagem do vale e do bairro é peculiar com boas extensões de terrenos planos, adequados para a agricultura e assentamentos humanos.

A vegetação em seu entorno é dominada pela Mata Atlântica, já bastante alterada pela interferência humana para cultivo de culturas de subsistência, encontrando-se encostas desmatadas para esta atividade.

5.4.2 - Formação do território do Bairro da Serra

O Bairro da Serra é uma dos mais antigos da região, pois quando Iporanga foi elevado a município em 1874, ele já existia há muito tempo. (PMI, 1989).

Localizado no Vale do Betari, o Bairro da Serra era caminho de tropas e pouso certo. Esse indício aponta para uma idade do bairro compatível com a própria Vila de Iporanga, sendo que os primeiros assentamentos da época colonial na região estão associados à mineração de faiscagem e são ainda bem anteriores remontando ao início do séc. XVII.

Admitindo que esta penetração acompanhasse antigas rotas indígenas que buscavam o planalto, é lícito supor que a localidade onde se encontra o Bairro da Serra estivesse, desde o início, integrada à ocupação da região, senão enquanto área de assentamento, certamente como rota de acesso ao planalto.

Desta maneira, pelo menos no século XVIII, este local configurava um ponto de parada necessária, na rota das tropas de mulas que regularmente percorriam o caminho que ligava Iporanga a Apiaí, na borda do planalto (DE BLASIS, 1996).

A economia era baseada em roças extensivas e de subsistência e devido ao intenso movimento de tropas de mulas havia uns comércios locais, dependentes de Apiaí e

Iporanga, os quais se integravam com o comércio regional com produtos como farinha e rapadura.

A abertura da estrada de rodagem (SP-165), que liga os municípios de Iporanga a Apiaí, por volta de 1940, teve impacto mínimo no isolamento do bairro, estando a estrada ainda hoje quase intransitável.

A partir do século passado, a região começa a ser explorada para a mineração de chumbo, cobre e ouro, cujos veios encontram-se associados aos calcários abundantes na região. Este ciclo de mineração parece ter apresentado seu pico nas décadas de 1940 e 1960, decaindo gradativamente até o seu desaparecimento definitivo na década de 1990.

A partir dos anos de 1960 inicia-se um fluxo de pesquisadores, principalmente espeleólogos, interessados nas inúmeras cavernas da região, quando então foram realizadas diversas pesquisas e mapeamentos de cavernas na região.

Com a implantação do PETAR (Parque Turístico do Alto Ribeira) e a chegada de energia elétrica no bairro, começa a haver um gradativo crescimento do fluxo de turistas ao Parque, instalando-se no Bairro da Serra um comércio voltado para o turismo, sobretudo pousadas e outros estabelecimentos comerciais.

O bairro apresenta um adensamento populacional em alguns de seus pontos, devido aos focos de iluminação pública, os quais se encontram somente no trecho do Bairro da Serra, ao longo da SP-165, que liga Apiaí a Iporanga.

O núcleo central do bairro é composto de uma pequena praça, a escola, o posto de saúde, o telefone público (único do bairro), duas igrejas (Batista e outra Crente), uma oficina mecânica, um ponto de parada de ônibus, que faz a linha Apiaí-Iporanga e vice-versa, três bares e algumas casa de moradores tradicionais as quais funcionam como pousadas para receber os turistas.

Este espaço representa o maior adensamento populacional do bairro. As edificações dispõem de água encanada e a estrada e a travessa principal, junto à praça, contam com iluminação pública, que se estende até o segundo maior adensamento, mais próximo ao córrego seco sentido Apiaí, com várias casas, uma pousada (Dona Diva), uma loja de equipamentos de espeleologia, quatro bares e a presença de várias casas em uma rua lateral que dão acesso ao núcleo Ouro Grosso do PETAR. Aparece também um terceiro foco na margem esquerda do Betari com algumas casas.

O espaçamento das casas apresenta um padrão disperso, com pouca visibilidade de conjunto, ajuntando-se em aglomerações em algumas áreas e apresentando um espaçamento em outras áreas.

A mudança no padrão de assentamentos corresponde a uma gradual mas significativa mudança nos padrões econômicos e sociais do bairro.

O emprego público (no parque e na prefeitura) e o comércio voltado para o turismo consistem hoje na principal fonte de renda local. As roças são limitadas devido às leis ambientais e à constante interferência da polícia florestal, o que faz com que a produção seja exclusivamente para subsistência, e mesmo assim apenas de parte das famílias locais; e várias subsistem da aposentadoria rural ou da extração ilegal do palmito cada vez mais raro na região.

5.4.3 - Anos de Conflitos e Lutas

No final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 começaram as obras para a implantação do núcleo Santana do PETAR e a demarcação dos limites do Parque. Este período foi compreendido pelo início das restrições de uso da terra e aumento significativo no volume dos turistas que passaram a visitá-lo. O Bairro da Serra foi marcado por um período de estagnação econômica, pois a população dependia exclusivamente do uso da terra para sua sobrevivência, proibida pela legislação ambiental.

Este fato pode ser verificado na fala de Sr. Jeremias de Oliveira Franco, que foi ex-prefeito de Iporanga na década de 1960:

"Já em 1964 Iporanga também apresentava uma condição melhor rural, pois qualquer sitiante podia plantar, aí houve a criação do parque e os problemas com o meio ambiente começaram, havia palmito em todo canto, e então o meio ambiente proibiu a roça, a partir daí houve um maior fluxo de extração de palmito, cortaro todo o palmito nesta época era prefeito da cidade, nesta época você ia na casa do sitiante ele te convidava para almoçar, hoje ele ta passando fome, pois não poder fazer mais nada para sobreviver, ou seja, plantar que é a única coisa que sabe fazer".(Jeremias de Oliveira Franco, em depoimento ao autor em Outubro /2003)

Também na fala do vereador Daniel de Souza Campos, morador eleito pelo Bairro da Serra na Câmara Municipal de Iporanga, pode-se verificar a mobilização dos moradores com relação ao recuo dos limites do parque.

"O bairro da Serra hoje enfrenta muitos problemas... E o mais grave que há anos complica a vida dos moradores do bairro é o recuo do parque (PETAR). Porque os moradores tradicionais já moravam no local antes da implantação do parque, e agora suas casas estão na área do parque e eles não podem construir ou ampliar, pois são multados pela polícia florestal".(Daniel de Souza Campos, depoimento ao autor em Julho/2002) (SANTOS, 2002).

Ainda segundo Daniel, foram feitas várias reuniões com a direção do Parque à respeito desta questão, a qual já se arrasta há muitos anos, então a população começa a resistir da maneira que lhe é conveniente:

"Enquanto isso o pessoal que tenta construir ou ampliar as casas que estão dentro da divisa do parque vem sofrendo várias restrições devido às leis ambientais, mas o pessoal emenda as casas paras burlar a lei. Este é um desrespeito aos moradores tradicionais, pois eles estavam nesta área antes da implantação do PETAR, ou o Estado paga as indenizações pela a terra ou ele recua o limite do parque, o que não dá pra é ficar nesta situação, onde os moradores não podem fazer nada, construir, ampliar, plantar ou vender os lotes e ficam sofrendo várias restrições me parece que o governo quer que eles saiam pelo cansaço."(Daniel de Souza Campos, depoimento ao autor em Julho/2002) (SANTOS,2002).

Esta situação causou, também, no decorrer do tempo, êxodo de muitas famílias, as quais sem condições de subsistência vão para Iporanga ou para outras cidades da região em busca de melhoria nas condições de sobrevivência, geralmente habitando favelas e outras áreas degradadas nas grandes cidades.

Diegues, (1996), cita o exemplo desta situação no plano de manejo da Ilha do Cardoso-SP, no Vale do Ribeira, produzido em 1976, em que nem sequer se menciona a presença de famílias de moradores tradicionais, e que se proíbem as atividades de subsistência delas, obrigadas assim a migrar para a cidade de Cananéia-SP, engrossando o número de moradores pobres de bairros periféricos.

Ainda segundo Diegues, (1996), as populações resistem e permanecem e suas necessidades de exploração dos recursos naturais inerentes a seu modo de vida e sobrevivência raramente são reconhecidas. Em vez disso, passa a ocorrer uma "criminalização" dos atos mais corriqueiros e fundamentais para a produção e para a reprodução sociocultural destas comunidades. A caça, a pesca, a utilização de recursos da floresta na manufatura de utensílios e equipamentos diversos, a feitura das roças, criação de porcos ou galinhas, o papagaio na varanda, a lenha para cozinhar, a construção de uma casa para seu filho que se casou, etc, tudo isso é em uma penada jurídica, que foi transformada, em crime e seus praticantes perseguidos e penalizados. (DIEGUES, 1996).

As restrições ambientais levam à marginalização dos moradores tradicionais do bairro da Serra e do município. Estes, sem alternativas de sobrevivência devido às leis ambientais e à falta de políticas públicas por parte do Estado e do município, no desenvolvimento de atividades de inclusão social através de projetos que levem em conta a geração de emprego e renda, levam estes moradores a extrair ilegalmente o palmito, como a única forma de sobrevivência. Este fato pode ser caracterizado nos depoimentos descritos anteriormente.

Como na fala do Sargento Machado, comandante do Batalhão da Polícia Florestal, baseado no município de Apiaí e que atua na fiscalização:

"... outro problema que também é grande é o número de solicitações aqui no pelotão de Apiaí e de denúncia em torno de 70% é a extração ilegal do palmito geralmente na área do parque (PETAR) e em outras áreas de Mata Atlântica..." (Sargento Machado, depoimento ao autor em Outubro/2003).

Estas populações estão submetidas, porém, a uma dupla exclusão, por um lado são despojadas do seu meio de subsistência e criminalizadas e de outro são exploradas por pessoas ligadas ao comércio ilegal do extrativismo de palmito conforme pode ser verificado no depoimento do Sargento Machado:

"A extração é realizada pelos pequenos agricultores, pessoas simples, que geralmente recebem um adiantamento do atravessador, ou seja, estas pessoas estão sempre ligadas ao atravessador porque possuem uma dívida com ele e elas têm que saldar esta, então o fazem com a extração do palmito que é o único recurso. Após o corte do palmito ele é cozido em cabanas com lonas dentro de tambores utilizando uma química para o

cozimento (ácido cítrico e água), ele é cozido e embalado, aí então ele é passado para o atravessador, ele pode ser passado para o atravessador in natura também. Em Iporanga, este é maior tipo de apreensão, este repassa para os grandes centros urbanos geralmente para estabelecimentos pequenos (pastelarias, indústrias legalizadas, etc), então é esta parte a que mais lucra com o comércio ilegal do palmito..., foram fechadas duas fábricas recentemente uma em Iporanga e outra em Barra do Turvo..."(Sargento Machado, depoimento ao autor em Outubro/2003).

Outro aspecto relevante é referente à construção e ampliação das casas no Bairro da Serra, principalmente nas residências que se encontram à margem esquerda do rio Betari e as que se encontram à margem esquerda do Córrego Seco e o recuo dos limites do Parque conforme depoimento.

Estas se encontram dentro dos limites do PETAR, e os moradores que nelas residem não podem construir e sofrem constantemente multas e embargos por tentarem ampliar suas residências, conforme pode ser constatado ainda no depoimento do sargento Machado:

"Grande parte dos registros no bairro se resume a desmatamento para roçado e a construção de casas ou aumento destas que são embargadas quando estão dentro da área do parque e como parte do bairro se encontra nesta área, nestas casas não podem ser feitas obras novas ou reformas, também há várias casas de turistas ilegalmente dentro da área do parque gerando assim problemas, questão esta antiga na área".(Sargento Machado, depoimento ao autor em Outubro/2003)

E conforme Resende, (2003): "A situação dos moradores tradicionais em áreas definidas como unidades de conservação... Encontram dificuldades em regularizar sua situação quanto ao domínio fundiário, na medida em que estas áreas devem ser destinadas à propriedade governamental para fins de conservação". (RESENDE, 2003)

Nota-se claramente o papel do Estado na fiscalização destas áreas, fator este que tem totalmente um caráter repressivo, com multas, embargos, e não um caráter de resolução dos problemas e propostas de alternativas.

Outros problemas ambientais do município e do Bairro da Serra podem ser evidenciados no depoimento do engenheiro florestal Eduardo Fernando S. Cerqueira, representante do DEPRN na região:

"No município de Iporanga um problema constante são os desmatamentos freqüentes realizados por fazendeiros para o roçado, outro problema também são a venda de terras irregulares que se encontram dentro da área de Parque e da APA da Serra do Mar, estas na maioria não possuem o título de posse, recentemente recebi uma requisição do Ministério Público para realizar uma vistoria em todas as pousadas construídas em áreas do Parque (PETAR) e no seu entorno, há alguns casos de extração ilegal de palmito e retirada de plantas nativas medicinais e ornamentais da Mata Atlântica" (Eduardo F. S.Cerqueira, depoimento ao autor em Outubro/2003).

Esta situação reflete bem os conflitos gerados pelo modelo de implantação de áreas naturais protegidas sem a participação da população no processo de decisão e a falta de uma alternativa econômica para os moradores do bairro e do município por parte do Estado.

Outro aspecto que pode ser notado é o papel do município no conflito, pois o prefeito do município com relação à questão dos embargos e das multas aplicadas aos moradores do Bairro da Serra e da situação da área, tenta resolver a situação através de uma medida demagógica:

"Boa noite gente me desculpe o atraso, mas estava com vários problemas na prefeitura para resolver e não poderia deixar para depois, bem já podemos começar a reunião para tratar do perímetro urbano aqui do bairro da Serra, pois a situação em que se encontram os moradores do bairro que não podem construir na margem esquerda do rio Betari é um absurdo e a prefeitura está tentando junto ao ITESP fazer um levantamento do lotes nas áreas em que se encontram as casas, também trouxemos aqui um mapa de onde será o perímetro urbano, que será votado na câmara municipal" (Jamil Abdala, depoimento ao autor em Julho/2002). (SANTOS, 2002).

Esta medida em implantar o perímetro urbano tem caráter extremamente demagógico, pois a legislação municipal não pode substituir ou passar por cima de uma lei estadual e federal. Percebe-se, no discurso do Prefeito, a utilização política do conflito no sentido de angariar apoio para manutenção de seu grupo político no poder, diante da inviabilidade da proposta.

Como fica evidenciado em seu depoimento*: "As pessoas que receberem multa dos florestais é para me procurar lá na prefeitura e não pagar as multas, pois a prefeitura não vai deixar esta situação acontecer, vamos retirar estas multas, pois não podemos deixar*

esta situação continuar".(Jamil Antonio Hadad, depoimento ao autor em Julho/2002) (SANTOS, 2002).

Com relação ao quadro exposto no Bairro da Serra e no próprio município, a problemática envolve vários agentes sociais, esferas públicas e institucionais, para a resolução desta questão.

5.4.4 - O Bairro Ribeirão

O Bairro Ribeirão possui a mesma problemática do Bairro da Serra; ele se encontra com uma parte significativa de sua área dentro dos limites do PETAR no núcleo Casa de Pedra distante 15 km da sede do município.

Ele conserva, porém, algumas características diferentes em sua formação sócio-espacial referente ao Bairro da Serra, enquanto este apresenta uma população maior em torno de 600 pessoas e um padrão espacial onde se encontram pequenas aglomerações dispersas, o Bairro Ribeirão possui um pequeno número de moradores e possui um padrão espacial sem aglomerações onde as residências são dispersas e uma longe em relação a outra.

Com a implantação do PETAR e as restrições ambientais, muitos moradores do bairro migraram para outras localidades, ficando poucas famílias conforme pode ser verificado no depoimento de Aguinaldo de Lima, Presidente da Associação dos Moradores do Bairro da Serra:

"Dentre os principais problemas acho que as restrições ambientais são o que mais prejudica, pois uma parte do bairro fica dentro da área do parque (núcleo Casa de Pedra do PETAR) e devido à legislação nada pode ser feito, não pode plantar um roçado sem consultar a direção do parque e não pode fazê-lo em terrenos inclinados e na beira de rios, não pode construir uma casa ou ampliá-la e o governo não indeniza e não dá nenhuma solução para este problema, aqui moram aproximadamente 17 famílias que moravam antes da implantação do parque, estas não possuem título e não podem conseguir financiamento nos bancos para a realização de um plantio ou compra de sementes, então a situação fica difícil. A maioria do pessoal que vive aqui sobrevive através da agricultura de subsistência plantando seu milho, feijão, mandioca e outras coisas. Também não há nenhuma infra-estrutura com relação à saúde, educação, o pessoal tem que ir para Iporanga que fica a 15 km daqui".(Aguinaldo de Lima, depoimento ao autor em Outubro/2003).

A população deste bairro, contudo, mantém-se organizada numa associação e quando há atividades que precisam de um número maior de pessoas, elas se juntam para realizar o trabalho proposto mantendo algumas características culturais como os mutirões, fator este de grande importância na coesão social da comunidade:

"Está indo bem, a comunidade aqui está ajudando bastante, a gente tem feito muitos mutirões, isto tem unido muito as pessoas, pois elas fazem roçado dos caminhos que as pessoas passam e ajudam nas terras uma das outras, também trazem comida para ajudar no trabalho, a associação tem uma sede que é aquela casinha branca o qual te mostrei lá embaixo, e lá que a gente se reúne, acho que a associação é muito importante, pois através dela o pessoal se sente mais importante, e é bom para as pessoas colocarem suas idéias do que pensam sobre os problemas que temos por aqui para unir ainda mais as famílias" (Aguinaldo de Lima, depoimento ao autor em Outubro/2003) conforme foto-5.9.

Foto:JJS (2003)

Foto - 5.9-Moradores do Bairro Ribeirão que moram dentro dos limites do PETAR. Iporanga - SP

Por estarem dispersas, as comunidades do bairro mantêm algumas tradições de sua cultura relacionadas ao roçado de subsistência.

A alimentação ilustra o caráter de seqüência ininterrupta, de continuidade, que há nas relações do grupo com o meio. Ela é, de certo modo, um vínculo entre ambos, um dos fatores de uma solidariedade profunda e, na medida em que consiste numa incorporação ao

homem de elementos extraídos da Natureza, é seu primeiro e mais constante mediador lógico e por certo historicamente anterior à técnica. (CANDIDO, 1964).

Outro fator importante no bairro que gerou conflito entre Estado e Município foi a tentativa do Prefeito de continuar a abertura de uma estrada e o término de uma ponte na área dentro do parque:

"Aquela ponte foi feita no governo de Paulo Maluf, quando este era governador do Estado, ele ia fazer uma estrada que ia cortar 34 km ia sair na estrada que vai para Guapiara lá em cima, sem a ponte tem que dar uma volta de 72 km saindo daqui indo para Iporanga para Apiaí até o Espírito Santo, ela foi abandonada e a idéia da estrada também, pois está dentro da área do parque, e também há uma briga entre o prefeito daqui com o parque para a construção da estrada e da ponte." (Aguinaldo de Lima, depoimento ao autor/2003) conforme foto-5.10.

Foto: JJS.(2003)

Foto 5.10- Ponte abandonada no Bairro Ribeirão onde deveria passar uma estrada que ligaria Iporanga até a SP-250 encurtando o caminho até Guapiara dentro dos limites do PETAR. Iporanga - SP

Caso esta estrada fosse concluída, ela acarretaria profundas modificações na rede de transportes na região, pois, além de encurtar o percurso, desviaria o fluxo diretamente para o município de Iporanga, deixando o município de Apiaí fora da rota dos turistas oriundos de São Paulo via Sorocaba, também em sua conclusão teria que cortar áreas no PETAR, o que proporcionaria um conflito com a direção do Parque. Em seu depoimento, entretanto,

Aguinaldo de Lima: *"Acha que ela beneficiaria as pessoas que moram aqui e também as pessoas que moram em Iporanga, pois elas podiam ganhar tempo para ir para Guapiara, e também melhoraria o transporte, que poderiam buscar as crianças que moram aqui para ir à escola e elas não precisariam andar até a portaria do PETAR (núcleo Casa de Pedra) pelo mato".* (Aguinaldo de Lima, depoimento ao autor em Outubro/2003).

Com relação aos Bairros da Serra e Ribeirão nota-se uma mudança na participação da comunidade nos processos que lhe afetam. Isto mostra a importância da luta política pela melhoria nas condições de vida impostas pelas restrições ambientais, através da organização em associações de bairro, do envolvimento de políticos, como vereadores, e da articulação destes com outros agentes como ONGS, deputados estaduais e outros moradores do bairro que vieram de fora.

Por outro lado, devido a anos de conflitos começa a haver uma mudança por parte dos órgãos governamentais ligados à área ambiental, iniciando-se uma flexibilização referente ao uso da terra e algumas mudanças que vêm atenuar o sofrimento da comunidade do Bairro da Serra, especificamente com a desafetação do PETAR que irá recuar uma parte do Parque liberando assim a população que habita esta área para as práticas de suas atividades de sobrevivência e o caminho para a posse da terra.

Já com as outras comunidades e no município há a liberação do plantio e do roçado em áreas antes restritas, desde que sejam seguidas certas regras, conforme pode ser verificado no depoimento dos representantes dos órgãos ambientais que atuam na região como DEPRN e da direção do parque.

"... fazemos um levantamento da área e se não for verificada nenhuma irregularidade com relação às áreas de preservação permanente delimitamos uma área para o a realização do plantio e damos a autorização evitando assim algum problema com a polícia Florestal a qual cabe à parte de fiscalização, porém às vezes as pessoas não nos procuram por não tem condições de locomover até aqui na sede. Quando verificamos irregularidades é lavrado um auto de infração e aberto um processo". (Eduardo F.S.Cerqueira,).

"... esta questão a gente trabalha com as comunidades através do Tac termo de ajuste de conduta onde podem ser realizados roçados desde que respeitando algumas regras como não desmatar área acima de 450·, beira de rio, etc, também procuramos

sempre conversar com as comunidades ajudando-as no que for necessário." (Antonio Modesto, depoimento ao autor em Outubro/2003).

A institucionalização do espaço social em espaço da conservação onde novas regras de uso e apropriação foram implantadas evidenciou conflitos socioambientais que causaram problemas e desafios para a conservação e mudanças na postura das comunidades afetadas, que passaram a participar do processo político, conseguindo que algumas de suas reinvidicações fossem atendidas.

As lutas das sociedades camponesas e indígenas estão se renovando nesta perspectiva ambientalista. Hoje a luta por suas identidades culturais, seus espaço étnicos, suas línguas e costumes está entrelaçada com a revalorização de seu patrimônio de recursos naturais e culturais. Buscam assim recuperar o ambiente que habitaram historicamente, para reapropriar-se do seu potencial produtivo e orientá-lo para o melhoramento de sua qualidade de vida e de suas condições de existência, definida por seus valores culturais e étnicos. (LEFF, 1998).

5.4.5 - As cavernas e os conflitos relacionados ao seu uso

As cavernas podem ser utilizadas como um importante recurso ambiental para o desenvolvimento do município de Iporanga, se elas forem bem utilizadas através de atividades ligadas ao turismo, principalmente no segmento do ecoturismo.

A existência de cavernas turísticas é normalmente um meio importante de se divulgar a espeleologia e garantir a preservação do patrimônio espeleológico como um todo. Além disso, esses atrativos podem representar recurso de importância econômica para a região e até mesmo um incentivo à implantação efetiva de parques e outras unidades de preservação em áreas de cavernas. (LINO, 1989).

Contudo, no ato de utilizar uma caverna para uso turístico não se deve levar em conta a concepção principal de apenas o turismo tradicional, e sim sua conservação, tendo como objetivo a manutenção do equilíbrio ambiental, acima de sua comercialização.

Os diversos efeitos do turismo em cavernas, como a deterioração e o desgaste das rochas, espeleotemas, aquecimento geral, poluição química, térmica, visual, bem como impactos generalizados no ambiente espeleológico, não podem servir de pretexto para

impedir ou descaracterizar o exercício turístico. Muito pelo contrário, devem servir como pontos de reflexão ao abandono de algumas práticas que obrigatoriamente conduzem a tais situações, de forma que as mesmas sirvam de subsídios e experiências para a valorização e proteção do patrimônio espeleológico. (MARRA, 2004).

Embora tanto o turismo eventual quanto o de massa apresentem problemas comuns no que tange à degradação do ambiente cavernícola, há que se fazer uma distinção entre eles para uma visão mais adequada do assunto.

Pois conforme Lino, (1989), o turismo irregular é normalmente responsável por quebra de estalactites, inscrições nas paredes das cavernas, poluição por lixo e pisoteio nas ornamentações do solo. Já no turismo institucionalizado estas questões são, em geral, mais bem controladas, embora outros problemas sejam criados pelo grande número e constância de visitantes.

A utilização dos recursos ambientais (cavernas), como recursos turísticos, obriga a elaboração de um planejamento que organize e racionalize este processo e que englobe a comunidade na participação das decisões; estas, embasadas com estudos científicos, assegurando o desenvolvimento econômico e social, baseado na sustentabilidade dos recursos com a finalidade de melhorar a qualidade de vida da comunidade e do município.

Este planejamento da evolução do turismo no município deve enfocar o desenvolvimento sustentável da atividade, apresentando-se como forma preventiva ideal para a proteção dos atrativos naturais visitados, conservando o equilíbrio ecológico e oferecendo conforto e satisfação ao turista, minimizando assim, ao máximo, os impactos negativos decorrentes desta atividade, sem agredir a originalidade da comunidade local.

Há que se ter em mente o papel educativo que essa visitação pode cumprir se realizado com os necessários cuidados em benefício da conscientização da preservação do patrimônio espeleológico. (LINO, 1989).

Se não forem realizadas medidas preventivas, o processo evolutivo do turismo, segundo Ruschman, (1997), que se dá em forma de "ondas", leva à descoberta de espaços seguida de grande ocupação, gerando a degradação desses espaços, onde se destróem os recursos que condicionavam e proporcionavam o turismo. Esses espaços perdem valor e passam a serem substituídos por outros novos. (RUSCHMAN, 1997).

No município de Iporanga, um dos fatores importantes para o desenvolvimento da atividade turística na visitação das cavernas e de outros atrativos foram os cursos de formação de monitores ambientais que formaram vários monitores ambientais locais.

Estes cursos foram promovidos por instituições públicas e pela sociedade civil organizada, tendo como objetivos a capacitação e o envolvimento da população local na implementação de roteiros ecoturísticos para a região, voltados para a geração de empregos e renda.

Fato este que pode ser evidenciado na fala de Valmir dos Santos, Secretário de Turismo de Iporanga:

"Foram feitos cursos de formação para monitores ambientais aqui e no Bairro da Serra, o pessoal que capacita os meninos geralmente são de ONGS e de algumas universidades como também do pessoal ligado a espeleologia, nestes cursos são abordados vários tópicos geologia, biologia, segurança e outros, pois para guiar os turistas para a visitação ou para outros atrativos eles precisam ser aprovados no curso. Pois só podem acompanhar turista quem possuir curso de monitor ambiental". (Valmir dos Santos, depoimento ao autor em Outubro/2003).

Ainda, segundo Valmir do Santos, com relação ao número de pessoas no município que trabalham como monitores e da forma de trabalho destes, declara que:

"No município há 160 monitores, 40 deles estão cadastrados, pois há um aumento da procura dos excursionistas por monitores ambientais, a maioria deles trabalha com as pousadas, pois quando chegam turistas elas chamam alguns monitores da associação ou da ASA que são os monitores do Bairro da Serra. O trabalho deles se dá em levar os turistas aos atrativos e realizar uma explicação sobre a formação das cavernas e sobre o histórico de Iporanga, além de dar algumas informações a respeito da segurança para se andar nas cavernas. Com relação ao parque ele contrata durante algum tempo alguns monitores que trabalham com os turistas na visitação de cavernas, mas são poucos, pois o Instituto Florestal tem poucos funcionários no parque então eles contratam alguns monitores".(Valmir, depoimento ao autor em Outubro/2003).

Este aspecto tem fortalecido a comunidade local principalmente os mais jovens que fazem o curso, pois além de gerar renda, ele fixa o jovem ao seu lugar, evitando assim a emigração para outras cidades como São Paulo, Campinas e Sorocaba em busca de

empregos, pois geralmente estas pessoas que saem de seu lugar de origem são excluídas da vida social nas grandes cidades, não encontrando emprego e vivendo em condições precárias nas favelas.

Aguinaldo de Lima, que é Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Ribeirão e atua como monitor ambiental em Iporanga, ressalta que:

"O Trabalho te muita importância para os jovens de Iporanga, pois na cidade não há emprego e a maioria vai embora para as cidades grandes atrás de serviços, a monitoria tem uma grande importância, pois dá oportunidade dos jovens aumentarem suas rendas e conseguirem sobreviver e ajudar suas famílias ao invés de migrarem..." (Aguinaldo, 26, depoimento ao autor em Outubro/2003).

Este tipo de organização da população vai criar conflitos referentes à utilização destes recursos ambientais. As atividades ligadas à visitação de cavernas e a monitorias vão gerar conflitos referentes ao uso turístico das cavernas, as quais se estabelecerão entre os monitores locais e os órgãos estatais que regulam esta visitação.

Os monitores reivindicam a abertura de novas cavidades para a visitação, pois acham que isto incrementaria o número de atrativos aumentando a renda dos monitores. Pode-se notar que a maior parte dos turistas procura o núcleo Santana, onde há a ASA, a Associação de Monitores do Bairro da Serra, de acordo com que diz Aguinaldo de Lima.

"Neste lado (Bairro Ribeirão-Núcleo Casa de Pedra do PETAR) se encontram as cavernas Epitácio (Foto) e Azuias, além de outras, acho que as visitações dessas cavernas poderiam ser abertas desde que acompanhada pelos monitores ambientais daqui do bairro que conhecem bem elas, acho que o parque deveria abrir mais cavernas para a visitação, pois são poucas cavernas e a maioria se encontra no núcleo Santana, este fato abriria mais atrativo e geraria mais renda para as pessoas que trabalham com a monitoria." (Aguinaldo, 26, depoimento ao autor em Outubro/2003).

Por outro lado, apesar de não haver uma discordância do papel dos monitores ambientais para a comunidade do município com relação ao turismo nos atrativos do Parque, há um receio de um controle dessa visitação monitorada, com relação à formação dos monitores conforme ressalta Gisela Viana Menezes, ex-diretora do PETAR:

"Já tive problemas com os monitores ambientais, pois recentemente tive que dispensar e proibir a entrada de um dos monitores no parque, porque ele levou alguns

turistas para fazer a travessia da caverna Morro Preto para a Couto, esta travessia é complicada e somente pessoas experientes devem fazê-las, ele levou uma senhora e suas duas filhas e uma amiga, pessoas totalmente inexperiente, ou seja, não comunicou às pessoas da dificuldade do lugar expondo as pessoas a acidentes. Também já tive caso de monitores levando um número excessivo de turistas nas cavernas, turistas com falta de vestimentas e equipamento necessário para entras nas cavernas. Acho que o pessoal que dá estes cursos de formação de monitores ambientais deveria realizar um acompanhamento dos monitores depois do curso e dar continuidade do trabalho, pois não se formam em uma semana pessoas para trabalhar com turistas. Mas a maioria dos monitores trabalham com responsabilidade e nos ajudam muito a manter a ordem no parque."(Gisela, depoimentos ao autor em Julho/2002) (SANTOS, 2002).

Com relação a abertura de novos atrativos à visitação no Parque, diz-nos Antonio Modesto, atual diretor do PETAR, a respeito da falta de investimentos por parte do Estado em recursos materiais e humanos.

"... com relação à abertura de novas áreas para visitação não há nenhuma idéia, pois já é muito difícil cuidar dos atrativos que já são abertos no parque, pois há problemas de turistas que visitam outras cavernas de visitação restrita como a caverna dos sonhos e outras" (Antonio. Modesto depoimento ao autor em Outubro/2003).

Apesar de haver alguns problemas referentes à monitoria ambiental com relação à visitação de turistas nas cavernas, ela continua sendo um aspecto importante para a capacitação da comunidade referente à atividade turística, além de ser um fator de inclusão social dos mais jovens. Ela poderia ser, contudo, mais aprimorada através de um acordo com a direção do Parque, pousadas, monitores e órgãos governamentais procurando realizar um melhor manejo das cavernas do parque e do município.

Neste contexto, é importante frisar que não se pode desestimular e limitar a monitoria ambiental, pois já houve uma criminalização da população que habita estas áreas com relação à implantação do PETAR e às leis ambientais que impuseram várias restrições à sobrevivência desta, uma vez que a grande parte dos monitores ambientais que trabalham com o turismo hoje já foram ex palmiteiros.

Outro aspecto que fica evidenciado na fala de Antonio Modesto, como diretor do Parque e envolvido na problemática, é a total falta de investimentos e projetos por parte do

Estado no sentido de programar novos atrativos que poderiam dinamizar o turismo no município, além de aumentar os recursos materiais e humanos necessários para a manutenção, controle e monitoramento desta visitação.

Não há plano de manejo no parque, fato este que seria primordial para regulamentar a visitação e o uso dos atrativos naturais. Seria necessária, entretanto, a participação da comunidade na elaboração deste, a fim de evitar possíveis conflitos e também mostrar a elas as áreas que teriam que ser restritas às visitações turísticas devido a sua fragilidade e que não comportariam uma visitação, no intuito de mostrar a importância da preservação destas áreas.

O fato da falta de plano de manejo trouxe problemas para a visitação das cavernas, pois houve um acidente na Caverna Casa de Pedra onde duas pessoas morreram conforme relato de Valmir dos Santos.

"Sim ela está interditada desde o dia do acidente, foi fechada para a visitação, me parece que o pai do rapaz que morreu está processando o parque, a visitação está liberada até o portal e não pode mais adentrar a caverna e fazer sua travessia, me parece também que o Ministério Público Federal chamou a direção do parque e deu um ultimato, o IBAMA através do CECAV também está no pé da direção para o parque realizar um plano de manejo, pois no PETAR ele não existe, houve uma reunião estes dias da direção do parque, do CECAV, e da SBE. Me parece que eles têm que realizar um levantamento das condições de segurança dos atrativos, pois o Ministério Público deu um prazo para eles realizarem o plano de manejo, acho que é até 2007, se não for realizado o Ministério fecha o parque". (Valmir, depoimento ao autor em Outubro/2003)

Mas devido à falta de recursos financeiros e de equipe técnica não aconteceu a realização do plano de manejo, conforme pode ser observado na fala de Antonio Modesto, diretor do Parque:

"Ele é importante para o zoneamento do parque, era para ter, mas a falta de pessoal técnico, verba, material acarreta estes problemas, pois após o acidente na Casa de Pedra, no qual fui intimado a responder ele é necessário, mas, há estes problemas, estão tentando analisar as possibilidades para a sua realização podendo ser a equipe que fez plano de manejo da Serra do Mar (Ecovias), e outras possibilidades com pesquisadores ligados à questão, ONGS, isto está em discussão no Instituo florestal, não há ainda certeza

quanto e quem vai realizar, pois os estudos em campo acarretam uma série de dificuldades, e eles são necessários para gerar subsídios para o plano de manejo" (Antonio Modesto, depoimento ao autor em Outubro/2003)

Após a realização desta entrevista com o diretor do Parque, ouve outro acidente no Núcleo Santana do PETAR, onde um morador do município vizinho de Apiaí morreu afogado numa das piscinas naturais do Parque após ingerir bebidas alcoólicas.

Este fato levou o Instituto Florestal a tomar medidas com relação à visitação e ao acampamento do Parque, ou seja, o "camping" foi fechado no Parque e a visitação às cavernas só será permitida com o acompanhamento de monitores do Parque. (Anexo)

O fechamento do "camping" do Parque era uma antiga reinvidicação da comunidade do bairro da Serra, pois era grande o número de turistas que utilizam esta forma de hospedagem. Com o seu fechamento, estes turistas agora têm que se hospedar nas pousadas ou "camping" do bairro, o que irá acarretar o aumento maior do fluxo de turistas e na visão da comunidade gerar mais renda.

Portanto, se a visitação turística for bem planejada, implantada e monitorada ela contribuirá para a construção da sustentabilidade através da geração de emprego, fixando o homem em sua região, evitando êxodo rural e ajudando na preservação do patrimônio natural e na melhoria das condições de vida da população do município.

5.5 - O Patrimônio Cultural de Iporanga

5.5.1 - Patrimônio Cultural e Identidade Cultural

O município de Iporanga apresenta em seu território um rico e expressivo patrimônio cultural em forma de eventos e manifestações culturais de caráter religioso, cultural e artístico, além disso, possui um rico patrimônio histórico-cultural representado pelo sítio urbano do município, o qual expressa a passagem do Ciclo do Ouro Paulista na região, através de sua arquitetura colonial; também se encontra em sua área geográfica a presença de várias comunidades negras remanescentes de quilombos que ainda mantém viva parte de sua herança cultural.

Dentro deste aspecto, o patrimônio cultural de Iporanga é uma construção social porque é uma idealização construída das comunidades que nele habitaram e habitam e de sua formação territorial que guarda marcas da história e da identidade sócio-cultural destas comunidades

Aquilo que é ou não patrimônio, depende do que, para um determinado coletivo humano e num determinado lapso de tempo, considera-se socialmente digno de ser legado às gerações futuras. Trata-se de um processo simbólico de legitimação social e cultural de determinados objetos que conferem a um grupo um sentimento coletivo de identidade. Neste sentido, toda a construção patrimonial é uma representação simbólica de uma dada versão da identidade, de uma identidade "manufaturada" pelo presente que a idealiza. Assim sendo, o patrimônio cultural compreenderá então todos aqueles elementos que fundam a identidade de um grupo e que o diferenciam dos demais. Lorençe Prats www.aguaforte.com.br (1997)

Uma das principais funções do patrimônio cultural é a de servir como referência na manutenção, construção ou reconstrução de identidades, sejam elas pessoais ou coletivas. Seu principal objetivo seria, desta maneira, promover a estabilidade psicológica do indivíduo, utilizando o passado como base para um possível projeto para o futuro, combatendo o estranhamento das condições de existência ao proporcionar a vinculação do individuo a um grupo de mesma tradição. (GERALDES, 2001:42).

O elemento determinante que define o conceito de patrimônio, neste sentido, é a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade. E sendo os símbolos veículos privilegiados de transmissão cultural, os seres humanos mantêm, através destes, estreitos vínculos com o passado.

É através desta identidade passada e presente que nos reconhecemos coletivamente como iguais, que nos identificamos com os restantes elementos do nosso grupo e que nos diferenciamos dos demais.

A preservação de determinado artefato, conhecimento, recorte ambiental ou paisagístico, enquanto patrimônio cultural, implica em valorizar a sua importância para salvaguardar determinada cultura, representando a sobrevivência de determinada identidade cultural. (GERALDES, 2000:39).

A identidade cultural, porém, pode ser fragmentada pela homogeneização da cultura pelo capitalismo, que põe em risco a identidade e o simbolismo do patrimônio cultural local, regional e nacional através da uniformização dos valores, das atitudes, do pensamento único, da individualidade, provocando desta maneira frustrações e segregações na sociedade.

Iporanga, por possuir um relevante patrimônio cultural, não está imune a esta fragmentação, por causa das condições precárias que também se encontram alguns de seus patrimônios histórico-arquitetônicos, fruto do descaso das autoridades públicas municipais e estaduais, da perda das tradições de algumas festas, da incorporação de valores preconizados pela economia central, descaracteriza toda uma tradição marcada por um processo de construção social e da formação territorial do município.

Mas apesar deste quadro, o município ainda apresenta uma diversidade cultural fenomenal que mescla as mais variadas manifestações culturais, além de apresentar comunidades tradicionais que mantêm certas características que impõem a esta fragmentação uma resistência à modernidade, na qual está inserida a premissa cultural da homogeneização, encadeada pelo capital, representando assim uma valorização dos usos sociais do território como manutenção de seu modo de vida.

5.5.2 - Manifestações Culturais

No município encontram-se diversas manifestações culturais, religiosas e artísticas, dentre estas podemos destacar as festas de cunho religioso como: Festa de Louvor a São José, Reza de Santa Cruz, de São Gonçalo, Divino Espírito Santo.

A festa de louvor a São José ocorre no dia 19 de março, ela é realizada em louvor ao santo e é organizada pela comunidade de São José. Sua história está ligada ao nascimento da Vila de São José. Por volta de 1978 treze senhores, chamados José, reuniram-se para escolher um nome propício para uma comunidade. Quando se deram conta, "José" era um nome comum entre eles e então decidiram colocar o nome da Vila de "Vila de São José".

A festa dura em torno de dois a três dias, com roda de violeiros, pau-de-sebo, danças típicas, bingos, corridas, jogos, torneios de truco, e o dinheiro arrecadado vai para melhoria da Igreja da vila. (PMI, 2000).

A festa da Reza da Cruz, de cunho religioso, ocorre no dia 03 de maio. Esta reza existe há mais de cem anos, e a primeira reza foi celebrada no Arraial de Santo Antônio (antiga Iporanga). Começa com uma reza e depois uma procissão que sai de Iporanga até o Bairro Ribeirão. Prossegue, então, a procissão com o mastro e a bandeira, e após hastear o mastro começa a reza do terço. Para finalizar a festa tem um café com biju feito de mandioca, além da pamonha de milho. (PMI, 2000)

A festa de São Gonçalo é uma romaria que acontece no mês de julho. A romaria é dançada por nove pares para cada promessa. Ela dura dois dias e uma noite. O altar onde é colocado o santo devoto é feito de taquara, são colocados enfeites como: fitas vermelhas, velas, flores entre outros santos para o acompanhamento das promessas. As maiorias das festas são feitas nos bairros e algumas vezes na cidade. (PMI, 2000:14)

A Festa de Nossa Senhora Sant'Anna e a Festa do Divino Espírito Santo estão ligadas à imagem de Sant' Anna, que veio da França e foi um presente de Garcia Rodrigues Paes, sobrinho do bandeirante Fernão Dias Paes, em 1756, por ser a santa protetora dos bandeirantes.

A coroa de Sant'Anna foi feita com ouro garimpado em Iporanga e a imagem possui estilo barroco. Nossa Senhora de Sant'Anna é a padroeira do município e a Igreja matriz tem o seu nome em homenagem à santa. (PMI, 2000).

A festa do divino Espírito Santo realiza-se na Igreja matriz, e para iniciar a festa é escolhida a primeira casa para correr a bandeira do Divino. Quando a bandeira do Divino chega à casa do romeiro, ela é passada ao dono da casa para visitar todos os cômodos da casa com propósito de abençoar a família.

Como as datas destas duas festas eram muito próximas, os organizadores resolveram mudar a data para um único dia; 27 de julho. Para finalizar a festa a comunidade realiza uma missa e logo em seguida segue em procissão pelo centro da cidade com o andor de Nossa Senhora de Sant'Anna e com a bandeira do Divino Espírito Santo. (PMI, 2000).

A imagem de Nossa Senhora do Livramento chegou à cidade no ano de 1778, com colonizadores em embarcações que subiam o rio Ribeira.

A bela imagem ficou aos cuidados de uma senhora muito religiosa. Devido aos milagres da santa ela resolveu que uma vez por ano sempre, no dia 31 de dezembro, às 6h da tarde, promoveria uma peregrinação em canoa enfeitada até a barra do rio Iporanga.

Desde então, nesta dia comemora-se a festa de Nossa Senhora do Livramento e se realiza sempre no dia 31 às 6h da tarde. Segue em procissão fluvial acompanhada de várias embarcações até a ancoragem na barra do rio Ribeira, quando então são soltos fogos de artifício para recepcionar a imagem da santa. Esta festa atrai um grande número de turistas vindo de outras regiões do Vale do Ribeira e também de outras localidades do Estado de São Paulo e Paraná. Foto-5.11.

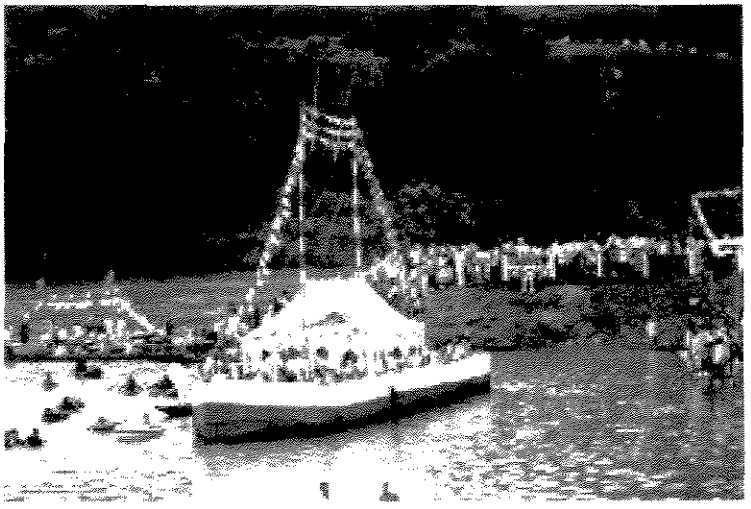
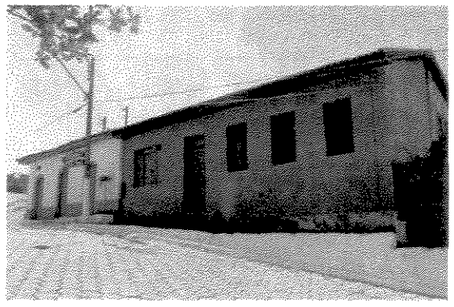


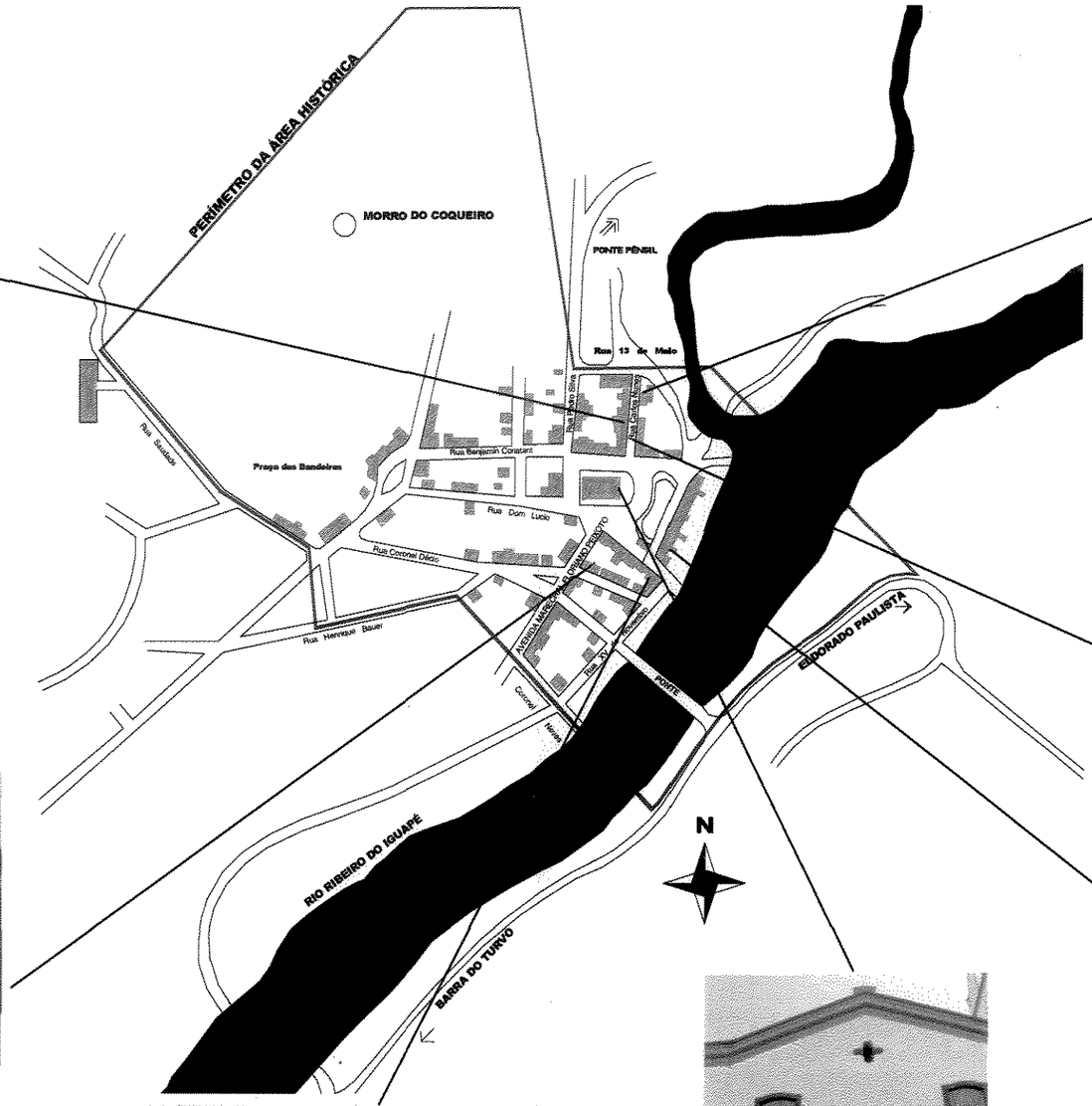
Foto 5.11 - Festa de Nossa Senhora do Livramento no município de Iporanga-SP

5.5.3 - Patrimônio Histórico-Cultural

O município apresenta, em seu núcleo urbano, principalmente em sua área central, um grande número de construções do período colonial referentes à época da descoberta de ouro nos afluentes do rio Ribeira, no século XVIII, entre estes, a do ribeirão de Iporanga, de onde surgiu a cidade. (figura 5.3)

PATRIMÔNIO HISTORICO-CULTURAL DO MUNICÍPIO DE IPORANGA/SP





CONDEPHAAT: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado. Modificado

Entre as edificações, sobressaem a Igreja matriz de Sant'Anna e vários casarões que mostram uma arquitetura em estilo barroco e o traçado das ruas.

Além disso, o seu espaço urbano está cercado de uma bela paisagem natural, morros em sua volta como o da Coruja, de onde se pode ter uma vista panorâmica do município, o rio Ribeira e uma exuberante vegetação de Mata Atlântica em algumas áreas.

Por outro lado, este patrimônio histórico-arquitetônico manteve-se preservado devido às péssimas condições das vias de acesso, ao seu isolamento geográfico e à estagnação econômica de Iporanga, que se agrava com as restrições ambientais.

Devido à presença desta paisagem histórica, cultural e natural, inicia-se, por volta dos anos de 1971, pelo CONDEPHAAT, o processo n° 00057/71 de tombamento do município como patrimônio histórico-cultural, porém devido às divergências entre o órgão estadual e governo municipal este processo se estende até 1980 quando realmente acontece o tombamento do município.

Este processo de tombamento gerou conflitos com a população local e o CONDEPHAAT, pois grande parte deste problema está relacionado à falta de conscientização e informação da população local, uma vez que a mesma pensava que iriam literalmente "demolir as casas do município" e, além disso, o processo de tombamento impõe várias restrições aos proprietários dos imóveis que se encontravam no perímetro demarcado, pois só poderiam realizar alterações com a permissão do CONDEPHAAT.

Esta situação leva a medidas extremas por parte da população de Iporanga, como pode ser observado na fala de Arlete Nestlener:

"... os que tinham a noção de tombamento 'como perda da posse' mostraram contrários à idéia e até inclinados a efetuar modificações como prova dessa posse.E como as mudanças estão ocorrendo sem que haja represálias, o problema já se encontra desacreditado e até mesmo esquecido" (Nestlener;1979:62 apud FIGUEIREDO;2000:181).

Outro problema para a implementação de um plano de revitalização do patrimônio cultural para o município foi a falta de investimentos, uma vez que a Prefeitura não possui recursos financeiros e nem os proprietários para realizarem a conservação dos imóveis, o que geraria a deterioração e a descaracterização de parte deste patrimônio cultural.

O que se observa neste contexto é o surgimento de uma série de contestações que advêm do grande distanciamento entre os órgãos do governo e especificamente, neste caso,

o CONDEPHAAT e os atores sociais, para onde suas atividades deviam estar dirigidas, ou seja, para a população de Iporanga.

Sendo assim, a falta de participação direta e efetiva da população, no processo de tombamento, ocasionou conflitos, além de morosidade, burocracia e falta de infra-estrutura material e humana para a realização dos procedimentos necessários para a conscientização da comunidade e implementação do plano de revitalização do núcleo urbano do município.

5.6 - Quilombos de Iporanga

5.6.1 - Quilombo de Porto Velho

5.6.2 - Formação Sócio-Histórica

O território ocupado historicamente pela comunidade de Porto Velho está situado a Sudoeste da cidade de Iporanga fazendo divisa ao Sul com o rio Ribeira e o Estado do Paraná, a Oeste com o município de Itaóca e ao Norte com a Serra de Anta Gorda. Foto-5.12.

Foto: JJS (2004)

Foto - 5.12 Território do quilombo Porto Velho às margens do rio Ribeira

O nome Porto Velho está ligado ao fato do local, durante o século XVIII e XIX, ser utilizado para o transporte de mercadorias e escravos por meio de canoas pelo rio Ribeira.

Como as canoas não conseguiam prosseguir viagem, devido às cachoeiras existentes no rio, aportavam em Porto Velho e seguiam caminho a pé ou no lombo de cavalos e burros para as regiões de Apiaí e Sorocaba. (ITESP,2003).

O território em questão vem sendo ocupado por esta comunidade, aproximadamente, desde 1860. Os membros desse grupo são descendentes dos escravos de Dona Martinha Dias Batista que possuía uma fazenda em Porto Velho.

Com a morte de Dona Martinha, na primeira metade do século XIX, suas terras e escravos foram divididos entre seus herdeiros, sendo que alguns de seus escravos foram alforriados, mas optaram por permanecer morando nessas terras.

Às vezes, os donos de fazendas de escravos cediam trechos de suas terras para seus ex-escravos morarem e plantarem e estes viviam como agregados para não se afastarem dos parentes que ainda permaneciam como escravos, com a finalidade de guardar algum dinheiro para comprar a liberdade dos demais membros da família. (ITESP, 2003).

Desta maneira, este grupo encerra uma experiência particular de luta contra o escravismo, constituindo um espaço autônomo dentro do regime escravista e da própria fazenda de escravos, o que possibilitou sobreviverem física e culturalmente. (ITESP, 2003).

No início do século XIX, esses escravos viviam da produção de subsistência e comercializavam o excedente com as cidades de Apiaí, Sorocaba e com os povoados, rio abaixo até Iguape, sendo que os meios de transporte utilizados eram canoas e tropas. As canoas subiam o rio Ribeira de Iguape, carregadas de mercadorias comercializadas ao longo do rio com as populações ribeirinhas, até chegar a Porto Velho, onde tinham que aportar e seguir viagem em lombos de burros. (ITESP, 2003).

A característica marcante da ocupação do território histórico da Comunidade de Porto Velho é a mobilidade constante do grupo, como parte de uma estratégia que tinha como objetivo permanecer morando próximo ao local onde seus pais e avós nasceram e foram enterrados. (ITESP, 2003).

5.6.3 - A Comunidade de Porto Velho

O quilombo de Porto Velho está localizado no bairro de Anta Gorda no município de Iporanga e parte de suas terras também estão no município de Itaóca. A comunidade de Porto Velho está disposta na margem direita do rio Ribeira, estando a maior parte de seu território no município de Iporanga.

O bairro fica distante cerca de 8 km do município de Itaóca, 29 km do município de Apiaí e em torno de 80 km da sede administrativa do município de Iporanga. As maiorias das estradas que ligam o quilombo para as outras localidades não são pavimentadas e quando há fortes chuvas ficam quase que praticamente intransitáveis.

Os moradores desse lugar têm como referência o município de Apiaí devido a sua proximidade, mesmo com a maior parte de seu território no município de Iporanga.

No bairro há um posto de saúde e uma escola municipal de 1° a 4° séries do ensino fundamental, o posto de saúde não possui nenhum equipamento para exames e nem médico fixo, também não há no bairro rede de água e esgoto, e a energia elétrica vem do Estado do Paraná.

A comunidade é composta por nove famílias, as quais ocupam uma estreita faixa de terra entre o rio Ribeira e as montanhas. Com relação a suas moradias, elas são construídas em sua maior parte de madeira com telhas de barro e apenas duas famílias possuem casas de alvenaria.

A maioria da comunidade é constituída de católicos, havendo no bairro uma capela consagrada a São Sebastião.

5.6.4 - Manifestações Culturais

Entre as práticas culturais levadas a efeito pela comunidade de Porto Velho destacam-se os momentos de festejo pessoal e de devoção religiosa que se organizam em torno da comunidade. As comemorações locais apresentam, principalmente, caráter religioso, entre elas a devoção a São Sebastião que é comum na comunidade, que é o santo protetor dos desamparados, o qual é comemorado no dia 20 de janeiro, com uma festa junto à capela.

Também é grande a devoção a São Gonçalo de Amarantes, que é padroeiro dos violeiros e santo protetor contra as enchentes, enfermidades e casamenteiro.

Nesta celebração é comum a promessa feita ao santo ser paga com Romaria ou Dança de São Gonçalo, que é sempre realizada no dia que for mais conveniente para o devoto.

A romaria é realizada no maior cômodo da casa, onde os móveis são retirados só ficando o altar que é enfeitado com os materiais mais diversos como bexigas, flores e bandeirinhas coloridas de papel de seda e crepom. (ITESP, 2003).

A Romaria é tocada por um mestre de cerimônia e um contramestre. São feitas duas filas, o mestre canta a entoada e puxa sua fila para um lado e o contramestre toca a viola e puxa sua fila em sentido contrário. Normalmente, a Romaria é feita durante a noite, mas quando a promessa é para um defunto então deve ser feita então durante o dia.

Os mestres da Romaria de Porto Velho são chamados para tocar inclusive em outros bairros, e até mesmo fora do estado de São Paulo. (ITESP, 2003).

Estas tradições são transmitidas de geração em geração, preservando assim a memória local e dando um importante destaque à integração da comunidade em torno de suas manifestações culturais como uma estratégia de prevenção quanto aos tempos futuros, e como reflexos do desejo de reprodução da própria história local.

O leque de tradições transmitidas é amplo e inclui vários aspectos como: a história, a dança, a culinária, a saúde coletiva e o uso de plantas medicinais.

Neste aspecto, a comunidade de Porto Velho agrupa-se para celebrar suas manifestações culturais conforme seus valores locais, reforçando, desta maneira, sua identidade cultural e seus laços com o território, pois o reconhecimento do saber e da história local são fatores importantes, que viabilizam o desenvolvimento sócio-cultural do grupo.

As comunidades remanescentes de quilombos desenvolveram, ao longo de sua formação, uma identidade que se define pelas experiências vividas e compartilhadas em relação as suas trajetórias históricas. Assim, a identidade tem o território como referencial determinante bem como ponto de articulação da existência e da memória coletiva. (AMORIM, 1998).

5.6.5 - Resistência e Territorialidade

O processo de reconhecimento como remanescentes de quilombos por parte da comunidade Porto Velho vem desde 1950 em conflitos com um fazendeiro local.

Este fazendeiro chegou a Porto Velho e se apresentou como dono das terras quando então propõe uma parceria com os moradores. Como os mesmos não sabiam de seus direitos sobre terra por falta de informação e para não serem desalojados aceitaram esta parceria.

Foram, então, realizadas a derrubada da mata e a plantação de grama para o pasto, além disso, eles plantavam cana-de-açúcar para fazer melaço, o qual era comercializado pelo fazendeiro, que pagava os membros da comunidade de Porto Velho como e quanto queria, sem que os mesmos pudessem questionar o valor pago pelo produto vendido.

Eles eram parceiros na fábrica e por serem "analfabetos" não sabiam o que assinavam e qual o valor em espécie que recebiam por cada safra. (ITESP,2003).

O depoimento de Osvaldo dos Santos, Presidente da Associação de Remanescentes de Quilombo de Porto Velho, confirma esta situação:

"Essa briga da conquista do título foi muito longa e dolorosa para a gente, pois nossos pais eram proprietários por herança das terras, aí apareceu um fazendeiro, entrou na terra alegando que tinha o título da terra e expulsou os herdeiros da terra e aqueles que ficaram se viram obrigados a trabalhar para o fazendeiro, porque não tinham nenhum lugar para ir, ele se tornou proprietário de pelo menos 150 ha de terras. Nós estamos praticamente há 23 anos em conflito com este fazendeiro, porque ele usava este pessoal que ficou e seus herdeiros como empregados dele, ou seja, eles podiam permanecer na terra, mas tinham que trabalhar para o fazendeiro, ele explorava a mão-de-obra destas famílias, que trabalhavam de domingo a domingo e não podiam sair para fazer outras coisas, não recebiam pagamento por este trabalho e estávamos sempre sujeitos a todo tipo de ameaças por parte do fazendeiro, principalmente expulsar as famílias, não deixaria as famílias mais fazer o plantio de subsistência. A gente vivia como nossos antepassados em semi-escravidão". Depoimento (Osvaldo dos Santos, depoimento ao autor em Outubro/2003).

Esta situação coincidiu com o período em que o MOAB (Movimento dos Ameaçados pelas Barragens) e a Igreja Católica percorriam a região informando as populações sobre os seus direitos e sobre a construção das barragens do Funil e de Tijuco Alto, as quais iriam inundar o território onde moravam, (ITESP,2003), a parti daí, se restabelece o conflito com o fazendeiro.

Esta situação criou um clima de tensão entre o fazendeiro e os membros da comunidade e, em 1997, por ocasião de uma enchente no rio Ribeira, o qual destruiu várias casas da comunidade, o fazendeiro proibiu a reconstrução das mesmas, forçando os moradores a saírem do lugar e irem para as cidades mais próximas em busca de emprego e de um novo lugar para morar, utilizando-se da catástrofe natural para expulsar os moradores das terras. (ITESP, 2003).

Na comunidade havia em torno de trinta famílias e várias delas se viram obrigadas a deixar o território que ocupavam e a se mudarem para outras localidades. Apesar deste contexto, cerca de 9 famílias decidiram ficar como agregados do fazendeiro, por não terem para aonde ir.

Evidencia-se neste fato que os moradores de Porto Velho foram expulsos de seu território. Como eram basicamente agricultores familiares e produziam para o auto-consumo, foram obrigados a trabalhar como diaristas para os fazendeiros vizinhos para sobreviverem.

As famílias que ficaram só poderiam ocupar o espaço da casa e do quintal, onde criavam pequenos animais, cultivavam hortaliças e árvores frutíferas, plantavam arroz, mandioca, cana-de-açúcar, milho e faziam melaço de cana que era comercializado em Apiaí e no Estado do Paraná. (ITESP,2003). Cultivavam também bananas, e seus bananais foram tomados à força pelo fazendeiro, o qual alegou ser o dono e cercou a área impedindo, assim, que membros da comunidade de Porto Velho tivessem acesso aos mesmos, conforme foto-5.13.

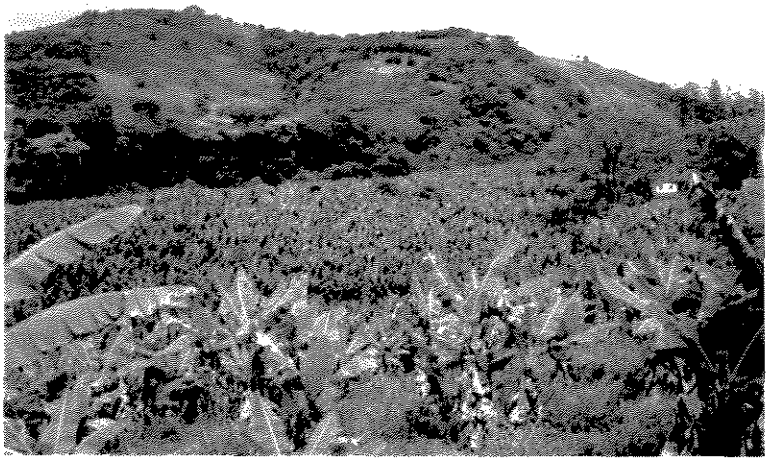


Foto (JJS-2004)

Foto - 5.13-Bananal tomado pelo fazendeiro da comunidade quilombola

A igreja teve um papel fundamental no esclarecimento da comunidade, conforme pode ser constatado no depoimento de Osvaldo dos Santos:

"As irmãs da Igreja do qual participávamos, nos ajudaram a enxergar esta situação e nos mostraram que tínhamos direitos sobre a terra e que também tínhamos direito de receber por todos esses anos de exploração ao qual fomos submetidos. A partir daí, resolvemos não mais obedecer ao fazendeiro e resolvemos que ele tinha que nos pagar, e ele começou a perseguir o Américo, que entre nós era um dos mais esclarecidos sobre esta situação achando que ele era o líder e estava gerando toda esta situação fazendo-lhe até ameaças de morte. Então com a ajuda da arquidiocese e das irmãs fomos atrás do pessoal do ITESP para fazer o estudo referente para a titulação da área como quilombo e também fomos verificar se o fazendeiro possuía título, então descobrimos que ele não possuía o documento de posse A partir deste momento ficou mais fácil para o ITESP realizar o estudo.porque ele só pode fazer este estudo em áreas devolutas e não em áreas particulares, então o ITESP realizou o mapeamento da área e o laudo antropológico e logo seguinte a juíza concedeu a liminar dando ganho de causa para a gente da comunidade e assim a área foi reconhecida como quilombo em 16/07/2003"(Osvaldo dos Santos, depoimento ao autor em Outubro/2003)

Com a concessão da liminar para os membros da comunidade de Porto Velho, a situação com relação ao conflito da posse da terra com o fazendeiro agravou-se, pois o mesmo tomou medidas drásticas, como se nota no depoimento de Osvaldo dos Santos:

"A partir deste momento o fazendeiro ficou muito contente e tentou expulsar as famílias da área, não deixava as famílias plantarem suas culturas de subsistência e colocava o gado no canavial onde fica nossa associação. Ficamos muito assustados e, além disso, ele derrubou uma igreja que foi construída pelos nossos antepassados e onde a gente guardava o mantimento. O fato uniu ainda mais a comunidade, e aí fomos a polícia e fizemos a ocorrência e até conseguimos através das irmãs contato com um deputado estadual do PT, o Renato Simões que levou o problema para a Câmara de Deputados, pedindo uma ação do Estado a nosso favor. Depois de ocorrido este fato, a gente da comunidade resolveu construir outra igreja, foi lindo irmãos vindo de outras cidades e de outros quilombos vieram nos ajudar na construção de uma nova igreja".(Foto-5.14/5.15/Anexo-2) (Osvaldo dos Santos, depoimento ao autor em Outubro/2003).

Foto: (JJS/2004)

Foto - 5.14 Restos da igreja da comunidade de Porto Velho destruída pelo fazendeiro.

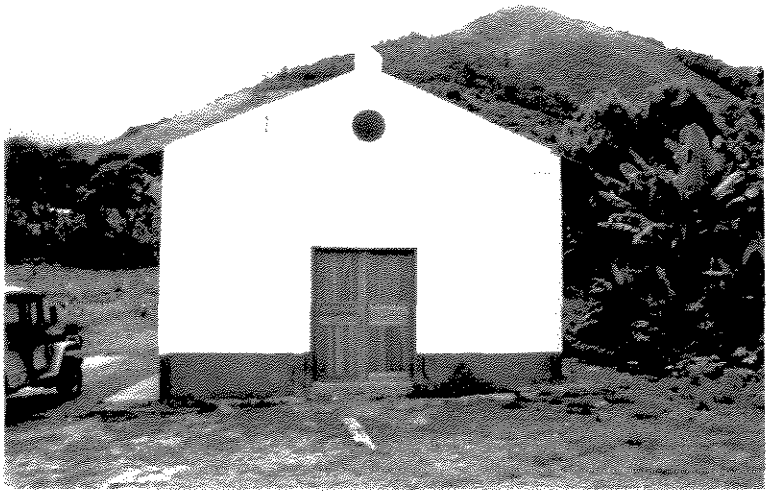


Foto: (JJS/2004)

Foto - 5.15 Nova Igreja construída pela comunidade como forma de resistência à violência do fazendeiro.

Outro fator importante, que aconteceu na comunidade depois da conquista da posse da terra e da possibilidade de uma nova vida, foi a proposta de pessoas que ofereceram parceria com a comunidade de Porto Velho, de acordo com que diz Osvaldo dos Santos:

"Vamos começar vida nova e estamos procurando parceiros que possam nos ajudar a desenvolver o quilombo e melhorar a vida da comunidade, já esteve aqui um pessoal, eles propuseram uma parceria, ou seja, realizaríamos um contrato com a Natura para eles realizarem uma pesquisa nos quilombos a respeito das ervas medicinais como plantas e flores para produzirem xampus,estamos com a idéia de fazer alguns pedidos, mas até momento pensamos em pedir um trator para trabalhar o plantio da terra."(Osvaldo dos Santos 2003 depoimento)

Percebe-se, através do contexto histórico desta comunidade, toda uma luta e resistência em torno do território de seus antepassados e em torno de melhores condições de vida, eles ainda esperam por justiça social para obter o seu reconhecimento como cidadãos brasileiros, tendo em vista as condições de extrema pobreza a que são submetidos.

5.7 - Quilombo Praia Grande

Na visita a esta localidade, não foi possível realizar uma entrevista, visto que a liderança local da comunidade do quilombo de Praia Grande tinha sido orientada pelas irmãs da Igreja de Eldorado a não conceder nenhuma entrevista, uma vez que elas iriam consultar um advogado, devido ao fato dos pesquisadores estarem visitando os quilombos e realizando diversas perguntas a respeito de uso de plantas medicinais e de proporem uma parceria com a Natura, para a elaboração de produtos.

Respeitou-se a vontade da liderança local e as informações aqui descritas foram realizadas com membros da comunidade através de conversas informais.

5.7.1 - Formação Sócio-Histórica

O nome Praia Grande tem origem no fato desta localidade estar situada na margem direita do rio Ribeira, em uma de suas praias que são formadas por deposição de areia fina e clara. A comunidade onde se encontra Praia Grande é uma das maiores.

A comunidade de Praia Grande ocupa este território, que reinvidica, desde 1863, quando essas terras foram ocupadas por escravos fugidos dos garimpos de Iporanga, os quais procuravam se instalar em lugares de difícil acesso, longe das margens do rio Ribeira e por escravos que foram libertados após o fim da escravidão. (ITESP, 2003 p-3).

Após a libertação dos escravos, foram chegando novas levas de familiares, temendo que a escravidão voltasse, embrenharam-se nas matas fugindo para longe das terras de seus senhores. As famílias Corimba e os Mouras foram as primeiras a chegarem à região.

Assim a família Corimba foi ocupando a localidade conhecida de Praia Grande, próxima ao leito do rio Ribeira e os Mouras atravessaram o rio Pardo e se instalaram em João Surra (PR). (ITESP, 2003-p34).

Através dos laços familiares, amarrados pela transmissão da terra por herança e por meio de casamentos, os Mouras, oriundos do Bairro João Surra, foram vindo para Praia Grande, uma vez que, antigamente, a pessoa que possuia grande quantidade de terras doava pedaços de terras a seus filhos, conforme eles fossem se casando, independente do

sexo. Dessa forma, vários membros da família Moura passaram a morar em Praia Grande com seu marido ou esposa. (ITESP, 2003 p-35).

Outros fatores motivaram a vinda dos Mouras para a comunidade de Praia Grande, dentre eles os conflitos fundiários com fazendeiros do Paraná, que invadiam as terras que lhes pertenciam e expulsavam os moradores.

Desta maneira, pode-se observar que a comunidade de Porto Velho busca resgatar o esforço organizativo criado através de redes comunitárias de proteção e estratégias de resistência, o qual remonta a uma memória de escravidão passível de ser reconstituída pelas redes de parentesco e afinidades que formam a malha do grupo, pois a exclusão de membros da comunidade, que já foram expulsos ou sofreram pressões em relação ao conflito de terras, atualiza as formas de sociabilidade através de vários tipos de organização

.

5.7.2-A Comunidade Praia Grande

O quilombo de Praia Grande localiza-se a sudoeste do município de Iporanga, em uma região de difícil acesso. Apresenta relevo acidentado e seu núcleo encontra-se à margem direita do rio Ribeira, conforme foto-5.16.

Foto: (JJS/2003)

Foto - 5.16 Vista Geral do quilombo de Praia Grande no município de Iporanga

O acesso à comunidade pode ser feito através do município de Iporanga, subindo o rio Ribeira cerca de 20 km de barco. Uma outra opção é sair da sede do município e ir até o Bairro Descalvado e seguir a pé (três horas de caminhada em relevo acidentado) até chegar na frente do núcleo Praia Grande e atravessar o rio de canoa.

O percurso de canoa é o principal meio de transporte da maioria dos moradores, levando quatro horas para subir o rio e duas para descer. A comunidade também utiliza o barco da prefeitura que leva professores para a escola de ensino fundamental.

Conforme relato de moradores já houve vários acidentes neste percurso, pois o rio Ribeira apresenta várias corredeiras neste trecho.

Há no bairro uma escola de ensino fundamental e um centro comunitário. O posto de saúde não possui equipamento e nem médico fixo e funciona através de um agente de saúde que é responsável pelo transporte de pacientes para Iporanga para marcarem consultas e pela distribuição de remédios para os moradores da comunidade.

Não há rede de esgoto, água e luz elétrica, mas existe um sistema de luz solar que funciona algumas horas por dia e a água para consumo é retirada de nascentes que se localizam próximas ao quilombo.

A comunidade possui um total de 26 famílias que habitam casas de telha de barros ou sapê e estão dispersas sobre a área do quilombo. A maioria são agricultores que produzem para seu autoconsumo e o excedente é comercializado em Iporanga. Sua produção é baseada em arroz, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, milho, café e frutas como amoras, jabuticaba, abacaxis e mamão.

Os moradores, através da Associação de quilombos de Praia Grande, vêm organizando uma roça comunitária de cana-de-açucar para fazer melaço com a finalidade de comercializar em Iporanga, e a grande parte dos moradores possui moendas de cana-de-açucar, construídas artesanalmente

Além das hortas de quintais onde se cultivam plantas medicinais, verduras e legumes, também são criados animais como porcos, galinhas e algumas cabeças de gado, (ITESP 2002), foto-5.17.

Foto: (JJS/2004)

Foto - 5.17 Membro da comunidade em sua roça de arroz base principal de alimentação da comunidade

O sistema de plantio baseia-se na coivara e também na ajuda por outros membros da comunidade através de mutirão, a maioria da comunidade vive da agricultura de subsistência e das aposentadorias recebidas.

5.7.3 - Manifestações Culturais

As manifestações culturais que se destacam na comunidade de Praia Grande são: a devoção a São Sebastião, comemorada no dia 20 de janeiro, protetor dos desamparados. Grande também é a devoção a São Gonçalo de Amarantes, e as promessas feitas são pagas com uma Romaria ou Dança de São Gonçalo. O dia da padroeira Nossa Senhora de Aparecida, em 12 de outubro, cuja capela local é consagrada a essa santa, também é festejado na comunidade.

Os moradores de Praia Grande utilizam-se em seu cotidiano de vários tipos de remédios caseiros que apresentam efeitos medicinais como: a Quina, que é extraída da casca de uma árvore e serve para dor de estômago, de barriga e para pressão alta; o Tranchai, um chá usado para dor de garganta; a Esmalina para dor de estômago; Casca de taí usada como vitamina e para fortalecer o sangue; a Aroeira para curar ferida, a Quebra

pedra para problemas nos rins; a Pata de Vaca para diabete e coluna; a Sete Sangrias para pressão alta e afinar o sangue; a Espinheira Santa como calmante e para combater a queimação; o Chapéu de Couro para coluna e dor no corpo. (ITESP, 2003:55).

Outra prática comum na região é a utilização da banha de lagarto para curar a picada de cobra. A banha retirada do lagarto é esquentada ao fogo para derreter e tomada em seguida, ou passada no local da picada de cobra, esse método é utilizado em animais e pessoas. (ITESP, 2003:55).

5.7.4-Novas Ameaças

Conforme relato dos moradores, a comunidade enfrenta vários conflitos de terras com fazendeiros locais referente à posse das mesmas, com a titulação. Alguns membros da comunidade possuem suas casas e plantações em terras de pessoas que não pertencem à comunidade. Também há uma briga com relação às terras que estão situadas à esquerda da margem direita do rio Ribeira.

Estas terras são usadas pela comunidade como uma reserva florestal e são reinvidicadas como pertencentes ao território tradicional da comunidade, uma vez que muitos moradores já falecidos viviam nelas. Os moradores não querem que estas terras sejam desmatadas, pois quando alguns dos fazendeiros tentam desmatar aquela área a comunidade os denuncia para a Polícia Florestal e para o IBAMA.

A área em questão é utilizada pela comunidade como fonte de matéria-prima para a confecção de peças de artesanato de utensílios domésticos através do uso de cipós, como vassouras, cestos, peneiras, os quais utilizam o Timbopeva, o Embu, a Taquara de Lixa e a Taquara de Poça para produzirem estes artesanatos.

Atualmente a maior parte dessas áreas está nas mãos destes fazendeiros que estão interessados em transformar a área em pasto, além do que, essa área é rica em minério de chumbo. (ITESP, 2003:43).

Além dos conflitos pela posse da terra, outra ameaça ronda a comunidade de Praia Grande a partir dos anos de 1990, é o projeto da construção da Usina Hidroelétrica de Tijuco Alto, do Grupo Votorantim. Seu território seria inundado pela barragem da Usina Hidroelétrica de Funil, e esta usina pertence a uma lista de quatro grandes

empreendimentos projetados para o barramento do Rio Ribeira. Este projeto, além de acarretar a inundação das terras da comunidade de Praia Grande, a qual se está às margens do rio Ribeira, também destruiria grandes extensões de florestas e algumas cavidades que se encontram na cota de inundação da barragem, causando grande degradação ambiental e alterando toda a dinâmica do rio e da região.

Um outro aspecto importante a destacar com relação à implantação destas usinas é que pode atingir antigas minas de chumbo e de outros minerais, contribuindo para contaminar ainda mais o rio Ribeira com chumbo, o que já acontece devido às más condições que se encontram esta minas, atualmente abandonadas e sem nenhum tratamento de seus rejeitos que contaminam os afluentes do rio Ribeira.

Na comunidade de Praia Grande, a resistência às inúmeras tentativas de apropriação de seu território por terceiros é um fato marcante nesse núcleo. Resistência esta que faz parte do modo de vida do camponês, pois, como camponeses e negros, esses sujeitos compartilham o *locus* da exclusão e subalternidade na sociedade capitalista.

" Como camponeses lutam pela reprodução e manutenção da unidade familiar e da terra, fundamentais para a sua existência Carril (1995:136)" no território em que ocupam.

5.8 - Quilombo de Bombas

Com relação ao quilombo de Bombas, não foi possível conversar com a liderança da comunidade, pois nos dois campos realizados a esta localidade não encontramos a liderança local para a entrevista, sendo que a maior parte dos relatos refere-se às conversas informais com alguns moradores e de dados do relatório técnico do ITESP que tem como objetivo qualificar a área de Bombas como remanescente de quilombo, processo este em fase de reconhecimento.

5.8.1 - Formação Sócio-Histórica

A comunidade de Bombas tem sua origem pela ocupação de duas famílias. Por volta de 1910 a 1920, estava dividida em duas áreas: Bombas de Baixo e Bombas de Cima, A área de Bombas de Baixo foi ocupada em tempos antigos, porém estas pessoas não tinham

nenhuma relação de parentesco com o grupo local e sua origem está ligada à ocupação da área pela família Furquim. A área de Bombas de Cima possui sua origem ligada à ocupação de outra família.

Apesar de terem origens distintas, as comunidade de Bombas, vêem-se como uma só comunidade, o bairro Bombas é reconhecido pelos demais moradores da região e pelos órgãos públicos.

5.8.2 - A Comunidade de Bombas

O território de Bombas localiza-se no município de Iporanga em um terreno montanhoso, seu acesso é feito através de uma trilha que parte do Bairro Betari, localizado 5 km de Iporanga, Chega-se a Bombas de Baixo após uma caminhada de 1,5 horas e a Bombas de Cima depois de 3 horas de caminhada.

A maior parte das casas são de pau-a-pique e se encontram dispersas umas das outras. Na localidade não há energia elétrica e nem esgoto e a água é captada das nascentes locais, há duas escolas rurais e o atendimento médico é feito no município de Iporanga não havendo nenhum posto de saúde.

Deste fato, denota–se dois problemas para a comunidade de Bombas: o primeiro é com relação à educação e o segundo com relação à área da saúde.

Especificamente no caso da educação, o transporte de crianças para a escola em Iporanga é o mais acentuado, pois, após completarem a quarta série, estas crianças precisam ir estudar em Iporanga. Como muitos pais não possuem condições de manterem os filhos na cidade, os índices de desistência de estudos até a oitava série no município aumentam consideravelmente

Outro problema, também relacionado à locomoção, é referente ao transporte dos doentes da comunidade, pois para isto é necessário realizar uma caminhada de 2 a 4 horas à pé ou a cavalo até a sede do município.

Cultiva-se, em Bombas, arroz, feijão, milho, abóbora, mandioca, chuchu, maracujá, inhame, cará e outros. Em suas roças, este plantio é feito através da agricultura de coivara, além disso, há várias criações de animais como porcos e galinhas que servem de alimentação para as famílias.

A caça já foi mais praticada na região, para complementar a dieta e também apreciada como atividade de lazer. Os moradores de Bombas têm um profundo conhecimento sobre a biologia dos animais de caça. (ITESP, 2003).

Grande parte do território de Bombas, contudo, encontra-se dentro dos limites do PETAR, onde a caça é proibida devido à legislação ambiental, sendo também proibido a extração de palmito e o plantio de roças.

Outras fontes de sobrevivência são as aposentadorias rurais as quais, muitas vezes, são a principal renda das famílias e o trabalho em serviços públicos na prefeitura ou em fazendas da região.

5.8.3 - Manifestações Culturais

A maioria das famílias de Bombas é católica. Há uma pequena capela em pau-a-pique no bairro. Em geral, acontecem duas festas religiosas no ano: a Mesada dos Anjos, no dia de Santo Antonio e São João, e a reza de Nossa Senhora de Aparecida, em 12 de outubro. Ambas consistem em um almoço comunitário seguido de um culto religioso. (ITESP, 2003).

Quando a festa é pagamento de uma promessa há um único festeiro e este se compromete em prover as comidas, o café e os fogos para a cerimônia como é o caso da Mesada dos Anjos.

As festas religiosas são, atualmente, um momento único de confraternização em Bombas, pois não há outra ocasião em que se reúnam tantos moradores num mesmo local. (ITESP, 2003).

5.8.4 - A Chegada do Parque

Com a implantação do PETAR e da fiscalização ambiental todas as atividades dos moradores que habitam Bombas foram proibidas pela legislação ambiental, inclusive o de moradia nas áreas do bairro.

Com esta proibição, os moradores da área passam a realizar suas atividades de forma clandestina, ou seja, suas atividades principais de sobrevivência como o plantio nas

roças, a caça, o retiro de madeira da floresta para a construção de suas casas, enfim, e seu modo de vida tornou-se crime.

Conforme relatório do ITESP (2003), a implantação do PETAR causou uma situação paradoxal. De um lado, impediu a desagregação da comunidade, pois congelou a possibilidade de desmatamentos na região, como pretendido pela MADEFE e retirou qualquer possibilidade de exploração mineral na área do parque e em seu entorno, fazendo com que os compradores de terra desistissem de cuidar de suas posses. Ficaram, portanto, em todas as regiões de Bombas, descendentes dos antigos moradores, e Bombas, enquanto grupo social, perpetuou-se no tempo e espaço, apesar de todas as ameaças. Por outro lado, as atividades dos moradores passaram a ser clandestinas. (figura5.3)

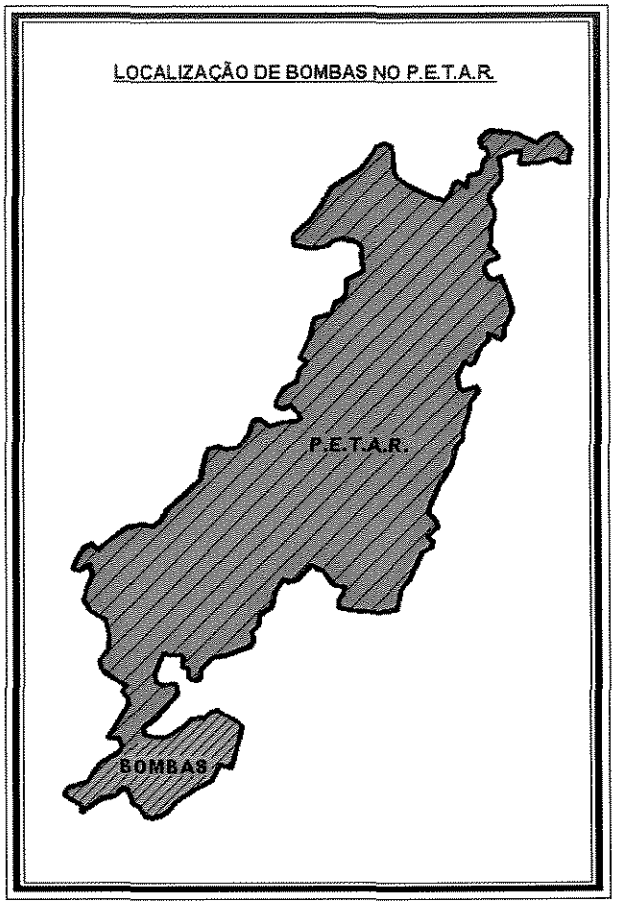


Figura 5.3 - Território de Bombas dentro dos limites do PETAR Iporanga-SP

A situação fundiária da área é complicada. Conforme o relatório projeto PETAR (SMA, 1993 apud ITESP, 2003) Bombas está localizado no 23° Perímetro de Apiaí e tem

menos de 10% de sua área identificada como devoluta, sendo que os 90 % restantes estão envolvidos em disputas judiciais por três mineradoras e uma madeireira.

A comunidade deseja o reconhecimento da área como quilombo, porém nenhum dos moradores possui algum tipo de título e, desta maneira, sem o reconhecimento da área muitos moradores têm migrado para Apiaí e Sorocaba em busca de oportunidades de trabalho. Além disso o quilombo possui 10% de sua área englobada pelo PETAR.

5. 9 - Quilombo de Nhunguara

5.9.1 - Formação Sócio-Histórica

A origem de Nhunguara está ligada ao processo de povoamento do baixo Ribeira. Esta era uma região de antiga atividade de mineração, sua ocupação está atrelada ao desenvolvimento da mineração em Xiririca (Eldorado) que necessitava de mão-de-obra-escrava para a exploração do ouro, assim como também da fuga de negros escravizados das fazendas locais, e dos negros libertos, oriundos do povoado de Ivaporanduva e de outras localidades além das fugas de recrutamento militar para a Guerra do Paraguai.

A Guerra do Paraguai motivou a busca de zonas de refúgio devido à forma de recrutamento que se deu na região. Ao longo do século XIX, as ações para a obtenção de braços para o exército eram exercidas com violência, atingindo inclusive os menores de idade entre 10 a 17 anos. (ITESP 2000:89).

Uma destas zonas de refúgio na região e, próxima ao Nhunguara, é a Caverna do Diabo, onde várias pessoas se refugiaram para escaparem do recrutamento, geralmente negros libertos.

Estabeleceu-se, então, uma marca social a partir de processos de fuga bem situados no tempo, revelando que os negros ocupavam uma posição, de certa maneira frágil ou tensa, na estrutura social, ainda que fossem livres e libertos. Sobre a população, composta por negros, pardos ou mulatos, recairia o ônus da participação em uma guerra, cujos motivos eram-lhes irrelevantes. (ITESP, 2000:92).

Nhunguara é um dos afluentes mais importantes do rio Ribeira e significa "buraco de barro". Sua ocupação está ligada à vinda de três troncos familiares para a região: Vieira,

Dias e Maia, todos descendentes de escravos, que se fixaram nesta localidade. (ITESP, 2000:83).

5.9.2 - A Comunidade de Nhunguara

O ribeirão Nhunguara, onde se encontra a comunidade do bairro, marca a atual divisa entre os municípios de Iporanga e Eldorado e está dividido administrativamente por parte da Prefeitura Municipal de Iporanga em Nhunguara I e Nhunguara II, porém a comunidade vê a área como uma só.

Está localizada a uma distância de aproximadamente 30 km da sede de município de Iporanga e a 15 km de Eldorado, habitam o bairro noventa e uma famílias representando o número de 270 pessoas, foto-5.18.

Foto (JJS/2004)

Foto - 5.18 - Vista Geral da Comunidade Nhunguara.

No Bairro há duas escolas, uma na parte de baixo e outra na parte de cima do bairro (1°a 4°série). Há também um posto de saúde, porém, durante o campo este estava totalmente fechado devido à falta de recursos, assunto que se destaca na entrevista do Sr, José da Costa Presidente da Associação dos moradores de Nhunguara:

"... mas agora o problema da saúde está uma vergonha, pois o postinho que tem aqui não vem médico já faz um tempo, e quando precisa de médico vai para Iporanga, mas Iporanga também está uma vergonha, esta prefeitura não paga os salários dos

funcionários há mais de três meses, e quando a gente precisa de médico tem que ir para Eldorado ou Apiaí, no caso aqui Eldorado fica mais perto da gente". (José Costa, em depoimento ao autor em Outubro/ 2003).

Em Nhunguara há energia elétrica, não há sistema de esgoto e o abastecimento de água é feito através das nascentes da região.

5.9.3 - Reconhecimento Étnico e os mesmos Problemas

Com relação a seu reconhecimento como área de quilombo a comunidade de Nhunguara ainda enfrenta alguns problemas com relação à ocupação da área, de acordo com o depoimento do Sr. José da Costa:

"... A gente teve problemas com os fazendeiros, pois recebemos a titulação de área de quilombo já faz uns cinco anos, mas não houve indenização por parte do Estado para os fazendeiros, como aquele sítio que você deve ter visto quando desceu aqui em casa, ele é do Fioravante, está dentro de nossas terras, mas eles não saem enquanto não receberem a indenização, também há outros fazendeiros na área, que desmatam para fazer pasto para o gado tá vendo aquele ribeirão o Nhunguara? Quando era criança, aquele ribeirão estava sempre cheio a gente tinha que atravessar a nado para o outro lado, hoje a gente consegue passar de um lado para o outro a pé, pois, lá na cabeceira do ribeirão os fazendeiros desmatam para criar gado, também alguns anos atrás apareceram umas pessoas por aqui tentando comprar a terra e me oferecendo dinheiro, disse que não vendia, eles estavam querendo comprar as terras para depois arrendar para pasto para um fazendeiro de Campinas".

Apesar do reconhecimento da área como remanescente de quilombo por parte do Estado, ainda não foram resolvidos os problemas de ocupação das terras pelos fazendeiros.

Este fato destaca-se na comunidade de Nhunguara e gera conflitos com relação à utilização dos recursos naturais e ao aumento da degradação ambiental, como se verifica na fala acima, com o desmatamento de áreas para pasto, e das cabeceiras dos afluentes do ribeirão Nhunguara, causando assoreamento do mesmo e diminuindo a fluxo de água para o rio Ribeira.

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO
UNICAMP

Outro aspecto importante é a falta de ação do poder público local que não consegue garantir a situação básica de saúde, deixando a população do bairro abandonada, obrigando-a a buscar assistência médica em outros municípios e contribuindo para aumentar os índices negativos de saúde de Iporanga.

Ainda observa-se na comunidade a discussão sobre a implantação da barragem no rio Ribeira, de acordo com o que nos diz o Sr. José Costa:

"Acho isso uma injustiça, o IBAMA, o DEPRN não dão licença para fazer roçado, mas liberam a licença para a implantação da barragem, lembro que uma vez saíram nove ônibus daqui juntando toda a comunidade quilombola e outras pessoas que são contra a implantação da barragem e fomos para São Paulo protestar lá na porta da Secretaria do Meio Ambiente, acho que a barragem não tem futuro e não ajuda nós em nada, só vai inundar ass terras próximas ao rio e além de tudo isso acho que nossa conta de luz não vai baixar ao contrário ela irá subir".(Jose Costa, depoimento ao autor em Outubro/2003)

Fica claro que a problemática enfrentada por esta comunidade no reconhecimento de suas terras como território de quilombo vem de sua luta do dia-a-dia pela sobrevivência e por todas as ameaças que a afetam, pois, conforme Carril (1995:136), a memória e a territorialidade são produtos de suas elaborações culturais sobre a base física em que se assentam, enquanto segmento étnico, o que lhes permite a continuidade grupal. (CARRIL, 1995)

5.10 - Quilombo de Pilões

5.10. 1- Formação Sócio-Histórica

Pilões sofreu uma ocupação derivada de dois ciclos econômicos: o ouro e a cultura do arroz e a cultura de cana-de-açúcar (CARRIL, 1995:84).

A ocupação da região do ribeirão Pilões, assim como das localidades de Nhunguara, Ivaporanduva e Serra do Quilombo têm, portanto, dois momentos distintos: o primeiro por extrema violência não apenas da atividade garimpeira, mas também decorrente da resistência negra à situação escravista, revelando-se em rebeliões, mortes, fugas e formação

de quilombos de onde se denominaria a toponímia do lugar, Serra de Quilombo, ocupado principalmente por negros depois da expulsão de indígenas. (ITESP, 2000:98).

Este fato pode ser constatado no relato de naturalistas que passaram pela região durante o período do ciclo do ouro, como o geógrafo alemão Carlos Rath que em sua Descrição da Região Fluvial da Ribeira de Iguape (1833/1856) descreve a violência por que passa a região de Pilões "A serra do Quilombo foi em certo tempo o esconderijo de uma porção de escravos, todos lavradores d'ouro que matarão seus donos nas lavras dos Pilões... e acharão nestas serrarias auríferas um asilo...."(ITESP,2000:97)

E o segundo momento era a utilização do Porto da barra do ribeirão Pilões para carga e descarga de mercadorias, pelas embarcações que subiam e desciam o rio Ribeira para o abastecimento e compra dos excedentes das fazendas que havia na região, além de ser uma importante área para a mineração.

A referência ao nome de Pilões está descrita no Livro de Tombo da paróquia de Xiririca (atual Eldorado), que explica sua origem: "Pilloes, Ribeirão, Bairro. Os nomes desse caudaloso rio, cheios de cachoeiras, provém ao que dizem, de achar-se n'aquelles tempos antigos hum pilão de madeira/ou no mato, ou no mesmo rio" (ITESP,2000:93)

5.10.2 - A Comunidade de Pilões

Pilões é um bairro pertencente ao município de Iporanga, encontra-se em um local distante da sede administrativa do município (15 km) e da estrada que liga Iporanga a Eldorado (SP-250).

O acesso à comunidade é feito através de Iporanga até Jurumirim. Desta localidade, se atravessa de balsa o rio Ribeira e se percorre uma estrada de 10 km por estrada de terra em péssimas condições, esta estrada atravessa a serra de Pilões e vai margeando o rio Pilões e seus afluentes até chegar ao bairro.

A maior parte desta área encontra-se em uma Zona Tampão da Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar e em parte da área.

O Bairro, possui uma escola de ensino fundamental (1°a 4°séries) e quando as crianças concluem este ciclo são obrigadas a continuar seus estudos em Iporanga. Também há no bairro um posto de saúde, que se encontrava fechado durante este

campo e um telefone público que não funciona. No bairro há energia elétrica e o abastecimento de água está ligado à captação em nascentes da região.

As moradias no bairro são de pau-a-pique com telhados de amianto e estão localizadas no núcleo central do bairro. Existe também, uma igreja, um centro comunitário utilizado pela comunidade para reuniões e um campo de futebol. As roças dos moradores estão localizadas em lugares distantes. Há no bairro vinte e seis famílias, que possuem relações de parentesco e tradição com os escravos que ocupavam a região. Foto-5.19/5.20.

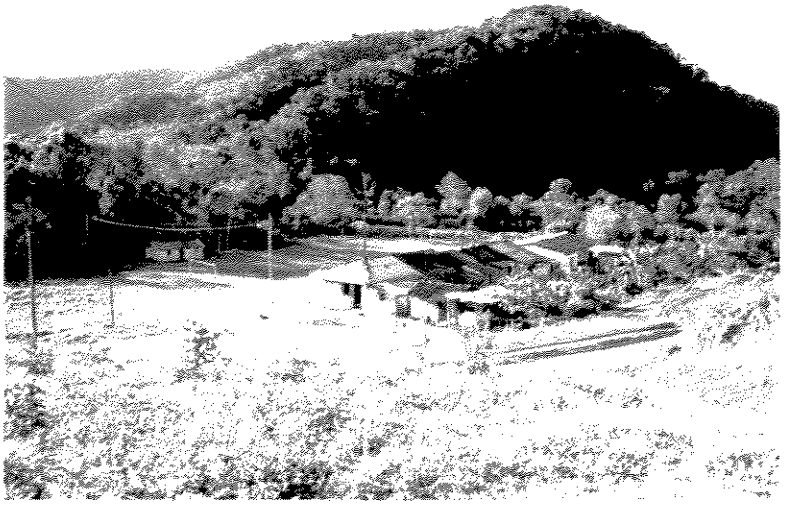


Foto: (JJS/2004)

Foto - 5.19 Vista Geral do núcleo central da comunidade de Pilões

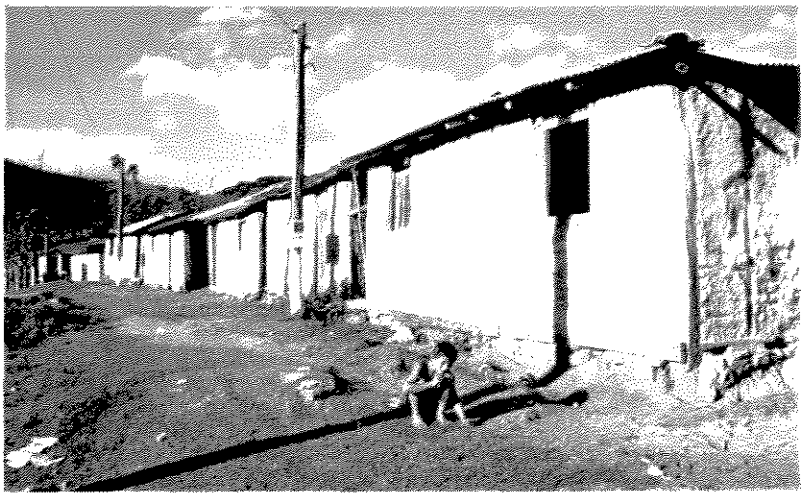


Foto (JJS/2004)

Foto - 5.20 Casa de pau-a pique no núcleo central da comunidade de Pilões.

A produção agrícola baseia-se na agricultura familiar de pequena produção voltada para a subsistência, através da prática de coivara, não havendo a contratação de mão-de-obra externa. Às vezes são realizados mutirões, onde vários moradores trabalham na colheita ou plantio da produção de um membro da comunidade.

A criação de animais como porcos e galinhas está voltada para o consumo interno e serve de complemento alimentar dos moradores da comunidade, também a pesca e a caça são atividades rotineiras e necessárias ao abastecimento alimentar.

5.10.3-Problemas e melhora nas relações com o Estado

Os principais problemas que afetam a comunidade de Pilões estão no depoimento de Pedrinho, lavrador e Presidente da Associação dos Moradores do Quilombo de Pilões:

"Antigamente tínhamos um grande problema com relação às roças, a gente não podia fazer roçado que era contra a lei, este fato inviabilizou a vida de muitas famílias aqui do quilombo, pois para elas a única forma de sobrevivência de sua família era o roçado, já que na cidade não tem emprego e a única coisa que o pessoal daqui sabe lidar é a agricultura, mas hoje a coisa já melhorou bastante, pois o morador escolhe a área do roçado, aí o ITESP faz a demarcação da roça e o DEPRN, registra, legaliza e dá a autorização, mas este local tem que obedecer algumas regras, como não estar localizado na beira dos rios e em pico de serras, e aí a polícia florestal fiscaliza se o roçado tem autorização ou não".(Pedrinho, depoimento ao autor em Outubro/2003)

Este aspecto denota uma melhora na relação das comunidades tradicionais com relação aos órgãos estatais, mas este fato está ligado a anos de lutas pela manutenção de seu modo vida e pelo uso da terra e dos recursos naturais para a sobrevivência, o que muitas vezes levou a comunidade a conflitos com a Polícia Florestal e com outros órgãos do governo que atuam na área.

Devido às restrições ambientais, a extração de palmito sempre foi constante na área com a proibição dos roçados, mas com a flexibilização da política de plantio, conforme narrado acima pela liderança local, nota-se uma melhora e se verifica outro problema relacionado com os palmiteiros que agem em Pilões, conforme depoimento de Pedrinho:

"Acho que um problema que se destaca, é a presença de palmiteiros dentro da área do quilombo e em algumas áreas do parque Intervales que é nosso vizinho, quando isto acontece a polícia florestal vem atrás deles e também verificam a situação dos roçados, pois a gente queria deixar o palmito se criar, a gente cortava os palmitos grandes e deixava os pequenos, mas os palmiteiros cortam tudo..."(Pedrinho, em depoimento ao autor em Outubro/2003)

Esta situação mostra a relação desta comunidade com a natureza e demonstra uma maneira de manejo florestal que visa à preservação do palmito que se encontra na área do quilombo.

Um destes órgãos, contudo, como o Instituto de Terras do Estado de São Paulo-ITESP, tem realizado uma política de parceria com as comunidades quilombolas e de reconhecimento das terras, de acordo com o que nos fala Pedrinho:

"Com relação ao ITESP, eles atuaram na demarcação do quilombo e temos uma relação de respeito e parceria, pois eles possuem alguns projetos que às vezes podem servir para nós da comunidade aqui de Pilões".(Pedrinho, depoimento ao autor em Outubro/2003)

Apesar de haver várias arestas a serem aparadas com relação às imposições ambientais e à atuação dos órgãos públicos na região, a organização da comunidade de Pilões, em sua luta, levou o reconhecimento de sua área como quilombo, possibilitando, assim, a construção coletiva de uma identidade sobre uma base geográfica, física e social que vai formar uma territorialidade negra importante para a manutenção das relações, das tradições e da solidariedade.

5.11 - Quilombo de Maria Rosa

5.11.1 -Formação Sócio-Histórica

A formação do bairro de Maria Rosa está intimamente ligada à ocupação de Pilões. Este núcleo encontra-se bem próximo da localidade de Pilões e sua antiguidade de ocupação está atrelada à fugas de negros das lavras de mineração e, posteriormente, das

fazendas de escravos que produziam arroz na região, além da vinda de negros libertos para esta localidade, os quais se estabeleceram a montante do ribeirão Pilões.

5.11.2 - A Comunidade de Maria Rosa

A comunidade de Maria Rosa está localizada no município de Iporanga aproximadamente 35 km da sede administrativa do município. Seu acesso é feito através de Iporanga, pela SP-250, até à localidade de Jurumirim (15 km). A partir daí, toma-se a balsa que realiza a travessia do rio Ribeira. Já do outro lado, usa-se uma estrada de terra que se encontra em péssimas condições até o Bairro Maria Rosa (20 km), que está encravado nas proximidades da Serra de Monte Negro.

Em Maria Rosa existem dezoito famílias que ocupam uma área total de 3.500 ha do quilombo. No bairro, há uma escola para crianças (1° a 4° séries), um centro de convivência para as reuniões da comunidade e uma capela.

Com relação à saúde, no bairro havia um médico que visitava a comunidade, porém devido a problemas financeiros da prefeitura e durante este campo a situação estava crítica como pode ser observado na fala de Áureo Antonio da Silva, motorista da prefeitura municipal de Iporanga e Presidente da Associação de moradores do Quilombo de Maria Rosa:

"... mas o principal problema hoje é com relação à saúde, a comunidade está isolada, pois não há mais médicos que passam por aqui, antes tinha um que passava e visitava o bairro, hoje não há mais e a situação em Iporanga está muito ruim, pois não há médicos na cidade. Qualquer caso de acidente que acontecer tem que socorrer em Eldorado, além disso, os servidores da prefeitura estão há quase três meses sem receber..." (Áureo Antonio da Silva em depoimento ao autor em Outubro/2003).

As moradias são dispersas em relação umas das outras e, em sua maior parte, são compostas de pau-a-pique. Algumas estão localizadas próximas ao ribeirão Pilões, há algumas com coberturas que variam de sapé, telhas de barro e amianto.

A agricultura é praticada em forma de coivara, sendo que os principais produtos plantados são: arroz, milho, feijão, além da criação de alguns animais como porcos e galinhas para abastecimento e complemento alimentar.

A mão-de-obra para a manutenção da atividade agrícola é familiar e baseada em relações sociais com outros membros da comunidade, através de manifestações de sociabilidade e de ajuda, como a troca de dias e o mutirão reafirmando desta maneira os valores de solidariedade entre os membros do grupo.

5.11.3 - Manifestações Culturais

A principal data religiosa em Maria Rosa, realizada na capela do bairro, é a festa de São Benedito, santo protetor das pessoas negras. Esta festa consiste na uma reza do terço feita pela comunidade e é comemorada no dia 26 de dezembro. A festa conta com a participação de moradores de Pilões

Após o terço, uma das famílias residente próximo à capela oferece um pequeno repasto aos presentes, preparado por um grupo de mulheres com gêneros arrecadados dos participantes. A ocasião faculta aos membros da comunidade a possibilidade de atualizar suas relações com indivíduos aos quais nem sempre têm acesso, seja por morarem em sítios distantes, seja por residirem nas cidades próximas, ou mesmo na capital. (ITESP, 2000:157).

5.11.4 - Velhas lutas e de olho no futuro

A comunidade de Maria Rosa juntamente com outras populações tradicionais de Iporanga e do Vale do Ribeira continua a enfrentar lutas e a ameaças para tomar posse de suas terras conforme depoimento de Áureo Antonio da Silva:

"... mas área ainda enfrenta problemas referentes à titulação, temos a titulação de posse, mas ainda não está registrado... tem alguns fazendeiros que já receberam indenizações e foram embora, e outros que não, com estes, a gente não tem nenhum problema, pois a questão está na justiça entre eles e o governo, mas agora estes tempos apareceu um velhinho se dizendo dono de uma parte das terras do quilombo, ele nunca esteve aqui na região, não tem o título de posse e se diz dono, armou uma barraca próxima ao rio e fica ameaçando as pessoas da comunidade, inclusive ele soltou o gado em nossas terras e este invadiu nossa estufa de plantação de palmito que tinha muitas mudas,

perdemos a maioria das mudas, e o pessoal está com medo dele, não sei porque eles tem medo de um velhinho, mas me parece que a questão está na comarca de Eldorado esperando o parecer do juiz". (Áureo Antonio da Silva, em depoimento em Outubro/2003) conforme Foto-5.21/5.22.

F

Foto: (JJS/2004)

Foto - 5.21 Acampamento armado pelo fazendeiro que reinvidica parte das terras do quilombo Maria Rosa.

Foto (JJS/2004)

Foto - 5.22 - Estufa de mudas de palmito destruída pelo gado solto pelo fazendeiro.

Além do problema de posse de terra que enfrentam atualmente, a comunidade precisou enfrentar grandes lutas e inclusive a viver na clandestinidade para realizar suas roças, que eram feitas em lugares distantes e escondidas na mata para escapar a fiscalização da polícia florestal, bem como também a extração do palmito para a sobrevivência das famílias que se viram excluídas de seu modo de vida tradicional por restrições ambientais, o que pode ser constatado no depoimento de Áureo Antonio da Silva:

"A luta foi grande contra os ambientalistas e a Secretaria do Meio Ambiente, pois não deixavam as pessoas do quilombo fazerem nada, não podiam fazer seus roçados, aí a gente brigou e deixaram fazer o roçado, mas não podia realizar a queimada, aí não adianta nada, aí brigamos de novo e deixaram realizar a queimada, sendo que agora a questão do roçado ficou mais normalizada, o ITESP faz a demarcação e o DEPRN dá a autorização, mas antigamente era duro viver, pois o pessoal não podia fazer roçado então extraía o palmito e vendia na cidade conseguindo desta forma sobreviver, alguns de nós que extraíram palmito e vendiam madeira vieram para a cidade e conseguiram ter uma vida mais sossegada, enquanto o pessoal que ficou no quilombo só tinha restrição com relação ao plantio e à caça, tendo uma vida mais difícil, pois acho que o governo devia valorizar estas pessoas, porque são estas pessoas que realmente preservam o ambiente, pois elas não deixam retirar o palmito, os mais velhos do Quilombo".

" Não deixam retirar, porque elas sabem que os frutos do palmito atraem vários animais como o cateto, a jacutinga e outros que vêm atrás deles, para você ter uma idéia se a pessoa caçar um cateto, sua carne dá para alimentar por uns vinte dias, mas os ambientalistas e a Secretaria do Meio Ambiente dizem que é crime, como é que então o caboclo vai sobreviver se não pode fazer roçado e não pode caçar? Vai para cidade virar mendigo? "(Áureo Antonio da Silva, em depoimento ao autor em Outubro/2003).

Além das antigas ameaças outras ainda pairam sobre a comunidade, o que pode ser verificado através da discussão com outros quilombos da região da implantação das barragens no rio Ribeira, principalmente de Tijuco Alto, conforme relato de Áureo Antonio da Silva:

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

"Sempre estamos em contato com as outras lideranças quilombolas aqui da região, trocamos informações e às vezes nos reunimos para discutir alguma coisa que diz relação a todos, com relação à questão das barragens a comunidade aqui não é muito esclarecida, já as de baixo Ivaporanduva, André Lopes já são mais, mas a gente é contra por que também seríamos afetados, o represamento lá embaixo aumentaria o nível do rio Ribeira e conseqüentemente o do Ribeirão Pilões o que nos afetaria, também fomos juntos com o pessoal de outras comunidades, visitar outras famílias em Ilha Solteira - SP, verificarmos que as pessoas estavam mais pobres e não adaptadas ao novo estilo de vida. Pois as pessoas que venderam suas propriedades vieram para a cidade, e então elas precisavam de dinheiro para comprar as coisas, aí os filhos delas que vêem as coisas na cidade e querem aí o cidadão vê que não pode pagar, e as pessoas que ficaram no sítio pelo menos podem sobreviver fazendo seu roçado". (Áureo Antonio da Silva, em depoimento ao autor em Outubro/2003).

Diante desta organização, a comunidade de Maria Rosa possui planos para desenvolver o quilombo e melhorar suas condições de vida através de projetos. Com ajuda do ITESP e do Parque Estadual de Intervales que faz divisa com a área do quilombo de Maria Rosa, tocam alguns projetos e planejam a realização de um plano de manejo no quilombo para melhor utilizarem a área. Pretendem trabalhar com o turismo, apesar das dificuldades por parte do poder público municipal, conforme constatado no relato de Áureo Antonio da Silva:

"Aqui no quilombo, nós desenvolvemos alguns projetos para gerar alguma renda e ajudar na subsistência da comunidade, temos os tanques de criação de peixes, que no momento estão sem peixes, pois tenho que pegar os alevinos, tem a plantação e criação de mudas de palmito, que conforme eu lhe contei está parada por causa do velhinho" (Áureo Antonio da Silva em depoimento ao autor em Outubro/2003) foto-5.23.

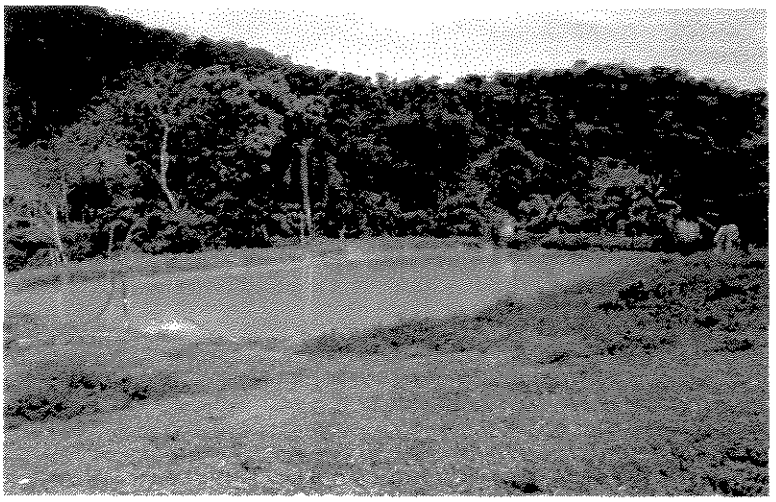


Foto: (JJS/2004)

Foto - 5.23 Tanque para piscicultura manejado pela comunidade do quilombo de Maria Rosa.

"O ITESP também cedeu algum material para nós como o calcáreo para correção do solo, mas também deu uma sementeira que não teve nenhuma utilidade para nós, porque o pessoal aqui pratica outro tipo de agricultura, que não necessita da sementeira, o ITESP também está com um projeto de fabricação de casa de barro, inclusive estes dias deve ter uma reunião em Eldorado, com os outros quilombos da região para tirar os representantes que irão visitar o local onde foram feitas as casas, para ver se realmente elas são boas. Com relação à prefeitura a coisa está muito difícil, temos também uma boa relação com o pessoal do Intervales, também estamos estudando a realização" de um plano de manejo para o quilombo, com a finalidade de definir áreas para plantio, e áreas que podiam ser visitadas por turistas". (Áureo Antonio da Silva, em depoimento ao autor em Outubro/2003)

A comunidade vê o turismo como uma fonte de renda, pois o quilombo está localizado numa região que apresenta uma paisagem exuberante e também como fonte de renda e de fixação do jovem ao local, conforme nos relata Áureo Antonio da Silva:

"A gente tem sim, a pretensão de trabalhar com o turismo, mas antes a gente quer realizar o plano de manejo, a área aqui realmente é muita bonita tem o rio Pilões que o pessoal de Iporanga vem pescar aqui nos finais de semana, dá muito peixe, dá para descer o rio de bóia que passa em vários trechos muito bonitos, tem algumas cavernas - na área do parque e próximas aos quilombos que podem ser visitadas e, além disso, tudo, há a

nossa cultura quilombola, os pilões na preparação do arroz e outros condimentos, o modo de vida rural e quilombola através da herança deixada pelos nossos ancestrais, também o pessoal do Intervales disse que dá a maior força mandando turistas que visitam o parque ir para o quilombo, mas desde que nos organizemos para receber os turistas, tenho a idéia de receber os turistas no centro de convivência, mas falta resolver alguns problemas para receber os turistas, como o acesso, como já te disse as estradas de acesso para o quilombo são muito precárias, se a prefeitura ajudasse com relação à manutenção da estrada daria para agilizar esta visitação, acho que seria muito interessante esta relação com o turismo". (Áureo Antonio Silva em depoimento ao autor em Outubro/2003)

Ainda no seu relato, a realização do plano de manejo seria uma forma de implementar um turismo menos predatório e mais controlado pela própria comunidade e melhoraria suas condições de vida:

"É por isso que estamos querendo realizar o plano de manejo e a comunidade daqui acha a idéia boa, pois os mais jovens podem guiar os turistas e falar sobre a nossa história ganhando um dinheiro, mostrar a riqueza natural aqui da região e o pessoal pode produzir alguma coisa para vender para os turistas como artesanato, comidas típicas e outras coisas. Isto iria ajudar muito o pessoal daqui que só vive de roçado para a sua sobrevivência". (Áureo Antonio da Silva em depoimento ao autor em Outubro/2003)

Diante do futuro, a comunidade de Maria Rosa traça o seu próprio destino, incorporando atividades que não fazem parte de seu modo de vida tradicional como o turismo, mas que podem vir ajudar a preservar-lo e manter as relações com o território que habitam, tendo, ela desta maneira o próprio, controle deste destino.

5.12 - A Dinâmica Socioambiental nas Comunidades Negras de Iporanga

Apesar das comunidades apresentarem formações históricas e sociais diferentes, elas formam atualmente uma população tradicional, que mantêm seu modo de vida através de práticas sociais, econômicas, culturais e ambientais próprias e com uma vida cotidiana diferenciada pela sua organização do espaço do modo de vida regido pelas relações de produção capitalista.

Os laços que unem estas comunidades com outras do Vale do Ribeira são os valores, as redes de relações sociais, as tradições, a identidade, a memória e as relações de solidariedade e parentesco estabelecendo, desta maneira, uma territorialidade, não sendo seus segmentos isolados uns dos outros.

É graças ao jogo de valores, ao procedimento social de institucionalização e aos ritos de passagem que as culturas individuais acham-se integradas nos sistemas simbólicos que dão um sentido à vista de cada um e à existência do grupo, permitindo que se definam ao mesmo tempo como diferentes e semelhantes e, portanto, possuindo uma identidade. (CLAVAL, 1999).

Identificam-se duas dimensões históricas e fundamentais dessa ordem comunitária. A primeira diz respeito à forma de apropriação dos recursos e a segunda refere-se às práticas de trabalho na economia agroextrativa que articula esferas da vida social. A nossa noção que traduz íntima identificação de grupos domésticos com a comunidade, núcleo mais amplo, em oposição aos outros que correspondem à externalidade dos grupos de fora, funda a territorialidade concebida por diferentes grupos ditos tradicionais. (CASTRO; 2000:178)

Dentre as comunidades quilombolas do município de Iporanga podem-se elencar vários fatores que contribuem ainda para dificultar a sobrevivência destes grupos e as estratégias montadas pelos mesmos para resistirem a todo o tipo de ameaças, além daquelas que já sofreram seus antepassados.

Um dos elementos que diz respeito a todas as comunidades quilombolas do município é a questão do reconhecimento, da titulação e da posse da terra definitiva e dos conflitos estabelecidos com outros atores sociais (grileiros, fazendeiros, Estado, etc.) com relação à regularização destas terras.

Este embate se dá através da forma de organização do espaço, vivido pelas comunidades negras de Iporanga as quais, através do uso comum das terras, baseado na agricultura familiar, na economia de subsistência, nos laços de solidariedade e reciprocidade, constituem-se como parcelas diferenciadas na sociedade regional devido a sua origem comum como portadores de identidade própria com base em elementos étnicos, culturais e históricos que diferem da lógica capitalista.

Nesta relação entre as comunidades tradicionais e outros agentes, o que se descobre é que os homens, os grupos e os lugares são realidades variáveis construídas em um momento, em um local preciso, ou seja, sua natureza é, ao mesmo tempo, material, histórica e geográfica. (CLAVAL, 1999)

A economia de subsistência faz parte da sobrevivência dos quilombos de Iporanga, baseada no trabalho familiar, regem-se por uma lógica peculiar, periférica aos processos econômicos e ao instrumental teórico da economia capitalista de mercado, sendo que a produção é voltada para o consumo na unidade familiar e numa pequena venda de excedentes.

O que se traduz na impossibilidade destas comunidades adotarem técnicas de produção modernas, voltadas para os empreendimentos econômicos de natureza capitalista, visto que seriam necessários à capitalização dos produtores e ao uso de categorias econômicas como capital, preços, salários, juros e lucro.

O que pondera Martins, (1991:612): "Nesse caso a produção e reprodução de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade do lucro do capital, porque não se trata de capital no sentido do lucro. Os seus ganhos não são ganhos do capital exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho..." (MARTINS, 1991).

Outro aspecto desta relação seria que a produção da unidade familiar é voltada exclusivamente para a reprodução entre os membros da família e não à acumulação de bens e de lucro, conservando desta maneira o modo de vida tradicional das comunidades negras de Iporanga.

Também tem importância a exploração dos recursos naturais da área em que vivem. As comunidades tendem a preservá-los e a manejá-los de forma sustentável usando somente o necessário para a sua sobrevivência enquanto grupo, o que se diferencia do modo de produção capitalista que explora estes recursos visando ao lucro, homogeneizando as relações sociais e destruindo os recursos naturais.

Incorpora-se a esta situação, segundo Carril, (1995:4), a questão do território, entendido como forma de reprodução cultural coletiva, base física de poder. Alguns grupos extraem recursos naturais necessários à sobrevivência, organizam o espaço conforme suas

tradições e alimentam a continuidade grupal, enquanto outros abstraem a renda, o poder e promovem o entesouramento. (CARRIL, 1995)

Esta lógica predominante, porém, nas comunidades negras vai ser balançada e ameaçada no Vale do Ribeira e no município de Iporanga, pela incorporação da região à economia central.

Esta se deu através da incorporação de grandes empreendimentos econômicos na década de 1960, como a abertura de BR-116 e de outras estradas, a implantação de infra-estrutura e de órgãos do governo e ainda de incentivos fiscais para investimento. Assim, a área passa a sofrer um processo de total redefinição na ocupação e na formação do território, que vai valorizar as terras no Vale do Ribeira que até então não tinham valor econômico expressivo.

Esta valorização vai atrair para a região grileiros, fazendeiros, grandes empresas ligadas ao setor de mineração, pecuária, bancos que vão formar grandes latifúndios.

Segundo Lino (1982:10), esta grande concentração de terras, com fins basicamente especulativos, deu-se de forma violenta através da grilagem física e jurídica e da expulsão de posseiros gerando um estado de tensão e violência.

Estes processos encontram-se presentes até os dias atuais e a propriedade da terra, com a finalidade de especulação e de reserva de valor, pode ser relacionada com o grande número de propriedades em nome de pessoas jurídicas, com pouco ou nenhum uso da terra, Resende (2000:85), o que pode ser evidenciado em Iporanga com relação ao reconhecimento da comunidade de Bombas como quilombo, onde há a disputa pela posse da área entre duas mineradoras e uma madeireira. (RESENDE, 2000).

Partes significativas dos imóveis rurais, em especial os pequenos agricultores, não possuem titulação de suas áreas e vários são grilados por fazendeiros, acarretando conflitos como pode ser verificado no processo de resistência da comunidade de Porto Velho, em Praia Grande, Nhunguara, Maria Rosa, as quais possuem em suas terras fazendeiros que não foram indenizados pelo governo devido ao reconhecimento da área remanescente de quilombo e que reinvidicam partes de suas terras, o que agrava os conflitos entre as comunidades tradicionais e os fazendeiros, conforme constatado nesta pesquisa.

Outro fator que trouxe transformações econômicas para as comunidades negras de Iporanga e do Vale do Ribeira foi a extração de palmito Jussara na década de 1950, pois

nesta época o Vale do Ribeira tornou-se a região fornecedora do produto no Estado de São Paulo. (ITESP, 2000).

A extração do palmito vai acarretar o abandono das roças, aumentando assim a necessidade de aquisição dos produtos básicos que eram antes produzidos pelas unidades familiares.

A economia tradicional das comunidades também foi afetada pela construção da estrada que liga Eldorado a Iporanga onde estão localizados os quilombos de Pilões, Maria Rosa e Nhunguara além de outros, no município de Eldorado, o que quebrou o seu relativo isolamento. A ela está relacionado o início da extração predatória do palmito na região, devido à facilitação do transporte e à extinção do fabrico de aguardente.

Antes da estrada, as atividades voltadas para a obtenção dos recursos financeiros derivavam diretamente das técnicas tradicionais de manejo florestal e animal, como o fabrico de carne de porco salgada e das farinhas de milho e mandioca.

Poucos produtos eram adquiridos fora, uma vez que as comunidades produziam o grosso necessário para a sua sobrevivência, de forma que os parcos recursos originados com a venda de excedentes eram suficientes para satisfazer as reduzidas demandas por produtos industrializados. A chegada da estrada, juntamente com a fiscalização ambiental, alterou a relação das comunidades com a sociedade local, de forma a determinar duplamente a transformação de sua economia, forçada a se atrelar vigorosamente e em escasso período de tempo à economia de mercado, perdendo, nesse processo, grande parte de sua capacidade de gerir autonomamente o seu próprio destino. (ITESP, 2000:132)

O terceiro elemento que também vai trazer alterações no modo de vida das comunidades negras de Iporanga é a política ambiental de implantação das unidades de conservação promovidas pelo Estado de São Paulo por volta de 1960, que vai impactar a maior parte das atividades econômicas existentes no município de Iporanga e alterar profundamente as relações tradicionais das comunidades negras com o meio natural nos quais vivem.

Esta política está baseada numa visão puramente conservacionista, onde os grupos humanos são vistos pelos órgãos do governo como intrusos nas unidades de conservação, mesmo se estes grupos já habitavam estas áreas antes da implementação da política de criação de parques estaduais.

Em torno de 80 % da área do município de Iporanga vive algum tipo de unidade de conservação, e a que mais impactou o modo de vida das comunidades tradicionais foi a criação do PETAR, em 1958, com 35.884 ha e sua posterior efetivação nos anos de 1980, onde foram incorporadas áreas nas quais viviam populações tradicionais como a comunidade de Maria Rosa e a de Bombas, cujas ainda pleiteiam o reconhecimento da área como quilombo, além de outros bairros rurais como o Bairro da Serra e do Ribeirão conforme constatado nesta pesquisa.

A criação do Parque Estadual de Intervales, criado por decreto estadual em 1995, com uma área de 46.086 ha, atingiu as áreas dos quilombos de Maria Rosa, Pilões em Iporanga e de São Pedro, Ivaporanduva e Pedro Cubas em Eldorado e com a criação do Parque Estadual de Jacupiranga, em 1969, por meio de decreto lei com uma área de 150.000 ha, afetou as comunidades de Nhunguara em Iporanga e André Lopes e Sapatu em Eldorado. Neste caso, as populações negras de Nhunguara foram empurradas para os limites do parque onde habitam atualmente e se encontram em constantes conflitos com fazendeiros locais como pode ser constatado na fala da liderança local de Nhunguara.

Além das unidades de conservação, foram criadas na região outras áreas de proteção ambiental que vão influenciar o modo de vida das comunidades negras do Vale do Ribeira e de Iporanga.

A Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar, que abrange 11 municípios do Vale do Ribeira, com aproximadamente 469.450 ha, fecha um circuito geográfico com outras Unidades de Conservação no Vale do Ribeira, sobrepondo-se a elas em algumas áreas, que incidem, praticamente, em toda a região onde estão localizadas as comunidades negras, ITESP (2000:111), e que afetam as comunidades de Nhunguara, Maria Rosa, Pilões e Praia Grande em Iporanga.

Com a proibição, a regulação, os usos e a fiscalização dos sistemas naturais a maior parte das comunidades negras, as quais estão dentro da área geográfica do município de Iporanga, foram impactadas no seu modo de vida, pois o roçado, a retirada de material da mata para a construção de suas moradias e confecção de seus utensílios domésticos, assim como a sua própria permanência nestas áreas passaram a ser ilegais e continuam atualmente a gerar vários conflitos, como pode ser verificado nesta pesquisa com as comunidades de Maria Rosa, Pilões, Nhunguara, Praia Grande.

Este fato vai agravar ainda mais as condições de vida destas comunidades, pois com a ilegalidade das práticas tradicionais de manejo e cultivo da terra, a extração clandestina de palmito torna-se a principal fonte de sobrevivência destas comunidades. Isto gera uma criminalização dos membros da comunidade que fazem o corte, além disso, esta atividade é de difícil fiscalização enquanto as roças são mais fáceis de serem localizadas pela fiscalização ambiental.

As comunidades tradicionais enfrentam quatro problemas maiores e inerentes ao enfoque clássico conservacionista. Em primeiro lugar, esse conservacionismo pôs a preservação da natureza acima dos interesses dos seres humanos; em segundo lugar, a sua visão de natureza foi elaborada com base na noção de mundo selvagem – "wilderness" -, em oposição à visão das comunidades tradicionais. Em terceiro lugar, os conservacionistas procuraram no Estado as bases de suas ações de regulação das interações humanas com a natureza. E, por último, mas não menos importante, as percepções dos conservacionistas acerca dos povos tradicionais são marcadas por preconceitos com os quais esses povos se defrontam. (COLCHESTER, 2000:247).

O resultado da implantação desta política ambiental de criação de unidades de conservação vai levar as populações tradicionais a um quadro de marginalização em virtude das restrições ambientais impostas a estas comunidades negras, o que pode ser percebido nos embates e lutas com os órgãos governamentais de fiscalização e de implementação destas políticas ambientais.

Apesar das comunidades e a Mata Atlântica terem sobrevivido juntas aos processos altamente predatórios de ocupação territorial e expansão das fronteiras econômicas, efetuado pela sociedade colonial e nacional, os paradigmas do planejamento ambiental não parecem relacionar a permanência destes grupos ao estado de preservação da floresta nessa região. (ITESP, 2000:117).

Outro aspecto que vai afetar diretamente a vida das comunidades e também tem o Estado como principal protagonista, juntamente com a iniciativa privada, é o estudo para a viabilização de projetos hidroelétricos na região, por volta de 1970, com o pedido da CESP para a implantação de três barragens na bacia do rio Ribeira e uma outra barragem pela iniciativa privada a montante do rio Ribeira, no Município de Adrianópolis-PR.

A usina Hidroelétrica de Funil, uma das barragens projetadas pela CESP de 34 km2 e que estaria localizada a jusante do quilombo de Praia Grande, afetaria diretamente esta comunidade assim como as outras, rio abaixo como Pilões, que teria parte de sua área inundada.

Apesar destas barragens ainda estarem no papel, a luta das comunidades quilombolas de Iporanga e de Eldorado concentram-se no impedimento do licenciamento ambiental para a Usina Hidroelétrica de Tijuco Alto de responsabilidade da iniciativa privada pelo Grupo Votorantim, através de sua empresa CBA (Companhia Brasileira de Alumínio), localizada em Alumínio - SP.

A luta concentra-se contra a realização deste empreendimento que será efetuado no município de Adrianópolis-PR, na divisa do Estado de São Paulo com o Paraná porque, se ele for realizado, abrirá caminho para a implantação das outras três usinas hidroelétricas projetadas pela CESP.

Também, porque a ameaça representada pela construção das barragens vai determinar o alagamento de parte dos territórios das comunidades negras de Iporanga e ela de acordo com o ITESP; (2000:112), já está em fase de licença prévia e foi aprovada pelos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente do Estado de São Paulo e Paraná, em 1994, mas se encontra suspensa através de liminar. (ITESP, 2000).

O município de Iporanga, como outro agente social, poderia também ajudar através de maiores investimentos nas áreas sociais como educação, saúde e infra-estrutura para a melhoria das estradas que ligam as comunidades quilombolas ao município Estes aspectos sociais vêm faltando e em vista disso apresentam os piores índices sociais do Vale Ribeira ficando apenas na frente de outros três municípios, Barra do Turvo, Itapirapuã Paulista e Ribeira.

O modo de vida, as tradições destas comunidades quilombolas, suas manifestações culturais através de festas e de outros elementos como o artesanato, as relações sociais, bem como o seu reconhecimento como remanescentes de quilombos estão ligadas intimamente às formações territoriais do município e representam, para os mesmos, um inestimável patrimônio cultural da identidade histórica de Iporanga que se encontra em quase abandono por parte do poder público local.

Assim, quando uma sociedade comprometer-se com a valorização de sua cultura e identidade, passando a reconhecer sua história coletiva como instrumento para o enfrentamento dos problemas compartilhados socialmente, a cultura será peça chave para se buscar alternativas que promovam o desenvolvimento local. (OLIVEIRA e MARINHO; 2000).

Diante deste contexto surgem outros atores sociais que vão ter um papel importante na organização das comunidades negras de Iporanga e do Vale do Ribeira, um destes protagonistas é a Igreja, através da CPT da terra, que vai realizar uma conscientização dos direitos das comunidades remanescentes de quilombos com relação ao seu território, o que pode ser destacado no papel do reconhecimento e da luta dos membros do quilombo de Porto Velho, bem como nas orientações a respeito de informações sobre ervas medicinais, no quilombo de Praia Grande.

Outro movimento, que tem ajuda da Igreja e a participação de lideranças quilombolas da região, é o MOAB - Movimento dos Atingidos pelas Barragens que, conforme Carril, (1995:131), vai suscitar a emergência do segmento negro no campo, e a organização de um movimento social com base nas terras de negros que serão atingidas pelas barragens.

A dificuldade produzida nas áreas do parque e próximas aos quilombos que podem ser visitados e pelos mais diversos elementos instalados em seu território, colocou-os no tempo de luta, pela necessidade de manter a terra, a vida e o grupo e é neste sentido que a memória ganha contorno no processo de sua luta. A determinação destes grupos se estabeleceu, também, pelas determinações do presente com relação ao passado. A memória permitiu a construção de uma identidade necessária ao reforço do grupo. (CARRIL; 1995:139).

A reinvidicação do direito à terra ancestral estrutura a argumentação sobre outros direitos como a afirmação étnica, o território de uso comum, enfim, a reprodução de sua constituição como grupo agroextrativista. A reinvidicação maior é o reconhecimento e a demarcação de terras; campo de luta no qual se movimentam em ações de duplo sentido: afirmação identitária e reconhecimento legal das terras herdadas de seus ancestrais.

O reconhecimento dos lugares ocupados na história do grupo permite refazer dimensões específicas de ser e existir como camponês negro. O território é fundamental à

reprodução de sua existência e à manutenção de sua identidade. A permanência nesses sítios revela os diferentes planos de organização social, importante na análise das instituições sociais do grupo. (CASTRO; 2000:178).

A diversidade das culturas apresenta-se cada vez menos fundamentada sobre o seu conteúdo material. Ela está ligada à diversidade dos sistemas de representação e de valores que permitem aos diferentes grupos afirmarem-se, reconhecerem-se e se reconstituírem como coletividades. (CLAVAL 1998)

Na formação territorial do Vale do Ribeira e no município de Iporanga, portanto, o modo de vida tradicional das comunidades quilombolas foi drasticamente alterado pela ação do Estado na questão fundiária, na formulação e na implantação da política ambiental do Vale do Ribeira e na instalação de grandes empreendimentos hidrelétricos na bacia do rio Ribeira.

Aliados a estes acontecimentos temos à falta de participação do poder público local na melhoria das condições sociais básicas das comunidades que se encontram em seu território, como também a não existência de uma política de inclusão social e de fortalecimento do modo de vida tradicional destas comunidades negras, as quais representam o abandono que este importante e riquíssimo patrimônio cultural do município de Iporanga encontra-se. Estas situações podem ser observadas nesta pesquisa, e nas falas das lideranças de Nhunguara, Pilões e Maria Rosa.

A cultura deve ser revalorizada como um recurso para o desenvolvimento local, pois nesta perspectiva o legado cultural das comunidades remanescentes de quilombo de Iporanga, conforme Leff, (2004:329), aparecem como uma parte integrante dos recursos naturais, definido através das relações simbólicas e produtivas que guiaram a co-evolução da natureza e da cultura através do tempo. A organização cultural das etnias e das sociedades camponesas tradicionais estabelece um sistema de relações sociais e ecológicas de produção, que dá suporte às práticas de manejo integrado e sustentável dos recursos naturais, (LEFF, 2004:329), pois o patrimônio cultural é um recurso importante para o município.

5.13 - Saber Local e Biodiversidade

Outro acontecimento referente às comunidades remanescentes de quilombo de Iporanga diz respeito ao assédio de pesquisadores que estão ligados ou articulados com grupos econômicos do setor de cosméticos como a Natura, o que pode ser constatado nas falas das lideranças dos quilombos de Porto Velho e Praia Grande, sendo que neste houve a recusa de realizar a entrevista, devido a este fato.

Estes pesquisadores, ao entrarem em contato com as comunidades levantam a possibilidade de realizarem pesquisas no território dos quilombolas com a finalidade de realizar um levantamento de plantas nativas que podem ser comercializadas pela Natura e propõe um convênio para utilizar o conhecimento (saber tradicional) destas comunidades, além da imagem associada ao suposto produto.

Para estas comunidades, conforme destaca Leff (2004); "o saber localizado é sempre um saber sustentado por um ecossistema ou espaço territorial, e incorporado por um sujeito histórico. Se o território é o espaço suporte de significações, referente de denominações, lugar onde se desdobram as práticas culturais, no saber se condensam os sentidos que alimentam as práticas sociais. No saber convergem os processos materiais e simbólicos que determinam as práticas culturais e onde irradiam ações transformadoras do meio e da história". (LEFF, 2004:280).

Essa adaptação ao meio ecológico de alta complexidade realiza-se graças aos saberes acumulados sobre o território e às diferentes formas pela quais é realizado o trabalho. Suas atividades apresentam-se complexas, pois constituem formas múltiplas de relacionamento com os recursos, e é justamente esta variedade de práticas que assegura a reprodução do grupo, possibilitando também uma construção da cultura integrada à natureza e às formas apropriadas de manejo. (CASTRO; 2000:169).

Nota-se, junto às comunidades, que a biodiversidade pertence tanto ao domínio do natural e cultural, mas é a cultura como, conhecimento, que permite que as comunidades tradicionais possam entendê-la, representá-la mentalmente, manuseá-la e enriquecê-la. (DIEGUES; 2000:32).

Nesse aspecto é que os conhecimentos das comunidades locais e populações tradicionais passam a despertar um interesse crescente nas indústrias de alta tecnologia, em particular daquelas que atuam em áreas associadas às biotecnologias, ao servirem como verdadeiros "atalhos" para as atividades de bioprospecção.

As populações tradicionais, ao terem exercido teimosamente sua territorialidade, criando raízes e exercitando uma intimidade com a natureza ao seu entorno, acumularam uma sabedoria que só a permanência no lugar, ao longo de gerações, poderia propiciar. Uma sabedoria baseada em um outro ponto de vista, sob um outro olhar, de uma outra perspectiva cultural e civilizatória. (ALBAGLI, 2003)

Ainda segundo a autora, o mercado de produtos farmacêuticos derivados de plantas utilizadas pela medicina praticada por populações tradicionais é hoje estimado em bilhões de dólares anuais, mas uma parcela ínfima dos lucros obtidos com esses fármacos retorna para essas comunidades. É cada vez mais freqüente o patenteamento, pela indústria, de produtos derivados desses materiais genéticos, causando impedimentos ao seu uso pela sociedade e, particularmente, pelas comunidades localizadas nos territórios de onde se originaram. (ALBAGLI, 2003).

Neste aspecto, há que se considerar dois pontos: o primeiro diz respeito à questão da apropriação do conhecimento e da biodiversidade produzidos por estas comunidades por grupos econômicos. Como se dá esta apropriação? Quais os interesses que elas atingem e a quem beneficia?

Com relação a este assunto é necessário acompanhar as regulamentações sobre o acesso aos recursos biológicos por grupos econômicos nacionais ou internacionais e a proteção do conhecimento acumulado sobre os ecossistemas, pelas populações tradicionais.

É necessário, também, esclarecer as essas comunidades sobre os seus direitos referentes ao conhecimento tradicional, pois estes devem ser reconhecidos como uma criação intelectual das comunidades e não uma herança comum da humanidade como apregoam os grandes grupos econômicos que estão interessados neste saber e em transformar este em propriedade intelectual, individual e privada.

Quando se pede às comunidades nativas que vendam seu conhecimento às corporações, está se pedindo que vendam seu direito inato de continuar a praticar suas

tradições no futuro e suprir suas necessidades com conhecimentos e recursos próprios. (SHIVA, 2001:100).

Para estes grupos econômicos, os mecanismos de mercado convertem-se no meio mais prático para a apropriação, agora não mais do recurso natural, mas sim do saber local e de como utilizá-lo e não mais numa dinâmica comunitária desenvolvida pelas comunidades tradicionais, mas como uma mercadoria com uma valorização do mercado patenteado, com direitos exclusivos do uso desse conhecimento e recurso.

Se a organização econômica que emerge, baseada nas patentes, destrói os estilos de vida e sistemas econômicos nativos, o conhecimento nativo não está sendo protegido como herança viva. Se reconhecermos que o sistema econômico dominante está nas origens da crise econômica que emerge porque ignorou o valor ecológico dos recursos naturais, a expansão desse mesmo sistema não irá proteger nem o conhecimento nem a biodiversidade nativa. (SHIVA, 2000:104).

O segundo aspecto diz respeito à conservação da biodiversidade. Diegues assinala que a diversidade cultural só pode ser considerada condição para a manutenção da diversidade biológica, quando somente as comunidades tradicionais continuarem a ter acesso aos recursos naturais de seu território e não forem expulsas, seja pela especulação imobiliária, ou pela implementação de áreas protegidas. (DIEGUES, 2000:42).

Já a diversidade cultural - incluindo a diversidade de línguas, crenças e religiões, práticas de manejo do solo, expressões artísticas, tipos de alimentação e diversos outros atributos do humano – constitui também um componente essencial da biodiversidade, considerando as recíprocas influências entre o ambiente e as culturas humanas. Deste modo, o conceito biodiversidade vem sendo hoje ampliado para o de sócio-biodiversidade. (ALBAGLI, 2003).

É importante resguardar esta sócio-biodiversidade da volúpia das empresas de biotecnologia, pois conforme Leff, (2004): "os saberes técnicos e as práticas tradicionais são parte indissociável dos valores culturais de diferentes formações sociais; constituem recursos produtivos para a conservação da natureza e capacidades próprias para autogestão dos recursos de cada comunidade. Desta maneira satisfazem suas necessidades básicas e orientam seu desenvolvimento dentro de estilos étnicos e formas diversas de significação cultural". (LEFF, 2004:142).

O respeito à diversidade étnica, além de seu valor humano intrínseco, tem implicações para estratégias de apropriação e manejo dos recursos naturais. Nas sociedades tradicionais, sua estrutura social e suas práticas de produção estão intimamente relacionadas com processos religiosos e simbólicos que estabeleceram um sistema de crenças e saberes sobre os elementos da natureza que se traduzem em normas sociais sobre o acesso e uso dos recursos. (LEFF 2004:94).

Diferentemente da visão capitalista de que tudo (valores culturais, potencialidade do homem, trabalho, ética, conhecimento, idéias) pode ser reduzido a um valor de mercado, é cada vez maior o reconhecimento do papel positivo que populações nativas e locais, particularmente populações ditas "tradicionais", têm desempenhado na conservação e no uso sustentável da diversidade biológica.

É necessário, portanto, ter cuidado com o assédio de pesquisadores ou bioprospectores que estão envolvidos com os interesses de grupos econômicos como os que procuram as lideranças dos quilombos de Porto Velho e Praia Grande e resguardar o compromisso moral de assegurar que essas populações usufruam os ganhos e benefícios advindos do uso de seus conhecimentos e participem das decisões relativas a seu uso.

Porque se não houver uma melhor conscientização e informação das comunidades sobre o valor de seus saberes tradicionais, elas podem ser enganadas, como foram pelos grileiros que lhes tomaram suas terras, só que agora estão tentando se apropriar de seu saber e do seu patrimônio cultural.

6.0 - O Patrimônio Natural, o Município e o Desenvolvimento Local.

A situação em que se encontra o município de Iporanga, onde 80 % de sua área geográfica é composta de espaços de preservação permanente, enquadrada em algum tipo de modelo de conservação, inviabiliza a implementação de outros tipos de atividades econômicas (agrícolas e industriais) que não estejam envolvidas com o espaço da conservação.

O município também tem baixos índices de desenvolvimento sócio-econômico em áreas importantes como saúde educação e um dos piores no desenvolvimento humano, no Estado de São Paulo.

O município de Iporanga mostra, contudo, um riquíssimo patrimônio natural que o potencializa para a atividade turística, pois apresenta uma enorme gama de recursos naturais e culturais que se encontram em seu território.

Assim, uma das alternativas de desenvolvimento do município encontra-se na atividade turística, principalmente no segmento do ecoturismo, que vem crescendo gradativamente e também gerando perspectivas de melhoria das condições de vida de sua população. Além destas, outras alternativas poderiam colaborar para o desenvolvimento local do município, entre elas, podemos destacar a extensão rural e agroecologia, o manejo sustentável do palmito Jussara e a piscicultura.

6.1 - Turismo e Ecoturismo em Áreas Naturais Protegidas

O Turismo em áreas naturais é um segmento que utiliza o patrimônio natural e cultural, de forma sustentável, com intercâmbio sob diferentes formas entre o homem e a natureza, para promover a conservação dos recursos locais (físicos e humanos), otimizando os custos e ganhos ambientais, culturais, econômicos e sociais, orientado por planejamentos participativos.

Este tipo de turismo pode ser classificado em 5 tipos: ecoturismo, turismo de aventura, turismo rural, histórico-cultural e técnico-científico.

1 - Ecoturismo - "Conjunto de atividades turísticas que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas" (EMBRATUR/94). Principais atividades: espeleoturismo, hiking, naturismo, observação de fauna e flora e tracking.

2 - Turismo de Aventura - É o grupo em que as pessoas atuam como protagonistas, desenvolvendo atividades participativas de menor ou maior intensidade, necessitando, no segundo caso, de equipamentos e serviços especializados. As atividades compreendem também expedições em busca de lugares isolados de baixa freqüência, exigindo trabalho de equipe, na maioria das vezes.

3 - Turismo Rural - "Conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade". (EMBRATUR, 1999). Este conceito está em discussão.

Principais atividades: Agroturismo, Artesanato, Gastronomia típica, Lazer e recreação (desenvolvidas em caminhadas, cavalgadas, charreteadas, colhe-e-pague, hotel-fazenda, pesque e pague, pousada rural, turismo eqüestre).

4 - Turismo Histórico-Cultural: Conjunto de atividades turísticas que se desenvolve em função do patrimônio histórico-cultural e que permite a observação da organização social do homem junto ao seu ambiente, retratando seus usos e costumes, tanto atual como de seus antepassados.

Principais atividades: Manifestações populares (cavalhada, fandango, folia de reis, tropeada e outras). Visitas a sítios históricos e arqueológicos.

5 - Turismo Técnico – Cientifico: Conjunto de atividades que atrai grupos específicos de turistas que buscam o intercâmbio *in loco* de informações científicas e técnicas.

Principais atividades: Espeleologia, Pesquisa arqueológica, Pesquisa e treinamento; Visitas a sítios científicos, Visitas técnicas a reservas de fauna e flor barragens, fazendas experimentais, etc.

Em Iporanga destaca-se, como fator principal de atração de turistas para o município, o ecoturismo o turismo de aventuras que envolve a exploração de cavernas, o turismo histórico-cultural e o turismo técnico-científico. O turismo rural pouco se sobressai apesar de haver grandes possibilidades de trabalhar este aspecto, o que não acontece devido à falta de infra-estrutura eficiente como estradas e o descaso por parte dos órgãos público tanto Municipal quanto Estadual.

A grande questão que se coloca é, portanto, como transformar a atividade turística em um vetor de desenvolvimento capaz de realizar a passagem de um modo de produzir para outro, utilizando o potencial existente para melhorar a qualidade de vida da população sem degradar o meio ambiente ?. (BECKER, 1995).

O turismo pode ser uma alternativa sócio-econômica para as localidades à margem do processo de desenvolvimento regional. Contudo, não se deve constituir em mais um fator de segregação sócio espacial e de aumento das disparidades sociais. Por outro lado, há que se estimular a capacidade das comunidades locais em identificar seus problemas e buscar soluções originais, bem como o envolvimento das lideranças locais, desde a concepção até à implantação, gestão e monitoramento dos projetos turísticos (RODRIGUES, 1997).

Deve-se considerar, porém, que esta atividade turística assume dimensões e significações, entre elas se pode destacar seu aspecto econômico, pois ele se configura, segundo Benevides (1997), numa das mais recentes representações totalmente reinventadas e revalorizadas pela lógica de produção de mercadorias O turismo, como atividade econômica, enseja toda uma mobilização das relações de produção, ligadas ao desfrute social e especialmente estratificado do ócio e do tempo do não-trabalho. (BENEVIDES, 1997)

Outros aspectos podem ser identificados na atividade turística, como manifestações de alienação, fetichismo e de consumismo, além de haver em suas formas dominantes um processo de mercantilização e privatização da natureza, bem como a transformação da paisagem voltada para a instalação de grandes empreendimentos turísticos.

O turismo gera impactos econômicos negativos como: sazonalidade, trabalhos temporários, falsa sensação de empregabilidade, inflação e desagregação do lugar.

Por outro lado, deve-se levar em conta os aspectos dos impactos econômicos positivos como empregos, diversificação da economia, desenvolvimento regional e aumento de renda, além de impactos positivos culturais e ambientais, tais como a conservação de patrimônios e intercâmbios, a conservação das áreas naturais, conservação de locais históricos, melhoria do meio ambiente e criação de áreas protegidas.

O turismo pode se apresentar aliado de outras situações e ações setoriais, como uma solução para os problemas econômicos de uma região, agindo, conseqüentemente, no sentimento de pertencimento do morador ao seu local de vivência, fruto principalmente das condições que este oferece para viver.

Muitas vezes, em uma região pobre, que não oferece oportunidades de trabalho para a população jovem, pode-se gerar nela um sentimento de revolta e de repúdio ao seu universo cultural. Neste caso, o Turismo pode ser um fator de minimização dessa condição desfavorável, uma vez que apresenta para essa população uma nova oportunidade de trabalho, de geração de renda, de valorização do seu universo social e cultural, de manutenção dos seus valores e, principalmente, de seu sentimento de pertencer a uma coletividade com a qual essa população se identifica. (PIRES, 2000)

Este fato pode ser evidenciado em Iporanga através da participação da juventude iporanguense nos cursos e nas atividades de monitoria ambiental gerando, desta maneira, oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo assim o sentimento de pertencer a um lugar sem o qual os jovens migrariam para os grandes centros urbanos, habitando a periferia, as favelas e participando do círculo de exclusão social e violência que impera nas grandes áreas urbanas.

Outro aspecto essencial, que também pode ser verificado, é o crescimento do número de pousadas familiares no bairro da Serra que fica próximo ao núcleo Santana do PETAR. Esta localidade, devido ao seu caráter de proximidade, agrega um grande fluxo de turistas. Esse fato também ajuda no efeito multiplicador da atividade turística, pois, para a mão-de-obra, também passa a ser composto de familiares e de outras pessoas que fazem parte da comunidade.

Por outro lado, pode-se aferir também alguns impactos negativos desta atividade no bairro da Serra e no município como a falta de infra-estrutura em saneamento básico, uma das reinvidicações da comunidade do Bairro da Serra, o aumento do acúmulo de lixo e sua disposição inadequada no município, além dos impactos culturais do turismo no universo cultural das comunidades receptoras. Principalmente a respeito do seu caráter negativo para as comunidades locais, na manifestação de suas tradições culturais, no efeito sobre os seus valores e comportamentos sociais e, portanto, no reflexo sobre a identidade das comunidades impactadas.

O Turismo é uma atividade que, se bem planejada e desenvolvida, pode trazer benefícios aos habitantes de uma região, tais como desenvolvimento econômico, geração de empregos, proteção ambiental, valorização da cultura local, conservação do patrimônio histórico, recuperação da auto-estima e outros. Por outro lado, ao não se considerar o planejamento prévio, pode correr um risco de se aumentar a degradação ambiental, a perda de valores culturais e de se incentivar uma baixa diversificação econômica. (WWF - Brasil, 2003)

O turismo, junto com toda a cadeia de atividades que estão diretamente relacionadas, é um fator de desenvolvimento regional sustentável. Trabalha junto com a população local e em parceria com as prefeituras e entidades civis, tendo como desafio criar relações inovadoras, capazes de alterar o quadro de marginalização e estagnação da região e articular mecanismos políticos de aglutinação e de mudança de sua situação social e econômica, e dando novos significados ao seu território (SÃO PAULO, 2003).

Para o turismo perpertuar-se, contudo, como um fator de desenvolvimento, é importante a participação da população nos processos de decisões e implantação do mesmo.

Uma das formas de se buscar a sustentabilidade no ecoturismo é fortalecê-lo em bases comunitárias e locais. O controle social da atividade em nível local é um dos maiores desafios para o ecoturismo. São as associações, conselhos, lideranças comunitárias, prefeituras que devem definir, preferencialmente, as diretrizes do planejamento turístico na região e ter um papel decisivo no desenvolvimento da atividade, atuando de maneira autônoma como implementadores e gestores. (WWF, 2003).

Como orienta Benevides (In: Rodrigues, 1999), o turismo, com base local, pode ser implementado como uma estratégia eficaz de inclusão social, de desenvolvimento sócio-

cultural e de preservação ambiental. Para tanto, todo e qualquer projeto deve levar em consideração as reais necessidades da comunidade, da saúde à educação, da geração de empregos ao fortalecimento da identidade cultural. (BENEVIDES, 1999).

O ecoturismo deve considerar que os elementos para o desenvolvimento sustentável do turismo vão além da implementação de infra-estrutura e buscam equilibrar pontos de planejamento, políticas públicas, condutas e incentivos. Portanto, o turismo não deve ser visto apenas como mais uma atividade mercantil, mas como uma contribuição para o desenvolvimento equilibrado da região, melhorando a qualidade de vida de sua população e servindo como instrumento de conscientização dos visitantes. (WWF, 2003).

Há outras visões acerca do ecoturismo como atividade turística que vão gerar grandes benefícios para as populações que habitam áreas onde ocorre este tipo de atividade.

O ecoturismo transformou-se num grande negócio e a distribuição de renda gerada com as comunidades locais tem sido um meio popular por quais os conservacionistas esperaram reconciliar os povos nativos com as áreas protegidas; no entanto, o processo mostrou-se muito mais difícil que o esperado. Além disso, as comunidades não desconhecem os custos sociais e potenciais da dependência do turismo e nem todos estão preparados para deixar suas atividades tradicionais em troca de ganho temporário. Conceder às comunidades parte dos benefícios da conservação em troca da extinção de seus direitos, de sua autonomia política e de transformação de seu modo de vida, pode não ser considerado um bom negócio para muitas comunidades tradicionais. (COLCHESTER, 2001).

Nas sociedades industriais, as necessidades básicas são quase que exclusivamente satisfeitas por bens adquiridos no mercado ou produzidos industrialmente. Este processo de produção de mercadorias é considerado, pela consciência burguesa, uma necessidade tão natural quanto o próprio trabalho produtivo. Esta seria a base para a teoria do fetichismo da mercadoria de Marx, onde o mercado se aproveita da alienação do consumidor (gerada pela carga simbólica acoplada ao objeto), para legitimar uma função social dissimulada do consumo. (MARX, 1980).

O turismo influencia, portanto, as manifestações simbólicas da cultura transformando-as em mercadorias, produtos e atribuindo a elas papéis semelhantes aos bens culturais que circulam no meio urbano. (FIGUEIREDO, 1999).

O ecoturismo vem consolidar o discurso da necessidade de aperfeiçoar o capital natural, apropriação produtiva da natureza movida pela dinâmica utilitária da economia, que busca critérios de eficiência e nível de produtividade. A idéia de sustentabilidade impressa no ecoturismo revela-se como uma estratégia para legitimar o espaço da conservação expressa somente pela ciência, não colabora com essa eficiência econômica e não assegura ganhos reais para este segmento. (SIMON, 2004).

O turismo "consome" paisagem enquanto espaço e território sem destruí-los aparentemente, mas como todo modo de produção industrial implica em destruição.

A atividade turística, como atividade econômica, está inserida num processo de produção e consumo, que pode ser fugaz e intenso. Esta atividade turística exige um ajustamento das áreas de consumo, de acordo com os padrões do mundo moderno, transformando a paisagem enquanto espaço e território em algo comercializável, portanto, não compatível com o desenvolvimento sustentável. (RODRIGUES, 1999).

Com relação ao ecoturismo, é a transformação da natureza em mercadoria que vai gerar o processo de implementação de atividades turísticas no território, ou seja, por trás destas está embutido o discurso do espaço da conservação, onde vão ser determinadas condutas e normas, referentes à utilização deste espaço.

Neste aspecto, é fundamental ter uma avaliação crítica sobre a sustentabilidade do ecoturismo, visando, desta maneira, a não caracterizá-lo como a única estratégia de conservação das populações locais. Apesar de várias experiências positivas, ele apresenta um discurso que está longe de atingir seus princípios.

Entretanto, ele pode ser considerado uma importante estratégia e instrumento de desenvolvimento para os municípios que o adotem, desde que, dentro do processo de sua implantação, sejam incorporados a participação da comunidade local nos processos de decisões e que estas não sejam tomadas por agentes econômicos do mercado que desconhecem a realidade do lugar e tentam se apropriar do território e utilizá-lo como mercadoria.

É de fundamental importância a preservação do patrimônio natural, pois, através de sua gestão sustentável, a comunidade pode continuar a ter uma renda com o turismo em Iporanga, ou caso contrário, será mais um lugar degradado pelo pensamento econômico

vigente e quando este perder sua especificidade fica a miséria, a degradação e a decadência econômica.

Esta preservação deve estar ligada a uma política de desenvolvimento local centrada na intersetorialidade na gestão pública e na diversificação de outras atividades que gerem renda e emprego e da gestão sustentável do seu patrimônio natural sempre visando a uma melhoria das condições de vida da população de Iporanga.

6.2 - O Município e a importância do desenvolvimento local

A participação da administração municipal no desenvolvimento local de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico de Iporanga é quase nula, pois não existe nenhuma política relacionada à melhoria da atividade turística e a outras atividades visando a utilizar as potencialidades naturais e culturais.

Este fato pode ser verificado nos depoimento dos agentes sociais envolvidos nesta problemática:

"Aí começa o grande problema, pois não existe nenhuma política direcionada para o turismo, pois o departamento de turismo é limitado, pois não há um orçamento para o turismo sendo que este está vinculado ao gabinete do prefeito, há no legislativo uma proposta a respeito de leis que regularizem esta atividade no município, este projeto-lei está tramitando há um ano diz respeito à regulamentação da visitação pública e a criação do Conselho de Turismo CONTUR que envolve vários segmentos do município de Iporanga, do fundo de investimentos FUNTUR que seria um fundo para investimentos, mas acontece que o prefeito não aceita a proposta, com relação investimentos a maior parte vem da parte da comunidade envolvida com o turismo, também a prefeitura se encontra em crise financeira, pois o pessoal está sem receber salários faz mais de três meses, crise esta que afeta qualquer investimento em qualquer área da prefeitura". (Valmir dos Santos em depoimento ao autor em Outubro/2003).

Outro depoimento importante vem do prefeito do município Dr. Jamil Adib Antonio no que diz respeito às políticas públicas do município:

"No momento as políticas públicas estão paralisadas, pois estamos enfrentando uma grave crise financeira na administração, pois há quase quatro meses os servidores

não recebem, pois um houve uma grave queda na arrecadação, pois neste mês tive uma arrecadação de R$ 200.000,00 e de folha de pagamento de R$ 175.000,00, esta verba é referente ao ICMS verde". (Jamil Adib em depoimento ao autor em Outubro/2003)

A falta de investimento em infra-estrutura na gestão pública da prefeitura leva a uma crise crônica que afeta grande parte da população, visto que o poder público municipal é o maior empregador.

Esta crise está evidenciada em dois aspectos políticos: o primeiro se refere às relações advindas da gestão pública no que tange ao uso da máquina administrativa, pois a burocracia pública tem sido um dos grandes instrumentos de manutenção do poder tradicional, ou seja, uma forma de obedecer cada vez menos às premissas técnicas e mais para garantir a manutenção de privilégios para grupos preferenciais.

O uso dos recursos públicos também é um mecanismo importante na manutenção e preservação do poder, pois estes recursos, ao invés de serem investidos na infra-estrutura do município e nas demandas da comunidade, são usados para satisfazer, através da troca de favores, às necessidades particulares de determinados grupos e à cooptação de lideranças locais. Esta situação é mantida através do aumento indefinido do déficit público.

Estes recursos públicos apresentam um caráter de fundamental relevância para o papel das políticas públicas e para o desenvolvimento local, pois, através de sua distribuição entre os diferentes segmentos da comunidade, podem-se perceber os conflitos entre os diferentes atores sociais em busca de recursos e a sua apropriação para atender interesses clientelistas, fato este que é percebido na realidade de Iporanga diferentemente de atender aos interesses públicos o que se denota nos precários aspectos sócio-econômicos do município.

As políticas públicas são opções estratégicas para o desenvolvimento local que devem considerar, ao mesmo tempo, a diversidade social do município, sua reestruturação produtiva e os seus efeitos sobre o emprego e o agravamento das desigualdades sociais, buscando-se alternativas que redirecionem o emprego não apenas de forma compensatória que torna seus beneficiários meros objetos da assistência, mas que os tornem cidadãos ativos, contribuindo através de novas formas de inserção social.

O segundo aspecto está ligado ao uso político das áreas sociais, pois são nestas onde se encontram as maiores demandas da comunidade. Estas áreas são privilegiadas para

práticas assistencialistas e paternalistas, ou seja, o poder público local através da concessão de favores e verbas públicas favorece segmentos da comunidade sob sua influência, fazendo-os crer que o benefício concedido é uma concessão pessoal, e não um direito ou um valor de cidadania. Este fato ajuda ainda mais a perpetuação de determinados grupos no poder.

Diante desta situação, fica evidente que é necessário um rompimento com esta postura política que inviabiliza o desenvolvimento do município e uma melhoria das condições de vida de sua população, contrapondo-se à tradição autoritária que desconhece a existência de interesses públicos, assim como se contrapor às práticas clientelistas, corporativas e oligárquicas através da descentralização e da participação.

Políticas e processos de descentralização e gestão local têm em comum um cenário que é o território, que aparece como aglutinador de contradições, desequilíbrios e distanciamentos da intervenção estatal centralizada e burocrática em relação à sociedade local. É assim que se vê a descentralização como um instrumento adequado para o uso e a redistribuição mais eficientes dos escassos orçamentos públicos e como possibilidade de reversão de tendências globalizantes dos projetos de planejamento. (SILVA, 1996).

Como aponta Coelho, (2000), um dos caminhos da descentralização nasceu de movimentos sociais e se consolida nas experiências democráticas, com controle social e construção de uma esfera pública cidadã, estas foram legitimadas a partir de experiências como o orçamento participativo, a bolsa-escola, os centros de cidadania e a rede de acessos aos serviços públicos. (COELHO,2000)

Diferente do projeto do governo federal que descentraliza administrativamente para os municípios a responsabilidade pela área social, mas não descentraliza os recursos.

Outro aspecto importante é a democracia participativa, onde cada ator social é co-responsável pelas ações de interesse comunitário. Estes tipos de participação impõem que as organizações públicas direcionem suas prioridades no atendimento das distintas demandas geradas pela comunidade.

Participação significa aqui tomar parte das decisões e responsabilizar-se pelas decisões tomadas: Os cidadãos são responsáveis pelo interesse público e, ao mesmo tempo, sujeitos de processos de mudanças.

Conforme Tenório, (1996), a orientação técnica para atender a essas demandas passa, necessariamente, por um processo de implantação de políticas públicas em que a cidadania esteja presente, desde a etapa da elaboração do projeto até sua avaliação de impacto. (TENÓRIO, 1996)

O território local é o espaço onde as políticas e projetos políticos podem integrar e onde a participação da sociedade favorece o controle social sobre o desenvolvimento, constituindo-se como *locus* privilegiado do cidadão. (SILVEIRA et al, 2002).

Enrique Leff destaca que a gestão ambiental participativa também é um importante instrumento de participação, pois ela propõe a oportunidade de reverter os custos ecológicos e sociais da crise econômica, a possibilidade de integrar população marginalizada num processo de produção para satisfazer suas necessidades fundamentais, aproveitando o potencial ecológico de seus recursos ambientais e respeitando suas identidades coletivas. Assim vão surgindo "iniciativas descentradas" para construir uma nova racionalidade produtiva, fundadas na prática de manejo múltiplo, integrado e sustentado dos recursos naturais, adaptadas às condições ecológicas particulares de cada região e aos valores culturais das comunidades. (LEFF, 1998)

Outro aspecto fundamental para o desenvolvimento das potencialidades do município de Iporanga é a importância do desenvolvimento local centrado na intersetorialidade e na diversificação de outras atividades além do turismo, pois esta questão ganha um novo significado ao se articular com a idéia de território e controle social que pode conduzir os diversos elementos sociais e políticos para dentro de um contexto onde o controle social seja possível.

O desenvolvimento local é entendido como uma estratégia de intervenção social que busca, diante dos impactos da globalização, novas alternativas de desenvolvimento mais sustentáveis e mais protagonistas, que respondam aos desafios do desemprego e da exclusão social. (SILVEIRA et al, 2002 pg 263).

Apesar das limitações da administração municipal, conforme Dowbor, (1997), é possível a implementação de ações que rompam "os circuitos fechados de acumulação" e gerem emprego e renda. Para o autor, a idéia de desenvolvimento deve ter como ponto central "o ser humano e os" interesses coletivos da maioria "e envolve qualidade de vida,

socialização do poder, acesso aos serviços públicos e aos benefícios da tecnologia". (DOWBOR, 1997)

O desenvolvimento local pressupõe um novo paradigma de desenvolvimento humano e uma nova forma de gestão pública tendo como ponto de partida os recursos locais.

A noção de desenvolvimento local se contrapõe à estratégia de desenvolvimento "por cima", de caráter concentrador e baseado na grande empresa. Trata-se de um novo enfoque "de baixo para cima", de caráter difuso, com diversas fontes de propagação e efeitos de fluência e sustentado por fatores não somente econômicos, mas também sociais culturais e territoriais. (COELHO, 2000).

As principais características deste novo enfoque de acordo com (COELHO, 2000) são:

- Maior preocupação com distribuição de renda, sustentabilidade ambiental, melhoria de qualidade de vida, melhoria de relações de trabalho e satisfação das necessidades básicas;
- Potencialização dos recursos próprios;
- Desenvolvimento mais equilibrado territorialmente;
- Descentralização política e gestão democrática local;
- Iniciativas de desenvolvimento local de articulação do tecido produtivo e de geração de trabalho e renda para enfrentar a pobreza e a segregação social;
- Criar um entorno institucional, econômico, social, político, cultural e ambiental para desenvolver o potencial local.

A ênfase sócio-ambiental que anima atores que expressam novas dinâmicas advindas da sociedade civil, e os elementos de crise da relação estado-mercado, constitui um ponto de partida na construção de referências de desenvolvimento sustentável. Este ponto de partida vincula-se à identificação das redes e fóruns que, desde a sociedade, interferem nas ações que podem abrir outros rumos de desenvolvimento, repercutindo nas políticas públicas e impulsionando sua transformação. (SILVEIRA e BOCAYUVA, 2000).

O desenvolvimento local expressa uma estratégia territorial diante do impacto da fragmentação econômica e socioespacial gerada pelas novas redes e fluxo econômicos que

surgem nesta transição para um regime de acumulação flexível. Esta dimensão territorial se expressa num caminho de construção social nos quais se desenvolvem formas distintas de cooperação. (COELHO, 2000).

A tradução prática da valorização das redes horizontais para a construção de uma nova esfera pública, em uma de suas manifestações mais completas, está no desenho e implementação de agendas de desenvolvimento local. Em processos dessa natureza, atores sociais articulam iniciativas, operam num plano temporal planejado sobre temas e questões escolhidas, monitoram, avaliam e redefinem suas ações, sendo impossível que, neste esforço coletivo e heterogêneo, a diversidade se perca ou o conflito deixe de atuar, junto com o consenso mínimo que alimenta a continuidade das interlocuções. (SILVEIRA e BOCAYUVA, 2000).

Saindo dos centros urbanos em direção a municípios de pequeno e médio porte, segundo Caccia Bava, (1994), destaca-se o potencial das iniciativas econômicas locais tomadas por governos democráticos, levando em conta uma série de experiências recentes, como a de Janduís (RN), Icapuí (CE), Ronda Alta (RS) e São José do Triunfo (PR). A construção de redes alternativas de comercialização de produtos nativos – visando a romper com redes de intermediários - e o incremento de atividades com potencial de dinamização econômica e distribuição de renda são alguns dos exemplos destacados pelo autor. Desse modo, são citados como indicativos de estratégia de desenvolvimento local o seguinte: cooperativas de produção e comercialização de bordados, redes ou produtos agrícolas; cooperativas de pesca e comercialização; consórcio para uso de equipamentos agrícolas; projeto de turismo não predatório.

Em Iporanga outras atividades podem ajudar na diversificação da economia e ajudar além do turismo como a agroecologia, o manejo sustentável do palmito Jussara, a criação de cooperativas de artesanato, a extensão rural voltada para a pequena propriedade familiar e a piscicultura. Esta diversificação é importante, pois se houver uma queda nos fluxos de turismo na região devido a uma crise do setor ou da economia que afete os fluxos turísticos, os impactos na local seriam minimizados.

A consolidação desses processos dependerá do fortalecimento da capacidade organizativa das próprias comunidades. Também requererá uma clara vontade política por parte dos órgãos estaduais e municipais para apoiar estas alternativas de desenvolvimento,

oferecendo apoio técnico e financeiro básicos para a inovação e aplicação de novas técnicas para o fortalecimento destas novas formas de organização produtiva e no fortalecimento do desenvolvimento local.

Os processos de desenvolvimento local mostram que a identidade territorial, assim como a sinergia social, não devem ser entendidas como algo que simplesmente existe devido a uma determinada conjugação de fatores geográficos e circunstâncias, mas sim como algo que é construído historicamente. Esta identidade surge como resultado de processos políticos, sociais e culturais, que fazem com que os habitantes de determinado território consolidem a percepção do fato de que apesar das diferenças e divergências que possam ter, também têm fortes afinidades e muitos interesses comuns. (COELHO, 2000).

Essa perspectiva traz no seu fundo questões ético-políticas decisivas como o fortalecimento de uma cidadania plena e a integração dos temas da agenda sócio-ambiental e da agenda econômica, hoje separadas pela cultura que ainda prevalece nas estratégias de desenvolvimento.

Os elos entre pobreza e desigualdade exigem, para a sua superação, a aposta em enfoques diferenciados e combinados de ações de desenvolvimento orientadas para o futuro. É esse sentido que leva a uma revalorização do local como espaço para a integração de políticas públicas sob uma perspectiva de sustentabilidade, visando à criação e consolidação de padrões alternativos e inovadores de desenvolvimento. (SILVEIRA, 2000).

Também assinala a ruptura de algumas características centrais da gestão pública no Brasil como: centralização decisória e financeira, fragmentação institucional, atuação setorizada, clientelismo, padrão verticalizado de tomada de decisão e gestão, burocratização e padronização dos procedimentos, exclusão da sociedade civil dos processos decisórios, impermeabilidade de políticas e das agências estatais ao cidadão e ao usuário e ausência de controle social e de avaliação de políticas públicas, esta também colocada em termos de desenvolvimento econômico em determinado território. (COELHO, 2000).

Trata-se de fazer surgir uma nova prática institucional, contrapondo-se à prática burocrática, distante da realidade, sem compromissos com resultados. É trabalhar para modernizar as instituições que devem planejar e programar ações integradas a partir das necessidades reais da população, utilizando canais concretos de participação e decisão da comunidade. Redefinir as relações de poder político com a sociedade civil, envolvendo os

vários segmentos sociais (conselhos, comissões, fóruns) representativos e legítimos, na administração dos conflitos e na construção dos consensos estratégicos para o desenvolvimento integrado. A nova prática institucional exige credibilidade, transparência, sentido de missão e visão do desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento que causa transformações. (ZAPATA et al, 2002).

Neste contexto é importante a participação popular através de mecanismos onde cidadãos ativos de uma comunidade lutem para garantir a existência do caráter democrático de novos espaços como os conselhos, pois conforme Gohn, (2004), eles são um sistema que mistura democracia direta com representativa; dizem respeito aos mecanismos de representação política onde existe o envolvimento dos indivíduos como cidadãos políticos ativos, construtores de consensos, por meio de processos de diálogos interativos realizados no decorrer dos processos de participação, na geração e elaboração de políticas públicas. (GOHN, 2004)

Outro aspecto importante dentro do enfoque do desenvolvimento local é a intersetorialidade como elemento de gestão partindo da necessidade de desbloqueio dos limites setoriais dentro e fora da administração municipal rompendo com o tratamento setorizado e burocrático que o planejamento assume historicamente no Brasil.

Desta maneira, as prioridades são definidas a partir de problemas da população, cujo equacionamento envolve ações integradas de vários setores, pois, segundo Junqueira, (2000), a prática intersetorial requer uma ampla negociação, alcançando uma dimensão transetorial a partir das possibilidades de criar novos olhares e instaurar novos valores, considerando o respeito às diferenças e à incorporação das contribuições de cada política social na compreensão e na superação dos problemas sociais. (JUNQUEIRA, 2000)

Intersetorialidade é aqui entendida como a articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações, com o objetivo de alcançar resultados integrados em situações complexas, visando a um efeito sinérgico no desenvolvimento social. Objetiva promover um impacto positivo nas condições de vida da população, num movimento de reversão da exclusão social. (JUNQUEIRA, 2000)

Na abordagem intersetorial, percebe-se que os problemas da sociedade devem ser considerados como um conjunto único, do modo como eles se apresentam no cotidiano da sociedade, e que devem ser tratados na sua totalidade.

No entanto, vemos que eles se apresentam de um modo que o Estado, ou qualquer outra organização sozinha e com conhecimentos especializados e fragmentados, não consegue trabalhar uma solução para os mesmos devido à complexidade do modo como eles são percebidos na sociedade.

As estruturas setorializadas tendem a tratar o cidadão e os problemas de forma fragmentada, com serviços executados solitariamente, embora as ações se dirijam à mesma criança, à mesma família, ao mesmo trabalhador e ocorra no mesmo espaço territorial e meio-ambiente. Conduzem a uma atuação desarticulada e obstaculizam mesmo os projetos de gestões democráticas e inovadoras. O planejamento tenta articular as ações e serviços, mas a execução desarticula e perde de vista a integralidade do indivíduo e a interrelação dos problemas. (CKAGNAZAROFF e MOTA, 2000)

Dinâmicas dessa natureza permitem vislumbrar a intersetorialidade não apenas como desdobramento, e tampouco um ponto de partida artificialmente construído, mas como um elemento da formação de uma nova matriz de produção política pública, que não é em si o desenvolvimento local, mas que é uma de suas condições de possibilidade. (SILVEIRA, 2000 p-259).

Para implantar uma nova lógica na gestão pública municipal, no entanto, é preciso decisão política, pois implica em romper com o velho estilo que reflete, na organização municipal, uma determinada estrutura de poder.

É importante também promover, como estratégia para a implementação do desenvolvimento local, a superação da dimensão dos fatores puramente econômicos sendo visto como uma melhora na qualidade de vida dos moradores da localidade, mas também incorporar, juntamente com o econômico, as dimensões social, política, cultural e ambiental na promoção de políticas públicas.

Diante deste quadro e o significativo potencial que Iporanga contém em sua identidade territorial, através de suas vantagens comparativas de um rico patrimônio natural e cultural, levando em consideração, a inclusão da população local na participação dos processos de decisão e na atuação de uma administração municipal comprometida com o desenvolvimento econômico local, há um caminho para melhorar os aspectos sócio-econômicos do município que apresenta um dos piores índices do Estado de São Paulo.

Este fato deve estar atrelado, porém, a uma mudança de visão baseada na racionalidade capitalista dominante, da lógica do mercado, da homogeneização da cultura, da exclusão social e a degradação dos recursos ambientais para uma outra lógica baseada numa racionalidade ambiental.

Esta racionalidade ambiental não é a extensão da lógica do mercado à capitalização da natureza, mas resultante de um conjunto de significações, normas, valores, interesse e ações socioculturais; é a expressão do conflito entre o uso da lei (do mercado) por uma classe, a busca do bem comum com a intervenção do Estado e a participação da sociedade civil num processo de reapropriação da natureza, orientando seus valores e potenciais para um desenvolvimento sustentável e democrático. (LEFF, 2004).

7.0 - Considerações Finais

Apesar desta pesquisa em alguns momentos de seu desenvolvimento caminhar no sentido de apontar algumas alternativas, isto não quer dizer que estas sejam o único caminho e também que estas alternativas não têm o sentido de serem uma "verdade" maior que a verdade dos outros.

Porém ela se prima em uma autocrítica ao papel do pesquisador junto à comunidade, ou seja, de como transformar um trabalho acadêmico em "algo mais", pois é muito importante ter um comprometimento com a comunidade, de forma a não enxergar somente os interesses do pesquisador, mas também entrelaçar estes com os das pessoas que ali vivem.

Diante deste contexto, seguem algumas considerações a respeito da formação territorial, do papel político local, das ações do estado na região e seu rebatimento no município de Iporanga.

A formação territorial do município de Iporanga está associada a vários fatores que influenciaram o seu desenvolvimento. Basicamente, estes fatores estão associados às condições históricas e aos problemas estruturais da região do Vale do Ribeira que interferiram na organização sócio-espacial do município.

Os fatores que contribuíram para a condição periférica do município de Iporanga e do Vale do Ribeira, em relação a outras regiões mais desenvolvidas, são os seguintes: o crescimento da economia cafeeira paulista que se desenvolveu mais intensamente na região de Campinas e no Planalto Ocidental Paulista, assim como a abertura da estrada de ferro Santos-Juquiá; o declínio e o fechamento do porto de Iguape; a deficiência de infra-estrutura urbana; a incorporação de antigas áreas estagnadas da cafeicultura pelos fluxos da economia-urbana industrial e o desenvolvimento de novas formas capitalistas, relegaram ao município de Iporanga a produção de recursos naturais como empreendimentos ligados ao setor mineral e do extrativismo vegetal através da exploração do palmito.

Enquadra-se, neste contexto, o Vale do Ribeira e o município de Iporanga, pois a origem de sua estagnação está ligada, conforme Muller, (1980), ao modo como a produção e a distribuição do café (expansão agrícola, malha viária, urbanização, industrialização incipiente e políticas estatais) impuseram-se no Estado de São Paulo, marcando o

aproveitamento das áreas agrícolas submetidas ao seu campo de hegemonia, residem aí precisamente as bases para o entendimento dos mecanismos que produziram bolsões de estagnação no interior da economia paulista. (MULLER, 1980)

Iporanga deixou de ser importante entreposto de fluxo de mercadorias para o Planalto, pois com a inauguração da Ferrovia Santos-Juquiá, em 1914, há uma reorientação do eixo de transporte do fluxo de ocupação e mercadorias que vai aos poucos deixando de ser o Rio Ribeira e passa a ser a ferrovia. Também desponta como fator negativo o assoreamento do Porto de Iguape devido à abertura do canal do Valo Grande, que reduz o fluxo de mercadorias via litoral sul e planalto.

Com a nova incorporação ao capitalismo urbano-industrial no período de 1960 a 1970, das áreas estagnadas, a região do Vale do Ribeira passa a produzir produtos agrícolas como banana e chá para consumo na capital paulista, implementando neste processo a industrialização da agricultura onde passam a conviver relações sociais capitalizadas, como assalariamento do trabalhador agrícola com formas pré-capitalistas que utilizam agricultura de subsistência.

Neste contexto, houve melhorias da infra-estrutura viária implementada pelos órgãos governamentais, estas vão propiciar condições favoráveis para o desenvolvimento dos fluxos de capitais e da incorporação da região a esta nova dinâmica capitalista.

Mesmo assim o município de Iporanga não se inclui neste processo de incorporação capitalista ligado à industrialização da agricultura, pois em seu território não se instalam empreendimentos agrícolas com sua produção voltada ao abastecimento da cidade de São Paulo ou mesmo para a exportação de produtos, mas se instalaram mineradoras, que iniciam um processo de exploração dos recursos minerais do município como: a galena, o calcário e outros minérios, que se encontram em seu subsolo.

O município de Iporanga atualmente apresenta um quadro de pobreza extrema e um baixo desenvolvimento econômico, o que pode ser verificado em seus indicadores sócio-econômicos e nas suas condições de infra-estrutura.

Os indicadores nas áreas de saúde, educação e das condições de vida como o IRPS apresentam baixos resultados, embora Iporanga mostre alguns avanços com relação a alguns indicadores ambientais como o saneamento básico, ampliação dos sistemas de esgoto e a coleta de lixo.

A malha viária municipal e as estradas que ligam Iporanga a outros municípios encontram-se em más condições de uso, fator este que está ligado ao processo de formação territorial do município, pois desde sua formação sócio-espacial o transporte e a comunicação são fatores chaves que colaboram para a manutenção do isolamento, o que hoje limita as atividades econômicas como o turismo e o escoamento de produção agrícola.

Nota-se claramente uma melhora nas condições ambientais direcionadas pelo incremento de infra-estrutura básica tanto do poder municipal quanto por parte do poder estadual.

Há falta e deficiência, ainda, de políticas sociais e investimentos em equipamentos sociais. Este fato reflete-se na baixa infra-estrutura viária, na necessidade de aumento do número de leitos hospitalares, uma vez que o município de Iporanga possui elevado índice de mortalidade infantil particularmente na população de 0 a 1 ano de idade, como também a falta de uma política de geração de emprego e renda para a região e para o município por parte dos governos municipal e estadual.

O poder público municipal mantém-se inoperante com relação à implementação de políticas sociais que visam ao desenvolvimento econômico e à inclusão da grande parcela da população rural, a qual vive em condições de extrema pobreza em Iporanga, apesar de receber uma arrecadação proveniente do ICMS ecológico, devido ao município possuir em seu território vários espaços protegidos em formas de unidades de conservação. Também recebe outras receitas provenientes do Estado e da União.

A arrecadação de ICMS ecológico não está vinculada a ações de caráter ambiental, podendo ser investida em outras áreas como a saúde, educação e no combate à fome.

Mas infelizmente a administração pública municipal não tem essa preocupação, pois suas ações voltam-se exclusivamente par atender interesses exclusivos da elite local através de práticas clientelistas, que beneficiam políticos, ao quais fazem parte de sua base de composição na câmara municipal com "agrados", usa a prefeitura como "cabide de emprego", empregando um grande número de pessoas e cooptando lideranças locais, visto que a prefeitura municipal é o maior empregador do município inchando, desta forma, a folha de pagamento, o que contribui para a deterioração dos investimentos em áreas básicas e do atendimento da população como saúde e educação.

Além disso, o poder público municipal responde por processos junto ao Ministério Público devido à má gestão pública, à contratação de obras e serviços e à admissão de pessoal que provocaram o aumento das despesas e excedente incompatível com o programa orçamentário.

A falta de diferenciação entre o público e privado através do qual não apenas o público é privadamente apropriado, mas também as relações políticas são percebidas como extensões das relações privadas, com a superposição do poder pessoal, o político normatiza as relações de favor, o clientelismo, o paternalismo, como práticas usuais, e preside a concepção dominante do que é política, denominada também de coronelismo.

Esta distinção entre a esfera pública e a privada, que se encontra ao longo de nossa história, está ligada à centralidade que o domínio rural exerceu na gênese da formação social brasileira e na estrutura da propriedade agrária, pois, conforme Holanda, (1984), o Estado que resulta desse processo de formação social, centrada no meio rural, não expressa a ruptura com a família patriarcal, a transgressão da mesma, necessária na configuração de duas ordens que essencialmente distintas, mas antes representam sua continuidade. (HOLANDA, 1984)

Esse modelo de autoridade era tão poderoso que foi transferido para o domínio público e acabou fornecendo o parâmetro através do qual se formam concepções de poder, respeitabilidade, de obediência e de coesão que fundamentam nossa sociabilidade, constituindo a noção de autoridade pública no Brasil. (GECD, 1999).

Fato este relevante na política do município de Iporanga com relação à utilização do patrimônio público para a perpetuação de interesses privados e políticos locais.

Além dos fatores históricos e estruturais que imprimem ao município de Iporanga uma pobreza estrutural, contribuem também para a manutenção deste quadro os fatores político e cultural que perpetuam a reprodução de formas arcaicas de poder local, os quais colaboram ainda mais para a deterioração da situação econômica e social do município, visto que somente os interesses da elite local são atendidos deixando sua população em estado de abandono, pobreza e miséria.

Outro fator importante para o desenvolvimento do município de Iporanga diz-se do papel do Estado na implantação de políticas sociais, juntamente com a participação da população no alocamento de prioridades, pois cabe ao Estado intervir ativamente nas

formas de acesso e mobilidade que permitam mudar mais rapidamente as condições sociais de vida da população atuando sobre a pobreza estrutural quanto a conjuntural e através de ações de curto prazo, que visem a mitigar os efeitos mais perversos da situação de pobreza, porém ações desta natureza requerem decisões políticas cruciais e o estabelecimento de conflitos com grupos.

As políticas voltadas para a redução da pobreza requerem ações de intervenção unilateral do Estado como garantia concreta da observância de direitos sociais dos cidadãos, pois na ação do Estado, que se dirá se a política social será apenas um reflexo da legitimação do *status quo* da reprodução dos mecanismos de manutenção da miséria e da desigualdade social mantidos pelo capitalismo ou se um efetivo instrumento de mudança social.

A política social de combate à pobreza estruturalmente enraizada tem natureza distinta. Tem por objetivo eliminar a destituição, num espaço de tempo definido, incorporando os despossuídos aos circuitos regulares da vida social e compensando, no entretempo, as principais carências que põem risco à sobrevivência e à sanidade das pessoas. (ABRANCHES et al, 1987).

A ação do Estado, porém, no município, foi totalmente complicada, visto que as suas políticas sociais, principalmente as de caráter ambiental, vieram a colaborar na manutenção do quadro de pobreza de Iporanga devido à exclusão da população na participação e na implantação destas políticas que não levaram em conta o espaço social destas comunidades e no engessamento de seu modo de vida baseado na agricultura de subsistência.

Percebe-se, ainda, que falta entre alguns setores governamentais com relação à implantação e às gestões de áreas naturais a inclusão das comunidades no processo de decisão, o qual deve estar baseada nos entendimentos das atitudes locais, ou seja, na sua história social e ecológica.

Mas apesar desta atuação nota-se também por parte de alguns órgãos governamentais, como o ITESP, políticas voltadas para a melhoria das condições de vida e de reconhecimento de áreas remanescentes de quilombos conforme pode ser constatada no depoimento de algumas lideranças entrevistadas, demonstrando desta maneira uma nova forma de encarar a problemática local.

Diante deste contexto, e apesar de inúmeros fatores negativos advindo de sua formação territorial, é possível que o riquíssimo patrimônio natural e cultural do município de Iporanga possa vir a ser um fator de desenvolvimento, desde que ele esteja ligado a estratégias de uma nova forma de gestão pública que incorpore o desenvolvimento local, a descentralização política juntamente com instrumentos de gestão como a intersetorialidade e a criação de uma agenda local.

Agenda esta que tenha como ponto de partida a dinâmica socioambiental do município, os recursos locais e a articulação entre os diferentes atores sociais que permitam a construção de políticas territoriais negociadas entre os agentes governamentais, do mercado e a população local buscando gerar transformações na economia local, criando oportunidades de trabalho e renda. Esta agenda deve estar atrelada a uma maior participação da comunidade nas estruturas de poder, tendo como referência a história, os valores e a cultura do território, como também ter a compreensão do patrimônio natural como uma potencialidade de desenvolvimento, considerando a sustentabilidade ambiental e o resgate das identidades culturais locais na gestão e ordenação do território.

Ao poder municipal cabe o importante papel de alavancar e empreender este desafio de incorporar uma nova mentalidade no trato da gestão pública e no rompimento de políticas clientelistas apesar de suas limitações e da ocorrência de fatores globais que venham gerar mudanças em seu território.

Cabe a ele, pois, pensar em novas estratégias e formas de desenvolvimento, sempre tendo como eixo fundamental o progresso desejável e dando enfoque na prioridade aos investimentos sociais nas áreas de educação, saúde, transporte coletivo, habitação, saneamento básico, proteção ao meio ambiente e no combate à pobreza e à miséria, promovendo a participação, a discussão dos objetivos e das diretrizes na formulação de políticas públicas municipais.

O poder municipal tem o caráter de construir uma política local que influencie o futuro, o que pressupõe novos arranjos institucionais, a implementação de uma gestão participativa, ou seja, encarar os desafios das mudanças advindas da intersetorialidade, como também dar relevância aos valores da solidariedade, da justiça e da inclusão social.

Esta política local, conforme Vainer, (1986), deve estar baseada em alguns pressupostos e estratégias como:

A- A redução das desigualdades e melhoria das condições (materiais e imateriais) de vida das classes e grupos sociais oprimidos e explorados através das transferências de recursos (materiais e simbólicos);

B- O avanço e radicalização de dinâmicas sociais, políticas, culturais, que propiciem a organização e as lutas populares e, de modo geral, a constituição de sujeitos políticos coletivos expressando interesses, segmentares e gerais, das classes e grupos sociais oprimidos e explorados;

C- O enfraquecimento dos grupos e coalizações dominantes, envolvendo desde a desmontagem de mecanismos tradicionais de reprodução de seu poder (clientelismo) até à desarticulação de suas alianças horizontais (no Estado e na região) e verticais (com grupos nacionais e internacionais), passando também por desarticulação das redes (inclusive dentro da administração pública) e dispositivos (também legais) que favorecem à privatização de recursos públicos e à captura de vultosos recursos extraídos diretamente ou indiretamente da população, através de posições monopolistas (adquiridas quase sempre, pelo exercício do poder político, pela troca de favores entre famílias e pela corrupção).

Por fim, é necessário neste processo a adequação desta política e sua implementação em conformidade com a realidade e a diversidade cultural do município de Iporanga através do resgate do território como "espaço vivo", pois este processo prepara e também desenvolve o campo da ação integrado e da participação social na organização do espaço e nos conflitos advindos das disputas pelo poder no território.

É ele o poder ,porém, que se encontra mais próximo do cidadão e onde este, através de sua participação e às vezes da pressão através de lutas e da organização de movimentos sociais, tem maior capacidade de produzir transformações na melhoria de sua qualidade de vida.

Como também levar em consideração o sentido de governança que, conforme Akermam, (2000), não se apresenta ainda propriamente como teoria, mas como um

conjunto de enunciados e princípios gerais baseados em observações de praticas e problemas no campo da gestão urbana, em geral, e no âmbito de serviços e setores em particular. (AKERMAM, 2000)

A importância da governança, qualquer que seja o tema abordado, não são os meios técnicos e científicos nem mesmo os recursos financeiros e humanos que fazem falta no mundo atual, mas a capacidade de combiná-los e orientá-los para assegurar o pleno desenvolvimento individual e coletivo e que isso pressupõe o desenvolvimento ativo de novos saberes e competências. (MORIN, 2000)

Este é o desafio de Iporanga para o século ora se inicia

8.0-Anexos

ANEXO –1 Entrevistas (1° Fase)

Procedimentos Metodológicos

Nesta pesquisa foram utilizadas como procedimento às entrevistas com os atores sociais que estão envolvidos diretamente na dinâmica sócio ambiental do município de Iporanga-SP, estas visaram por priorizar a observação direta do cotidiano e dos eventos públicos e políticos tendo como objetivo verificar a percepção dos fatos relacionados aos principais políticas adotadas no município, aos conflitos referente ao uso e utilização da patrimônio natural e cultural com o intuito de verificar e de analisar como os diferentes atores sociais vivenciam e interagem com estes fatores

.Estas entrevistas foram abertas e realizadas sem a utilização do gravador baseadas na informalidade evitando assim o constrangimento dos sujeitos da pesquisa., os temas estruturais das entrevistas foram:

-Dados pessoais;
-Reconstituição da história do município e dos principais processos econômicos que influenciaram na sua ocupação;
-Verificar os principais problemas e conflitos referentes ao uso e utilização dos recursos naturais/humanos;
-Possíveis soluções para os problemas econômicos e ambientais no município;
-Futuro do município de Iporanga.

Dentre os sujeitos entrevistados são eles: o secretário do turismo, o prefeito do município de Iporanga na esfera municipal, representantes e técnicos do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), Departamento de Recursos Naturais (DPRN), direção do PETAR e Polícia Florestal na esfera estadual, Associação de Monitores Ambientais de Iporanga (AMAIR) na esfera das ONG's, presidentes da Associação dos bairros Maria Rosa, Nhunguara, Pilões e Porto Velho (quilombolas), Bairro da Serra e Ribeirão e alguns moradores mais antigos na esfera da sociedade civil.

Entrevista 1

Esta entrevista foi realizada na sede do batalhão da Polícia Florestal de Apiaí, com o oficial encarregado do policiamento na região, Sargento Machado, residente em Itapetininga e a há pouco tempo no comando do batalhão de Apiaí

1-Qual é a área de atuação da Polícia Florestal aqui nesta região?

Sargento Machado:"Nós atuamos em cinco municípios: Apiaï, Barra do Chapéu,Itaóca, Itapirapuã Paulista e Ribeira, e Iporanga estava sobre a nossa jurisdição recentemente mas a há pouco tempo passou para o pelotão de Jacupiranga".

2-Qual a infra-estrutura que a Polícia Florestal possui, número de homens e material para realizar o seu trabalho nestes municípios?

Sargento Machado: Desculpe mas não posso lhe dar esta informação,pois ela é restrita.

3-Como é o trabalho da Polícia Florestal na região?

Sargento Machado:A função da Polícia Florestal é realizar a fiscalização e verificar o comprimento da legislação ambiental, além disso fazemos palestras nas escolas dos municípios de Apiaí e Iporanga a respeito do meio ambiente, dando noções de educação ambiental e a realização de plantios de mudas".

4-Quais são os principais problemas enfrentados pela Polícia Florestal no município de Iporanga?

Sargento Machado: "Em Iporanga, acho que o principal problema é o desmatamento através de queimadas de áreas florestadas pelos fazendeiros para o plantio (roçado), outro que também é grande é o número de solicitações aqui no pelotão de Apiaí e de denúncia em torno de 70% é a extração ilegal do palmito geralmente na área do parque (PETAR) e em outras áreas de Mata Atlântica, também aparece algumas solicitações a respeito da extração artesanal de areia no rio Ribeira mas são muito poucos os casos e a caça apare mas também são poucos os casos. Um dia destes fizemos a apreensão de quatro armas de fogo (espingardas) em um sítio, para você ter uma idéia , elas pertenciam a um vereador de Itaóca".

4-Quando vocês dão algum flagrante, como é o procedimento? E os fazendeiros que realizam queimadas para limpar a área para plantio em sua maioria são pequenos ou grandes proprietários?

Sargento Machado:"A respeito dos desmatamentos através das queimadas para limpar a área para o plantio, se os autores da infração são pegos , eles são multados conforme a legislação ambiental, também pode ser embargada e interditada a propriedade e em certos casos ele poderá ser recolhido a prisão, pois antes de realizar um desmatamento o fazendeiro deve procurar algum órgão ambiental, aqui na região o DEPRN, ou a Polícia Florestal afim de evitar sansões penais e administrativas. A maioria dos infratores são pequenos proprietários que fazem roçado para subsistência. Com relação a caça, fazemos a apreensão da arma e no caso a pessoa estiver da posse do animal caçado também apreendemos e encaminhamos para a delegacia de Apiaí para registro de um BO".

5-Como é feita a extração e a comercialização do palmito? Quem ganha com ela e qual a penalidade no caso de apreensão?

Sargento Machado:"A extração é realizada pelos pequenos agricultores , pessoas simples, que geralmente recebem um adiantamento do atravessador, ou seja, estas pessoas estão sempre ligadas ao atravessador porque possuem uma dívida com ele e elas têm que saldar está, então o fazem com a extração do palmito que é o único recurso, após o corte do palmito ele é cozido em cabanas com lonas dentro de tambores utilizando uma química

para o cozimento (ácido cítrico e água), ele é cozido e embalado, aí então ele é passado para o atravessador, ele pode ser passado para o atravessador in natura também em Iporanga este é maior tipo de apreensão, este repassa para os grandes centros urbanos geralmente para estabelecimentos pequenos(pastelarias, indústrias legalizadas,etc), então é esta parte a que mais lucra com o comércio ilegal do palmito.Quando realizamos a apreensão do palmito é feito o auto da infração e aplicada a multa ou prisão, foram fechadas duas fábricas recentemente uma em Iporanga e outra em Barra do Turvo".

6-E o palmito apreendido que destinação tem?

Sargento Machado: " O palmito apreendido em vidro não vai para a doação, pois a necessidade que seja feita a perícia para analisar se o produto está próprio para o consumo, agora já o in natura é doado para as instituições".

7- No Bairro da Serra em Iporanga pelo que sei há problemas com construções de casas com várias obras embargadas, o que acontece neste bairro?

Sargento Machado:"Grande parte dos registros no bairro se resume a desmatamento para roçado e a construção de casas ou aumento destas que são embargadas quando estão dentro da área do parque e como parte do bairro se encontra nesta área , nestas casas não podem ser feitas obras novas ou reformas, também há várias casas de turistas ilegalmente dentro da área do parque gerando assim problemas, questão esta antiga na área.

Tabela 1- Número de ocorrências no município de Iporanga-DP referenten as infrações cometidas no ano de 2000.

Município de Iporanga-SP N° de Ocorrências. Ano de 2000				
Desmatamento		Extração palmito	Pesca	Animais em cativeiro
Comum	Parque	**10**	**2**	**1**
35	**12**			

Fonte: Livro de ocorrências da Polícia florestal, pelotão de Apiaí, os dados referente a localização não são disponibilizados, pois sua divulgação é proibida, sendo estes dados quantitativos. Referentes ao anos 2000,2001,2002 e 2003, sendo que nas ocorrências de 2003 apresentam uma ligeira queda nas atividades, este fato se deve ao município de Iporanga passar para a jurisdição do pelotão de Jadcupiranga-SP

Tabela 2-. Número de ocorrências no município de Iporanga-DP referenten as infrações cometidas no ano de 2001.

Município de Iporanga-SP N° de Ocorrências. Ano de 2001				
Desmatamento		Extração palmito	Pesca	Animais em cativeiro
Comum	Parque	**4**	**3**	**1**
29	**02**			

Fonte: Idem tabela1

Tabela 3- Número de ocorrências no município de Iporanga-DP referenten as infrações cometidas no ano de 2002.

Município de Iporanga-SP N° de Ocorrências. Ano de 2002				
Desmatamento		Extração palmito	Pesca	Animais em cativeiro
Comum	Parque	1	0	0
17	.1			

Fonte: Idem tabela 1

Tabela 4- Número de ocorrências no município de Iporanga-DP referenten as infrações cometidas no ano de 2003.

Município de Iporanga-SP N° de Ocorrências. Ano de 2003				
Desmatamento		Extração palmito	Pesca	Animais em cativeiro
Comum	Parque	8	0	0
6	.0			

Fonte: Idem tabela 1

Entrevista 2

Esta entrevista foi realizada na sede regional de Apiaí-SP do Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais com o Engenheiro Florestal Eduardo Fernando S. Cerqueira, responsável pelo órgão.

1-Quais são os municípios abrangidos pela regional de Apiaí do DEPRN e qual sua função?

Eduardo Fernando S. Cerqueira: "Os municípios que fazem parte desta regional são 06, entre eles se destacam: Iporanga, Ribeira, Barra do Chapéu, Apiaí,Itaóca e Itapirapuã Paulista, a função do DEPRN está ligada em dar orientações referentes as atividades de uso e exploração dos recursos naturais em especial a flora e fauna, principalmente quando houver casos que há a necessidade de supressão da vegetação nativa e intervençõpes em áreas de preservação permanentes como:nascentes, beira de rios, topos de morros com declividade acima de 45° e licenciamento ambiental também ajudamos na fiscalização de crimes ambientais, pois quando detectados por nossos técnicos encaminhamos para a Polícia Florestal quando necessário. Estamos exatamente atuando aqui nesta área já faz um ano de funcionamento."

2-Quais os principais problemas ambientais enfrentados pelo DEPRN no município de Iporanga?

Eduardo Fernando S. Cerqueira:"No município de Iporanga um problema constante são os desmatamentos freqüentes realizados por fazendeiros para o roçado, outro problema também são a venda de terras irregulares que se encontram dentro da área de Parque e da APA da Serra do Mar, estas na maioria não possuem o título de posse, recentemente recebi uma requisição do Ministério Público para realizar uma vistoria em todas as pousadas construídas em áreas do Parque (PETAR) e no seu entorno, há alguns casos de extração ilegal de palmito e retirada de plantas nativas medicinais e ornamentais da Mata Atlântica".

3-Estes problemas com relação a construção irregular já data de algum tempo no Bairro da Serra próximo ao PETAR, há alguma possibilidade de resolução dos mesmos?

Eduardo Fernando S. Cerqueira: O bairro da Serra é na realidade um problema, pois o conflito com relação a ocupação das áreas é antigo, e hoje há um grande crescimento do bairro e conseqüentemente o aumento do número de lotes sendo que alguns se encontram dentro dos limites do parque.

4-Como é o trabalho do DEPRN com a questão dos desmatamentos?

Eduardo Fernando S. Cerqueira:"Nós damos plantões para informações aqui na sede de Apiaí para retirar dúvidas esclarecer com relação aos procedimentos que devem ser adotados, como: antes de realizar uma queimada procurar a gente, que fazemos um levantamento da área e se não for verificado nenhuma irregularidade com relação as áreas de preservação permanente delimitamos uma área para o a realização do plantio e damos a autorização evitando assim algum problema com a polícia Florestal a qual cabe a parte de fiscalização, porém as vezes as pessoas não nos procuram por não tem condições de locomover até aqui na sede. Quando verificamos irregularidades é lavrado um auto de infração e aberto um processo. ".

5-Há algum tipo de outra atividade como a mineração atuando no município de Iporanga?

Eduardo Fernando S. Cerqueira:"No município de Iporanga atualmente a atividade de mineração está praticamente paralisada tendo somente uma cascalheira na estrada de Iporanga –Barra do Turvo, sendo que na região a umas seis ou sete pedriras para extração do calcário e de areia".

6-No ano passado estive na estrada de Iporanga e Barra do Turvo e pude verificar que em determinado trecho existe um lixão do município de Iporanga, este está localizado ao lado de um córrego e não há nenhum tipo de tratamento para o mesmo . Como está a situação deste lixão?

Eduardo Fernando S. Cerqueira: " É realmente aquela área estava em condições bem degradadas e inclusive com o risco eminente de contaminação deste córrego com a o xorume, devido a denúncias a Prefeitura Municipal de Iporanga foi notificada para realizar a retirada do lixo daquela área e arrumar uma nova área para a destinação dos resíduos sólidos em forma de aterro sanitário, sendo que esta área do aterro já foi providenciada pela prefeitura, em quanto a área próxima ao córrego está sendo recuperada, porém neste novo aterro da prefeitura pelo que estou sabendo eles estão ateando fogo no lixo o que é proibido, sendo que preciso fazer uma visita a este aterro "

7-Quais são os principais parceiros e projetos em que o DEPRN está envolvido no município de Iporanga ou na região?

Eduardo Fernando S. Cerqueira:"Promovemos palestras sobre licenciamento ambiental., fomentamos a recuperação de áreas degradadas através do plantio de árvores de espécies nativas e exóticas, também há o projeto Olho Verde que visa a fiscalização e monitoramento da cobertura vegetal por meio de imagem de satélite, há também um convênio com o governo alemão (PPMA) que repassa uma verba para fiscalização e infra-

estrutura na compra de material relativo a este aspecto (vêiculos, rádios,etc), neste convênio também está envolvido o levantamento da cobertura vegetal por fotografias áreas na escala de 1:35.000 do Vale do Ribeira e Baixada Santista.Outro projeto que participamos em parceria com poutro órgãos como: o Instituto florestal, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros é a operação Mata fogo que visa desenvolver medidas que previnam os incêndios florestais no período de junho a Outubro".

8-Neste convênio com o governo alemão o dinheiro enviado pode ser usado para outros projetos que envolvam o desenvolvimento da região, melhoria da qualidade de vida da população local?

Eduardo Fernando S. Cerqueira: Não este dinheiro só pode ser usado na fiscalização e na melhria da infra-estrutura para a fiscalização através da compra de equipamentos (veículos, rádios, etc)

Entrevista 3

Esta entrevista foi realizada com o Sr. Valdemir Santos, vulgo Peixe Frito, Secretário Municipal de Turismo do município de Iporanga e Presidente da Associação dos Monitores Ambientais de Iporanga (AMAIR).

1-Como você vê o crescimento do turismo no município de Iporanga?

Valmir Santos: "O crescimento é muito bom para a população de Iporanga, visto que,não há outra possibilidade econômica a não ser o emprego público,pois 80% da área do município está nas mãos do Estado em formas de unidades de conservação o que acaba sendo uma problemática para o município".

2-Quais são as políticas e os investimentos feito pelo município com relação ao turismo em Iporanga?

Valmir do Santos: "Aí começa o grande problema, pois não existe nenhuma política direcionada para o turismo, pois o departamento de turismo é limitado, pois não há um orçamento para o turismo sendo que este está vinculado ao gabinete do prefeito,há no legislativo uma proposta a respeito de leis que regularizem esta atividade no município, este projeto-lei está tramitando a um ano diz respeito a regulamentação da visitação pública e a criação do Conselho de Turismo CONTUR que envolve vários segmentos do município de Iporanga, do fundo de investimentos FUNTUR que seria um fundo para investimentos, mas acontece que o prefeito não aceita a proposta, com relação investimentos a maior parte vem da parte da comunidade envolvida com o turismo, também a prefeitura se encontra em crise financeira, pois o pessoal está sem receber salários a mais de três meses, crise esta que afeta qualquer investimento em qualquer área da prefeitura".

3-Há algum investimento por parte do Estado em infra-estrutura como me parece o que está acontecendo na estrada Iporanga –Apiaí (SP-165)

Valmir Santos: No caso do asfaltamento a maioria da população daqui é a favor, mas com relação a obra que você viu na estrada, pelo que sei me parece que havia o dinheiro para asfaltar este trecho, aí houve uma briga entre os prefeitos do CODIVAR, e Iporanga era para ser asfaltada até o Bairro da Serra e a parte que passaria no parque seria solo-cimento, mais aí ficou solo-cimento todo o trecho.

4-A secretaria tem parcerias com outros agentes, donos de pousadas, empresas de turismo, etc?

Valmir Santos:"Não há parcerias, mas alguns donos de pousadas se organizam e ajudam em alguns eventos, principalmente com relação aos monitores ambientais, que trabalha, com as pousadas, mas estamos tentando buscar uma parceria mais ativa com o pessoal do Instituto Florestal conversar com o Mário Nunes chefe dos parques no Vale do Ribeira".

5-Quantos monitores ambientais fazem parte da AMAIR e como se dá o seu trabalho com os turistas e como é relação da associação com o parque?

Valmir dos Santos:"No município há 160 monitores , 40 deles estão cadastrados, pois há um aumento da procura dos excursionistas por monitores ambientais, a maioria deles trabalham com as pousadas, pois quando chegam turistas elas chamam alguns monitores da associação ou da ASA que são os monitores do Bairro da Serra. O trabalho deles se dá em levar os turistas aos atrativos e realizar uma explicação sobre o formação das cavernas e sobre as histórico de Iporanga, além de dar algumas informações a respeito da segurança para se andar nas cavernas.Com relação ao parque ele contrata durante algum tempo alguns monitores que trabalham com os turistas na visitação de cavernas, mas são poucos, pois o Instituto Florestal tem poucos funcionários no parque então eles contratam alguns monitores.

6-Como é feita a formação dos monitores ambientais?

Valmir Santos: Foram feitos cursos de formação para monitores ambientais aqui e no Bairro da Serra, o pessoal que capacita os meninos geralmente são de ONGs e de algumas universidades como também do pessoal ligado a espeleologia, nestes cursos são abordados vários tópicos geologia, biologia, segurança e outros, pois para guiar os turistas para a visitação ou para outros atrativos eles precisam ser aprovados no curso.Pois só podem acompanhar turistas quem possuir curso de monitor ambiental.Agora este mês há um encontro de monitores ambientais do Vale do Ribeira em Ilha Cumprida-SP, vamos tirar alguns representantes para mandar , pois estes encontros são importantes para eles terem contato com outros monitores ambientais de outras cidades do vale para trocarem experiências

7-Houve um acidente no Carnaval com um monitor ambiental e alguns turistas o que aconteceu?

Valmir do Santos: É aconteceu com o filho do Saturnino que era monitor ambiental, me parece que estava levando alguns turistas para a caverna Casa de Pedra, e eles estavam fazendo um trecho de corda e que havia água, aí me parece que choveu forte na cabeceira

do rio que corta a caverna e pegou eles, ele conseguiu tirar dois turistas, mas quando tentou tirar o último , não conseguia e ambos morreram, ele foi um heróis, pois salvou a vida das duas pessoas, este é um risco que o monitor corre e não tem nenhuma proteção, mas para você ver como é arriscado trabalhar de monitor ambiental..

8-Me fale porque a caverna está interditada?

Valmir dos Santos: Sim ela está interditada desde do dia do acidente, foi fechada para visitação, me parece que o pai do rapaz que morreu está processando o parque, a visitação está liberada até o portal e não pode mais adentrar a caverna fazer sua travessia, me parece também que o Ministério Público Federal chamou a direção do parque e deu um ultimato, O IBAMA através do CECAV também está no pé da direção para o parque realizar um plano de manejo, pois no PETAR ele não existe, houve uma reunião estes dias da direção do parque,. do CECAV, da SBE me pare que lês tem que realizar um levantamento das condições de segurança dos atrativos, pois o Ministério Público deu um prazo para eles realizarem o plano de manejo, acho que é até 2007, se for realizado neste prazo o Ministério fecha o parque.

9-O que você acha que melhoraria a vida da população de Iporanga?

Valmir dos Santos: Eu acho que se não houvesse tanta ingerência do parque no município, a situação melhoraria, pois devido ao meio ambiente, não se pode fazer na da na cidade, não se pode fazer, um roçado , tem muito minério aqui e não pode ser explorado, então fica difícil, ,pois o Estado também não indeniza os fazendeiros que possuem terras na área do parque e que já estavam lá antes da implantação do parque e também não indenizam as mineradoras, aí fica difícil só nos resta o turismo, pois a população aqui é muito pobre.

10-Com o crescimento do turismo há uma pressão sobre a infra-estrutura, como no caso do Bairro da Serra, houve um grande crescimento do número de pousadas e em certas épocas ou feriados a população do bairro triplica ou até mais, como fica o esgoto, pois o bairro não tem rede e ele vai direto para o rio?

Valmir dos Santos:Este é assunto que estamos trabalhando, mas o caso do bairro da Serra é problemático, pois é uma antiga reinvidicação da população do bairro a rede de esgotos,há um projeto de rede de esgoto e de uma estação tratamento, mas para a SABESP realizar o trabalho há a necessidade de haver um mínimo de ligações, me parece que o bairro não atinge esse mínimo necessário para a implantação da rede., aí está o problema.

Entrevista –4

Esta entrevista foi realizada na sede da Prefeitura Municipal de Iporanga, com o Dr.Jamil Adib Antonio, advogado, 67 anos, prefeito do município e residente na região a 20 anos quando comprou uma propriedade no município.

1-Como o Sr.vê o turismo hoje em Iporanga?

Jamil Adib Antonio: Vejo um grande potencial turístico, por estar dentro das unidades de conservação, mas por isto vejo um grande fortalecimento dos ambientalistas, pois qualquer atividade,ou idéia que surgi é uma forma de agressão ao meio ambiente, pois a prefeitura quer arrumar estradas , e aí vem a ânsia dos ambientalistas que já acham que está havendo uma agressão, também quero consertar algumas pontes para melhorar o acesso da população, e também fico de mãos amarradas, não podendo arrumar como em áreas que já existia alguma infra-estrutura como no Bairro da Serra e no Ribeirão. Para você ter uma idéia neste bairro o Ribeirão há uma ponte que se fosse finalizada melhoraria a estrada abrindo um caminho para Guapiara, hoje para você ter uma idéia o sujeito tem que andar 70 Km para ter acesso a SP -250 com esta estrada daria uns 30 Km havendo um qanho de 40 Km, para você ter uma idéia, para a fiscalização da Mata Atlântica a Polícia florestal , o pessoal do parque conseguiram 10 carros e você olha para o município e só vê uma ambulância antiga e que quando quebra causa transtornos para a população. Já fazem quase 20 anos que estou brigando com os ambientalistas, pois devido a estes o município está estagnado devido as várias restrições e o povo aqui do município que é muito pobre as vezes está passando fome, pois também não podem fazer nenhum roçado para sobreviver que daí vem a polícia florestal e multa

2-Já que o senhor está falando de estrada , Vindo de Apiaí para cá vi que a estrada SP-165 Apiaí –Iporanga está em obras, há planos para asfalta-la?

Jamil Adib Antonio: Esta estrada era para ser asfaltada, mas esta história de solo cimento é que nem pegar um velha de 95 anos e passar batom, você dá uma ajeitadinha, mas ela ainda continua velha,o custo para ela ser asfalta é de Cr$ 5.000.000,00, pois houve a a venda da Comgás no valor de Cr$ 95.000.000,00, deste valor Cr$ 47.500.000,00 ficou com o governo do Estado e o restante no total de Cr$ 47.500.000,00 enviado para os município do Vale do Ribeira através do Fundo de Desenvolvimento do Vale do
Ribeira, fiz duas propostas para o governo, uma que seria o asfaltamento do município de Iporanga até o Bairro da Serra perfazendo um total de 15 Km, mas aí já viu, resolveram fazer esta estrada de solo-cimento, ou seja não se sabe o que aconteceu com o dinhieiro se foi para outros municípios ou se foi para outro "lugar", pensei em fazer uma denúncia a res[peito da arrecadação de verbas, pois poderia ter resolvido o nosso problema.

3-Quais são as políticas públicas para o desenvolvimento do município?

Jamil Adib Antonio: No momento as políticas estão paralisadas, pois estamos enfrentando uma grave crise financeira na administração, pois a quase quatro meses os servidores não recebem, pois houve uma grave queda na arrecadação , pois neste mês tive de arrecadação Cr$ 200.000,00 e de folha de pagamento Cr$ 175.000,00, esta verba é referente ao ICMS-verde, também recebi uma intimação do juiz pois tenho que repassar Cr$60.00,00, para a Câmara Municipal em época de crise, eles "pensam" muito na população, e o povo passando necessidades, pois o emprego público é o maior empregador aqui. Então você imagina a situação do município., também estou com um grave problema a respeito com os médicos e convênios, pois gostaria muito de tentar algumas parcerias com as universidades, para mandar estudantes de medicina para atender a população, pois o salário de um médico está em torno de Cr$ 4.500,00 e ainda assim não encontro pessoas dispostas para trabalhar no município, estes dias atrás também recebi uma interdição da vigilância sanitária, devido

a disposição do lixo hospitalar, a Santa casa é mantida integralmente pela prefeitura, ela possui 02 ambulância , uma está quebrada, oi Iveco e uma Toyota qué doação do Programa de Saúde do Trabalhador do governo federal, todos os remédios oferecidos pela Santa Casa também são mantidos pela prefeitura.Também a prefeitura mantém a entrega de 100 cestas básicas para a população carente, e mantém frentes de trabalho no momento estas pessoas estão sem receber.

4-Qual a relação da prefeitura com os outros municípios?

Jamil Adib Antonio: A relação com os outros municípios vizinhos aqui são boas com relação as áreas de saúde e no empréstimo e uso de máquinas com Barra do Turvo, Ribeira e outros.

5-O Senhor acha então que é a questão ambiental que trava o desenvolvimento do município e um melhoria da qualidade de vida da população?

Jamil Adib Antonio:Sim acho, pois esse município antes da implantação do parque possui uma população bem maior tinha fábricas de palmito, mineração, e a as pessoas podiam plantar que não havia problemas, hoje os ambientalistas não deixam você fazer nada, pois tudo é agressão ao meio ambiente, pois estes tempos comecei a melhorar e limpar a estrada para o bairro Praia Grande, que faz 30 anos que está aberta, o tribunal de justiça está me processando por tentar melhorar a estrada que passa dentro de u quilombola. Também tentei melhorar o estrada que vai para Maria Rosa num projeto junto ao ITESP, mas só problemas, pois sempre há o choque entre prefeitura municipal, Estado e os ambientalistas. Quando fui fazer um comício em Bombas para umas 50 pessoas. Você conhece? Já ouvi falar mas não tive a oportunidade de conhecer, então espero que você não tenha, para mim chegar levei quase quatro horas andando numa trilha e quando cheguei lá vi o estado de calamidade que o pessoal vive, mas falei para eles que nunca mais voltaria lá, pois quase tive um infarto para chegar no local, depois me denunciam que deixava as crianças 5 Km longe da sua casa,pois a perua não chega porque não tem estrada. No bairro da Serra tem o senhor que não está podendo mais plantar porque tem uma caverna próxima de seu roçado, caverna que ele mesmo encontrou, aí vem o IBAMA e fala para ele que não pode mais roçar naquele local, que é o entorno da caverna, este senhor que está naquela área a 40 anos,imagina a sensação de revolta deste senhor. Também estive num encontro no Mato Grosso para discutir com outros prefeitos o decreto 750 da Mata Atlântica, ái teve a explanação mostraram o Vale do Ribeira, a Juréia,, a caverna do diabo e depois a de Santana, depois disso pedi a palavra, peguei no microfone e comecei a falar "vocês assistiram a explanação voces viram a Juréia fica na minha região muito bonita, a caverna do Diabo fica no município vizinho ao meu, a caverna de Santana fica no meu município é maravilhosa, mas toda esta beleza que vocês viram sobre o Vale do Ribeira esqueceram de dizer que é muito grande o bolsão de pobreza e que o povo está passando fome", depois disso o pessoal me aplaudiu, eu só olhava para a cara do Clayton que também estava neste encontro, ele não acreditava no que eu estava dizendo.

6-Com relação aos donos de pousadas e os monitores ambientais, há alguma parceria juntamente com a prefeitura com relação ao desenvolvimento do turismo na cidade?

Jamil Adib Antonio:Estes dias os monitores me pediram um ônibus para irem num encontro em Ilha Cumprida, eu falei para eles que daria somente o ônibus e que o óleo diesel eles teriam que arcar, saíram bravo daqui, com relação aos donos de pousadas, tive uma reunião com eles no mês passado, eles me pedem investimentos , melhorias, mas quando falei que elês tinham que recolher os impostos, que não pagam, ficaram todos revoltados comigo, então as pessoas só vêm na prefeitura pedir , mas também tem que cumprir com suas obrigações e ver que a prefeitura no momento em que se encontra não pode colaborar em vista de prioridades mais importantes para a população.

7-Como o Sr.vê o futuro de Iporanga?

Jamil Adib Antonio: Passando esta fase de crise, e as coisas retornando a sua normalidade , Iporanga tem um futuro promissor, desde que os ambientalistas aceitem serem mais flexíveis ,com relação ao meio ambiente , dêm uma oportunidade para povo iporanguanse sobreviver como sempre fizeram, mesmo dentro das adversidades e com a prefeitura podendo realizar suas idéias, desatravancando o ,nó do nosso desenvolvimento.

Entrevista- 5

Entrevista realizada com Pedrinho, 53 anos, lavrador, Presidente da Associação do quilombo Pilões no município de Iporanga-SP.

1-Quantas famílias residem neste quilombo?

Pedrinho:Residem neste quilombo 26 famílias, que são descendentes de escravos

2-Há algum tipo de política com a finalidade de ajudar o quilombo, tanto por parte da prefeitura como por parte do Governo do Estado e de ONG's?

Pedrinho: Com relação a prefeitura , ela não tem ajudado muito a comunidade ela está abandonada, pois na área da saúde se encontra um caos,não há médico na Santa Casa de Iporanga, e quando há a necessidade de socorrer alguém tem que ser levado para Eldorado ou para Pariquera-Açu, com relação a escola ela funciona bem atende as crianças de 1° a 4° séries e possui a pré-escola, outro problemas que há aqui na comunidade foi a retirada de um orelhão que tinha aqui, pois a comunidade se sente isolada, pois as vezes precisa falar com alguém resolver algum problema e não tem como.Com relação ao ITESP, eles atuaram na demarcação do quilombo e temos uma relação de respeito e parceria, pois eles possuem alguns projetos que às vezes podem servir para nós da comunidade aqui de Pilões.

3-Qual os principais problemas existentes no quilombo?

Pedrinho: Acho que um problema que se destaca e a presença de palmiteiros dentro da área do quilombo e em algumas áreas do parque Intervales que é nosso vizinho, quando isto acontece a polícia florestal vem atrás deles e também verificam a situação dos roçados, pois a gente queria deixar o palmito se criar, a gente cortava os palmitos grandes e deixava os pequenos, mas os palmiteiros cortam tudo, o outro é a saúde que já'falei com você, antes tínhamos problemas com o roçado, mas agora a situação já está resolvida

4-Como era esta situação dos roçados e como está agora, já que você disse que o problema está resolvido ?

Pedrinho: Antigamente tínhamos um grande problemas com relação as roças, a gente não podia fazer roçado que era contra a lei, este fato inviabilizou a vida de muitas famílias aqui do quilombo, pois para elas a única forma de sobrevivência de sua família é roçado, já que na cidade não tem emprego e a única coisa que o pessoal daqui sabe lidar é a agricultura, mas hoje a coisa já melhorou bastante, pois hoje o morador escolhe a área do roçado, aí o ITESP faz a demarcação da roça e o DEPRN, registra, legaliza e dá a autorização, mas este local tem que obedecer algumas regras como não estar localizado na beira dos rios e em pico de serras, e ái a polícia florestal fiscaliza se o roçado tem autorização ou não.

5-E com relação ao turismo, vocês têm alguma pretensão de trabalhar com os turistas?

Pedrinho: A comunidade aqui é muito pobre, e ela não está interessada, pois não tem como receber os turistas, ou seja não possuímos nenhuma infra-estrutura para receber.

6-Com relação as outras comunidades quilombolas há uma articulação entre vocês e elas com relação aos problemas que vocês enfretam?

Pedrinho: Temos uma relação boa com as outras comunidades principalmente com o pessoal de Ivaporanduva, Maria Rosa e outros, pois é importante a gente se manter unido para conseguir melhorar a vida das comunidades quilombolas, também participamos da reunião do MOAB (Movimento dos Atingidos pela Barragens) para dar um força com relação a questão da Barragem, pois aqui no Vale é grande a briga por causa da construção de barragens, pois estão tentando contruir no Rio Ribeira uma barragem para gerar energia para uma empresa de alumínio do Antonio Ermírio de Moraes, esta barragem se contruída irá afetar os quilombos de Ivaporunduva, Sapatu e André Lopes em Eldorado e de Praia Grande em Iporanga.

Entrevista- 6

Entrevista realizada com Áureo Antonio da Silva, motorista da prefeitura municipal de Iporanga e Presidente da Associação do Bairro Maria Rosa área considerada como quilombo no município de Iporanga.

1-Qual o número de famílias que habitam o quilombo e qual a área total do mesmo e seu histórico?

Áureo Antonio da Silva: O numero de famílias são em torno de 18 e área total do quilombo é de 3.500 há e o quilombo teve sua formação quando escravos fugidos das fazendas aqui da região se refugiaram seguindo rio acima dos Ribeirão Pilões, mas área ainda enfrenta problemas referente a titulação, temos o titulação de posse, mas ainda não está registrado, pois há posseiros na área que ainda não foram indenizados e entraram na justiça, os que foram indenizados pelo Estado saíram da área

2-Você disse que há fazendeiros ainda dentro dos limites do quilombo, este fato gerou algum conflito com respeito a pose da terra?

Áureo Antonio da Silva: Tem alguns fazendeiros que já receberam indenizações e foram embora, e outros que não, com estes a gente não tem nenhum problema, pois ao questão está na justiça entre eles e o governo, mas agora estes tempos apareceu um velhinho se dizendo dono de uma parte das terras do quilombo, ele nunca esteve aqui na região, não tem o título de posse e se diz dono , armou uma barraca próximo ao rio e fica ameaçando as pessoas da comunidade, inclusive ele soltou o gado em nossas terras e este invadiu nossa estufa de plantação de palmito que tinha muitas mudas, perdemos a maioria das mudas, e o pessoal está com medo dele, não sei porque eles tem medo de um velhinho, mas me parece que a questão está na comarca de Eldorado esperando o parecer do juiz.

3- Qual a infra-estrutura que o bairro possui com relação, educação , saúde e outros serviços?

Áureo Antonio da Silva: No bairro há uma escola, um centro de convivência que estamos terminando de construir, mas o principal problema hoje é com relação a saúde a comunidade está isolada, pois não há mais médicos que passam por aqui, antes tinha um que passava e visitava o bairro, hoje não há mais e a situação em Iporanga está muito ruim, pois não há médicos na cidade, qualquer caso de acidente que acontecer tem que socorrer em Eldorado, além disso os servidores da prefeitura estão a quase três meses sem receber, então voce imagina como está a situação, consegui o material de construção para erguer o centro de convivência a muito custo com a prefeitura que doou o cimento , o resto foi dinheiro da comunidade e meu, outro problema é a estrada de acesso ao quilombo, como você viu a estrada está em péssimo estado, e quando chove fica praticamente intransitável, o que dificulta a vida das pessoas que moram aqui já reinvidicamos várias vezes para a prefeitura passar a máquina, mas devido aos problemas financeiros, a falta de tudo óleo para o trator, gasolina, peças, etc

4-Quais os projetos e as políticas adotadas por órgãos públicos, ONG's e instituições de ensino em parceria com o quilombo?

Áureo Antonio da Silva: Aqui no quilombo , nós desenvolvemos alguns projetos para gerar alguma renda e ajudar na subsistência da comunidade, temos os tanques de criação de peixes, que no momento estão sem peixes pois tenho que pegar o alevinos, tem a plantação e criação de mudas de palmito, que conforme eu lhe contei está parada por causa do velhinho, O ITESP também cedeu algum material para nós como o calcáreo para correção do solo, mas também deu uma sementeira que não teve nenhumas utilidade para nós , porque o pessoal aqui pratica outro tipo de agricultura, que não necessita da sementeira, o ITESP também está com um projeto de fabricação de casa de barro, inclusive estes dias deve ter uma reunião em Eldorado com os outros quilombos da região para tirar os representantes que irão visitar o local onde foram feitas as casas para ver se realmente elas são boas, com relação a prefeitura a coisa está muito difícil, temos também uma boa relacão com o pessoal do Intervales, também estamos estudando a realização de um plano de

manejo para o quilombo, com a finalidade de definir áreas para plantio, e áreas que podiam ser visitadas por turistas.

5- Nesta andada com você pude reparar que a região aqui do quilombo é muito bonita, possui o rio Pilões que o margeia muito bonito, com águas claras, uma vasta riqueza cultural que é o modo de vida de vocês e a arquitetura da construção das casas de pau a pique,vocês tem pretensão de receber turistas aqui ?

Áureo Antonio da Silva:A gente tem sim a pretensão de trabalhar com o turismo, mas antes a gente quer realizar o plano de manejo, a área aqui realmente é muita bonita tem o rio Pilões que o pessoal de Iporanga vem pescar aqui nos finais de semana, dá muito peixe, dá para descer o rio de bóia que passa em vários trechos muito bonitos, tem algumas cavernas na área do parque e próximas aos quilombos que podem ser visitadas e além disso tudo há a nossa cultura quilombola, os pilões na preparação do arroz e outros condimentos, o modo de vida rural e quilombola através da herança deixada pelos nossos ancestrais, também o pessoal do Intervales disse que dá a maior força mandando turistas que visitam o parque ir para o quilombo mas desde que nos organizemos para receber os turistas, tenho a idéia de receber os turistas no centro de convivência, mas falta alguns problemas para receber os turistas, como o acesso, como já te disse as estradas de acesso para o quilombo são muito precárias, se a prefeitura ajudasse daria para agilizar esta visitação, ach0o que seria muito interessante esta relação com o turismo.

6-Vocês não têm medo de o turismo atrapalhar o tipo de vida aqui do quilombo, ou seja, alterar a forma que pessoal vive aqui?

Áureo Antonio da Silva:É por isso que estamos querendo realizar o plano de manejo e a comunidade daqui acha a idéia boa, pois os mais jovens podem guiar os turistas e falar sobre a nossa história ganhando um dinheiro, mostrar a riqueza natural aqui da região e o pessoal pode produzir alguma coisa para vender para os turistas como artesanato, comidas típicas e outras coisas.Isto irira ajudar muito o pessoal daqui que só vive de roçado para a sua sobrevivênvia.

7-Como é a relação de vocês com a questão ambiental, o uso da terra para plantio e outras restrições que a lei ambiental impõe, caso aqui comum aqui no Vale do Ribeira?

Áureo Antonio da Silva:A luta foi grande contra os ambientalistas e a Secretaria do Meio Ambiente, pois não deixavam as pessoas do quilombo fazerem nada, não podiam fazer seus roçados, aí a gente brigou e deixaram fazer o roçado, mas não podia realizar a queimada, aí não adianta nada, aí brigamos de novo e deixaram realizar a queimada, sendo que agora a questão do roçado ficou mais normalizada, o ITESP faz a demarcação e o DEPRN dá a autorização mas antigamente era duro viver, pois o pessoal não podia fazer roçado então extraía o palmito e vendia na cidade conseguindo desta forma sobreviver, alguns de nós que extrairam palmito e vendiam madeira vieram para a cidade e conseguiram ter uma vida mais sossegada, enquanto o pessoal que ficou no quilombo só tinha restrição com relação ao plantio e a caça tendo uma vida mais difícil, pois acho que o governo devia valorizar estas pessoas, porque são estas pessoas que realmente preservam o ambiente , pois elas não deixam retirar o palmito, os mais velhos do quilombo não deixam retirar, porque elas

sabem que os frutos do palmito, atraem vários animais como o cateto, a jacutinga e outros que vem atrás deles,para você ter uma idéia se a pessoa caçar um cateto, sua carne dá para alimentar por uns vinte dias, mas os ambientalista s e a Secretaria do Meio ambiente dizem que é crime, como é que então o caboclo vai sobreviver se não pode fazer roçado e não pode caçar?, vai para cidade virar mendigo.

8-Como é relação de vocês com os outros quilombos e o que acham da questão da construção das barragem no Rio Ribeira?

Áureo Antonio da Silva: Sempre estamos em contato com as outras lideranças quilombolas aqui da região, trocamos informações e as vezes nos reunimos para discutir alguma coisa que diz relação a todos, com relação a questão das barragem a comunidade aqui não é muito esclarecida, já as de baixo Ivaporanduva, André Lopes já são mais, mas a gente é contra por que também seríamos afetados, o represamento lá embaixo aumentaria o nível do rio ribeira e conseqüentemente o do Ribeirão Pilões o que nos afetaria, também fomos juntos com o pessoal de outras comunidades visitar outras famílias em Ilha Solteira-SP, verificamos que as pessoas estavam mais pobres e não adaptadas ao novo estilo de vida. Pois as pessoas que venderam suas propriedades vieram para a cidade, e então elas precisavam de dinheiro para comprar as coisas, aí os filhos delas que vêem as coisas na cidade e querem, aí o cidadão vê que não pode pagar, e as pessoas que ficaram no sítio pelo menos podem sobreviver fazendo seu roçado.

Entrevista 7

Entrevista realizada na sede do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), no município de Eldorado-SP, com Sr. Pedro Lima- funcionário do órgão na região que abrange os municípios de Eldorado, Itaóca e Iporanga.

1-Quais são os projetos que o ITESP tem aqui na região com relação aos quilombos e quais abrangem o município de Iporanga?

Pedro Lima: O ITESP tem desenvolvido vários projetos junto as comunidades quilombolas, temos trabalhado no desenvolvimento da agricultura familiar, no apoio a comunidade na escolha de áreas para marcação de roças e no manejo florestal, neste caso desenvolvemos o trabalho com o palmito juçara, onde as mudas são dadas para as comunidades, e elas criam em estufas e depois fazem o plantio, no caso desse projeto de manejo, estamos trabalhando com a comunidades de Pilões e Maria Rosa no município de Iporanga, também temos parcerias com outros órgãos do governo.
Outro projeto que temos são as construções de 10 casas de Taipa –pilão (barro socado) com a Secretaria de Habitação do Estado que repassa a verba para a prefeitura envolvida no projeto, que neste caso é a de Eldorado.

2-Aqui no Vale do Ribeira é muito comum os conflitos relativos a esta questão dos roçados, como se encontra esta questão atualmente e como o ITESP vem lidando com ela?

Pedro Lima: Com relação ao plantio acho que houve um avanço nesta área aqui no Vale do Ribeira, lembro que tínhamos vários problemas com os fazendeiros e com o quilombolas que queriam usar áreas para o plantio, pois derrubavam matas em áreas impróprias causando erosões, desmatavam grande ares de florestas através das queimadas e próximo aos rios , mas atualmente a coisa melhorou hoje a gente do ITESP faz a demarcação dos roçados e DEPRN dá a autorização para a plantio e a Polícia Florestal fiscaliza se estes roçados são realizados dentro dos parâmetros de sua liberação, ou seja não havendo nenhum crime ambiental, como derrubada de mata ciliar,derrubada de áreas florestadas em declives acima de 45°graus.

3-Com relação a regularização e a titulação de áreas como o ITESP procede nestes casos e como estão as situações dos quilombos em Iporanga?

Pedro Lima: O ITESP só promove a regularização e a demarcação de áreas somente em terras devolutas, atendendo a legislação em vigor, no sentido de realizar vistorias e arrecadação de terra destinadas aos projetos de assentamentos e o planejamento territorial , mas com relação aos quilombos em Iporanga, a maioria deles já possuem título de posse, mas alguns possuem problemas pendentes na justiça, ou seja, no caso do Maria Rosa há alguns fazendeiros que ainda não receberam as indenizações e estão brigando na justiça, em Nhumguara que é uma comunidade muito pobre, ás vezes o pessoal vem pedir se dá para gente levar para Registro quando alguma pessoa tem que fazer algum exame, a gente ajuda , como no caso daquela rapaz, que está ali sentado, ele está precisando ir para ter uma consulta com o oftamologista, vai num dos nossos carros que vão para Registro, ele aproveita a carona, o pessoal aqui é muito pobre e realmente não tem muitas condições, nesta comunidade também houve dificuldades para a preparação de áreas para plantio, pois houve alguns entraves com o Parque Estadual de Jacupiranga. Já no quilombo de Porto Velho que recebeu a titulação recente eles estão organizando a associação, pois para receber o título, eles precisam formar uma associação e depois registra-la. A área de Bombas está em processo de estudo e em fase de reconhecimento, se houver titulação desta área o PETAR irá perder 10% de sua área, pois o quilombo se encontra em área dentro do parque

4-Voce acha que as comunidades quilombolas com suas áreas demarcadas e tituladas ajudam a preservar o meio ambiente e seu modo tradicional de vida?

Pedro Lima: Sim, acho que no fundo estas comunidades ajudam a preservar o meio, através de seu modo de vida, pois usam um método de plantio rotativo, deixando áreas se recuperarem e utilizando outras áreas, também acho que as comunidades através de projetos com Ong´s e universidades estão buscando alternativas para o desenvolvimento de seu modo de vida e tentando preserva-lo, mas as pessoas que habitam estes quilombos passam também muita necessidade, pois aqui na região o emprego é muito pouco, e o pessoal vive praticamente de roçado de subsistência. O ITESP aqui na região também vem ajudando no fornecimento de material como semente e calcário e sempre vem dando apoio as comunidades, mas também acho que as comunidades quilombolas têm que tentar buscar outras alternativas para o desenvolvimento das mesmas , porque se não elas ficam

dependentes do Estado, não quero dizer que o Estado não deve ajudar acho que ele não pode ser também paternalista, porque as vezes há problemas financeiros corte de verbas, que afetam projetos em andamento, ou seja quando acontece isso ocorre uma paralisia e aprofunda a crise. Por isso acho importante as comunidades buscarem outras parcerias e outras alternativas.

5- A preservação deste patrimônio cultural que são os quilombos representam a manutenção de um estilo de vida e do histórico da formação territorial desta região no qual se inclui o município de Iporanga. Qual seria o futuro destas comunidades com relação ao seu desenvolvimento e se o ecoturismo seria uma alternativa?

Pedro Lima: A preservação do modo de vida das comunidades respeitando suas vontades e seu próprio enquadramento dentro dos acontecimentos tanto sociais e econômicos que venha a transformar o município e a região, são muito importantes nestes aspectos que você citou, pois preservam a história de um povo e relatam o processo no qual este povo sobreviveu nesta região, acho que o futuro das comunidades está no fato delas tentarem buscar meios que não levem ao extinção de sua cultura, através de projetos sustentáveis que gerem renda para a comunidade e não destrua o meio ambiente, o ecoturismo se for bem introduzido e se houver um plano de manejo nos quilombos deve ser encarado como uma atividade que pode contribuir para este processo, além das parcerias com os órgãos do governo e com ONG`S.

Entrevista 8

Entrevista realizada com Sr. Aguinaldo de Lima, 26 anos , Presidente da Associação do bairro Ribeirão , trabalha como monitor ambiental associado a AMAIR.

1- Quais os principais problemas que o bairro enfrenta hoje ?

Aguinaldo de Lima: Dentre os principais problemas acho que as restrições ambientais são o que mais prejudica, pois uma parte do bairro fica dentro da área do parque (núcleo Casa de Pedra do PETAR) e devido a legislação nada pode ser feito, não pode plantar um roçado sem consultar a direção do parque e não pode faze-lo em terrenos inclinado e na beira de rios, não pode construir uma casa ou amplia-la e o governo não indeniza e não dá nenhuma solução para este problema, aqui moram aproximadamente 17 famílias que moravam antes da implantação do parque, estas não possuem título e não podem conseguir financiamento nos bancos para a realização de um plantio ou compra de sementes, então a situação fica difícil. A maioria do pessoal que vive aqui sobrevive através da agricultura de subsistência plantando seu milho, feijão, mandioca e outras coisas.Também não há nenhuma infra-estrutura com relação a saúde , educação, o pessoal tem que ir para Iporanga que fica a 15 Km daqui.

2-Ao passar próximo a portaria e subindo contigo vi a estrutura de uma ponte abandonada ao atravessar o rio, qual a história daquela ponte?

Aguinaldo de lima: Aquela ponte foi feita no governo de Paulo Maluf , quando este era governador do Estado, ela ia fazer uma estrada que ia cortar 34 Km ia sair na estrada que vai para Guapiara lá em cima, sem a ponte tem que dar uma volta de 72 Km saindo daqui

indo para Iporanga para Apiaí até o Espírito Santo, ela foi abandonada pois e a idéia da estrada também pois está dentro da área do parque, e também há uma briga entre o prefeito daqui com a parque para a construção da estrada e da ponte.

3-O que você acha da construção da estrada, acha ela beneficiaria as pessoas que moram aqui?

Aguinaldo de Lima:Acho que ela beneficiaria as pessoas que moram aqui e também as pessoas que moram em Iporanga, pois elas podiam ganhar tempo para ir para Guapiara, e também melhoraria o transporte, que poderiam buscar as crianças que moram aqui para ir a escola e elas não precisariam andar até a portaria do PETAR (núcleo Casa de Pedra) pelo mato.

4-Como está o processo de montagem da associação da qual você representa?

Aguinaldo de Lima: Está indo bem, a comunidade aqui está ajudando bastante, a gente tem feito muitos mutirões, isto tem unido muito as pessoas, pois elas fazem roçado dos caminhos que as pessoas passam e ajudam nas terras uma das outras, também trazem comida para ajudar no trabalho, a associação tem uma sede que é aquela casinha branca o qual te mostrei lá embaixo, e lá que a gente se reúne, acho que a associação é muito importante, pois através dela o pessoal se sente mais importante, e é bom para as pessoas colocarem suas idéias do que pensam sobre os problemas que temos por aqui para unir ainda mais as famílias.

5-Vocês tem alguma idéia de trabalhar com o turismo com a comunidade daqui do bairro e quantas pessoas além de você trabalha com a monitoria ambiental?

Aguinaldo de Lima: Além de mim à outras duas pessoas que trabalham como monitores ambientais o maior fluxo de turistas visita a núcleo Santana lá próximo ao bairro da Serra, aqui depois que houve o acidente com a filho do Saturnino, que levava um grupo de turistas e foi apanhado por uma tromba d´água lá na cabeceira do rio que corta a caverna Casa de Pedra, no qual morreram ele e mais um turista, houve o fechamento da caverna para a visitação, ela era o atrativo mais visitado neste núcleo, após isto o movimento de turistas caiu bem por aqui, agora as pessoas podem ir através da trilha até o portal (boca da caverna) e não mais atravessa-la. Com relação ao turismo com a comunidade eu pensei em fazer um roteiro cultural no qual o turista conheceria a modo de vida das pessoas que habitam o mato, ou seja, ele faria uma caminhada em trilhas e passaria nas casas de alguns moradores, e estes poderiam mostrar como cuidam dos animais , quais as plantas que usam para sarar os problemas de doenças, poderiam fazer uma comida caipira para os turistas, vender artesanatos como cestos feitos de cipós e taquaras e assim garantir uma renda extra. Esta caminhada além de passar pela casa dos moradores passaria também em algumas cachoeiras e caverna próximas daqui.

6- Esta visitação nas casas dos moradores dos turistas não tiraria o ssossego destes e será que todos os moradores gostariam de receber esta visita, ou seja, toda hora turista, fazendo perguntando, passando, será que as pessoas não se aborreceriam?

Aguinaldo de Lima: Se for sem controle acho que você tem razão, mas a idéia seria fechar pacotes com escolas e grupos pequenos de turistas e agendar a visita, pois assim as pessoas daqui poderiam se preparar para receber os turistas e evitar o grande fluxo de turistas nos feriados e estes somente acompanhados de monitores ambientais, com relação as pessoas daqui não quererem, estas poderiam ficar de fora do roteiro e não teriam aborrecimentos com relação a visitação dos turistas.

7-Com relação a visitação das cavernas, você não acha que teria problemas com o parque, pois é ele que regulamenta esta visitação e quais são as cavernas que poderiam ser visitadas neste lado do núcleo Casa de Pedra onde se encontram as famílias que habitam o bairro?

Aguinaldo de Lima: Neste lado se encontram as cavernas Epitácio e Azuias, além de outras, acho que as visitações destas cavernas poderiam ser abertas desde de que acompanhada pelos monitores ambientais daqui do bairro que conhecem bem elas, acho que o parque deveria abrir mais cavernas para visitação, pois são poucas cavernas e a maioria se encontra no núcleo Santana, este fato abriria mais atrativos e geraria mais renda para as pessoas que trabalham com a monitoria , tanto que as pessoas da comunidade que receberiam turistas. Também poderiam se beneficiar, além disto como já disse este roteiro seria fechado, afim de evitar um grande fluxo de turista na comunidade com objetivo de manter o sossego de quem não quer trabalhar com turistas.

8-O Trabalho de monitoria ambiental que você realiza aqui em Iporanga tem sido importante para você na geração de renda para os monitores e na preservação do patrimônio natural e cultural da cidade?}

Aguinaldo de Lima: O trabalho tem muita importância para os jovens de Iporanga, pois na cidade não há muito emprego e a maioria vai embora para as cidades grandes atrás de serviços, a monitoria tem uma grande importância pois dá uma oportunidade dos jovens aumentarem suas rendas e conseguirem sobreviver e ajudar suas famílias invés de migrarem, mas seria interessante haver a abertura de mais atrativos , cavernas, trilhas, atraindo assim um maior número de turistas, também acho que a monitoria ajuda a preservar as cavernas e os lugares pois se não forem preservados não há turistas e não uma fonte de renda para estas pessoas, que irão embora tentar a sorte em outro lugar

Entrevista –9

Entrevista com o Sr., Osvaldo dos Santos, 36 anos, lavrador, representante e líder comunitário do quilombo Porto Velho, localizado no bairro Anta Gorda no município de Iporanga-SP

1-Qual a história da formação do quilombo e quantas famílias estão morando aqui atualmente?

Osvaldo dos Santos: Temos mais de 300 anos de história, eu não vou saber relata-la todinha, mas nossos antepassados estavam presente nas expedições a procura de ouro no Vale do Ribeira, da barra do rio Pardo e no rio Ribeira, segundo o laudo antropológico feito pelas meninas do ITESP, me pare que foi levantado pelo menos 140 anos de história dessa nossa ocupação nesta área.

2- Vocês receberam a titulação como área de quilombo recentemente, estou sabendo que este processo envolveu uma luta grande por parte de vocês na conquista deste título. Como foi esta luta?

Osvaldo dos Santos: Essa briga da conquista do título foi muito longa e dolorosa para a gente, pois nossos pais eram proprietários por herança das terras, aí apareceu um fazendeiro, entrou na terra alegando que tinha o título da terra expulsou os herdeiros da terra e aqueles que ficaram se viram obrigados a trabalhar para o fazendeiro, porque não tinha nenhum lugar para ir, ele se tornou proprietário de pelo menos 150 ha de terras. Nós estamos praticamente a 23 anos de conflito com este fazendeiro, porque ele usava este pessoal que ficou e seus herdeiros como empregados dele, ou seja, eles podiam permanecer na terra mas tinha que trabalhar para o fazendeiro, ele explorava a mão-de-obra destas famílias, que trabalhavam de domingo a domingo e não podiam sair para fazer outras coisas, não recebiam pagamentos por este trabalho e estávamos a sujeito a todo tipo de ameaça por parte do fazendeiro, principalmente expulsar as famílias, não deixaria as famílias mais fazer o plantio de subsistência, a gente vivia como nossos antepassados numa semi-escravidão. As irmãs da igreja , do qual participávamos nos ajudaram a enxergar esta situação e nos mostraram que tínhamos direito sobre a terra e que também tínhamos direito de receber por todos estes anos de exploração o qual fomos submetidos. A partir da daí resolvemos não mais obedecer o fazendeiro e resolvemos que ele tinha que nos pagar, e ele começou a perseguir o Américo, que entre nós era um dos mais esclarecidos sobre esta situação achando que era ele era o líder e estava gerando toda esta situação fazendo-lhe até ameaças de morte. Então com a ajuda da arquidiocese e das irmãs fomos atrás do pessoal da ITESP para fazer o estudo referente para a titulação da área como quilombo e também fomos verificar se o fazendeiro possuía a título, então descobrimos que o fazendeiro não possuía o documento de posse, a partir deste momento ficou mais fácil para o ITESP realizar o estudo, pois ele só pode verificar áreas devolutas e não áreas particulares, então o ITESP realizou o mapeamento da área e o laudo antropológico e logo seguinte a juíza concedeu a liminar dando ganho de causa para a gente da comunidade e assim a área foi reconhecida como quilombo em 16/07/2003. A partir deste momento o fazendeiro ficou muito descontente e tentou expulsar as famílias da área não deixava as famílias plantar suas culturas de subsistência colocava o gado para destruir as plantações de batata, feijão e melancia, também colocou o gado no canavial onde ficava nossa associação. Ficamos muito assustados e além disso ele derrubou uma igreja que foi contruída pelos nossos antepassados e onde a gente guardava o mantimento, este fato uniu ainda mais a comunidade, a aí fomo a polícia e fizemos a ocorrência, a imprensa de Apiaí e aqui do vale noticiou e até conseguimos através das irmãs contato com um deputado estadual do PT , o Renato Simões que levou o problema para a câmara dos deputados, pedindo uma ação do Estado a nosso favor. Depois de ocorrido este fato a gente da comunidade resolveu construir, outra igreja, foi lindo vários irmãos vindo de outras cidades e de outros quilombos vieram nos ajudar na construção de uma nova igreja.

3-Qual foi o papel do ITESP neste processo?

Osvaldo dos Santos: As meninas que fizeram o estudo aqui do quilombo foram muito boas, elas nos ajudaram e nos esclareceram de todos os processos burocráticos e relativos a justiça, nos explicaram que não poderiam realizar estudos em terras particulares, no

começo, ficamos meio desconfiado , mas depois vimos que o pessoal estava nos ajudando e ainda hoje há uma ajuda de um curso na formação de jovens e na doação de calcário e sementeiras para ajudar nas culturas realizadas pela comunidade aqui no quilombo, com relação ao pessoal doa ITESP nos ajudaram bastante neste processo de libertação da nossa comunidade

4-Como foi a reação de outros fazendeiros aqui da região quando souberam da titulação da área e que talvez o fazendeiro que tanto explorou vocês tenha que deixar a área?

Osvaldo dos Santos: A reação da maioria dos fazendeiros acredito que foi de cautela, sabemos que alguns apoiaram o fazendeiro que derrubou a igreja, talvez com medo de perderem suas terras ou descobrirem que não possuem nem título de posse de suas fazendas, mas graças a Deus podemos começar uma nova vida, com o fim do sofrimento que também nosso antepassados sentiram e construir um caminho de prosperidade para a nossa comunidade.

5-Quais são os planos e projetos de vocês para a futuro?

Osvaldo dos Santos: Vamos começar vida nova e estamos procurando parceiros que possam nos ajudar a desenvolver o quilombo e melhorar a vida da comunidade, já esteve aqui um pessoal da agronomia da UNESP de Botucatu, e eles nos propruseram uma parceria, ou seja, realizaríamos um contrato com a Natura para eles realizarem uma pesquisa nos quilombolas a respeito das ervas medicinais como plantas e flores para produzirem xampus, estamos com a idéia de fazer alguns pedidos, mas até o momento pensamos em pedir um trator para trabalhar a terra no plantio. Também estamos trabalhando a terra já como você pode ver neste mutirão que o pessoal da comunidade está realizando com o intuito de plantar e produzir. Também estamos entrando em contato com as outras comunidades quilombolas para ver as experiências que eles tiveram com relação a projetos, acho que vai ser interessante para a gente conversar com os outros quilombos, pois a gente está começando a se ajeitar para realizarmos uma nova página na vida aqui da comunidade e graças a Deus está começando a dar tudo certo para nós.

Entrevista 10

Entrevista com Sr. José Costa, lavrador e presidente da Associação do quilombo de Nhumguara localizado na divisa de município de Iporanga com Eldorado.

1-Qual o número de famílias que habitam o quilombo, e quando subi para a casa do senhor observei que há Nhunguara 1 e Nhungura 2 , porque esta divisão?

José Costa: São 91 famílias que habitam o quilombo sendo um total de 270 habitantes, a divisão que você viu lá embaixo não existe na realidade somo uma única comunidade, esta divisão me parece que foi a prefeitura que fez por causa das escolas, pois, há uma escola lá embaixo e outra aqui em cima.

2-Quais são a infra-estrutura que existe aqui no quilombo referente a educação, saúde e esta é suficiente para atender a comunidade?

José Costa:A educação hoje está bem melhor , mas já houve época que era um problema, faltava professor e a escola tinha alguns problemas, hoje está melhor há duas escolas aqui no quilombo, mas agora o problema da saúde está uma vergonha, pois o postinho que tem aqui não vem médico já faz um tempo, e quando precisa de médico vai para Iporanga, mas Iporanga também está uma vergonha, esta prefeitura não paga os salários dos funcionários há mais de três meses, e quando precisa de médico não há tem que ir para Eldorado ou Apiái, no caso aqui Eldorado fica mais perto da gente.

3-Qual são os principais problemas do quilombo ?

José da Costa: A gente teve problemas com os fazendeiros, pois recebemos a titulação de área de quilombo já fazem uns cinco anos, mas não houve indenização por parte do Estado para os fazendeiros, como aquele sítio que você deve ter visto quando desceu aqui em casa, ele é do Fioravante, está dentro de nossas terras, mas eles não saem enquanto não receberem a indenização, também há outros fazendeiros na área, que desmatam para fazer pasto para o gado ta vendo aquele ribeirão o Nhumguara, quando era criança aquele ribeirão estava sempre cheio a gente tinha que atravessar a nado para o outro lado, hoje a gente consegue passar de um lado para o outro a pé, por lá na cabeceira do ribeirão os fazendeiros desmatam para criar gado, também alguns anos atrás aparecereram umas pessoas por aqui tentando comprar a terra e me oferecendo dinheiro, disse que não vendia, eles estavam comprar as terras para depois arrendar para pasto para um fazendeiro de Campinas. Outro problema antigamente era referente ao plantio, mas hoje isto já esta bem melhor, quando a gente vai fazer roça tem procurar o ITESP, leva o orçamento e nós escolhemos o local do roçado.

4-O ITESP tem ajudado a comunidade através de algum projeto?

José Costa: O ITESP tem ajudado sim em alguns projetos, eles marcaram um dia desses uma reunião em Eldorado para a gente ir para São Paulo ir visitar e ver como são feitas as casas de taipa, também estão nos ajudando as mulheres a fazerem doce de banana, e talvez nos ajudem na compra do maquinário para fabricar o doce para a gente vender, mas este projeto ainda está no começo, se o pessoal não desanimar pode dar certo ajudar a aumentar a renda aqui na comunidade que é muito pobre, também estamos batalhando junto a eles a possibilidade de a gente conseguir empréstimo para ajudar na compra de sementes para a comunidade.

5-Qual a relação de vocês com os outros quilombos?

José costa: A gente tem uma relação boa principalmente com o pessoal aqui de Ivaporanduva, André Lopes e Batatais em Eldorado que é próximo da gente , participamos muito de reuniões quando a gente discutia o problemas da barragem esta época o pessoal era mais animado para fazer as reuniões, hoje está um pouco parado.

6-Como está a questão das barragem aqui na comunidade , e o que Sr. Acha da implantação dela no rio Ribeira?

José Costa: Acho isso uma injustiça, o IBAMA, o DEPRN não dão licença para fazer roçado, mas liberam a licença para a implantação da barragem, lembro que uma vez saíram

nove ônibus daqui juntado toda a comunidade quilombola e outras pessoas que são contra a implantação da barragem e fomos para São Paulo protestar lá na porta da Secretaria do Meio ambiente, acho que a barragem não tem futura e não ajuda nós em nada , só vai inundar a s terras próximas ao rio e além de tudo isso acho que nossa conta de luz não baixar ao contrário ela irá subir.

7-A comunidade aqui de Nhunguara pretende trabalhar com o turismo, ou seja, receber turistas, para mostrar o seu modo de vida, sua cultura e ao mesmo tempo aumentar a renda da comunidade como as comunidades de Ivaporunduva, e André Lopes, que recebem algumas escolas, e tem projetos vinculados a universidade ?

José Costa: Pelo que sei a comunidade aqui não tem interesse de trabalhar com o turismo, pois, acho que o pessoal não tem vontade de receber pessoas que não conhecem por aqui.

Entrevista 11

Entrevista realizada no núcleo Santana com o Sr.Antonio Modesto, topógrafo diretor do PETAR (Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira) ligado ao Instituto florestal do Estado de São Paulo.

1-Como é a visitação no PETAR hoje e quais são as áreas que podem ser visitadas e se a idéia da abertura de novas áreas para a visitação?

Modesto: Cresceu muito o fluxo de turistas que visitam o PETAR, para se ter uma idéia no ano de 2002 o PETAR recebeu 43.500 visitantes, dentro do parque as áreas abertas a visitação são: no núcleo Santana as cavernas, Morro Preto, Água Suja,Couto e Santana, esta somente acompanhado de guias e sua visitação é estritamente rigorosa, com número de visitantes controlado e sem poder penetrar a caverna com equipamentos como carbureteiras, somente lanternas, há as cachoeiras de Andorinhas e Betarizinho, todos estes atrativos só chega através de trilhas demarcadas, também o núcleo é cortado pelo rio Betary havendo piscinas naturais, neste núcleo há a disposição de sanitários, áreas de acampamento , lavanderia e ambulatório., este é núcleo que recebe a maior visitação , há o núcleo Cablocos existem outras cavernas e várias trilhas, o núcleo Ouro Grosso, onde há uma hospedagem e onde são realizados eventos educativos e o espaço é usado pela comunidade do bairro da Serra para reuniões e eventos e o núcleo Casa de Pedra onde se encontra a Caverna Casa de Pedra que apresenta um dos maiores pórticos de entrada com 215m. A visitação é feita também com a ajuda de monitores ambientais que residem no Bairro da Serra, que são cadastrados no parque e na suas respectivas associações, com relação a abertura de novas áreas para visitação não nenhuma idéia, pois já é muito díficil cuidar dos atrativos que já são abertos no parque, pois há problemas de turistas que visitam outras caverna de visitação restrita como a caverna dos sonhos e outras.

2-Como é a relação do parque com o monitores ambientais?

Modesto: Temos uma relação de parceria com o monitores , nós sedemos os atrativos e eles cedem a mão-de-obra, também contratamos por um curto período alguns monitores que recebem pelo trabalho e cumprem um horário no parque por um curto período, também

somo receptivos na idéia de se trabalhar o turismo cultural junto com associação dos monitores valorizando a cultura das pessoas que moram aqui.

3-Quais são os problemas que o parque enfrenta hoje?

Modesto: Temos os problemas fundiários no bairro da Serra e Ribeirão, temos recentemente o problema da falta de um plano de manejo, a falta de pessoal técnico e infra-estrutura para melhorar a fiscalização e a proteção da área a de outros.

4-Como o parque vê a questão do Bairro da Serra e do Bairro Ribeirão que são assentamentos humanos e que se encontram dentro de seus limites?

Modesto: Este é um problema fundiário que já temos a anos, no bairro da Serra há uma proposta de recuo dos limites do parque, mas ele envolve outras esferas de decisão como: como a Secretaria do Meio Ambiente e até na Assembléia Legislativa onde há um processo, de alteração , no caso do bairro da Serra uma parte foi indenizada e já é área do parque enquanto a outra parte se encontra dentro dos limites.Mas enquanto não há ainda uma resolução para a sobre a questão a gente trabalha com as comunidades através o Tac termo de ajuste de conduta onde podem ser realizados roçados desde que respeitando algumas regras como não desmatar área acima de 45o , beira de rio,etc,também procuramos sempre conversar com as comunidades ajudando-as no que for necessário

5- E como está a questão do plano de manejo do parque?

Modesto: Ele é importante para o zoneamento do parque, era para ter, mas a falta de pessoal técnico, verba, material acarreta estes problemas, pois após o acidente na Casa de Pedra , no qual fui intimado a responder ele é necessário, mas , há estes problemas, estão tentando analisar as possibilidades para a sua realização podendo ser a equipe que fez a plano de manejo da Serra do Mar (Ecovias), e outras possibilidades com pesquisadores ligados a questão , ONG`s, isto está em discussão no Instituo florestal , não há ainda certeza quanto quem vai realizar, pois os estudos em campo acarretam uma série de dificuldades, e eles são necessários para gerar subsídios para o plano de manejo.

6-Com relação a implantação do SNUC, como está este processo na gestão do parque?

Modesto: Ele não está instituído ainda, estamos montando o conselho que debaterá várias questões sobre o parque, estão sendo formados grupos de trabalho que trabalharão com so seguintes tópicos: desafetação do Bairro da Serra, a questão da visitação do parque, discutindo algumas questões como o fechamento da área de camping e um melhor controle de entrada e saída na portaria, discussão do regimento interno do conselho.

7- Quem participa deste conselho?

Modesto: Participam do conselho entidades que desenvolvem trabalho direto com o parque, Ong`s (Reserva da Biosfera), comunidades tradicionais, Sociedade Brasileira de Espeleologia, prefeituras municipais de Apiaí, Iporanga, DEPRN, polícia ambiental.

8-O parque através do Instituto florestal tem convênios com organismos internacionais que ajudam na conservação?

Modesto: Temos partipando do projeto PPMA, onde há um convênio com o governo alemão, que libera dinheiro para o custeio da manutenção do parque, referente a infra-estrutura através: carros, rádios, ou seja material que será usado na fiscalização e proteção da área do PETAR, esta convênio ajuda bastante, pois agiliza o nosso trabalho com relação a fiscalização.

9-Esta dinheiro pode ser usado em outros projetos como estudos para o desenvolvimento social e econômico da população que habitam áreas próximas aos parques?

Modesto: Não somente para a fiscalização e proteção e compra de equipamentos para este objetivo.

Entrevista 12

Entrevista realizada com o Sr. Jeremias de Oliveira Franco, 76 anos, agricultor, ex prefeito do município .

1-Como era Iporanga antigamente?

Jeremias de Oliveira Franco: Existia um grande movimento em Iporanga antigamente, pois era entreposto de abastecimento entre o planalto e as mercadorias e como os minérios retirados e levados em lombos de burro, havia um movimento fluvial que diminui em 1938 com a construção da estrada, nesta estrada houve um desvio grande , pois foi evitado que ela cortasse a Minas de Furnas. Havia um movimento para Eldorado que na época possuía outro nome Xiririca, nesta época Iporanga possui várias fábricas de rapadura, aguardente, feijão e arroz. Iporanga já foi uma cidade importante que me lembro quando era criança vinha até teatro da França para se apresentar aqui, hoje esta desse jeito , não há o pagamento dos funcionários, não há médicos na cidade, quando acontece alguma coisa mais grave é necessário levar para outra cidade. Já em 1964 Iporanga também apresentava uma condição melhor rural, pois qualquer sitiante podia plantar, aí houve a criação do parque e os problemas com o meio ambiente começaram, havia palmito em todo canto, e então o meio ambiente proibiu a roça, a partir daí houve um maior fluxo de extração de palmito, cortaro todo o palmito nesta época era prefeito da cidade, nesta época você ia na casa do sitiante ele te convidava para almoçar, hoje ele ta passando fome, pois não poder fazer mais nada para sobreviver, ou seja plantar que é a única coisa que sabe fazer. Esta questão do meio ambiente é muito engraçada, o palmiteiro vais preso, você conhece o morro da Coruja. Sim conheço. Aquele morro era cheio de vegetação, o dono da área derrubou tudo e não foi preso.

2-Nessa época não houve o episódio do Lamarca aqui na região?

Jeremias de Oliveira Franco: Sim houve, quando o Lamarca esteve andando por aqui na região, o exército tomou conta da cidade, revistou toda a população, a polícia tinha medo do Lamarca, pois houve um combate em Eldorado com a polícia. Depois deste fato Iporanga que não tinha telefone, luz elétrica, ginásio e a não havia a ponte que atravessava

o rio antigamente era uma balsa, passou a ter todas estes elementos nesta época todas as estradas municipais fui eu que fiz, também construí uma escola no Nhunguara e em Pilões, a estrada para a Barra do Turvo, a estrada de Iporanga para o bairro Ribeirão, consegui abri-la porque o dona da empresa me emprestou uma maquina e um operador, o calçamento da cidade foi o pessoal de são Bernardo que trouxe a máquina, nesta época a SUDELPA ajudou muito na melhoria da infra-estrutura.

3-E quanto a mineração aqui no município como era?

Jeremias de Oliveira Franco: A mineração poderia ser a fator de desenvolvimento do município, pois a topografia não ajuda muito na agricultura, pois há muito minério no subsolo daqui, consegui nesta época a autorização de pesquisa para as minas de Furnas, Lageado e Espírito Santo, gerava muito emprego aqui na região, o minério que extraído era chumbo, aí veio a q meio ambiente e fechou as minerações, então você imagina, as pessoas não podima mais, plantar, não podiam trabalhar na mineração pois elas foram embora, agora o governo dá uma cesta básica para estas pessoas, não seria melhor ele dar condições para estas pessoas sobreviver, aí corta verba nem cesta básica dá, o cidadão passa fome..

4-O que o Senhor acha do turismo em Iporanga?

Jeremias de Oliveira Franco: Deve haver uma maior participação das autoridades no desenvolvimento do turismo no município, lembro que me 1964 cadastrei 64 grutas para o pessoal da geologia, abri a estrada até Santana, lembro que a entrada dela era um poço só descia de corda, fomos atrás de um perito em explosivos para desterrar a gruta e conseguir abrir uma entrada para o pessoal poder entrar ma gruta. Iporanga tem um potencial turístico enorme, o futuro de Iporanga está no turismo. Tinha contato com os pesquisadores quando eles vinham eu ajudavam eles no fosse possível para explorar as grutas, até arrumei um barco, eles encontraram uma caverna e colocaram o meu nome na gruta , Gruta do Jeremias. Tentei falar com o Secretário de Turismo do Estado na época, pois fotografei as grutas e mandei as fotos, quando cheguei lá, ele me perguntou quanto eleitores tinha Iporanga e que ele acha dificil conseguir verba para implementar o turismo no município. Outro fato que acho interessante, foi quando estávamos fazendo a reforma da igreja, encontramos um material uma ossada, quando íamos mandar para as autoridades para fazerem a análise da ossada, o Chico louco, sumiu com as ossadas, achávamos que poderiam ser uma material de importância arqueológica.

5-E no bairro da Serra que recebe o maior fluxo de turismo aqui de Iporanga devido a sua proximidade com a entrada principal do parque no núcleo Santana o senhor não acha que haverá problemas ?

Jeremias de Oliveira Franco: Pelo que sei abriu muita pousada por aqueles lados, eles andam recebendo muito turista, mas acho que o problema fundamental no bairro é a falta de infra-estrutura básica para comportar o número de turistas que tem procurado o bairro como hospedagem, como saneamento básico devido ao esgoto ir para o rio Betari.

6-Quais são os outros problemas que senhor vê em Iporanga?

Jeremias de Oliveira Franco: Acho que aumentou muito o número de meninas que já são mães solteiras na cidade, umas meninas novas e já são mães , não terminam, os estudos, outro problema que apareceu recentemente de alguns anos para cá, foi a existência de drogas, este a fato algum tempo atrás não havia este problema no município , além dos problemas com o meio ambiente do qual já falei com você.

ANEXO-2 Requerimento de Informações nº273 e 274

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 273, DE 2003.

Requeremos, nos termos do artigo 20, inciso XVI, da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 165, inciso IV, da XI Consolidação do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, que esta Douta Mesa oficie o Exmo. Sr. Secretário Estadual de Segurança Pública para que adote as devidas providências no sentido de que sejam fornecidas a esta Casa de Leis, no prazo constitucional, as seguintes informações:

1. Quais as iniciativas da Secretaria de Segurança Pública no sentido de agilizar as investigações e incriminar os responsáveis pelo atentado sofrido pela Comunidade Quilombo Porto Velho, no Municipio de Iporanga, Estado de São Paulo, no dia 22 de junho de 2003, quando tiveram sua Capela destruída?

2. Quais as iniciativas desta Secretaria no sentido de garantir a segurança física e cultural da comunidade, bem como a paz e a tranqüilidade para os moradores do Quilombo Porto Velho e da região?

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento visa recolher informações sobre as investigações realizadas por esta Secretaria de Estado no sentido de apurar os responsáveis pelos atos de violência vividos pelas comunidades quilombolas em nosso Estado e, em especial, a Comunidade Porto Velho.

Como é do conhecimento de Vossa Excia., a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo realizou a Audiência Pública: **Novos caminhos para as comunidades quilombolas,** no dia 30 de maio passado, com a presença de cerca de 130 pessoas de 27 comunidades, com o intuito de promover o debate entre os líderes quilombolas e representantes do governo estadual e órgãos federais, no sentido de encontrar soluções para os graves problemas enfrentados por estas comunidades, impedidas de viver em paz nos seus territórios tradicionais.

Durante a Audiência, representantes das comunidades fizeram relatos detalhados da situação de perseguição e ameaças constantes por parte dos proprietários rurais da região, impedindo-os inclusive de realizar as tarefas fundamentais para a sobrevivência física da comunidade, como lidar com as roças, cuidar dos animais e coletar matéria prima para a produção do artesanato.

Posteriormente, no dia 26 de junho, durante a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos, o Bispo Arquidiocesano de Registro, Dom José Luiz Bertanha, representantes da Comunidade Quilombo Porto Velho e a advogada Irmã Maria Sueli Berlanga, apresentaram um relato falado e um dossiê de fotos, sobre o delito contra a Comunidade.

A Comunidade Quilombo Porto Velho mantêm a posse da área por mais de 140 (cento e quarenta) anos, há muito tempo se queixa de receber constantes ameaças de expulsão de sua terra por parte de Benedito Barbosa de Andrade, que alega ser proprietário das terras. Este conflito vem há muito tempo. Várias áreas de roças foram tomadas de

integrantes da comunidade. Por ocasião das enchentes ocorridas em 1.997, no Rio Ribeira de Iguape, algumas casas foram destruídas e as famílias buscaram abrigo em casas de parentes e conhecidos.

Quando voltaram para reconstruírem suas moradias foram impedidas pelo Sr. Benedito Barbosa Andrade, forçando os moradores a ir para as cidades mais próximas em busca de emprego e lugar para se abrigar. Na comunidade havia mais de 40 famílias. Hoje restam 10 e estas vêm sofrendo toda sorte de perseguição.

Até o presente momento o pedido de liminar que visa garantir condições de sobrevivência para os moradores da Comunidade ainda não foi julgado. Devido à situação econômica precária da comunidade, seus membros trabalharam como meeiros do Sr. Benedito Barbosa de Andrade, sem nunca, porém, ter deixado de produzir suas próprias lavouras.

No dia 22 de junho de 2003, num domingo, o senhor Benedito Barbosa de Andrade mandou sua filha Domingas com o seu amásio Adilson e seu filho menor destruírem a Capela da Comunidade. Jogaram para fora os dois oratórios, onde se encontravam os santos da devoção da Comunidade, retiram as telhas de brasilite levando-as para a casa de um dos seus empregados e com uma marreta passaram a destruir as paredes. Os moradores foram informados por um deles, que ouviu o barulho das marteladas. Não foram até a capela por medo que o grupo estivesse armado. Foram até um telefone mais próximo e ligaram para a Delegacia de Polícia da cidade de Iporanga. Foram orientados a chamar a polícia da cidade de Itaóca e, assim o fizeram. Quando a polícia chegou, a capela já havia sido destruída e o grupo destruidor ainda se encontrava lá. Um membro da Comunidade começou a fotografar e recebeu ameaça de Domingas, que lhe disse: *"vocês verão o que vai acontecer com vocês, nesses dias"*. Os membros da Comunidade recolheram os oratórios e as imagens dos santos na escola que fica ao lado da Capela. A Polícia encaminhou os destruidores e alguns membros da Comunidade para a Delegacia de Itaóca onde foi lavrado o Boletim de Ocorrência.

Diante do exposto, apresentamos o presente requerimento.

Sala das Sessões, em

a) **RENATO SIMÕES**

Publicado no D.O. E.; Poder Legislativo, São Paulo, 113 (122), quarta-feira, 02 de Julho de 2003

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 274, DE 2003.

Requeremos, nos termos do artigo 20, inciso XVI, da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 165, inciso IV, da XI Consolidação do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, que esta Douta Mesa oficie o Exmo. Sr. Secretário Estadual de Justiça e Defesa da Cidadania para que adote as devidas providências no sentido de que sejam fornecidas a esta Casa de Leis, no prazo constitucional, as seguintes informações:

1. Quais as iniciativas desta Secretaria no sentido de agilizar as investigações e incriminar os responsáveis pelo atentado sofrido pela Comunidade Quilombo Porto Velho, no Município de Iporanga, Estado de São Paulo, no dia 22 de junho de 2003, quando tiveram sua Capela destruída? E em relação a cerca erguida por Bendito Barbosa de Andrade impedindo que os membros da comunidade tivessem acesso as suas roças quando a lavoura estava quase pronta para ser colhida, inclusive, soltando o gado na lavoura destruindo-as totalmente?

2. Quais as iniciativas desta Secretaria no sentido de agilizar a titulação e a regularização fundiária das terras quilombolas da Comunidade Porto Velho, em cumprimento aos preceitos constitucionais?

3. Quais as iniciativas desta Secretaria no sentido de garantir a segurança física e cultural da comunidade, bem como, promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão social do Quilombo Porto Velho?

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento visa recolher informações sobre as investigações realizadas por esta Secretaria de Estado no sentido de apurar os responsáveis pelos atos de violência vividos pelas comunidades quilombolas em nosso Estado e, em especial, a Comunidade Porto Velho.

Como é do conhecimento de Vossa Excia., a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo realizou a Audiência Pública: **Novos caminhos para as comunidades quilombolas,** no dia 30 de maio passado, com a presença de cerca de 130 pessoas de 27 comunidades, com o intuito de promover o debate entre os líderes quilombolas e representantes do governo estadual e órgãos federais, no sentido de encontrar soluções para os graves problemas enfrentados por estas comunidades, impedidas de viver em paz nos seus territórios tradicionais.

Durante a Audiência, representantes das comunidades fizeram relatos detalhados da situação de perseguição e ameaças constantes por parte dos proprietários rurais da região, impedindo-os inclusive de realizar as tarefas fundamentais para a sobrevivência física da comunidade, como lidar com as roças, cuidar dos animais e coletar matéria prima para a produção do artesanato.

Posteriormente, no dia 26 de junho, durante a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos, o Bispo Arquidiocesano de Registro, Dom José Luiz

Bertanha, representantes da Comunidade Quilombo Porto Velho e a advogada Irmã Maria Sueli Berlanga, apresentaram um relato falado e um dossiê de fotos, sobre o delito contra a Comunidade.

A Comunidade Quilombo Porto Velho mantêm a posse da área por mais de 140 (cento e quarenta) anos, há muito tempo se queixa de receber constantes ameaças de expulsão de sua terra por parte de Benedito Barbosa de Andrade, que alega ser proprietário das terras. Este conflito vem há muito tempo. Várias áreas de roças foram tomadas de integrantes da comunidade. Por ocasião das enchentes ocorridas em 1.997, no Rio Ribeira de Iguape, algumas casas foram destruídas e as famílias buscaram abrigo em casas de parentes e conhecidos.

Quando voltaram para reconstruírem suas moradias foram impedidas pelo Sr. Benedito Barbosa Andrade, forçando os moradores a ir para as cidades mais próximas em busca de emprego e lugar para se abrigar. Na comunidade havia mais de 40 famílias. Hoje restam 10 e estas vêm sofrendo toda sorte de perseguição.

Até o presente momento o pedido de liminar que visa garantir condições de sobrevivência para os moradores da Comunidade ainda não foi julgado. Devido à situação econômica precária da comunidade, seus membros trabalharam como meeiros do Sr. Benedito Barbosa de Andrade, sem nunca, porém, ter deixado de produzir suas próprias lavouras.

No dia 22 de junho de 2003, num domingo, o senhor Benedito Barbosa de Andrade mandou sua filha Domingas com o seu amásio Adilson e seu filho menor destruírem a Capela da Comunidade. Jogaram para fora os dois oratórios, onde se encontravam os santos da devoção da Comunidade, retiram as telhas de brasilite levando-as para a casa de um dos seus empregados e com uma marreta passaram a destruir as paredes. Os moradores foram informados por um deles, que ouviu o barulho das marteladas. Não foram até a capela por medo que o grupo estivesse armado. Foram até um telefone mais próximo e ligaram para a Delegacia de Polícia da cidade de Iporanga. Foram orientados a chamar a polícia da cidade de Itaóca e, assim o fizeram. Quando a polícia chegou, a capela já havia sido destruída e o grupo destruidor ainda se encontrava lá. Um membro da Comunidade começou a fotografar e recebeu ameaça de Domingas, que lhe disse: *"vocês verão o que vai acontecer com vocês, nesses dias"*. Os membros da Comunidade recolheram os oratórios e as imagens dos santos na escola que fica ao lado da Capela. A Polícia encaminhou os destruidores e alguns membros da Comunidade para a Delegacia de Itaóca onde foi lavrado o Boletim de Ocorrência.

Diante do exposto, apresentamos o presente requerimento.

Sala das Sessões, em

a) RENATO SIMÕES

Publicado no D.O. E.; Poder Legislativo, São Paulo, 113 (122), quarta-feira, 02 de Julho de 2003

9.0-Referência Bibliográficas e Bibliografia

ACELRAD, Henri. **Território e Poder** In: FISCHER, Tânia Costa. **Gestão, Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação**. São Paulo, 2001

AJARA, César; A **Abordagem Geográfica: suas Possibilidades no Tratamento da Questão Ambiental.** In: MESQUITA, Olinda Viana Silva (coord.). **Geografia e a Questão Ambiental.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Rio de Janeiro, 1993.

AKERMAN, Marco. **Território, governança e articulação de agendas** In: Gestão Local nos Territórios da Cidade. São Paulo, 2000

ALBAGLI, Sarita. **Interesse Global no Saber Local: Geopolítica da Biodiversidade**. Palestra apresentada no Seminário Saber Local/Interesse Global: propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimento tradicional na Amazônia. Belém. Museu Paraense Emílio Goeldi, CESUPA, 10/12 Set., 2003.

ALBAGLI, S. **Globalização e Espacialidade** In: CASSIOLATO, Eduardo et al (org).Globalização & Inovação Localizada:experiências de sistemas locais no Mercosul.Brasília.IBICT/MCT,1999

ALMEIDA. F.M. **Fundamentos Geológicos do Relevo Paulista**. Bol. Instituto de Geografia e Geologia n° 41. São Paulo, 1964

ALLEGRINI, Cláudia Queiroz. **Gestão do Programa de Uso Público no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR. Um Estudo de caso da implementação de sistema e cobrança de ingressos e serviços.** Dissertação de Mestrado em Ciência Ambiental – PROCAM. USP, São Paulo, 1999.

ALONSO, Ângela & COSTA, Valeriano. **Por uma sociologia dos Conflitos Ambientais no Brasil**. Paper apresentado no Encontro do Grupo de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Clacso. Rio de Janeiro, 2000.

AMORIM, C. R. (org.). **Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território**. São Paulo: ITESP, 1998.

ARAUJO, Aloísio Barbosa de. **O Meio Ambiente no Brasil: aspectos econômicos**. Rio de Janeiro; IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1979 136p.

ARRUDA, Rinaldo S. V. **"Populações Tradicionais" e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de conservação**. In: DIGUES, Antonio Carlos Sant'Ana (org) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. Ed, Hucitec. São Paulo, 2000

ABRANCHES, Sérgio et al. **Política Social e Combate à Pobreza.** Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

BECKER, Berta.**Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**.Zahar.Rio de Janeiro, 1995

BENEVIDES,I. P.Para uma Agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local In:RODRIGUÊS,Adyr Balestreri (org)**Turismo de Desenvolvimento Local**.Hucitec.São Paulo,1997

BONDUKI, Maria India. **A Implantação de Áreas protegidas e o Turismo no Bairro da Serra.** Dissertação de Mestrado em Ciência Ambiental-PROCAM. USP, São Paulo, 2002.

BRAGA, Roberto. **Planejamento Regional no Estado de São Paulo: A experiência do Vale do Ribeira nas décadas de 1970 a 1980.** São Paulo, 1998, 226 pp Tese de Doutorado - FFLCH, Universidade de São Paulo.

BRASCONSULT. **Plano de Desenvolvimento do Vale do Ribeira e Litoral** Sul, Vol I a VI, Abril. São Paulo, SSOP- DAEE- Serviço do Vale do Ribeira, 1966.

BRASIL. .Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados preliminares do Censo 2000.** IBGE. Brasília, 2000.

CACCIA-BAVA,Silvio.**Trocando a riqueza de mãos:distribuição de renda e poder nas pequenas cidades**.Revista Proposta. n 54,São Paulo,1994

CAMARGO, José Carlos Godoy; PINTO, Sérgio; TROPPMAIR, Helmut. **Estudo Fisiográfico e Ecológico da Bacia Hidrográfica Paulista do Rio Ribeira**. Biogeografia Instituto de Geografia/USP n°5, São Paulo 1972.

CÃNDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e as transformações de seus meios de vida** Ed. Pensamento, São Paulo, 1964.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. **Terras de Negros no Vale do Ribeira: Territorialidade e Resistência.** São Paulo. 212 pp. Dissertação de Mestrado - FFLCH, Universidade de São Paulo.

COELHO, Franklin Dias & Fontes, Ângela **Desenvolvimento Econômico Local e Sustentabilidade Institucional: As Redes de Desenvolvimento Econômico.** Local. IBAM/SERIE. Rio de Janeiro, 1993.

COELHO, Franklin. Desenvolvimento **Econômico Local no Brasil: as experiências recentes num contexto de descentralização. CEPAL/GTZ.** Santiago, Chile, 2000

_____ **Desenvolvimento Local e Construção social: o Território como Sujeito** htttp: //www.rededlis.org.Br,2003

COCHESTER, Marcus. **Resgatando a natureza: comunidades Tradicionais e Áreas Protegidas.** In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant"Anna (org). **Etnoconservação. Novos rumos para a conservação da natureza.** Hucite. NUPAUB. São Paulo, 2000, 225 a 256p.

Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo (CGC) **Exploração do Rio Ribeira de Iguape** 2° Ed. Typographia Brazil de Rothschild. & Co, São Paulo 1914

COSTA, Wanderlei Messias da **Geografia Política e Geopolítica discurso sobre o território e poder.** Hucite. USP. São Paulo, 1992

_____**O Estado e as políticas territoriais no Brasil** Ed. contexto. São Paulo, 1989

CUNHA, Luis Henrique. COELHO, Maria Célia Nunes. Política e Gestão Ambiental In:CUNHA, Sandra Batista; GUERRA, Antonio José Teixeira (ORGS) **A Questão Ambiental** Bertrand Brasil. . Rio de Janeiro, 2003.

CLAVAL,Paul, **A geografia Cultural: o Estado da Arte** in: Rosendahl, Zeny & Corrêa, Roberto Lobato. Manifestações da Cultura no Espaço. Col. Geografia Cultural, Ed. UERJ, Rio de Janeiro. 1999,

CHEVEZ POZO, Osmar Vicente. **O pequi (aryocarbrasiliense): uma alternativa para o desenvolvimento sustentável do Cerrado no norte de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado em Administração Rural. UFL. Lavras, 1997

DE BLASIS. P. **Bairro da Serra em três tempos. Arqueologia, uso do espaço regional e continuidade cultural no médio Vale do Ribeira. São Paulo**. 166p Tese (Doutorado)-Programa interdepartamental de pós-graduação em arqueologia, FFLCH, USP, 1996.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Anna. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.**NUPAUB.São Paulo ,1994 163p

_____**O Mito Moderno da Natureza Intocada: Populações Tradicionais em Unidades de Conservação** HICITEC, São Paulo, 1996.

_____. Debates. **Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais.** Rio de Janeiro. IBASE. 1995

EMBRATUR-EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO.**Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo**.Brasília,1999

FERREIRA, Leila da Costa. **Estado e Ecologia: Novos dilemas e Desafios (A Política Ambiental no Estado de São Paulo)** Tese de doutorado IFCH/ UNICAMP, Campinas, 1992.

_____ "**A Questão Ambiental; Sustentabilidade e Políticas Públicas**". Ed. Bom Tempo. São Paulo, 1998

FERREIRA, Lucia Costa et al. "Conflitos sociais em Áreas Protegidas no Brasil: **Moradores, ONGS no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP"** apresentado no X Congresso Brasileiro de Sociologia, Fortaleza, 2001.

_____ **A Floresta Intransitiva: conflitos e negociação na Mata Atlântica.** Tese de doutoramento IFCH/UNICAMP. Campinas, 1986

FIGUEIREDO, Luiz Afonso Vaz. **"O meio ambiente prejudicou a gente..." políticas públicas e representações sociais de preservação e desenvolvimento; desvelando a pedagogia de um conflito no Vale do Ribeira (Iporanga-SP).** Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2000.

FUNDUNESP. Fundação da Universidade Estadual Paulista. **Diagnóstico Municipal de Potencialidades para o Desenvolvimento Econômico do Município de Iporanga-SP**.Reproder Vale do Ribeira.São Paulo. Fundunesp, 2000

GERALDES,Eduardo.**Paisagem,Identidade e Memória:Vila de Pincinguaba**.Dissertação de Mestrado FFLCH-USP.São Paulo,2001

GOHN, Maria da Glória. **Os conselhos municipais e a gestão urbana.** In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz et al (org). **Governança Democrática e poder local: A Experiência dos Conselhos Municipais no Brasil.** Rio de Janeiro. REVAN, 2004

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) Caminhos do Meio ambiente**. Ed. Contexto. São Paulo, 2002

_____ **Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil** In: CHRISTOFOLETI, Antonio et al (org) **Geografia e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro, 1998.

GOULART, Jefferson. **O Poder Local e Novas Experiências Democráticas.** Dissertação de Mestrado. Depto. de Ciência Política. Faculdade. FFLCH. USP. São Paulo, 2002

GUIMARÃES. J.E.P **Grutas Calcárias**, Bol n°47. Inst. Geogr. e Geol.Séc.Agri.,pd 9-70, São Paulo. Reed. Bol. Geogr. Inst.Brasileiro de Geografia

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA. **Os Movimentos Sociais e a Construção Democrática: Sociedade Civil, Esfera Pública e Gestão Participativa.** Campinas-SP. Revista Idéias ano 5(2) 6 (1) IFCH/UNICAMP,1999

HASBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização. Do "Fim dos Territórios" a multiterritorialidade.** Ed. Bertrand do Brasil. Rio de Janeiro, 2004., Fund. IBGE, 213:50-89. Rio de Janeiro, 1969.

HOGAN, Daniel Joseph. CARMO, R. LALVES,HP A **Sustentabilidade no Vale do Ribeira(SP): conservação ambiental e melhoria das condições de vida da população.** In: Revista ambiente & sociedade Ano I n°3 e 4 . Campinas, 1999

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 17° ed.. Ed. Rio de Janeiro

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. **O Município para candidatos: prefeitos, vice-prefeitos e vereadores**. 5°ed. Revisada. IBAM Rio de Janeiro, 2004.

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório Técnico-Científico sobre os Remanescentes de da comunidade de Quilombo de Porto Velho/Iporanga-SP**.ITESP.São Paulo,2003

_____**Relatório Técnico-Científico sobre os Remanescentes da Comunidade de Quilombo de Praia Grande/Iporanga-SP** ITESP. São Paulo, 2002

_____**Relatório Técnico Científico sobre os Remanescentes da Comunidade de Quilombo de Bombas, Iporanga-SP**.ITESP São Paulo, 2003

JACOBI, Pedro. **Espaços públicos e práticas participativas na gestão do meio ambiente no Brasil** In: **Meio Ambiente Desenvolvimento e Sociedade. Sociedade e Estado** V.1, n Departamento de Sociologia de Brasília-Brasília, UNB, 2003.

_____**Movimentos Sociais e Políticas Públicas.** Cortez, São Paulo, 1989.

JUNQUEIRA,Luiz.A.**Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde**.RAP Revista de Administração Pública v:34 9-35-45 Rio de Janeiro,Nov/Dez/2000

KARMANN, Ivo. **Evolução Dinâmica Atual do sistema Cárstico do Alto Vale do Rio Ribeira de Iguape, sudeste do Estado de São Paulo.** Tese de doutoramento. IG. USP, São Paulo, 1995.

_____**Província Espeleológica do Vale do Ribeira aspectos físicos e necessidade de sua preservação.** In: SIMPÓSIO SOBRE A OCUPAÇÃO DO VALE DO RIBEIRA. Atas. ABGE/SBE. pag 34-37. São Paulo, 1983

KGNAZAROFF, Ivan Beck & MOTA,Normaston Rodriguês.**Relacionamento entre Descentralização e Intersetorialidade** .Iberoamerican Academy od Managent intervation.São Paulo,2000

KRONE, Ricardo. **As Grutas Calcárias de Iporanga**. Revista do Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1898.

KRUG, Edmundo. **A Ribeira de Iguape (Die Ribeira Von Iguape).** Typoghaphia Brazil de Rosthschils and CO, São Paulo, 1908.

_____.**Xiririca: Evaporundyba e Yporanga**. Ver Inst. Geográfico de São Paulo. "vol. XVII pp 295-3612.Typoghaphia do "Diário Oficial São Paulo, 1913

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Trad. Jorge Esteves da Silva. Edifurb. Blumenau, 1993

_____ **Saber ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e Poder.** Vozes.3°ed. Rio de Janeiro, 2004.

LEONARDOS, O.H. **Chumbo e Prata no Estado de São Paulo.** Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de São Paulo. São Paulo, 1934

LIMA, Maria Lucia Ferreira da Costa. **Eco (turismo) em Áreas Protegidas: Um Olhar** sobre Fernando de Noronha, Tese de doutoramento. Depto. Geografia. FFLCH. USP. São Paulo, 2002

LINO. C.F.**Cavernas o Fascinante Brasil subterrâneo**. Ed. Arcos, São Paulo, 1989.

_____et all **Roteiro das Cavernas da região de Apiaí-Iporanga**. Rel. apres. Séc. Tur. Do Est. de São Paulo.São Paulo,1976

_____ **Alto Vale do Ribeira; Arquitetura e Paisagem: Construções Rurais.** Trabalho realizado para o CONDEPHAT. São Paulo, 1978

_____.**Manejo de Cavernas para Fins Turísticos. Base conceitual Metodológica**. São Paulo, 1976

_____**Incorporação de uma Área Periférica à Economia Central** In: I Simpósio sobre a Ocupação do Vale do Ribeira ABGE/SBE. São Paulo, 1982

LITTLE, Paul E. **A Etnografia dos Conflitos Sociais: bases metodológicas e empíricas no Brasil**. Paper apresentado Indaiatuba, 2004.

MARRA, Ricardo José Calembo. **Cavernas-Patrimônio da União. Proteção Constitucional de um Recurso Ambiental.** Paper apresentado no 8° Congresso Internacional de Direito Ambiental. São Paulo, 2004

MARTINS, José de Silva **O Cativeiro da Terra** Ed, Hucitec São Paulo, 1991.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política.** Coleção os Pensadores: Marx Editora Nova Cultural São Paulo, 1975.

-_____.**Ideologia Alemã** São Paulo, 1980.

MILANO, Miguel Serediuk. **Mitos do Manejo de Unidades de conservação no Brasil, ou a verdadeira ameaça.** .Curitiba, 2000

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Capitalismo, Geografia e Meio Ambiente.** Tese de obtenção de título de Livre Docente. Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH. Universidade de São Paulo. USP, São Paulo, 2000.

-_____ **Contribuições para a Gestão da Zona Costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro.** HUCITEC, EDUSP, São Paulo, 1999.

-_____.**A Valorização do Espaço**. HUCITEC. São Paulo, 1994

MORIN, Edgard. **Os Sete Saberes para o Futuro.** Brasília UNESCO, 2000

MULLER, Geraldo. **Estado, Estrutura Agrária e População: estagnação e incorporação regional.** Vozes. CEBRAP. Rio de Janeiro, 1980.

NASCIMENTO,Elimar Pinheiro.Os conflitos na sociedade moderna:uma introdução conceitual.In: BURSTYN,Marcelo (org) **A difícil Sustentabilidade:Política Energética e Conflitos Ambientais**.Rio de Janeiro.ED. Garamond p- 85-106.2001

NEDER, Ricardo Toledo. **Crise Socioambiental: Estado & Sociedade civil no Brasil (1982-1998)** Ed. Annablume. FAPESP. São Paulo, 2002

_____. **Introdução a questão metodológica.Conflitos sociais e meio ambiente:desafios políticos e conceituais**.Rio de Janeiro.IBASE,1995

NOVAES, Ricardo Carneiro. **Desenvolvimento Sustentável na Escala Local; a agenda 21 local como estratégia para a construção da Sustentabilidade.** Dissertação de Mestrado. IFCH. UNICAMP. Campinas, 2001

PIRES,Paulo dos Santos.**Ecoturismo no Brasil: uma abordagem histórica e conceitual na perspectiva ambientalista** Dissertação de Mestrado em Geografia Humana FFCLH-USP.São Paulo,2000

-PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil**, PNUD, 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA. **Dados Históricos sobre o município de Iporanga.** PMI, Iporanga, 1989

PRETTY, Jules N. & PIMBERT, Michael P. **Parques, Comunidades e Profissionais: Incluindo "Participação" no Manejo de áreas Protegidas.** In DIEGUES, Antonio Carlos

(org).**Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. Ed. Hucitec. São Paulo, 2000

RESENDE, R.U. **As Regras do Jogo: Legislação Florestal e desenvolvimento Sustentável no Vale do Ribeira.** Dissertação de Mestrado. PROCAM/USP. São Paulo, 2000

RODRIGUES, Adyr. Balestrero. **Turismo e meio ambiente: Reflexões e propostas**. São Paulo. Hucitec, 1997

RODRIGUÊS, Gilmar. **"O Perfil dos Gastos Públicos Municipais em Santa Catarina na Década de 90: Uma Analise a partir dos Partidos Políticos no Poder Executivo Municipal"** Dissertação de Mestrado. Florianópolis, 2002

RODRIGUÊS, Izilda Aparecida. **Áreas Naturais Sob Proteção. Estabelecimento e Avanços nas Medidas de Conservação Ambiental; Um Estudo no Vale do Ribeira-SP**. Dissertação de Mestrado. IFCH/UNICAMP, Campinas, 1995

RUSCHMAN, Doris Van. Planejamento e ocupação do território através da expansão da atividade turística: condicionamentos básicos a partir da questão ambiental. In. .**Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente.** Ed.Papirus. Campinas, 1997

SCARDUA, Fernando Paiva & BURSZTYN, Maria Augusta Almeida. Descentralização da Política Ambiental no Brasil In**: Meio Ambiente Desenvolvimento e Sociedade. Sociedade e Estado** vol 18 n 1 / 2 (Jan/Dez/2003). Departamento de Sociologia. De Brasília. Brasília. UNB, 2003

SANTOS, Jonas Justino. **Impactos Socioambientais do Ecoturismo: Estudo sobre o Bairro da Serra no Município de Iporanga-Vale do Ribeira-**SP. Trabalho de conclusão do curso de Geografia Modalidade-Bacharelado, Rio Claro, 2002

_____ **Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável: o caso do Bairro da Serra no Município de Iporanga-Vale do Ribeira-SP**. Trabalho de iniciação científica. FAPESP. Rio Claro, 2000

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria do Meio Ambiente, Instituto Florestal. Divisão de Reservas e Parques Estaduais**. Documentos básicos para o Plano de Manejo - Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira.** Documento interno, 199p. São Paulo, 1999

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria do Meio Ambiente**. Proposta Preliminar de manejo turístico das cavernas e sítios arqueológicos do Parque Estadual do Alto Ribeira (PETAR)** SEMA/SBE São Paulo, 1987.

SÃO PAULO. (ESTADO). Secretaria do Meio ambiente. **Diagnóstico participativo do Vale do Ribeira e Litoral sul: subsídios para plano de ação governamental para o Desenvolvimento sustentável** IBAMA/SEMA/UNICAMP São Paulo, 1998.

SÃO PAULO (ESTADO) Secretaria do Estado do Meio Ambiente. **Em Busca da sustentabilidade do Vale do Ribeira e Litoral Sul: subsídios para a discussão dos planos de ação governamental para o Desenvolvimento Sustentável** .IBAMA/SEMA/UNICAMP. São Paulo, 199

SÃO PAULO (ESTADO) Secretaria do Estado do Meio Ambiente. **Preservação da Floresta Tropical (Mata Atlântica) no Estado de São Paulo**. Projeto de Cooperação Oficial ALEMANHA/BRASIL IF/DEPRN/CPRN/CINP. São Paulo, 1995

SÃO PAULO (ESTADO).Secretaria do Estado do Meio Ambiente.**Política Municipal de Meio Ambiente: orientação para os municípios.**SMA/CEPAM. São Paulo,1992

SÃO PAULO.(ESTADO) **Fórum de Desenvolvimento do Vale do Ribeira. Caminhos do Futuro-Uma Proposta Sustentável.** Governo do Estado de São Paulo. Registro,2000

SÃO PAULO (ESTADO) Secretaria do Meio ambiente DEPAN-Departamento de Parques e Áreas Naturais, **Unidades de Conservação do Estado de São Paulo.** São Paulo, 1995

SEADE-Fundação Sistema Estadual de Análise de dados 2002. **Perfil municipal e dados demográficos de Iporanga** http://www.seade.gov.br. **2002**

SILVA, Alexandre Nunes da. **Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto como apoio ao Planejamento Territorial do Município de Iporanga-SP.** Dissertação de Mestrado IG-USP, São Paulo, 2002.

SILVA, Claudete de Castro. **Desenvolvimento Econômico, Modelo Federativo e Município no Brasil. Análise das Estratégias de Desenvolvimento Econômico Local nas gestões municipais de Ribeirão Preto-SP**. Tese de Doutoramento. Depto. Geografia, FFLCH. USP. São Paulo, 1998

SILVA, Luiz Christiano Leite da. **Plano Estratégico para o Desenvolvimento Econômico Local: Um instrumento para a melhoria da qualidade de vida**. Dissertação de Mestrado FEM..UNICAMP. Campinas, 2003

SILVEIRA, Caio Márcio & BOCAYUVA, Cunca. **Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. Enfoque Estratégico e construção de Indicadores** www.rededlis.org.br, 2004

_____et al. Ações integradas e desenvolvimento local: tendências,oportunidades e caminhos.In. SPINK, Peter et al (Org) **Novos Contornos da gestão local:conceitos em construção** São Paulo,Polis;Programa de Gestão Pública e Cidadania/FGV-EASPE,2002 336p

SILVIERO, Simone de Oliveira. **A Institucionalização da Conservação de Florestas na Mata Atlântica: História e Cotidiano da Ação na Estação Ecológica da Juréia-Itatins.** Tese de Doutoramento. IFCH.UNICAMP. Campinas, 2002

SIMON, Alba. **Conflitos na Conservação da Natureza: O Caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca.** Dissertação de Mestrado em Ciência Ambiental. Universidade Federal Fluminense-UFF. Niterói, 2003

SHIVA, Vandana. **Biopirataria: A Pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis. Ed.Vozes, 2001

TEIXEIRA, Eleonaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e nas Transformações da Realidade.** AATRB. Salvador, 2002

VAINER, Carlos Bernardo.As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?In:**Planejamento e Território ensaios sobre a desigualdade.**Instituto de Planejamento Urbano e Regional- Cadernos IPPUR/UFRJ ano 1 n°1 (Jan/abr-1986).Rio de Janeiro:IPPUR/UFRJ,1986

_____ Entrevista. Proposta ano 27, n 78, pp 7-40,set/nov Rio de Janeiro,1998

VELHO, Gilberto. **Antropologia e Patrimônio Cultural.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n°20. Brasília, 1984

VITAE CIVILIS & WWF BRASIL. **Sociedade e Ecoturismo. Na trilha do desenvolvimento sustentável. Como diferentes atores sociais podem, de forma participativa, elaborar planos estratégicos de conservação e geração de renda. O caso do ecoturismo do Vale do Ribeira na Mata Atlântica**. Vitae-Civilis. WWF-Brasil. Petrópolis, 2003

ZAHN, Carlos Eduardo. Planejamento Municipal: considerações sobre a sua estruturação, problemas e perspectivas In: BRUNA, Gilda Collet. **Questões de Organização do Espaço Regional.** Ed. USP. São Paulo, 1983

ZAPATA, Tânia & PARENTE, Silvana **O Desenvolvimento Institucional e a Construção de Parcerias para o Desenvolvimento Local. Brasília** Paper produzida para o projeto BNDES - Brasília, 2002.

8.1-Bibliografia

AB'SABER. Aziz Nacib. Ambiente e Culturas. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional** n°22/1987 pg- 236-253. Brasília, 1987

BARBOSA. ° **Geomorfologia de Apiaí**. Assoc. Geógrafos Brasileiros. Bol III n°3 Pg 19-24 São Paulo, 1943.

BEGOSSI, Alpina& FERREIRA. Leila **Costa. Floresta e Mar: usos e conflitos no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP.** NEPAN/UNICAMP FAPESP. Proc: 97/14514-1.Campinas,1999

BRANDT. W. **Espeleologia Aplicada aos estudos de Impacto Ambiental. Espeleotemas** n°48. SBE. São Paulo, 1988

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação: aspectos conceituais e legais.** MMA/IBAMA. Brasília, 1989

BRITO. Maria Cecília Wey. **Unidades de conservação: Intenções e Resultados. Dissertação de Mestrado em Ciência Ambiental**, PRICAM/USP, São Paulo, 1997.

CAMPOS, Simone Vieira. **Mudanças Sociais e Conservação Ambiental na Estação Ecológica da Juréia Itatins: o Caso do Despraiado. Dissertação de Mestrado.** IFCH/UNICAMP. Campinas, 2001

CAPOBIANCO J.P. 7 RAMOS, A (org) **Unidades de Conservação no Brasil: aspectos legais,experiências inovadoras e a nova legislação (SNUC)** documentos ISA n°1 São Paulo, 1996

CASSETTI, Walter. **Ambiente e Apropriação do Relevo**. São Paulo, 1984

CAVALCANTI, Clovis (org) Meio ambiente, **Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas.** Cortez. Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1997

CINTIA, Maria Afonso. **Uso e Ocupação do solo na zona Costeira de São Paulo, uma análise Ambiental** Ed. Annablue. FAPESP, São Paulo.

DEAN. Warren **A Ferro e Fogo: a história da devastação da mata Atlântica brasileira.** Companhia das Letras. São Paulo, 1996

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA. **Dados Hidrometereológicos.Posto Serra dos Motas (município de Iporanga-SP), período de 1972 a 1992. Sistema de dados metereológicos**. DAEE, São Paulo,1992

FOLADORI, Guilhermo. **Limites do Desenvolvimento Sustentável.** ED. UNICAMP, Campinas, 2001

GOMES,Laura Jane. **Conflitos entre a Conservação e o Uso da Terra em Comunidades Rurais no Entorno do Parque Nacional da Serra da Bocaina: Uma Análise Interpretativa**. Tese de Doutorado em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável FEAGRI/UNICAMP. Campinas, 2002

GUIMARÃES, R.P. Desenvolvimento sustentável: da retórica a formulação das políticas Públicas, BECKER. Berta. ;MIRANDA ,M (Orgs) **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável.** UFRJ. Pg 13-44 Rio de Janeiro, 1997

HAUSUI.Y.**Tectônica da área das folhas São Roque e Pilar do Sul** (Tese Instituto de Geociências) USP. São Paulo,1973

INSTIUTO DE PESQUISAS METEREOLÓGICAS .**Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo.** Escala 1:5000.000 vol 1 IPT. São Paulo,1981

LASCURÁIN,H.C. **O Ecoturismo como um fenômeno mundial**. In: LINDENBERG, K. &HAWKINS D. E (org.) *Ecoturismo: Um guia de planejamento e gestão*. North Bennington. SENAC, 1993.

LE BRENT.M. **Estudos Espeleológicos no Vale do Alto Ribeira**. Bol IGC,n°47 pg 77-123.São Paulo,1966

LEMOS,C.F. **Audiências Públicas Participação social e conflitos ambientais em empreendimentos hidroelétricos:os casos de Tijuco Alto e Irape.** Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional IPPUR/UFRJ.Rio de Janeiro ,1999

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo, 1994**

MANTOVANI,W.**Estrutura e Dinâmica da Floresta Atlântica Juréia-Iguape.** Tese (Livre Docência) Instiuto de Biociências-IB.USP, 1993

MELO, Rosemari Souza.**Visões de Natureza X Vertentes Ideológicas do Ambientalisnmo: Contribuição ao Debate sobre Sustentabilidade no Brasil**. Papaer apresentado no Encontro Indaiatuba, 2004

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE-MMA. **Geo Brasil 2002. Perspectivas do Meio Ambiente no Brasil** Edições IBAMA, Brasília , 2002

MONTEIRO.C.A **F.Frente Polar Atlântica e as chuvas de inverno na fachada suloriental do Brasil.In: Instituto de Geografia(ed). Contribuição metodológica a análise rítmica dos tempos no Brasil.** Série Monografias.FFCH/USP. São Paulo,1969

MULLER,C.C.**Problemas ambientais de um estilo de desenvolvimento:A Degradação da pobreza no Brasil** In:Ambiente e Sociedade n°1 NEPAM/UNICAMP.Campinas ,1997

PAOLIEELLO,RM.**Conflitos Fundiários na Baixada do Ribeira: a pose como direito e estratégia de apropriação**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social.IFCH/UNICAMP. Campinas, 1992

PETRONE,Pasquale. **A Baixada do Ribeira: estudo de geografia humana** Boletim 283. FFLCH/USP.São Paulo, 1966

PONTING,Clive. **Uma História Verde do Mundo**. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1995 648p

PLEKHÂNOV, G.**Princípios Fundamentais do Marxismo.**HUCITE. São Paulo,1978

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**.Coleção Geografia e Sociedade Vol 1., Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979

RODRIGUÊS.J.M.M **Curso de capacitácion em matéria de ordienamento ecológico:**Programa Ambiental do México.Inst.Politécnico..México,1993

ROSS.J.L.**S O Registro dos Fatos Geomorfológicos e a Questão da Taxonomia do Relevo.**In:Revista do Departamento de Geografia n°6. FFLCH/USP.São Paulo,1992

SÃO PAULO. Secretaria do Estado do Meio Ambiente.**Proposta Preliminar de manejo turístico das cavernas e sítios arqueológicos do Parque Estadual Turístico do alto Ribeira (PETAR).**SEMA/SBE.São Paulo,1987

SÃO PAULO (ESTADO).Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Educação Ambiental. Universidade Estadual de Campinas –UNICAMP. Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais NEPAM. **Diretrizes para um política de estadual de Ecoturismo,** São Paulo,1997

SÀO PAULO (ESTADO).Secretaria do Meio do Meio Ambiente. Departamento do Proteção dos Recursos Naturais DEPRN. Secretaria da Educação. **Programa de Educação Ambiental do Vale do Ribeira**.São Paulo,1989

SETZER, José. **Atlas Climático e Ecológico do Estado de São Paulo. Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai.** CESP.São Paulo,1966

SILVEIRA,Pedro Castelo Branco **Povo da Terra, terra do parque:presença humana e conservação de florestas no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira.** Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, IFCH/UNICAMP. Campinas, 2001

SODRÉ, Nelson Werneck.**Introdução à Geografia (Geografia e Ideologia)** 4°edição. Ed. Petrópolis. Rio de Janeiro ,1984

SOUZA, Marcelo Lopes. **Algumas Notas sobre a Importância do Espaço para o Desenvolvimento Social.** Revista Território. n°3, Jul/Dez.1997

VARGAS, Glória Maria. **Território e Natureza**. Paper apresentado no Encontro Indaiatuba,2004

VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Hector R. .A Evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetoriarismo preservacionista para o mutissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável In:HOGAN,Daniel Joseph; VIEIRA,Paulo Freire.(Orgs) **Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável.** Editora UNICAMP, Campinas,1995

XAVIER. Carlos Alberto Ribeiro. **A Natureza no Patrimônio Cultural do Brasil.** Revista do Patrimônio Histórico n°22/1987 pg 233-235. Brasília, 1987